

A Cidade

O cotidiano de **Porto Alegre**

nas crônicas de

Roque Callage (1925-1930)

Organização

Luciana Murari

Volume 3

Serviços Públicos

Política

 **ediPUCRS**

 **editoraufsm**

A CIDADE:
O COTIDIANO DE
PORTO ALEGRE
NAS CRÔNICAS DE
ROQUE CALLAGE
(1925-1930)

VOLUME 3

PUCRS

CONSELHO EDITORIAL EDIPUCRS

Chanceler Dom Jaime Spengler

Reitor Evilázio Teixeira | **Vice-Reitor** Manuir José Mentges

Carlos Eduardo Lobo e Silva (**Presidente**), Luciano Aronne de Abreu (**Editor-Chefe**), Adelar Fochezatto, Deivison Moacir Cezar de Campos, Antonio de Ruggiero, Cláudia Musa Fay, Helder Gordim da Silveira, Livia Haygert Pithan, Lucia Maria Martins Giraffa, Maria Martha Campos, Norman Roland Madarasz, Walter F. de Azevedo Jr. biblioteca

MEMBROS INTERNACIONAIS

Fulvia Zega - Universidade de Gênova, **Jaime Sánchez** - Universidad de Chile, **Moisés Martins** - Universidade do Minho, **Nicole Stefane Edwards** - University Queensland, **Sebastien Talbot** - Universidade de Montréal.

UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor Luciano Schuch | **Vice-Reitor** Martha Bohrer Adaime

Diretor da Editora Enéias Tavares

André Zanki Cordenonsi, Elisete Medianeira Tomazetti, Enéias Tavares (Presidente), Fernanda Alice Antonello Londero Backes, Hans Rogerio Zimmermann, Jucemara Antunes, Lana D'Avilla Campanella, Lucas da Cunha Zamberlan, Luciane Sanchotene Etchepare Daronco, Marcelo Battesini, Márcia Lenir Gerhardt, Olavo Avaloni Neto, Paulo Roberto Costa, Raone Somavilla, Rosani Spanevello e Rosmari Horner.

Conforme a Política Editorial vigente, todos os livros publicados pela editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS) passam por avaliação de pares e aprovação do Conselho Editorial.

LUCIANA MURARI
(PESQUISA, SELEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E NOTAS)

A CIDADE:
O COTIDIANO DE
PORTO ALEGRE
NAS CRÔNICAS DE
ROQUE CALLAGE
(1925-1930)

VOLUME 3



PORTO ALEGRE
2024

© EDIPUCRS 2024

CAPA EDIPUCRS

DIAGRAMAÇÃO EDIPUCRS

PREPARAÇÃO Melissa de Moraes Peres

REVISÃO Ana Carolina Leal Buzzetto

ASSISTENTE DE PESQUISA Marisa Schneider Nonnenmacher



<https://doi.org/10.15448/1670>

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C568 A cidade [recurso eletrônico] : o cotidiano de Porto Alegre nas crônicas de Roque Callage (1925-1930) / Luciana Murari organizador. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : ediPUCRS : editoraufsm, 2024.
1 Recurso on-line (459 p.)

Modo de acesso: <<https://editora.pucrs.br>>
Obra em volumes
ISBN 978-65-5623-469-4 (ediPUCRS v.3)
ISBN 978-65-5716-131-9 (editoraufsm v.3)

1. Crônicas brasileiras. 2. Literatura brasileira. 3. Callage, Roque, 1886-1931. I. Murari, Luciana.

CDD 16. ed. 869.9987

Anamaria Ferreira CRB-10/1490

Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

Todos os direitos desta edição estão reservados, inclusive o de reprodução total ou parcial, em qualquer meio, com base na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei de Direitos Autorais.



Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs



Editora da Universidade Federal de Santa Maria

Prédio da Reitoria – Campus Universitário
Camobi – CEP 97105-900
Santa Maria – RS – Brasil
Fone: (55) 3220 8610
E-mail: editora@ufsm.br
Site: www.ufsm.br/editora

Ai de nós, ai do paciente leitor! Verdade que para cumprir à risca o espontâneo compromisso assumido, *A Cidade* sempre teve o concurso eficaz e indispensável dessa outra cidade leal e valorosa, que aí está com seus vícios e virtudes, com os seus defeitos e os seus melhoramentos. Se esse concurso falhasse, tudo o mais falharia; desapareceria a razão de ser desta crônica martelante e insulsa. Ele, porém, nunca falhou, graças a Deus...

Roque Callage, A Cidade, 3 de maio de 1927.

Para Flávio Loureiro Chaves.

SUMÁRIO

VOLUME 3

| | |
|--|------------|
| ESTA COLETÂNEA | 11 |
| PREFÁCIO: AS CRÔNICAS DE ROQUE CALLAGE SOBRE A CIDADE: UM CALEIDOSCÓPIO DA VIDA URBANA..... | 13 |
| APRESENTAÇÃO UM VASTO EMPÓRIO DE MISCELÂNEAS: A CIDADE EM SEU TEMPO | 19 |
| 6. OS ANSEIOS E AS NECESSIDADES IMPERIOSAS DA COMUNA: MANUTENÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | 51 |
| 7. O BRASIL HÁ MUITO QUE ANDA DE PERNAS PARA O AR: DEBATE POLÍTICO NO COTIDIANO DE PORTO ALEGRE | 213 |
| ÍNDICE DE ASSUNTOS..... | 379 |
| ÍNDICE TOPONÍMICO..... | 389 |
| ÍNDICE ONOMÁSTICO | 397 |
| PLANO DA OBRA | 403 |

ESTA COLETÂNEA

Esta coletânea é uma seleção de crônicas publicadas por Roque Callage na coluna *A Cidade*, do *Diário de Notícias* de Porto Alegre, entre março de 1925 e dezembro de 1930. Dentro de um universo de cerca de 1800 crônicas, realizamos uma escolha baseada no interesse histórico, na qualidade literária e na representatividade dos temas abordados, buscando refletir a trajetória da coluna e seus maiores objetos de interesse. Os textos selecionados passaram por atualização ortográfica e tiveram corrigidos, apenas, erros óbvios de diagramação, tipografia e pontuação, priorizando sua legibilidade sem desconsiderar o necessário respeito à escrita do autor (e às suas possíveis “imperfeições”).

As crônicas foram recolhidas nos acervos das seguintes instituições, às quais agradecemos: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre); Biblioteca Rio-grandense (Rio Grande); Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (Erechim); Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

Optamos por não incluir duas categorias de textos: as cartas de leitores, mesmo quando acompanhadas de comentários do cronista; e as colunas não assinadas por Roque Callage, redigidas por colegas nos momentos em que o escritor se encontrava afastado de suas funções, principalmente em razão de problemas de saúde. Buscamos valorizar o caráter autoral da coluna, privilegiando a personalidade do cronista titular e a continuidade de seu discurso, não obstante a eventual riqueza e originalidade dos textos de seus leitores e

companheiros de jornalismo. O leitor deve considerar não apenas a historicidade dos eventos, mas também a do universo de valores e visões de mundo que contextualizam as análises do cronista em seu tempo.

As notas de rodapé possuem caráter informativo, e foram redigidas a partir de pesquisa em jornais e consultas a diversas enciclopédias e dicionários. No que diz respeito à história da cidade, a principal referência foi o *Guia Histórico de Porto Alegre*, de Sérgio da Costa Franco (2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992).

As crônicas selecionadas foram, a partir daí, classificadas por temas, a partir dos quais foram organizadas em volumes. Ainda que sua recorrência seja variável, tais categorias formam nítidas linhas de digressão, que permitem entrever a forma como o cronista organiza seu universo de interesses. No primeiro volume, estão incluídas suas reflexões sobre a própria coluna (prólogo), a relação entre o espaço urbano e a tradição rural (capítulo 1), as condições materiais da vida urbana (capítulo 2) e as manifestações de solidariedade e compaixão pelos desafortunados que povoavam a cidade (capítulo 3). As crônicas do segundo volume compreendem a modernização do espaço urbano (capítulo 4), a vida cultural, o esporte e o lazer (capítulo 5). No último volume, os textos versam sobre os serviços públicos (capítulo 6) e o debate político (capítulo 7).

PREFÁCIO

AS CRÔNICAS DE ROQUE CALLAGE SOBRE A *CIDADE*: UM CALEIDOSCÓPIO DA VIDA URBANA

A História e a crônica trabalham o tempo e a memória como matérias de reflexão, porém de formas e com objetivos diferentes. Desde o final século XIX, a crônica foi uma das formas de escrita que permitiram às elites letradas pensarem a trajetória de transformações da sociedade urbana brasileira no tempo. A modernização das cidades e a complexificação da estrutura social, bem como as contradições e os dilemas desse processo foram abordados por diversos cronistas na imprensa brasileira. Em Porto Alegre, como em outras capitais do país, gerações de cronistas ao longo do século XX estabeleceram uma “outra” forma de contar a história da cidade.

Num ensaio sobre crônica, história e cidade, Margarida de Souza Neves perguntava-se: o que o historiador poderia aprender com a crônica?¹ Em primeiro lugar, poderia aprender a respeito do processo de seleção realizado pelo cronista no cotidiano, visando interpretar um acontecimento, a partir de sua ótica, para seus leitores contemporâneos. A interpretação dos acontecimentos que o cronista realiza em relação à temporalidade, cotidiana ou do processo histórico,

¹ NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. A crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995. p. 15-31. p. 23.

é uma das leituras possíveis do real, e não o real “redivivo” como pretendiam os positivistas em seu “nobre sonho”².

A partir das crônicas, pode-se pensar sobre as relações entre o tempo narrado e o tempo experienciado pelo cronista: o do cotidiano e o que “mais alargadamente se vive”. Pode-se problematizar as pontes entre a percepção subjetiva do cronista e a construção social de explicações sobre o tempo presente e sua relação com o passado, no sentido de que o cronista traduziria, em sua escrita, uma construção social – de seu grupo, de uma camada da sociedade – da percepção do tempo. Essa tradução seria feita através da forma particular de interpretar os acontecimentos e de empregar a linguagem escrita visando comunicar-se com um público leitor. Segundo Margarida Neves de Souza:

Uma primeira possibilidade a ser explorada é que ambas – história e crônica – constroem memória, o que equivale a reconhecer que desejam identidades, sejam elas identidades de uma geração, sejam elas identidades de gênero, de grupos sociais ou de recortes espaciais bem definidos. [...] Se é verdade que a memória construída pela história tem como referência principalmente o recorte nacional, aquela que é tarefa mais eminente da crônica é, sem dúvida a memória da cidade.³

A crônica e a história podem ser consideradas “lugares de memória”, segundo a definição de Pierre Nora, pois se constituem em espaços materiais, simbólicos e funcionais em que a memória é constantemente elaborada, reelaborada e interpretada.⁴ Por meio

² *Ibid.*, p. 23.

³ *Ibid.*, p. 25.

⁴ NORA, Pierre. Entre mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire I: La République*. Paris: Gallimard, 1984. t. I, p. XVII-XLII.

dessas duas diferentes formas de escrita, os grupos sociais elaboram a memória coletiva, interpretando os acontecimentos e os processos socioculturais, econômicos e políticos no tempo.

Crônica e história, de maneiras diferentes, são formas de escrita que elaboram a passagem do tempo e a memória de um grupo ou de uma sociedade por meio da seleção proposta pelo filtro do tempo presente. Cronistas e historiadores desempenham o papel social de intérpretes da memória coletiva. Eles realizam uma leitura da memória coletiva promovendo cortes, seleções, acréscimos e silenciamentos. Ambos produzem uma memória social a partir da ótica e dos interesses de determinado grupo, embora sua escrita pretenda dar conta da experiência coletiva de toda a sociedade.

Trata-se de uma escrita que, por meio de convenções de linguagem e normas disciplinares, expressa a interpretação realizada por um grupo social e um campo profissional sobre a memória coletiva, que é, em sua origem, plural, polifônica, fragmentária e complexa. São escritas que, através de suas particularidades formais e disciplinares, selecionam sujeitos, tempos, espaços e tecem tramas, urdindo os acontecimentos na busca de interpretá-los para o conjunto da sociedade.

Logo, enquanto se apresentam como escrita social de um tempo, produção de interpretações de uma experiência social urbana, enquanto narrativas sobre o cotidiano da cidade, é que se pode tomar as crônicas como “documentos”.⁵ De antemão, admitindo-se que as crônicas “falam” sobre a forma de um grupo de letrados, num contexto temporal e sociocultural determinado, percebem-se as transformações *no* e *do* espaço urbano.

Dessa forma, tanto as crônicas quanto a produção historiográfica são lugares de memória. A crônica é tanto um lugar simbólico

⁵ Sigo aqui a proposta de NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio *et al.* **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas, SP: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 75-92. p. 76.

de representação dos sujeitos, espaços e tempos da experiência urbana no passado, quanto um lugar material, de suporte físico e meio de difusão de uma determinada matriz explicativa sobre o passado coletivo.

As crônicas não são um simples eco da memória coletiva, mas uma seleção, com cortes, silêncios e ênfases sobre certos sujeitos, lugares e tempos da experiência coletiva que produzem uma imagem do passado, uma explicação sobre a passagem do tempo, as transformações sociais, culturais, econômicas e da paisagem urbana. Uma memória social que está ligada ao lugar social, cultural e temporal de quem fala (escreve) e para quem se fala (se escreve). A crônica é um gênero ou uma forma de escrita de fronteira, lugar privilegiado para os olhares cruzados da história e da literatura, nos domínios de uma nova história cultural.

É nessa margem que se pode compreender como as crônicas sobre a cidade de Porto Alegre escritas por Roque Callage entre 1925 e 1930 tornam-se ricas para pensar a releitura e a reescritura da memória coletiva, em paralelo e em contraponto à produção historiográfica sobre Porto Alegre. Elas gerem a passagem do tempo, permitindo a compreensão das transformações da paisagem urbana e das sociabilidades públicas. Asseguram, dessa forma, a compreensão de uma continuidade na experiência pública e de identidade entre o passado e o presente da sociedade porto-alegrense, em meio às mudanças sociais, políticas e culturais provocadas pelas reformas urbanas empreendidas pelas administrações municipais de Otávio Rocha e Alberto Bins – reformas urbanas que visavam construir uma imagem de cidade moderna para Porto Alegre, como ocorrera em outras grandes capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte) e internacionais.⁶

⁶ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

Os movimentos de escrita de suas crônicas trabalham, em sua trama, com vários fios, em uma urdidura complexa e variada de espaços e tempos do acontecer urbano. A elaboração do processo das reformas urbanas e das formas de sociabilidade nas crônicas de Roque Callage representa as disputas em curso pelo espaço urbano na sociedade porto-alegrense. Embora ele não deixasse de privilegiar a ação das elites dirigentes na construção do espaço e da cultura urbana, acolheu as críticas sobre as mesmas e também narrou o caos provocado pelas inúmeras obras na cidade, dando espaço para a voz dos leitores. Nesse sentido, ainda que se perceba em suas crônicas o filtro social de um membro da elite letrada, pertencente às camadas médias urbanas, também se tem acesso a outras vozes e percepções sobre as reformas e o acontecer urbano com suas contradições e disputas no passado.

A organizadora da obra é pesquisadora de fôlego sobre literatura e sobre as crônicas de Callage, e nos brinda com uma seleção criteriosa e representativa da vasta produção de crônicas desse escritor. Ao longo dos três volumes, é possível saborear seu estilo moderno, ágil e combativo ao falar da cidade e de seus habitantes no contexto de expansão e modernização urbana dos anos 1920. A organizadora, a Editora UFSM e a EDIPUCRS realizam uma importante contribuição para pensar a história de Porto Alegre no contexto das comemorações dos seus 250 anos. Certamente, os leitores e leitoras poderão reconhecer na escrita de Callage um apaixonado pela cidade, que, com os cuidados de um amante, desenhava através das linhas de sua coluna no jornal um retrato das disputas por sua amada.

Charles Monteiro (PUCRS/CNPq)

APRESENTAÇÃO

UM VASTO EMPÓRIO DE MISCELÂNEAS: A CIDADE EM SEU TEMPO

Entre 1925 e 1930, Roque Callage escreveu para o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, na coluna *A Cidade*, pertencente à seção *Ecos e Notas*. A coluna aparecia já no primeiro número do jornal fundado por Leonardo Truda e Pedro Moura, e havia sido idealizada pelo próprio Callage.¹ Assinada apenas com a letra C., era publicada diariamente – exceto nas segundas-feiras, quando o jornal não era editado – e formava uma espécie de mosaico textual dedicado ao registro do cotidiano urbano, ao acompanhamento e à discussão sobre as mudanças no espaço social da capital do Rio Grande do Sul. *A Cidade* não era, aliás, o único espaço ocupado por Callage no *Diário*, sendo comum a presença de sua assinatura em *Ecos e Notas* – *Registro*, coluna dividida com outros jornalistas, e, mais raramente, de seu nome completo em artigos específicos. No entanto, apesar do eventual diálogo entre *A Cidade* e *Registro*, a primeira foi idealizada e mantida primordialmente por ele, seu “cronista-proprietário”, na expressão de um colega (08/04/1928)².

¹ Sobre o *Diário de Notícias*, ver GRANDI, Celito de. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

² Salvo indicação ao contrário, as datas citadas nesta Apresentação correspondem às publicações da coluna *A Cidade*, do *Diário de Notícias* de Porto Alegre.

A *Cidade* foi, podemos dizer, o ponto alto da precoce carreira jornalística do escritor, que, nascido em Santa Maria em 1888, já em 1908 dava seus primeiros passos na imprensa como colaborador em semanários e jornais locais. Atuou em sua cidade natal, em São Gabriel, São Paulo e Rio de Janeiro – onde exerceu também um cargo na Biblioteca Nacional. Na imprensa de Porto Alegre, sua primeira publicação para o *Correio do Povo* deu-se em 1910, quando Caldas Júnior abriu espaço para a divulgação de um de seus contos.³ A partir de 1917, passou a colaborar assiduamente com este jornal, assinando as crônicas da primeira página e as colunas *De relance* e *Semanário*. Seus textos versa sobre temas bastante diversos, como a situação política nacional e internacional, as superstições populares, as figuras do meio literário, a paixão pelo futebol e a chegada da primavera. Nestas crônicas, Callage já se aproxima bastante do estilo que o celebrizaria em *A Cidade*: o humor hiperbólico, o tom irônico, o gosto pela polêmica, a observação dos aspectos mínimos do cotidiano, o interesse pelas mudanças comportamentais, o acento encomiástico no tratamento dos temas da história do Rio Grande do Sul, o amargo realismo na observação da situação brasileira, o lirismo na evocação da paisagem sentimental da cidade.

Callage já manifestava, também, seu interesse pelas questões políticas. Em 1923, engajou-se na Revolução Assisista, que congregava os adversários do regime castilhistaborgista, viajando a São Paulo para publicar *O Drama das Coxilhas*, na editora de Monteiro Lobato. Trata-se de um panfleto mobilizador, voltado para a denúncia do caráter ditatorial e arbitrário do regime, de maneira que o intuito de reportagem mistura-se à manipulação dos lugares-comuns do regionalismo gaúcho (Callage, 1923).⁴ O engajamento político levou-o posteriormente

³ CALLAGE, Roque. O veneno da imprensa: especial para o *Correio do Povo*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano XXXVII, n. 9, p. 3, 11 jan. 1931.

⁴ CALLAGE, Roque. *O Drama das Coxilhas*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

a publicar *Episódios da Revolução*, novo libelo propagandístico, agora em louvor à Revolução de 1930, tema que acabou por invadir *A Cidade*, que acompanhou o dia a dia do movimento, novamente um misto de literatura regionalista e crônica de guerra.⁵ Pouco depois, foi nomeado pelo governo provisório inspetor de ensino do Ginásio Lemos Júnior, na cidade de Rio Grande.

O jornalismo, para Callage, foi também um veículo para difusão de seu programa literário. Já em 1917, publica no *Correio do Povo* o artigo “Poesia popular” – mais tarde republicado na coletânea *O fogão do gaúcho* (1929) – que pode ser lido como a enunciação dos valores que referendavam seu programa regionalista, legitimados como autênticos valores populares (20/06/1917).⁶ Participante do processo de consagração dos emblemas do gauchismo, sua literatura concentrou-se em um número relativamente limitado de temas: a glorificação do passado bélico do estado, a difusão literária das narrativas e versos populares orais, o elogio da determinação exercida pelo meio físico da Campanha gaúcha na formação psicológica e fisiológica do sul-rio-grandense, a idealização de valores políticos como a liderança e a luta pela liberdade.

Crescentemente, no entanto, Callage avançou em direção à percepção das transformações do espaço social da Campanha com a decadência das elites tradicionais e a ascensão de valores e práticas modernizantes. Ainda no *Correio do Povo*, publicou alguns estudos de análise sociológica e cultural que demonstravam sua inquietação frente ao avanço da modernidade no estado, o que se expressava tanto em sua preocupação com a atualização técnico-produtiva quanto

⁵ CALLAGE, Roque. *Episódios da revolução*. (3 a 24 de outubro de 1930). Porto Alegre: Globo, 1930.

⁶ CALLAGE, Roque. Poesia Popular. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano XXIII, n. 144, p. 1, 20 jun. 1917.

em sua observação da mudança comportamental que colocava em desuso algumas manifestações da tradição popular.

Assim, jornalismo e ficção literária correram paralelos em sua trajetória. No mesmo ano em que estreou na imprensa, 1908, Callage publicou seu primeiro livro, *Prosas de ontem*, reminiscência simbolista que não deixava entrever o rumo que sua carreira literária viria a seguir, tendo sido posteriormente renegada pelo próprio autor. Entretanto, sua publicação seguinte, *Escombros*, de 1912,⁷ já acena para a linha regionalista que o celebrizaria na literatura do estado, e que viria consagrar sua primeira coletânea de contos, *Terra gaúcha*, de 1914. Define-se, neste momento, o rumo de sua produção ficcional, que, ao longo dos anos, tendeu a tornar-se mais complexa do que fazia supor esta primeira obra genuinamente regionalista. Nesta linha, seguiram-se *Rincão: cenas da vida gaúcha*, de 1921, e *Quero-quero: cenas crioulas*, de 1927, coletâneas de contos. Seu interesse pela tradição gauchesca daria, ainda, origem a duas coleções de ensaios sobre temas regionais, *Terra Natal*, de 1920, e *No fogão do gaúcho*, de 1929. Adicionalmente, levando-se em conta que os anexos lexicais eram uma praxe na literatura regionalista brasileira, publicou o *Vocabulário gaúcho* em 1926, seguido de uma versão revista e aumentada, em 1928.

De forma aparentemente paradoxal, o escritor de nostálgicos contos regionalistas acompanhava, nas crônicas de *A Cidade*, as reformas modernizadoras em Porto Alegre. Em um momento histórico em que a percepção da ruptura com o passado despertava tanto o entusiasmo pelas novidades quanto o temor da perda dos referentes culturais consagrados, a implantação do sentido da modernidade envolvia, além das dimensões técnico-produtivas, valores, comportamentos e práticas, ao passo que o ritmo das transforma-

⁷ CALLAGE, Roque. *Prosas de ontem. Escombros*. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

ções sociais nem sempre era coerente com as expectativas a seu respeito. Neste contexto, *A Cidade* convertia-se em uma tribuna, em que o jornalista externava suas posições a respeito dos mais variados temas, desde que considerados relevantes para o dia a dia de Porto Alegre: a vida artística, a manutenção e a transformação da infraestrutura urbana, os serviços públicos, o comportamento e os hábitos populares, a criminalidade, os flagrantes da rua da Praia, os assuntos discutidos nas rodas dos cafés, o consumo e a carestia, a transformação do comportamento feminino e, por vezes, a política regional e nacional. Nas palavras de Alcides Maya, em carta dirigida à coluna, *A Cidade* era:

um pequenino caleidoscópio urbano, que tem a vastidão de abranger, sob múltiplos, breves, coloridos e práticos aspectos, todos os problemas, tão esquecidos entre nós, da velha data, referentes ao desenvolvimento e ao primor de certos serviços de urbanismo e cultura social. (*Diário de Notícias*, 24/05/1931).

A leitura diária da coluna a convertia em um espaço que, além da objetividade do cotidiano, abria espaço para a subjetividade, os gostos e opiniões de seu titular. Seus temas iam sendo desenvolvidos no ritmo da vida urbana e das questões que esta propunha ao observador crítico, interessado e participativo, mas que não conferia àquele espaço no jornal qualquer pretensão de neutralidade, mantendo o lirismo, a revolta, o partidarismo e a ironia. Apesar deste caráter fragmentário das crônicas, a coluna foi, aos poucos, escrevendo sua própria história e assumindo uma identidade marcada pelas idiossincrasias de seu “proprietário”.

Por outro lado, apesar de cada crônica constituir uma unidade autônoma de sentido, *A Cidade* foi também escrita na perspectiva de um diálogo descontínuo com o público, em torno de um conjunto

de temas de interesse comum. A coluna muitas vezes soava como uma conversa iniciada por acaso com um desconhecido sobre temas de interesse geral – entre eles, diga-se de passagem, o clima, o mais prosaico tema que dois desconhecidos quaisquer podem ter em comum quando ocupantes de um mesmo espaço geográfico. Além deste espaço, a cidade possui também, é claro, muitas outras dimensões: personagens, enredos e cenários sobrepõem-se na cena pública. Essa se oferece ao observador a partir de sua capacidade de recortar a experiência coletiva, significá-la e convertê-la em uma espécie de texto a ser, também, lido coletivamente.

Não por acaso, *A Cidade* evoca “a alma encantadora das ruas”, expressão sorvida da crônica de João do Rio que deu nome ao seu livro mais conhecido, marco da crônica urbana brasileira. O uso da expressão evoca o intenso movimento de pedestres e o melancólico sentimento impresso por sua interrupção, pela chuva ou pelo frio (22/05/1927). João do Rio era uma referência fundamental, mas o espaço construído por Callage tinha características essencialmente diversas. O cronista carioca favorecia o que havia de pitoresco ou patético nas personagens “invisíveis” do espaço da cidade, sobretudo as que exerciam as “pequenas profissões ignoradas”, como os tatuadores, os vendedores de orações, os agenciadores de coroas funerárias, trabalhadores ambulantes como os músicos e os vendedores de livros, os mendigos e os mineradores escravizados. João do Rio é, acima de tudo, um observador distanciado de ambientes sociais a que não pertence, um repórter que apresenta a seus leitores mundos desconhecidos, ocultos no espaço urbano.⁸ Callage não se interessa tanto pelo que a cidade esconde. Pelo contrário, busca os aspectos mais imediatos e mais corriqueiros da vida cotidiana: o preço do pão e da carne, o clima, o movimento dos bondes, a criminalidade,

⁸ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. 2ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

a falta de luz, temas que faziam parte da experiência diária de seus leitores – a pequena parcela da população alfabetizada de então – e dele próprio. Os miseráveis, os pobres, os doentes, os marginalizados encontrarão seu espaço em *A Cidade*, mas, sobretudo, quando emergiam em um espaço social no qual pareciam contraditórios.

Como observa Charles Monteiro, a crônica se consagra como uma tradição de escrita no contexto porto-alegrense por meio de autores como Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889) e Aquiles Porto Alegre (1848-1926). Como a história, ela contribuía para a introjeção da consciência do tempo e para o processamento da memória social, de acordo com as expectativas de autores que projetavam sua imagem para o conjunto da sociedade.⁹ Um dos motivos da popularidade da coluna reside na identificação da crônica com a experiência coletiva, formando um espaço público de intercâmbio simbólico e de consequente fortalecimento dos vínculos de comunhão política.

Poderíamos evocar, a este respeito, as ideias de Benedict Anderson sobre a formação dos vínculos imaginários que enraizariam a formação de uma “comunidade no anonimato”, ou seja, a nacionalidade.¹⁰ Segundo ele, desde suas origens, o jornal profetizava a obsolescência do consumo de massa ao promover uma cerimônia coletiva diária em que milhares de pessoas, em seu espaço privado e simultaneamente, adquiriam a consciência do compartilhamento das narrativas do cotidiano com outras pessoas que, individualmente, desconheciam. À medida que esta cerimônia ia sendo repetida, fortalecia-se a percepção do convívio em um espaço comum por meio de uma experiência que alicerçava o imaginário da identidade coletiva na rotina concreta do dia a dia.

⁹ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**. Histórias e memórias da cidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

¹⁰ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 69.

Perdendo em sofisticação teórica, mas ganhando na percepção do contexto mental de *A Cidade*, podemos avaliar a importância da imprensa na formação de uma “comunidade imaginada”, recorrendo também a um contemporâneo de Callage que foi uma de suas maiores referências intelectuais: o jurista e teórico do autoritarismo brasileiro Oliveira Vianna. No artigo “Minas da tradição e Minas do progresso”, escrito a partir de uma viagem a Minas Gerais realizada em 1929, Vianna observava a ansiedade com que a população da pequena cidade de Ponte Nova aguardava a chegada do trem que trazia os jornais e revistas ilustradas do Rio de Janeiro, à qual se seguiam momentos de dispersão em que as pessoas se recolhiam silenciosamente em suas casas, “lendo, saboreando, devorando as novidades do Rio”. Ele prossegue:

Estas observações me levam a uma conclusão incidente: a do papel da grande imprensa como fator da formação da nossa consciência nacional. É preciso ter observado estas pequenas cidades do nosso interior para sentir que formidável agente de unificação espiritual não é o grande jornal. Ele exerce uma ação incomparável neste sentido – porque atua com um poderoso reduto desse espírito de localismo, que a nossa imensidade territorial tende, espontaneamente, a desenvolver e acentuar.¹¹

No caso de *A Cidade*, este sentimento de comunidade simbólica era alimentado tanto na esfera mais restrita de Porto Alegre, através da criação de um canal imediato de comunicação em que o indivíduo dialogava com o grupo sobre as mínimas questões urbanas, quanto na esfera nacional, ponto de referência para a discussão mais ampla sobre questões políticas, comportamentais e culturais,

¹¹ VIANNA, Oliveira. Minas da tradição e do progresso. In: *Pequenos estudos de psicologia social*. 3.^a ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 54-70.

e, ao mesmo tempo, para o estabelecimento dos parâmetros mais relevantes para a avaliação do estado de progresso da capital do Rio Grande do Sul. É importante levar em conta que, como observa Oliveira Vianna depois de anotar a ansiedade dos interioranos em tomar conhecimento do que se passava no Rio de Janeiro, este sentido de progresso não deslegitimava as diferenças regionais e locais. Pelo contrário, havia uma aclimação das práticas culturais consagradas como mais atuais ou mais prestigiosas à mentalidade do grupo, o que a crônica de Callage ressaltará inúmeras vezes ao fazer o trânsito entre o “moderno” (ou, podemos dizer, aquilo que se estabelecia como o “universal”), o nacional, o regional, o local, além de outras dimensões como o rural e o urbano.

Além disto, *A Cidade* foi também exímia em valorizar o que poderia parecer desimportante: sensações, vivências subjetivas, estados de humor, sentimentos que não poderiam ser vividos coletivamente, mas que podiam ser compartilhados a partir de um ponto de referência: o cronista. Por isto, o registro multiforme e personalíssimo da vida de Porto Alegre nas linhas da coluna transformou Callage em uma figura pública singular no cotidiano de Porto Alegre, uma espécie de celebridade local, sendo convidado para a composição de júris, por exemplo, como o da escolha da melhor fantasia na “Festa dos bichos”, desfile caricato dos estudantes, juntamente com Raul Pilla, em 1926 (25/04/1926). O sinal mais evidente da popularidade rapidamente adquirida pelo colunista é, certamente, o caso de um engenheiro, Domingos Corrêa, que havia sido preso por estupro depois de conseguir se aproximar de uma moça de distinta família local alegando ser o autor dos artigos assinados como “C.” no *Diário de Notícias*. Reportando o ocorrido, o cronista assume o discurso da modéstia e da humildade no serviço ao interesse público: “A honra de ser o C. desta e de outras seções do *Diário de Notícias*, é uma honraria que não honra ninguém e que de modo algum recomen-

damos ao Dr. Domingos Corrêa ou a qualquer outro que dela queira fazer uso" (16/04/1925).

Apesar da lacônica assinatura C., a coluna acabou sendo identificada pelo público com a figura de Roque Callage, que reporta em diversas ocasiões ter sido parado na rua para ouvir demandas e reclamações dos leitores, ou para constatar um determinado problema urbano, e em seguida comentá-lo no jornal. Ainda no primeiro ano da coluna, o cronista conta ter sido abordado por um comerciante quando passava pela rua Voluntários da Pátria, sendo convidado a adentrar seu estabelecimento para testemunhar a dificuldade de manutenção das condições de higiene reclamadas pelo cronista. Este acaba por reconhecer o mérito do problema, levando em conta as péssimas condições de manutenção da via pública, sempre atingida pela poeira ou pela lama (16/07/1925). Outra evidência do personalismo assumido pela coluna é o fato de que, no período estudado, apenas as crônicas escritas por Callage eram assinadas, sendo as de seus substitutos sempre anônimas. A melhor ilustração disto são os versos abaixo, enviados por carta ao cronista:

Melhor não era "Cidade"
 Se em vez do C. simplesmente
 Por direito e por verdade
 Você (que ninguém se aterre)
 Ao seu isolado C.
 Antepusesse o seu R.
 E nisto de jornalismo
 Diária escrevinhação
 Eu sou um C. de bobage...
 Você não! Você escreve
 E quando se mete a agir
 De prumo, pedra e cal... age
 (21/04/1926)

Outro bom índice do reconhecimento público da coluna é o fato de que ela acabou por se tornar um agente intermediário entre a população e o poder público, através da publicação das cartas enviadas à redação do *Diário de Notícias*. Os convites recebidos pelo jornalista para percorrer instalações e obras públicas em curso são um sinal disso, como reportado pela entusiástica crônica em que ele visita a nova companhia hidráulica municipal (09/09/1927). Muitas vezes, os leitores escrevem para a coluna na expectativa de que através dela suas demandas chegassem às autoridades. “Não seria de bom alvitre que V. Sa. se interessasse pelo assunto, escrevendo um comentário a respeito, reclamando a reconstrução da referida ponte?”, pergunta o leitor BM em carta publicada em 8 de dezembro de 1927, referindo-se ao péssimo estado da ponte na estrada do Cristal à Tristeza. Na crônica de 22 de outubro de 1929, lê-se: “Temos aqui uma carta solicitando a intervenção da *A Cidade* junto à administração municipal”. Neste momento, o cronista assume este como um papel da coluna, “dando conta da reclamação que nos foi dirigida e levando-a por intermédio desta seção ao conhecimento de quem de direito”, apesar de confessar sua descrença quanto à resolução do problema.

O resultado é o reconhecimento dos leitores, como um daqueles que enviaram cartas à coluna: “quero aproveitar a oportunidade para agradecer-vos pelo muito que tem feito e conseguido pelas colunas da sua *A Cidade*, em benefício da população desta capital” (30/09/1928). Por outro lado, o cronista fazia questão de ressaltar o papel de *A Cidade* como espaço de comunicação voltado a intermediar a relação entre os cidadãos e o poder público, remetendo a ele qualquer responsabilidade pelos problemas urbanos, e assim evitando a cobrança dos leitores à medida que estes não se resolviam: “A reclamação não é conosco. É com o Sr. Major Intendente ou com quem faça as vezes na administração local” (14/05/1930).

Manifestações como essas podem, por outro lado, ser atribuídas ao humor inconstante do cronista em sua interação com o público.

A posição programática de *A Cidade* no que diz respeito ao poder público é a de manutenção da justiça e da independência. O cronista não assume, de fato, qualquer posição dogmática na avaliação das ações dos agentes públicos, que assume tonalidades das mais variadas na história da coluna. Certamente, em termos quantitativos, o mais frequente é a crítica, que conduz o cronista a desenvolver algumas campanhas sistemáticas. Como exemplo, citamos a que é movida contra os novos métodos de cobrança do imposto predial, que, na visão de Callage, favorecia os proprietários de arranha-céus e grandes edifícios, em detrimento dos inquilinos, e conduzia ao aumento do custo de vida da população pobre. Neste momento, o jornalista faz uso de um de seus procedimentos característicos, qual seja, a partir de uma situação específica, enuncia uma sentença de sentido geral, ao remeter o exemplo a um diagnóstico da situação política do país, uma república indiferente ao povo:

É preciso também ter-se em conta que a vida de Porto Alegre é a vida do pobre, da população que moureja a luta e que, não possuindo casas próprias, vai ser sacrificada com essa lei porque ao senhorio nada acontece: ele desaperta para a esquerda... Entretanto, o novo projeto, enquanto favorece escandalosamente o capitalismo, mete um arrocho à nossa enorme população sacrificada e pobre. (06/12/1927).

Mesmo no caso da atuação da polícia, a organização mais duramente combatida pelo cronista, chega a haver uma crônica em elogio à sua reformulação, em 15 de agosto de 1925, o que será prontamente desmentido nas crônicas seguintes. Outra instituição contra a qual o jornalista se indispõe frequentemente é a Inspetoria de Veículos, responsável pela regulamentação e controle do tráfego

urbano, denunciada, por exemplo, pelo grande número de acidentes causados pelo excesso de velocidade dos ônibus: “Ela é a maior responsável pelos desastres, exatamente porque não faz cumprir à risca as disposições das posturas municipais em relação ao excesso de velocidade, não exigindo, no mesmo tempo, como devia exigir, a carteira de habilitação de chofer.” (26/11/1926). Também neste caso, contudo, não deixam de ser encontradas, na coluna, manifestações favoráveis às iniciativas para sua reformulação, posteriormente desmentidas: “E nós a elogiar as atitudes e atos da Inspetoria, convencidos de que ela ia endireitar de fato o nosso anarquizado serviço de veículos. Tempo perdido.” (26/12/1926).

Callage deixa transparecer uma certa solidariedade para com os agentes públicos, ao reconhecer os conflitos de interesse que faziam com que a administração municipal inevitavelmente despertasse alguma forma de oposição. Em crônica de 1927, por exemplo, ele se vê às voltas com as posições divergentes assumidas pelos veranistas e pelos moradores da Pedra Redonda, a respeito da criação de um balneário que, beneficiando os primeiros, comprometia a tranquilidade dos segundos. Segundo ele, sempre haveria posições contrárias à opinião majoritária sobre um dado problema, devendo ser reconhecida a legitimidade destas desde que mantivessem a racionalidade em sua defesa do interesse público, e mesmo do interesse particular. Em outros casos, diz ele, vigorava a oposição sistemática ou mesmo um apego condenável à rotina. “Como é difícil satisfazer cabalmente a opinião pública!”, exclama ele, expressando não apenas a condição do administrador público às voltas com os interesses divergentes no contexto da cidade, mas também a de si próprio, como colunista de um espaço social comum que não poderia deixar de garantir a manifestação do contraditório (17/12/1927).

A observância desse princípio faz com que o autor não deixe de oferecer o espaço da coluna aos agentes públicos, para que se

defendam das críticas do cronista e dos leitores. Em 26 de setembro de 1929, por exemplo, é publicada uma carta enviada por Otávio de Oliveira, engenheiro fiscal da Intendência, em resposta à crônica do dia anterior, defendendo-se das acusações de abandono do belvedere construído entre as ruas Duque de Caxias e Coronel Fernando Machado, e reportando as providências assumidas pela administração municipal para melhoria daquele espaço. Em 1º de dezembro de 1925, o cronista apresenta, em resposta à carta de um leitor, a correspondência enviada pelo chefe da seção de jardins da municipalidade em que este apresenta o plano de ajardinamento e arborização do parque da Redenção, naquele momento ainda na primeira fase de sua construção. A coluna assume, assim, uma função informativa, levando ao conhecimento público os projetos da Intendência, o que ajudava a aplacar as críticas dos cidadãos e também criava um canal de comunicação entre o povo e seus representantes. Em outra ocasião, o cronista sente-se obrigado a justificar-se pelas críticas feitas à Intendência, depois que um de seus altos representantes envia a ele os projetos que já haviam sido aprovados e que desmentiam as informações publicadas no dia anterior em *A Cidade* (17/06/1928).

Por outro lado, a adoção de uma atitude de deferência em relação aos agentes públicos pode ser observada através do “culto” à figura de Otávio Rocha, homenageado em diversas crônicas que alimentam a mística do “grande remodelador de Porto Alegre”. Inicialmente, o cronista confessa um certo pudor em enaltecer figuras do mundo político, em parte por sua postura oposicionista, mas esta disposição acaba por ser desmentida quando o assunto era Otávio Rocha. Talvez isto se deva em parte ao fato de que o intendente morreu precocemente, em 1928, após apenas três anos de mandato, tendo anunciado, mesmo antes disso, seu afastamento do cargo para assumir uma cadeira de representação federal do Rio Grande do Sul. Callage sente-se, neste caso, obrigado a justificar sua postura:

Inimigos que somos, por temperamento, ao elogio pessoal, às manifestações laudatórias aos que têm em suas mãos uma parcela do poder – tanto mais quando esses louvores ou essas homenagens podem ser mal-interpretadas pelos espíritos prevenidos e acanhados – não podemos, entretanto, deixar de lamentar, com toda a sinceridade, o afastamento da administração municipal do brilhante remodelador da cidade.

.....

Adversários sinceros e convictos da situação política que domina o Rio Grande, nem por isso estamos presos à crítica de má vontade ou de censura sistemática, a maioria das vezes exercida por um estreito partidarismo. Pelo contrário, aqui proclamamos, com simpatia e entusiasmo, a grande obra iniciada e em grande parte concluída, pelo chefe do executivo municipal. (15/01/1928).

A intensificação do diálogo entre Callage e seu público em torno das questões urbanas acabou por converter os leitores em cronistas adjuntos da coluna. Crescentemente, *A Cidade* passou a abrir espaço para manifestação acerca das diversas questões da vida urbana, publicando a correspondência enviada à seção, acompanhada ou não do comentário do escritor. A maioria destes “colaboradores” reportava questões locais e expandia o alcance dos temas abordados, buscando fazer representar seus próprios interesses e opiniões. Com o aumento da demanda de leitores pela divulgação de suas cartas, Callage passou a resumir seu conteúdo, ou a publicar trechos curtos delas: “Infelizmente, a extensão de umas, a inconveniência de outras, obrigam-nos a resumi-las, a seguir com os comentários que julgamos cabíveis” (09/01/1930).

Um dos aspectos curiosos deste intercâmbio entre o cronista e os leitores é que nem sempre suas opiniões convergem. Especialmente à medida que passa a receber uma correspondência mais volumosa,

as trocas de farpas entre o jornalista e os leitores vão se tornando mais frequentes, motivadas pelo desejo do cronista de manter a coerência temática da coluna ou por divergências quanto às sugestões e pedidos apresentados pelos leitores. É o caso de uma carta que solicita espaço na coluna para a publicação de versos românticos: “Vê-se que o distinto moço tem grande inclinação para o ridículo. Francamente, não lhe louvamos a especialidade” (09/01/1930). Ou, ainda, a carta assinada pelo “paladino da moralidade”: “O seu pseudônimo é positivamente chato. Dá ideia de qualquer coisa dez mil vezes pior que as ideias e os lugares-comuns do Conselheiro Acácio” (12/02/1930). Outras vezes, as cartas são recebidas entusiasticamente, por apresentarem novos temas ou renovarem alguns já tratados pelo colunista, como no caso da carta de 14 de dezembro de 1927, assim anunciada: “De um espírito fino e cheio de bom senso, que modestamente se oculta sob o pseudônimo de ‘Um amigo da cidade’, recebemos a carta que a seguir publicamos.”

Outras cartas tentam emular o tom irônico tão característico de *A Cidade*, como no caso do leitor que elogia a sujíssima água oferecida pelas companhias hidráulicas de Porto Alegre por sua capacidade de criar imunidade, vacinando a população contra o tifo (25/12/1925). Outro bom exemplo é a hilária carta de uma leitora – que assina “uma artista” e é atribuída a “uma fulgurante ‘estrela’ das nossas pensões ‘chiques’” – passando-se por uma prostituta em defesa da “liberdade profissional”:

À Rua Riachuelo, principalmente, existem disseminadas por algumas quadras várias pensões “artísticas”. Acontece que as pensionistas, quando se recolhem, geralmente da o hora às 4 da madrugada, após seus fulgurantes triunfos nos “centros de arte”, que os há de fama, não o fazem sem certo constrangimento e tudo devido a uma mal-entendida tolerância da autoridade: ainda se permite que na supracitada

rua morem famílias burguesas a reclamarem a noite para o descanso! Veja que desaforo! (16/12/1927).

Em um único momento na história da coluna seu sentido dialógico e sua vocação para o debate franquearam espaço à polêmica entre leitores. Em questão estava a carta de um leitor publicada em 10 de outubro de 1929, em que este protestava contra os barulhentos foguetes que confeririam “características coloniais” às festas promovidas em Porto Alegre. Callage demonstra sua concordância com a reclamação do leitor, endossando a acusação de atraso ao defender que “a metrópole gaúcha é uma verdadeira aldeia”, advogando pelo silêncio e pela ordem pública. Dois dias depois, entretanto, a coluna abriga a carta de outro leitor que defende o direito das sociedades veteranas de homenagear seus fundadores, o que significava não mais que dar continuidade a suas tradições. A contenda continua com a publicação de nova carta no dia 15 do mesmo mês. Desta vez, Callage decreta seu encerramento definitivo: “Infelizmente a discussão dos dois dignos missivistas está tomando ares de polêmica. Em razão disso vamos parar aqui. Deixemos de lado os tiros e os foguetes, até que a polícia e as posturas municipais resolvam tomar providências a respeito.” (15/10/1929). O silêncio do cronista a respeito da questão, remetida às regulações jurídicas, talvez deva-se à delicada situação que a polêmica evoca: de um lado está o controle da ordem pública dentro dos padrões estritos da racionalidade progressista, que condenava os hábitos tidos como primitivos; de outro, está a percepção do espaço da cidade como um espaço comunitário que deveria ainda zelar pela memória de seus antigos usos e costumes.

As cartas dos leitores ocupam na história de *A Cidade* um espaço considerável, cerca de um quarto do total. No seu último ano de publicação, 1930, o cronista estabelece que as cartas seriam publicadas apenas uma vez por semana, e “de preferência as que tratam de assunto de palpitante interesse público” (24/05/1930). A primeira

carta havia sido publicada no dia 6 de maio de 1925, dois meses depois da estreia da coluna, o que leva a crer que, se a publicação de cartas não fazia de fato parte do projeto inicial, foi rapidamente incorporada a ele. Inegavelmente, a publicação dos escritos dos leitores constitui um espaço de interlocução do cronista com seu público, mas possui também uma outra função: ajudá-lo a preencher o papel em branco. Esta não é uma ilação fortuita, se observarmos a frequência com que Callage toma como assunto a falta de assunto, o que é compreensível quando se leva em conta que a coluna era publicada diariamente.

Relembrando a convivência com Callage, um colega escreveria: “Parece-me que o vejo ainda, curvado sobre o jornal, à procura do assunto – o tormento de todos os dias...”¹² Ao mesmo tempo, as crônicas sobre a falta de assunto tornam-se mais frequentes nos seus dois últimos anos de atuação em *A Cidade*. Os registros iniciais tratam contrariamente, do excesso de temas. É o caso da crônica de 1º de março de 1926, comemorativa do primeiro aniversário da coluna, uma das melhores manifestações do “programa” do cronista e seu primeiro balanço sobre sua atuação, com seu característico registro modesto – e, comumente, autodepreciativo:

No decorrer de um ano, essa modesta seção não foi uma só vez interrompida. Tantos foram os números que circularam desta folha, quantas foram às vezes que ela apareceu.

Essa assiduidade não lisonjeia o seu autor, muito menos aos leitores do *Diário de Notícias*, obrigados a vê-la, monotonamente, desataviada e rústica, entre as cercaduras desta coluna.

¹² Artigo assinado por A.G., à página 5 da edição do *Diário de Notícias* de 24 de maio de 1931, dia seguinte à morte de Roque Callage.

A culpa de tudo, entretanto, cabe exclusivamente ao Assunto que não falhou. O Assunto, que é sempre a tremenda dificuldade de todos os que são obrigados dia a dia a escrever em terra pequena, nunca fugiu, nunca escasseou, nunca se distanciou do nosso pensamento. Basta olhar em torno, para qualquer ponto que se busque da cidade, para que ele surja vivo, completo, integral, pedindo, insistentemente, três ou quatro tiras de comentário. É o que temos feito. (01/03/1926).

A diversidade de temas que compõem a coluna de Callage levou-o, por outro lado, a refletir sobre o processo diário de escolha com que, inevitavelmente, ele se via às voltas. Embora os temas mais comuns da coluna fossem os problemas concretos da vida urbana – especialmente os relativos aos serviços públicos e à administração local – a percepção subjetiva do espaço tinha também lugar garantido, embora a “função social” de temas como este fosse bem menos óbvia. Na crônica de 5 de junho de 1926, encontramos uma manifestação disto, na medida em que o cronista reflete sobre o quão legítimo era, naquele momento, falar da beleza de uma tarde outonal, frente à multiplicidade dos aspectos práticos – necessários, mas desagradáveis – que demandavam comentário. O elogio da paisagem tem que ser explicado em face de problemas como o fornecimento de energia elétrica, a incompetência da polícia, o preço da carne, o abandono dos bairros e a criminalidade. No entanto, diz ele, eram raros os dias em que a beleza da tarde tinha força suficiente para afastar o olhar dos “lamentáveis quadros das nossas ruas”.

Ao tentar justificar os devaneios líricos de uma observação da paisagem que se contrapunha às atribulações do cotidiano, a crônica citada acaba por acentuar a gravidade dos problemas de Porto Alegre, que, por final, ocupam um espaço bem maior que o elogio da natureza, que era, afinal, o tema proposto. Muitas outras crôni-

cas, por outro lado, assumirão essa perspectiva subjetivista e lírica sobre o cenário urbano, acentuando o caráter autoral da coluna e expandindo seu significado para muito além do de outras colunas jornalísticas que tratavam de temas cotidianos. Não era, portanto, por falta de assunto que uma bela tarde tornava-se um tema digno de atenção. Pelo contrário, além de ser um tema igualmente valioso, justificava-se pelo próprio desânimo despertado pela observação dos aspectos negativos da cidade (05/06/1926).

A primeira crônica que assume o tema da falta de assunto é a de 3 de maio de 1927, ou seja, no terceiro ano da coluna. Nesta, o cronista contrasta esse problema com o fato de serem os temas urbanos uma fonte inesgotável. Segundo ele, não se tratava de existirem ou não assuntos, e sim da impossibilidade de encontrar algo específico que despertasse o interesse necessário para a escrita. Há, já neste momento, a manifestação de certo desgaste provocado pela manutenção de uma coluna diária, mesmo levando-se em conta o uso das cartas de leitores: “Há mais de dois anos que aqui estamos, sem interrupção, nesta situação monótona e desesperadora de dar dia a dia um prato novo, uma nova nota aos nossos leitores sobre assunto privativo da *urbs*”. Novamente, a crônica traz à tona a multiplicidade de aspectos urbanos dignos de figurarem na coluna, o que, apesar de aparentemente paradoxal, não é contraditório com a falta de assunto: não se tratava de encontrar sobre o que falar, mas de encontrar em um determinado assunto um nexos discursivo que possibilitasse um fluxo espontâneo e contínuo de ideias: “A pena vacila no papel; desperta, luta, emperra. E nada! Falta qualquer coisa que a faça correr, livre, desembaraçada, em demanda a um determinado ponto.” (03/05/1927).

A falta de assunto e conseqüente repetição de temas, poderiam gerar desinteresse pelo comentário de problemas relevantes, mas já muito batidos. A repetição é, primeiramente, atribuída ao

provincianismo da cidade, que limitava os assuntos de interesse (17/08/1927). Em seu estudo da crônica urbana porto-alegrense, Sandra Pesavento demonstrou que a falta de assunto era uma queixa comum no jornalismo local, sendo de fato muitas vezes associada ao que a autora denomina “amargura provinciana”: o pesar frente a uma cidade acanhada que não oferecia atrações suficientes para o exercício da prosa cotidiana.¹³ No caso de Callage, entretanto, o uso deste argumento não é frequente.

Na crônica acima citada, a dificuldade de encontrar um tema é fruto da dificuldade de superação dos problemas crônicos da vida urbana: a falta de espírito cívico, a inoperância da gestão pública, a ineficiência dos prestadores de serviços e a procrastinação aparentemente infinita de projetos. Em questão estavam não apenas os eventos diários e as mudanças na vida urbana, mas, sobretudo, as continuidades, lamentadas como sinais de estagnação ou de incapacidade de assumir um ritmo de atualização coerente com as expectativas alimentadas pelo avanço de outras cidades.

Frente a isto, transparece o desânimo, como na crônica de 16 de julho de 1927, em que os problemas de saúde da população, derivados da característica instabilidade climática da cidade, são transferidos à própria coluna, que “anda também vai não vai...”. A “falta de assunto” ajuda a explicar não apenas a retomada de temas, mas a eventual – apesar de rara – repetição de crônicas já publicadas ou, ainda mais raramente, a “reciclagem” de textos antigos. É o caso das duas crônicas sobre o espanto causado pela passagem de uma mulher de longos cabelos louros, em plena vigência do corte à *la garçonne*. Entre a primeira, publicada em 26 de novembro de 1925, e a segunda, em 11 de julho de 1928, há em comum persona-

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Paris. Rio de Janeiro. Porto Alegre. 2ª. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 335-350.

gens, sentenças, peculiaridades vocabulares, referências literárias e mundanas, embora não sejam as duas crônicas de fato idênticas.

Por outro lado, quando as crônicas são lidas em conjunto e retrospectivamente, percebe-se que a repetição é também um importante recurso discursivo, pois, à medida que os temas vão sendo reiterados, eles próprios se fortalecem. Além disto, ao longo do tempo, o cronista reutiliza imagens, ideias e conceitos que, a cada vez que são retomados, estreitam sua conexão com o leitor. A coluna diária cria, assim, uma espécie de cumplicidade entre o cronista e seu público cativo, aquele capaz de identificar o sentido de recorrências que seriam possivelmente estranhas a leitores desavisados: o “raio X”, “o pauzinho”, o “nu artístico”¹⁴. As repetições ajudam também a definir determinados temas que se tornam objeto de verdadeiras campanhas assumidas pelo cronista: a proteção aos animais de tração, a arborização da cidade com espécies nativas, o bonde noturno, o recenseamento da população. Além disto, determinados personagens urbanos repetem-se e aprofundam a sensação de familiaridade com o universo da coluna: o poeta modernista, os basbaques, os almofadinhas, o gaudério na cidade, os bolinas.

Outro fator que, segundo Callage, determina a falta de assunto é a limitação da temática da coluna aos assuntos locais. Na crônica de 17 de agosto de 1927, o narrador encontra um interlocutor que se encarrega de ajudá-lo a enfrentar a falta de assunto, sugerindo a ele diversos temas: os buracos na rua, a falta de iluminação nos subúrbios, a remodelação urbana. Mas todos eles são tidos como repetitivos, e “não há nada mais intolerável do que a monotonia da repetição”. Ao final, o interlocutor sugere a sucessão presidencial, assunto que era uma verdadeira novidade. O tema é rechaçado, uma

¹⁴ Termos utilizados para se referir, respectivamente: aos raios de sol, que à contraluz permitiam visualizar o corpo feminino sob os trajes leves de verão; ao cassetete dos policiais; à moda dos vestidos curtos e fluidos.

vez que “não é assunto do município; é assunto do Estado, escapando, portanto, às atribuições desta crônica puramente local”. No entanto, o argumento era falso, possivelmente fruto da forma enfática e sempre prolixa com que o autor tratava a falta de assunto. Na verdade, as questões políticas nacionais e estaduais eram temas há muito incorporados pela coluna. A justificativa para isto era simples e recorrente: o cronista nada mais faria do que reportar aos leitores o que ouvia nas rodas de sociabilidade, nas confeitarias e nos cafés da capital, o que legitimava o tratamento do tema.

Durante a Revolução de 1930, e mesmo no período que a antecedeu, Callage engajou-se enfaticamente, e *A Cidade* assumiu os eventos políticos como tema primordial, tornando-se uma trincheira através da qual ele difundia seu ânimo revolucionário. O cronista chegou, na coluna de 21 de outubro de 1930, em plena Revolução, a ensaiar o tratamento de temas habituais como as reclamações sobre o serviço de bondes da Companhia Carris e a arrecadação do imposto sobre o comércio e a indústria. Entretanto, ao ver o povo acorrer ansiosamente, ao toque das sirenes que anunciavam as novidades nos painéis dos jornais, acaba mudando de ideia e volta a tratar dos boatos e das manobras de guerra: “nos dispusemos a tratar dos dois assuntos apenas em começo linhas acima, quando uma outra ‘sirenada’ nos chama a atenção. O povo, ansioso como sempre, já está devorando na pedra a última nova” (21/10/1930). As notícias da cidade mais uma vez ficariam para o fim do conflito.

De fato, a Revolução era o assunto palpitante da vida de Porto Alegre. No entanto, seu término em 24 de outubro encontrou o cronista saudoso de seus temas habituais, que não eram os grandes feitos e as grandes inflexões históricas, e sim o corriqueiro dia a dia, o lento processo de construção da paisagem física e humana da cidade:

Palavra de honra que estávamos com saudade de você, – ó cidade amiga!... Mas de você nos seus aspectos triviais de

todos os dias: o tráfego de veículos, o aformoseamento urbano, a higiene das ruas, o abandono dos bairros suburbanos, os excessos de velocidade, além de uma infinidade de outros assuntos do dia a dia da *urbs*. Até da gatunagem e dos batedores de carteira – até mesmo do “jogo do bicho” estávamos com saudade, palavra... (28/10/1930).

No entanto, a restrição temática sempre deu motivo a reclamações sobre a falta de assunto: “Se ao menos a gente pudesse falar do Sr. Mussolini, de uma nova revolução no México ou de qualquer ocorrência na China, o problema para o cronista estaria definitivamente resolvido.” (19/11/1930). Mas a percepção do autor sobre a falta de assunto é deveras subjetiva e pessoal, e parece antes refletir seu estado de espírito e sua disposição a alimentar o espaço que conquistara no *Diário de Notícias* do que qualquer outro propósito. É curioso que, ao fazer o balanço de 1927, ano em que o tema emergiu na coluna, Callage o tenha obliterado completamente, afirmando que “não houve um dia que a matéria-prima nos escasseasse; não houve um momento que tivéssemos dificuldade em adquiri-la neste vasto empório de miscelâneas que é em verdade a nossa valorosa e progressista capital” (03/01/1928). Neste momento, o entusiástico elogio ao desenvolvimento da “metrópole” (termo utilizado pelo autor nessa crônica) não dá lugar a manifestações de desânimo.

O próprio cronista dá a entender que a falta de assunto era, de fato, uma expressão de seu estado de ânimo, ao atribuí-la, por exemplo, ao frio do final de maio, em que “o espírito é que não funciona, e, portanto, não encontra o assunto” (29/05/1929). Uma manifestação bastante peculiar do tema surge em 1º de maio de 1929, quando é publicada uma crônica sobre o poder discricionário dos burocratas, texto que em nada deixa transparecer qualquer problema de falta de assunto. Nas linhas finais, entretanto, ele o invoca, atribuindo o problema, naquele momento, à impossibilidade de sair de casa. A

confissão pode ser lida como um pedido de desculpas em face de um texto de resultado talvez insatisfatório para seu autor, ou como fruto de um desejo de comunicar ao leitor as circunstâncias de sua escrita. Esta última postura é nítida na crônica de 29 de maio de 1928, que revela as impressões colhidas através da vidraça, num dia de chuva em que lhe teria faltado coragem de enfrentar o mau tempo. A vida de Porto Alegre é comunicada, então, a partir da perspectiva fixa do observador em seu mirante, “em dias que a gente é como os prisioneiros que olham a vida sempre de um mesmo ponto”.

É possível deduzir que a própria falta de assunto tenha conquistado um lugar no repertório temático de *A Cidade*, uma vez que as crônicas sobre o tema constituem uma espécie de metadiscorso em que a coluna questiona seus propósitos, motivações e condições de produção. A própria linguagem das crônicas deixar-se-ia contaminar pelo problema, pois a falta de assunto explicaria um dos recursos mais utilizados pelo jornalista, a reprodução de conversas virtualmente ouvidas na rua, no bonde, nos cafés, ou travadas por ele com algum amigo ou mesmo com algum desconhecido que sabia de sua posição na imprensa: “o diálogo – distinto missivista – é a maneira mais cômoda de disfarçar a falta de assunto” (14/05/1930). Através deste tema, é posta em xeque a disposição do autor em manter este “já monótono palmo da coluna, onde uma mesma pena, acanhada e sem brilho, está a pedir substituto que melhor desempenhe tão delicada incumbência” (19/02/1929). No dia seguinte a essa declaração, a coluna (sem assinatura) anunciava o afastamento de Callage, para tratamento de saúde. Seu retorno dar-se-ia, sem alarde, em 19 de abril.

Não havia sido essa a primeira licença do jornalista. Em 5 de fevereiro de 1928, ele próprio anunciara a interrupção de sua assinatura na coluna, que seria escrita por outros jornalistas. A edição seguinte, sem assinatura, cuidou em reafirmar, entretanto, a identificação de

A Cidade com Callage. A retomada deu-se em 10 de abril do mesmo ano, quando o cronista, lançando mão de sua costumeira analogia política, faz uma avaliação do período, no tom de severa autocritica com que vinha já imprecando contra a “falta de assunto”:

O velho processo, tão antipático nas diversas modalidades da nossa vida política e administrativa, foi aqui bem-sucedido e deu ótimos resultados! O que nos parecia tão condenável em todos os aspectos por que fora do jornal os encarávamos, foi para *A Cidade* uma verdadeira medida salvadora. Cada companheiro que se abancava à mesa para traçar “provisoriamente” o comentário dessa seção, fazia-o de boa vontade e com raro brilho. Ao cronista “provisório” nunca faltaram a beleza do estilo e a atração imediata do assunto. Abençoado regime que nos poupou de um desagradável esforço cotidiano, e ao mesmo tempo livrou os leitores da monotonia de uma leitura que já se fazia prolongada e irreverente. (10/04/1928).

Doravante, tudo seria feito para que a seção angariasse novamente o prestígio que ela havia conquistado junto aos leitores. “Assunto naturalmente não nos faltarão”, declara enfaticamente, chamando a atenção para o ritmo intenso das transformações do espaço urbano de Porto Alegre.

Em 1930, último ano da coluna, observa-se um número maior de pequenas interrupções da participação de Callage, com a publicação de algumas crônicas que não trazem assinatura.¹⁵ Ao final de agosto de 1930, um colega jornalista reporta o caso jocoso de uma leitora que, não tendo reparado a ausência do característico *C.* ao final da coluna de 29 de agosto, escrita por ele a pedido do cronista titular, enviou

¹⁵ Isso havia ocorrido em 23/06/1929. No ano de 1930, exemplos de crônicas não assinadas por Callage são as de 22, 23 e 25 de fevereiro, 29 de agosto, 22 e 23 de outubro.

uma carta ao redator reproduzindo trechos da crônica e atribuindo a pouca inspiração à falta de assunto – o que arranca do jornalista-substituto um constrangido “muito obrigado...” (31/08/1930). O ocorrido dá bem a medida da intimidade dos leitores de Callage com seu estilo e seus temas, inclusive o da falta de assunto.

Em 11 de janeiro de 1931, o escritor publica a primeira crônica de sua nova fase no *Correio do Povo*, deixando *A Cidade* aos cuidados de outros jornalistas do *Diário de Notícias*. Recordando sua estreia jornalística, diz-se acometido do mal inevitável da carreira das letras: o esforço torturante para realizar algo que estava de antemão destinado a causar desapontamento. Uma nova esperança, prossegue ele, sempre surgia em face de cada desilusão, à medida que a “atração facinora pela letra de forma” absorvia todas as aspirações, como uma meta sempre inalcançável. “Estranho caso este: quanto mais reconheço a inutilidade desse esforço, mais vontade tenho de prosseguir” (11/01/1931).

Compreende-se as dificuldades da carreira intelectual no Brasil, mas Callage já havia, naquele momento, alcançado sensível reconhecimento público, e é eloquente que esta nova fase seja iniciada com um conjunto de crônicas de viagem pelo interior do Rio Grande do Sul. A série de artigos publicada a partir de 1º de fevereiro esboça um amplo painel da diversidade do estado, em evidente diálogo com a anterior atuação do escritor como cronista urbano e com seu engajamento fervoroso na Revolução de 1930. Seu principal objetivo era avaliar as condições de progresso econômico e social do Rio Grande do Sul, tomando como pontos de referência a iniciativa, a intervenção e o apoio do estado à iniciativa privada. Estão em debate as condições de comunicação e transporte, a infraestrutura para os setores produtivos e de serviços, o sistema tributário, a relação entre a União e os estados, temas caros àquele momento em que, após a vitória revolucionária, percebia-se que era chegado

o momento da verdadeira transformação. Ao colocar-se a serviço do ideal revolucionário, Callage concebe o jornalismo e a política como dimensões comunicantes e cooperantes. Dá exemplo disso o último artigo da série, *Na fronteira*, em que a figura do próprio Getúlio Vargas é mobilizada para o enfrentamento da condição deplorável do transporte ferroviário no sul do estado: cabia ao jornalista tornar pública a realidade, mas cabia ao governo agir sobre ela (17/05/1931).¹⁶

Esse seria o último artigo publicado por Callage, que morreu uma semana depois, em 23 de maio. Subscrições e eventos como a “Semana de Roque Callage”, promovida pela Livraria do Globo, fizeram parte de um conjunto de iniciativas para arrecadar fundos para a manutenção de sua viúva e seus dois filhos, mobilizando a imprensa porto-alegrense por alguns meses. A comoção no meio jornalístico dá ensejo à reflexão sobre o legado literário e jornalístico do escritor. Pedro Vergara, Manoelito de Ornellas, Aurélio Porto, Valter Spalding e Vargas Neto são alguns dos intelectuais que vão aos jornais de Porto Alegre prestar-lhe homenagens, e é principalmente como um cultor sincero e espontâneo do regionalismo gauchesco, como um “belicista da nossa tradição”¹⁷, que ele é elogiado por seus pares.

Quanto às suas crônicas urbanas, as referências são bem menos grandiloquentes. A mais representativa delas foi publicada em *A Cidade* no dia seguinte a sua morte, em uma crônica não assinada em que Callage foi definido como “um colaborador eficiente da remodelação urbana de Porto Alegre, empreendida pela férrea tenacidade de Otávio Rocha” (24/05/1931).¹⁸ O escritor certamente se sentiria

¹⁶ CALLAGE, Roque. Na fronteira: Cacequi – A ponte de Santa Maria, Alegrete – Uruguaiana a B. G. S. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 114, p. 3, 17 maio 1931. Sobre esta série de crônicas, ver MURARI, Luciana. A configuração do espaço regional nas crônicas de viagem de Roque Callage. *Revista del Cesla*, Varsóvia, n. 15, 2012, p. 29-46.

¹⁷ Expressão cunhada por um editorial do *Estado do Rio Grande*, e citada pelo *Correio do Povo* em sua edição de 28/05/1931, p. 5.

¹⁸ CALLAGE, Roque. A solidariedade de seus colegas de imprensa e de seus amigos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano XXXVII, n. 123, p. 5, 24 maio 1931.

lisonjeado ao ver seu nome associado ao do “grande remodelador”. Não por acaso, em alguns momentos Callage havia se referido à sua coluna como uma outra cidade: “Outono, delicioso outono! Ainda és o único encanto desta desenxabida cidade, desta, que aqui diariamente escrevemos e da outra, sobre a qual diariamente falamos...” (24/04/1926). O artifício retórico do cronista revela que ambas, a cidade real e a cidade da crônica são, igualmente, textos que iam sendo escritos e lidos no cotidiano de Porto Alegre.

“Todos os dias são bons e todos os dias são maus. Tudo depende daquele mero estado de alma que o poeta sentiu primeiro para cantar depois”, escreve Roque Callage n’*A Cidade* de 22 de maio de 1928, refletindo sobre a retomada do ciclo semanal em uma sonolenta segunda-feira de nevoeiro em que a preguiça de recomeçar e a expectativa de realização revezam-se na tomada de consciência do retorno à rotina. A recorrência da temática do clima nas páginas de *A Cidade* é a mais eloquente demonstração da busca pelo cronista de criar o sentimento de um espaço cotidiano partilhado entre e com seus leitores. Sem dúvida, trata-se do assunto que, mais explicitamente, define as circunstâncias ambientais que conformam a vida cotidiana – embora as possibilidades de resposta a essas circunstâncias possam ser bastante diversas. O clima pode ser também o objeto por excelência para representar a sucessão temporal no cotidiano, uma vez que descrevê-lo permite definir como se passou um dia e como esse pôde ser vivido, individual ou coletivamente, tanto em termos das condições objetivas da experiência quanto das sensações e dos estados de espírito inspirados pelo ambiente. Falar do clima é, além disso, o expediente por excelência da abertura de um espaço de diálogo independente de vínculos pessoais e um bom pretexto para dar início a uma conversa que pode, a partir daí, afluir para os mais diversos temas.

No cotidiano da cidade, os rituais da rotina organizam a multiplicidade de trajetórias individuais, dinâmicas corporais e estímulos externos que convergem nos lugares públicos, imprimindo ao tempo-espaço moderno uma aparente previsibilidade. Naturalizando a vivência coletiva, a repetição automática dos gestos e das condutas que tornam possível a assimilação do meio urbano ao dia a dia de cada cidadão atua no sentido da manutenção dos arranjos que conformam uma determinada ordem social. Reiterando o comportamento aprendido, a rotina permite renunciar ao pensamento e ao esforço de decisão, e lidar sem (muitos) sobressaltos com a reiterada sucessão de imagens e estímulos sensoriais que permeiam a experiência urbana. Cabe à subjetividade, entretanto, a significação positiva ou negativa, ou, alternativamente, a indiferença, em relação aos inúmeros convites que o meio urbano oferece à excitação dos sentidos.

Nesse contexto, a passagem dos dias do calendário é preenchida de significados, de maneira que as unidades de tempo – dias, meses, anos, estações – definem-se por meio da reflexão sobre o vivido, de referências culturais e de tradições passadas em revista. Segundo Callage, por exemplo, o mês de maio desvestia-se de toda a mística do passado à medida que entrava em decadência a festa do Divino, enquanto a linguagem poética que havia consagrado suas qualidades perdia o antigo lirismo. Observa-se, assim, a emergência de uma percepção de que a modernidade teria invadido a própria natureza, perturbando os ciclos climáticos. Nada tem de nova, portanto, a sensação de que não há mais inverno e de que o ciclo natural das estações está irrevogavelmente perturbado em relação a um “antigamente” ideal em que ainda havia constância e previsibilidade – os tempos da modernidade são, de fato, tempos de perturbação de nossa capacidade de ordenamento do mundo tal como até então o compreendíamos.

Oferecemos, através desta coletânea, um mosaico da vida de Porto Alegre em um dos períodos mais dinâmicos de seu processo

de atualização. Isso diz respeito, certamente, à remodelação urbana que conferiu à cidade alguns de seus mais característicos espaços, mas também compreende a observação das possibilidades oferecidas por ela, como um lugar onde se exercitam novas formas de viver em grupo, de experimentar a liberdade e de criar, cotidianamente, um sentido moderno de comunidade. Esse sentido depende não apenas de aprender a compartilhar um espaço, mas também envolve a tarefa de escrever, cotidianamente, a narrativa das repetições automáticas e das peripécias semi-heroicas de seus cidadãos, que encontraram em *A Cidade* um paradoxal diário íntimo, tão pessoal quanto coletivo.

No capítulo 6, encontramos os cidadãos de Porto Alegre às voltas com a instalação e a manutenção da infraestrutura e dos serviços públicos que traziam praticidade e conforto à vida moderna: água encanada, saneamento, iluminação, energia elétrica, calçamento de vias, transporte coletivo por ônibus, trem e bonde, comunicação telegráfica e telefônica, além dos habituais serviços de limpeza urbana. A implantação de novas comodidades despertava entusiasmo, mas suas limitações igualmente chamavam a atenção da coluna de Roque Callage, seja pela restrição de seu alcance geográfico, seja pelos muitos reveses de sua concretização, como a morosidade, a ineficiência e os ocasionais danos ao patrimônio público e privado gerados durante a realização das obras. As enchentes, fenômenos relativamente comuns à época, periodicamente punham à prova essa infraestrutura e mergulhavam a cidade no caos, para consternação do cronista, observador atento dessas calamidades que afetavam principalmente suas regiões menos favorecidas. Seguindo o andamento dos trabalhos que se distribuíam principalmente nas áreas mais centrais de Porto Alegre, as crônicas de Callage nos oferecem a oportunidade de acompanharmos as transformações urbanas em seu cotidiano de avanços lentos e recuos ocasionais. Ao final da década

de 1920, essa nova dinâmica já havia transformado radicalmente a paisagem da capital e a experiência de seus moradores.

O capítulo seguinte permite-nos testemunharmos a atuação do cronista como um comentador da vida política do Rio Grande do Sul e do Brasil. Crítico acerbo dos rumos da República e das práticas do Partido Republicano Rio-Grandense, Callage desviava-se ocasionalmente da estrita temática de sua coluna de assuntos urbanos para externar suas posições políticas, como é o caso do texto escrito em louvor ao imperador Pedro II, homenagem que simbolizava, como nenhuma outra, a desilusão republicana que precocemente atingiu os observadores do novo regime. Na maior parte das vezes, o debate político é habilmente embutido pelo cronista nos relatos do dia a dia da cidade, por meio da reprodução de diálogos virtuais, do comentário de efemérides, da externalização de esperanças eventuais e frustrações acumuladas. A paixão política do cronista evidencia-se com a ascensão de Getúlio Vargas, de início na política do estado e, gradualmente, como uma figura de renome nacional. Nesse contexto, os eventos que conduzem à Revolução de 1930 despertam em Callage o gosto pela militância, transformando sua coluna em uma trincheira da ação revolucionária. Dali partiam ideias que haviam de entusiasmar o público e reacender a crença na vocação histórica do Rio Grande do Sul. Com a vitória da Revolução, rápida e por isso um tanto frustrante, o cronista encerra sua trajetória n'*A Cidade*, pois nada mais seria como antes na Porto Alegre de um novo tempo.

6. OS ANSEIOS E AS NECESSIDADES IMPERIOSAS DA COMUNA: MANUTENÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

No espaço do jornal, a crônica criou espaço privilegiado para a formação de um público que tinha, em *A Cidade*, seu ponto de encontro. Assim, a coluna de Callage assumiu um propósito utilitário e pragmático derivado da capacidade do autor de fazer ver, significar e reconhecer os interesses comuns aos cidadãos que ali, virtualmente, se reuniam, com suas diferenças e suas reivindicações comuns. A voz de Roque Callage é a de um homem culto, informado a respeito do que se passava no mundo, e que brandia um conjunto coerente de valores modernizantes que pretendia encaminhar a sociedade para um lugar harmônico, em que o Estado cumpriria funções de organização, mediação e controle social.

Mesmo por isso, o escritor dedicou-se à difusão de normas de comportamento capazes de regular a convivência, de forma a promover a harmonia e a racionalidade, coibindo as manifestações tidas como incultas, antissociais ou estritamente individualistas. Ao expor as atitudes consideradas reprováveis, o cronista demarcava o valor judicativo que fazia parte do projeto “pedagógico” da coluna como espaço, por si próprio, promotor da organização e da racionalização da sociedade, em um ambiente urbano funcional e esteticamente harmônico. Callage vê-se, claramente, como participante da criação de um cidadão não apenas dotado de direitos – como o de usufruir das vantagens do conforto, da higiene e da organização da cidade moderna –, mas também de deveres – como o de adotar um com-

portamento consciente do impacto das ações individuais sobre o coletivo e coerente com o padrão cultural estabelecido a partir das metrópoles tomadas como modelo. O insucesso na introjeção dessas normas, por sua vez, conduzia o cronista a atribuir a Porto Alegre uma condição periférica dentro do contexto nacional, a qual chamava de “província”, ou um atraso que remetia ao obscuro passado colonial, denominado como “arraial” e “aldeia”.

A normatização das condutas demonstrava o evidente projeto da coluna de constituir-se como um espaço de promoção das formas de agir ditas “civilizadas”. Isso implicava também no julgamento dos comportamentos observados no dia a dia, na estigmatização de práticas costumeiras e na identificação dos transgressores, sujeitos à reprovação pública à medida que seu comportamento fosse exposto e rotulado como impróprio ao meio urbano, ou seja, desprovido de **urbanidade**. O restante caberia ao aparato legislativo, ao policiamento e ao sistema judiciário. A racionalização da vida urbana dependia, na visão de Callage, da eficiente ação reguladora, repressora e punitiva das instituições estatais, pois cabia a elas reformar a cidade e fiscalizar e regular as empresas prestadoras de serviços públicos, funções que se desdobravam à medida que a cidade se expandia e atualizava. Em pouquíssimas ocasiões, as entidades governamentais e os prestadores de serviço receberam o elogio do colonista. Suas queixas somavam-se às de seus leitores, para os quais frequentemente franqueava espaço.

Verificava-se que, na prática, a cobrança de impostos e taxas nem sempre equivalia ao cumprimento das atribuições básicas da Intendência Municipal, sobretudo no que dizia respeito à limpeza urbana. A sujeira da cidade é descrita em diversas situações – que vão da falta de varrição das ruas à precariedade do sistema de recolhimento e deposição de lixo – e retratada como um mal generalizado, em patente contraste com a intervenção eficiente – e às vezes ex-

cessiva, na visão de Callage – da Diretoria de Higiene e Saúde Pública do Estado. A recorrente superação das taxas de natalidade pelas de mortalidade em Porto Alegre torna compreensível a preocupação do colonista com as condições sanitárias da cidade, magno problema urbano considerado de importância superior à das demandas de reorganização e embelezamento, mas que implicava a realização de obras dispendiosas, como o saneamento das áreas baixas da cidade, a canalização do arroio Dilúvio e a expansão do serviço de esgotos.

Ao lado dessa cobrança da intervenção do Estado e do cumprimento dos serviços básicos de manutenção urbana, *A Cidade* dedicava-se também a avaliar as condições dos serviços prestados pelas empresas particulares que assumiam concessões públicas. A transformação dos padrões técnicos do sistema produtivo, no sentido das inovações da revolução tecnológica iniciada nas últimas décadas do século XIX, criava demandas sociais que dependiam da instalação de uma infraestrutura que, na segunda metade dos anos 1920, ainda funcionava de modo precário em Porto Alegre. Quanto à telefonia, não é propriamente a estrutura técnica, mas a imperícia das telefonistas que desperta a verve de crítica d'*A Cidade*. Mais comuns eram as censuras ao serviço de iluminação pública, eletrificação e transporte por bondes, assumidos pela nunca assaz execrada Força e Luz e, posteriormente, pela Companhia de Energia Elétrica. Às condições precárias de funcionamento desses serviços somavam-se os problemas causados pelo descuido na instalação da infraestrutura necessária a seu funcionamento, o que fazia com que o processo de atualização tecnológica parecesse resolver velhos problemas criando novos. Callage retrata, nesse contexto, o desamparo da população, simbolizado exemplarmente pela inexistência de abrigos nos pontos de parada dos bondes, o que a expunha aos extremos climáticos da capital. Essa foi uma das campanhas defendidas durante anos pela coluna.

No que dizia respeito à região central, um projeto em particular alimentava as crônicas d'*A Cidade*: a construção da avenida Borges de Medeiros. Mantendo a postura de crítica política que fez dele um opositor arraigado do regime castilhistaborgista, Callage diz ter sido a obra amaldiçoada pelo nome de batismo. Os muitos percalços para a realização do projeto forneciam um tema aparentemente inesgotável, uma vez que, fossem por motivos financeiros, técnicos ou práticos, as constantes interrupções e incertezas quanto à viabilização da obra davam margem a especulações. Uma delas, maliciosamente, remetia a inauguração da avenida ao ano de comemoração do centenário da Revolução Farroupilha (1935). A inauguração acabou ocorrendo antes disso, em 1932. Para o cronista, a avenida Borges de Medeiros representava mais do que uma nova via pública construída para aliviar o já congestionado trânsito da cidade, pois também seria capaz de melhorar a circulação de ar na área central, abrandando o calor “senegalesco” do verão porto-alegrense. Ao mesmo tempo, adquiria um sentido simbólico: a luta contra o terreno rochoso transformava a obra num prodígio da engenharia. Longa, ampla e artisticamente elaborada, ela definia o processo de remodelação da cidade, ao promover a comunicação de suas zonas alta e baixa.

O cronista teria acertado, entretanto, se tivesse previsto para 1935 a inauguração do parque da Redenção – ocorrida, esta sim, durante as celebrações da efeméride farroupilha, ainda que alguns trechos tenham sido abertos ao público anteriormente. O ajardinamento do campo da Redenção e sua conversão na grande área de lazer ao ar livre da cidade, de acordo com o projeto criado pelo urbanista francês Alfred Agache, foi um trabalho lento e também realizado de modo irregular, conforme a disponibilidade de recursos e as prioridades definidas pela Intendência Municipal. Para Callage, mais do que uma “atração” digna de ser mostrada ao visitante ou um ponto de encontro da população da cidade, o parque significava a adoção de

um estilo “civilizado” de convívio em um espaço público ordenado e, sobretudo, saudável. O cronista preocupa-se constantemente com a precariedade das condições sanitárias da capital e com a adoção de um estilo de vida mais dinâmico e arejado, que propiciasse a melhoria da saúde da população, principalmente das crianças. A reboque do desenvolvimento urbano promovido pelos cidadãos, o desenvolvimento da infraestrutura da cidade esbarrava na lentidão e na falta de coordenação entre a ação da municipalidade e a das não mais eficientes empresas privadas provedoras de serviços públicos.

A lentidão da construção das novas referências arquitetônicas da cidade e das grandes obras demandadas por Callage – além da avenida Borges, a construção do Palácio do Governo e da Catedral Metropolitana, a expansão da rede de saneamento para os bairros operários e a canalização do arroio Dilúvio – demonstra, por outro lado, a complexidade do processo de transformação do espaço urbano, dependente de escolhas políticas e entraves financeiros que, ao longo dos anos, condenavam os inúmeros projetos a uma longa e angustiada espera. Isso fazia do território da cidade uma colagem de cenários que iam da sofisticação moderna à precariedade do velho mundo rural.

As críticas do cronista à precariedade da infraestrutura urbana levam-no a militar pela realização de obras de melhoria nos bairros em que o dinamismo da atividade produtiva mais contrastava com o abandono do Estado. Um bairro, em particular, recebe a atenção de Callage, o São João, uma cidade dentro da cidade, cuja autonomia na vida produtiva, mercantil e social simbolizava, por um lado, grandeza, mas, por outro, desamparo. Juntamente com o bairro Navegantes e a várzea do Gravataí, o bairro São João era constantemente vitimado pelas enchentes, acidentes bastante previsíveis, levando-se em conta que as zonas baixas da cidade eram particularmente suscetíveis ao alagamento e não possuíam qualquer sistema de saneamento ou drenagem. A declarada simpatia do cronista pela população operária

explica seu tom particularmente comprometido quando a questão era a defesa dos interesses desses bairros, ainda que não fossem eles objetos exclusivos das críticas da coluna, como se lê nas crônicas sobre o Menino Deus, a avenida Cristóvão Colombo e a rua Santana.

Outro símbolo da ineficácia da municipalidade no cuidado das vias públicas é a rua Voluntários da Pátria, entregue, a crer no cronista, a um absoluto abandono, denunciado pelo calçamento precário e pela generalizada sujeira. O popular Caminho Novo é uma das vias urbanas mais constantemente discutidas nas páginas d'*A Cidade*, uma vez que as péssimas condições que ele oferecia aos transeuntes e aos trabalhadores que por lá circulavam – apesar de algumas obras realizadas entre 1926 e 1927 – eram totalmente contraditórias com a importância dessa rua para a vida comercial da cidade e para a geração das receitas fiscais da Intendência. A Voluntários da Pátria era ainda referência para um dos problemas urbanos apontados por Callage como um dos mais prementes: a alternância entre a poeira sufocante nos períodos de seca e a lama formada pela chuva, problemas que causavam não apenas incômodo à população, como também prejuízo aos comerciantes.

Predominam no espaço da coluna, decerto, os tons de denúncia e de cobrança. A suscetibilidade do cidadão frente ao governo era observada através das crônicas que retratam o suplício na busca de atendimento nos Correios e Telégrafos, na Intendência Municipal e na Delegacia Fiscal do Tesouro. Outras denunciam a não prestação de serviços públicos pagos através de impostos e taxas e demonstram a precariedade da organização burocrática do Estado, como também o descumprimento das funções assumidas por ele. O retrato da situação de Porto Alegre nas crônicas sobre a manutenção, as obras necessárias e a prestação de serviços urbanos é, em uma palavra, caótico. Em um contexto em que as expectativas de reforma pareciam contraditórias com a precariedade dos serviços públicos, o cronista sugere, de passa-

gem, um retorno no tempo, de volta aos lampiões e às juntas de bois. Trata-se, é claro, de uma provocação irônica ao espírito modernizante do tempo, que tanto entusiasmo era capaz de despertar, mas que parecia frustrar-se sempre que a incerteza e o medo do insucesso interpunham-se ao desejo de ver nascer, da velha Porto Alegre colonial, uma cidade que pudesse ser considerada moderna.

14 de março de 1925

Simplemente maravilhosa a grande avenida da Praia de Belas. Desde a avenida Pantaleão Teles,¹ a partir do antigo Gasômetro,² de desagradável memória, até o outro extremo chamado de Ponta do Dionísio,³ de nauseabunda lembrança, toda aquela larga faixa beira-rio é uma maravilha sem igual na beleza panorâmica e topográfica das cidades brasileiras. À direita, é toda a sedução indizível das águas do tranquilo Guaíba, a se estenderem num leve arrepio, de Pedras Brancas⁴ a Barra do Ribeiro; à esquerda, num bucolismo virgiliano, são os montes, o do Menino Deus e o de Santa Teresa, cobertos de uma vegetação delicada, onde limpas vivendas e pequenas casinhas modestamente se escondem.

¹ Avenida Pantaleão Teles: rua Major Pantaleão Teles, atual rua Washington Luís.

² Referência à antiga usina de gás de hidrogênio carbonado, construída em 1874, que funcionava no local e que fornecia gás para o abastecimento doméstico e a iluminação pública. Em 1928, foi ali inaugurada uma usina termelétrica.

³ Ponta do Dionísio: local de onde, até 1899, eram despejados no Guaíba os “cubos”, recipientes em que se carregavam os dejetos fecais recolhidos na cidade. Atualmente, o local pertence ao bairro Assunção.

⁴ Pedras Brancas foi distrito de Porto Alegre até 14 de outubro de 1926, quando foi criado o município de Guaíba, que agregou esse território ao dos distritos de Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel.

O passeio é tentador. Seguindo-se pela murada do cais no ponto onde foi a cadeia ou a Casa de Correção⁵ até ao Asilo do Padre Cacique,⁶ as paisagens de um e de outro lado deslumbram os olhares atentos, empolgando com visões novas os forasteiros exigentes, os áticos gozadores da vida. De quando em quando, velas e embarcações ligeiras, cargueiros e vapores deslizam, macios, como um azeite, sobre as águas serenas do rio sereno.

Mas, na grande avenida, a beleza é ainda mais expressiva. Pelo asfalto que divide a formosa artéria moderna em dois longos passeios, correm autos de luxo num vai e vem desesperado, como se fosse o próprio delírio da velocidade. No centro, as árvores e as flores dos artísticos canteiros, cheios de arabescos e de tufos, emprestam ao local o requinte fantástico de uma encantada alameda, talvez de algum país de ilusão e de sonho.

Anoitece. Os arcos voltaicos, como recurvos braços de ferro em poses olímpicas, suspendem os grandes bicos da iluminação faiscante. Que maravilha, que encanto, que grandeza nababesca (interjeição?). É um banho fosforescente inundando tudo, enchendo de fartura de luz aquela enorme extensão agitada da cidade. Os passeantes correm e cruzam em todas as direções, enchendo de bulício a hora em que uma nova vida começa para a nossa metrópole, hora de passeio, de alegria, de prazer, de gozo. De um e outro lado, caminham pares nervosos, embriagados de idílios de amor, sonhando com a suprema delícia da vida, enquanto a cidade continua a despejar, na elegante artéria da Praia de Belas, todo o aristocrático movimento vadio dos seus autos de luxo e das suas finas carruagens de preço.

⁵ Casa de Correção: presídio inaugurado na ponta da península central de Porto Alegre em 1855, e fechado em 1961. Foi inteiramente demolido em 1967.

⁶ Asilo Padre Cacique: instituição fundada pelo padre baiano Joaquim Cacique de Barros (1831-1907) em 1898, como abrigo para mendigos.

Mas, afinal, tudo isso é simplesmente um projeto secular que ainda não se realizou...

Praia de Belas, por enquanto, é um escoadouro de imundícies, onde predominam as sujeiras da rua poeirenta e as fagulhas do desajeitado trenzinho da Tristeza.⁷

Só isso, por enquanto.

7 de abril de 1925

São João!

Esse é o nome não do Batista, o precursor de Jesus, morto pela volúpia satânica e delirante de Salomé,⁸ mas, simplesmente, do mais populoso, do mais progressista dos bairros de Porto Alegre. A sua vida constitui exemplo magnífico de atividade e de trabalho, é uma vida à parte do resto da capital, tal o enorme conjunto de fatores locais que atuam na sua existência, completando a sua independência e intensidade.

Apesar de tudo isso, não se pode fazer uma ideia da situação precária, tristemente lamentável, em que se encontra o arrabalde de São João. De tudo ele precisa, de tudo ele carece, de tudo ele necessita; falta-lhe tudo, enfim. Não é de hoje que São João sofre as consequências da pena do abandono a que o condenou a edilidade. É de há muito tempo, desde que ali se ergueu a primeira casa e que se traçou a primeira rua. Agora que aquilo se tornou uma verdadeira cidade, com uma população superior a 20.000 habitantes, mais se gravou o mal, mais avultam ainda as suas necessidades, mais justas se tornam as suas reclamações. Luz, água, asseio, esgoto, policiamento,

⁷ Trenzinho da Tristeza: veículo de transporte ferroviário que circulou em Porto Alegre do final de 1899 a 1941. A estrada de ferro do Riacho à Tristeza foi construída pela Intendência Municipal para conduzir os cubos que continham o esgoto cloacal da cidade até a Ponta do Dionísio, mas já a partir de 1900 essa estrada passou a ser utilizada para o transporte de passageiros até a Zona Sul. In: MACHADO, Janete da Rocha. História da via férrea na zona sul de Porto Alegre. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 78-91, 2010.

⁸ Salomé: personagem bíblica.

nem é bom falar. São melhoramentos que não existem para aquela população, que não faz outra coisa senão esperar, esperar, esperar...

Nas ruas, sem a menor limpeza, as águas estagnadas, em podridão, fermentam nas poças e nas sarjetas imundas, que nunca viram a misteriosa vassoura municipal. Afirmou-se que ela, como a Ceres⁹ imortal que amadurece os pomos e as lavouras, surgia de madrugada, ao primeiro clarão da Alva, apenas. E dias e dias, a população inteira, como que cumprindo o culto de uma promessa sagrada, levantou-se, noite alta ainda, para esperar a vassoura encantada. Se o sono não veio depois de tanto tempo de espera inútil, creio que ainda lá estão todos os moradores do bairro, esperando... Enquanto isso, as enfermidades proliferam, as febres daninhas aumentam. Aquele ambiente miasmático é propício a todas as epidemias, a todos os males causados por esse grave descuido sanitário, por esse abandono da higiene pública. Se, ao menos, houvesse árvores nas suas largas ruas para promover a tonificação atmosférica, o necessário arejamento do local, com o ar renovado e purificado a cada momento, pela própria arborização, ainda o caso seria em grande parte atenuado. Mas nada disso. Tudo é árido e triste. Tudo são falhas imperdoáveis.

Essa é a situação do populoso bairro São João. E devemos dizer lealmente que o que aí fica dito está muito aquém da realidade assustadora do quadro. O assunto dá margem a outros comentários que oportunamente faremos.

23 de abril de 1925

Diálogo entre o edifício da Delegacia¹⁰ e o dos Correios e Telégrafos:¹¹

⁹ Ceres: deusa romana da agricultura, colheita, fertilidade e maternidade.

¹⁰ Edifício da Delegacia Fiscal: localizado na praça da Alfândega, foi inaugurado em 1922. Na atualidade é a sede do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS).

¹¹ Edifício dos Correios e Telégrafos: localizado na praça da Alfândega, foi construído entre 1910 e 1940. Hoje sedia o Memorial do Rio Grande do Sul.

- Parece que a municipalidade faz uma especial distinção entre nós...
- Por quê?
- Pois você não vê?
- Como assim? Não compreendo nada!
- Mas então, explique-se.
- Para mim, nenhuma atenção, nenhum carinho, absolutamente nada, enquanto que para você...
- Que tem isso?
- Aí está bem tratado, bem limpinho, com estátuas na frente, com jardim cuidado com gosto, com passeios calçados, tudo bem arranjado, que nem um brinco.
- Mas também aí tem uma bela frente, com canteiros e flores, até mesmo com roseiras desabrochando.
- Sim, mas veja o meu estado... Nem mesmo calçado está o meu passeio. Quando chove, como agora, é lama por toda a parte; a minha frente fica intransitável, e ninguém pode passar pelas minhas aberturas...
- Lá isso é verdade; mas lembre-se de que eu sou a repartição dos Correios e tenho ainda por cima este contrapeso do telégrafo.
- Qual nada...
- Como não? Veja o meu movimento, olha a minha freguesia. É um vaivém a toda a hora, que até parece formigueiro. Lembre-se bem disto: eu sou o Correio!
- Pois eu sou a Delegacia.
- Eu recebo e dou as cartas.
- Eu recebo e dou o dinheiro. Eu é que pago.
- Isso quando você tem...
- Tenho sempre!
- Qual, história...

- Nem mesmo um desfalque, embora grande como o ano passado,¹² altera a minha marcha. Nesta terra, fique sabendo, sou uma potência!
- Pretensões... Quase sempre alegando falta de numerário, e agora está em conversas...
- Mas não sou como você, que nunca paga em dia os vales postais.
- A culpa é sua...
- Minha não, é sua.
- Sua!...
- Sua!...

O diálogo estava se azedando nesse jogo de empurra, quando o cais do porto,¹³ por trás de ambos, deu um grito e acabou com a contenda.

19 de julho de 1925

O Menino Deus – referimo-nos aqui à avenida 13 de Maio¹⁴ e não à zona do Menino Deus – foi um dos lugares mais simpáticos e mais atraentes de Porto Alegre. Era de ver aquele lindo projeto de *boulevard*, na primavera, no próprio verão e mesmo no inverno. Seus jardins – os jardins das moradias particulares – tinham a graça e o encanto de trechos cuidados com carinho. Deles se destacavam as mais bizarras variedades de crisântemos, e a beleza e o perfume de suas rosas gozavam do merecido renome por toda a cidade. Quem por ali andasse vagando o seu olhar contemplativo gozava logo da fidalguia daquele maravilhoso ambiente de jardins e mulheres

¹² Em maio de 1924, foi descoberto avultado desfalque, atribuído ao tesoureiro Pedro Augusto da Frota Wildt, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Sul.

¹³ Tidas como exemplos de higiene e funcionalidade, as obras de construção do cais Mauá foram realizadas entre 1911 e 1927. In: LIMA, Marcelo Rubin de. O juiz e o compartilhamento do mundo da vida. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 504-522, 2017.

¹⁴ Avenida 13 de Maio: atual avenida Getúlio Vargas, bairro Menino Deus.

bonitas, estas confundidas com as próprias flores dos canteiros franjados de verde.

A linda avenida estendia-se inundada de luz (da luz do sol está visto, porque lá não há outra...) até a artística igreja do Menino Deus, erguida bem no fim da rua, quase na encosta do morro.

O Menino Deus tinha razão de se possuir da justa vaidade dos bairros aristocráticos. Com os seus belos e ricos edifícios, verdadeiras vivendas de luxo metidas para dentro do alinhamento, ele era de fato um dos pontos mais fidalgos da cidade, lugar cheio de bulício, de vida e de animação, para o qual contribuía o conforto e o bom gosto dos seus moradores, elementos os mais representativos da nossa sociedade.

Entretanto – com que pesar aqui o afirmamos – pelo abandono em que tem permanecido, aquele local vai pouco a pouco perdendo o prestígio fulgurante de outros tempos.

A rua, bem digna de um asfalto, porque para isso muito se presta, está mal calçada e suja; o bonde desconjuntado e sem horário, de quando em quando por ali passa; a água das hidráulicas às vezes se esquece de correr nos encanamentos; os horríveis plátanos desparelhos no crescimento, que ao menos deveriam estar plantados no centro da avenida, invadem o alinhamento das calçadas e tiram a vista completa dos edifícios; o esgoto, Nossa Senhora, que coisa horrível – o esgoto não existe ali; e, à noite, a falta completa de iluminação, a escuridão terrível que vai do princípio ao fim da rua, dá ao local o medonho aspecto de uma aldeia esquecida, por onde jamais houvesse passado de esguelha, ao menos, o olhar piedoso dos poderes administrativos.

Se a nossa municipalidade quisesse, podia fazer voltar à avenida Menino Deus¹⁵ o seu belo prestígio antigo, conquistado com tanto esforço pela iniciativa particular e pelo bom gosto progressista dos cultos moradores daquela zona.

¹⁵ Avenida Menino Deus: avenida 13 de Maio, atualmente avenida Getúlio Vargas.

20 de agosto de 1925

De tanto êxito e triunfo foi a inauguração do auto-ônibus numa determinada zona da cidade, que mais uma outra importante empresa acaba de ser criada para explorar o mesmo tráfego em outros pontos da nossa capital, pelo preço redondo de 200 réis¹⁶ a passagem.

Que venha o quanto antes o novo serviço de transporte, de que tanto está precisando a vida urbana de Porto Alegre. Mais do que nunca, vem ele agora preencher “uma verdadeira lacuna”, na capital, mormente quando se está às vésperas do justificado aumento de preço das passagens de bonde.

A vitória desse serviço de condução constitui um verdadeiro protesto aos desmandos da lamentável Companhia Força e Luz.¹⁷ É um protesto pacífico em que entra em jogo unicamente a preferência que o público vai dando ao serviço de auto-ônibus, neste momento em atividade em dois pontos apenas da cidade.

Quando ele se tiver irradiado por outros pontos, por outras zonas da capital, para ele certamente se voltarão em maior número as preferências do público, pela certeza de um serviço mais rápido e mais barato do que o da companhia que explora os desajeitados elétricos que aí andam matando gente, arrebrandando fios, estragando calçamentos, sem horário certo e com o firme propósito

¹⁶ Desde o período colonial, a unidade monetária no Brasil era o real, de plural réis. Com a progressiva desvalorização da moeda, tornou-se habitual o uso do mil-réis (\$000). Um conto de réis equivalia a um milhão de réis, ou seja, mil mil-réis (1:000\$000).

¹⁷ A Companhia Força e Luz Porto-Alegrense passou a atuar a partir de 1906, quando assinou contrato com a Intendência Municipal para a operação dos serviços de transporte por tração elétrica na capital. Originou-se a partir da fusão das duas companhias que até então operavam o transporte por bondes na cidade, a Companhia Carris de Ferro Porto-Alegrense, fundada em 1872, e a Carris Urbanos de Porto Alegre, fundada em 1891. Em 1926, teve seus ativos adquiridos pela CEERG (Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense, criada em 1923), e passou a se chamar Companhia Carris Porto-Alegrense. In: AXT, Gunter. A participação da iniciativa privada nacional no setor elétrico gaúcho: uma perspectiva histórica das maiores empresas (1887-1928). *História em Revista*, Pelotas, v. 4, p. 63-94, 1998.

de aumentarem o preço dentro de poucos dias, conforme já está definitivamente assentado.

Pena é que o mau estado de certas ruas, mais afastadas, não permita que esse serviço tome maior desenvolvimento, maior incremento, de acordo mesmo com as justas aspirações populacionais, sempre em luta com as exigências da Força e Luz. Desaparecidas que sejam essas falhas, esses entraves, para o próprio tráfego dos referidos autos, teremos um serviço completo, para o qual se voltam neste momento as simpatias de toda a população.

3 de setembro de 1925

Já está publicada a estatística demográfica sanitária de Porto Alegre referente ao mês de agosto.

Por ela se verifica o que a superstição popular assinala: agosto foi um mês de desgostos.

Pelo menos ele assim o foi em relação ao obituário da tuberculose.

Nada menos que 60 casos foram registrados. É uma cifra espantosa, assustadora, terrível, para quem se der ao trabalho de a confrontar com a das outras enfermidades.

Com essa devastadora atitude, agosto impôs-se como um eliminador de organismos fracos.

Mas não foi só isso. Há outros aspectos interessantes em relação àquele mês, que merecem ser observados e comentados. Um deles, por exemplo, diz respeito ao número de nascimentos, sempre muito maior o do sexo feminino que o do masculino. Em toda parte observa-se o mesmo admirável fenômeno da natureza. Diante disso, o homem vai se tornando, entre nós, um animal de primeira necessidade.

Será que seu valor cresce à proporção que diminui o da mulher? Não cremos. Esta continua com sua cotação segura no mercado,

apesar de se ter masculinizado bastante nestes últimos tempos, a ponto de haver sérias e lamentáveis confusões...

O fato, porém, é que o homem vai rareando, e Porto Alegre também não podia escapar às mesmas observações já feitas em relação a vários países da Europa.

É uma lei infalível de economia: havendo escassez de certo produto, ele sobe vertiginosamente de cotação. Talvez por isso ele pouco se arrisque ao casamento. É ainda o mês de agosto que nos transmite essa impressão, pois numa população de 200 mil habitantes, como é a de Porto Alegre, tivemos apenas 45 casamentos no espaço de 31 dias.

É verdade que agosto é um mês suspeito para a constituição do lar. Se a superstição do povo o tem como mês aziago, claro está que todos o evitam, principalmente em se tratando dessas graves resoluções de vida como é essa, a do matrimônio.

Mas não é menos verdade que o decréscimo tem sido latente nos demais meses do ano.

Esse retraimento não significa crise. Crise, sim, do próprio artigo homem que aí anda pela hora da morte.

Vaidades de homem...

19 de setembro de 1925

Agora que a Companhia Força e Luz vai aumentar o preço das passagens de bonde e melhorar o seu tráfego (esta última promessa ainda pomos em quarentena), não seria demais que ela regulasse ou extinguisse também uns quantos abusos praticados nesse serviço de condução.

O primeiro diz respeito ao mau hábito de certas pessoas de conduzirem, nos bancos, embrulhos e cestos de todo tamanho e feitio, muitas vezes com prejuízo de outros passageiros, que são constantemente obrigados a viajar mal acomodados. Pela manhã, à

hora das compras no Mercado, é que se pode constatar com mais frequência esse abuso. Entretanto, para evitá-lo, nada mais fácil. Basta que a Companhia faça trafegar os bondes com os carros-reboques. Só nestes é que devem viajar pessoas que costumam incomodar os outros com volumes de toda espécie.

Outro abuso, mais do que abuso (falta de educação), entende-se com certas pessoas que ao lado de senhoras vão fumando nos carros, malgrado o aviso da Companhia não permitindo tal.

Isso, porém, não é tudo: há ainda outros que vão cuspidando e escarrando por toda a parte, deixando os bondes em mísero estado. Os condutores e fiscais devem chamar à ordem esses desagradáveis e indesejáveis passageiros.

Não encerramos estas ligeiras e justas observações sem reclamar também contra alguns condutores e motorneiros que, descuidados das suas obrigações, entregam-se, muitas vezes, em verdadeira farra, principalmente no ponto terminal das linhas, o que não raro ocasiona retardamento no respectivo horário.

Tudo isso é preciso corrigir-se de vez, tanto mais agora que o serviço vai passar por outra transformação.

12 de setembro de 1925

Como se sabe, os bondes da Força e Luz têm lotação regular para 32 passageiros. Entretanto, pela absoluta deficiência de carros em tráfego, esse número foi sempre excedido. Era de ver-se, diariamente, entre onze e doze horas do dia, como passavam os bondes pelas linhas da cidade, levando lotação excedida, duplicada, triplicada, às vezes, com grave prejuízo para os próprios passageiros, que a isso se sujeitavam devido à falta de carros e não desejarem perder o horário do serviço ou de outras obrigações quaisquer. Foi então que a companhia, no intuito de aumentar o preço das passagens e

atendendo a certas disposições do novo contrato, resolveu pôr em tráfego 70 carros.

Se, com isso, por um lado a companhia regularizou um pouco mais os seus horários, por outro não diminuiu e até aumentou mais o constante excesso de lotação.

E sabem por quê? Porque a companhia, para economizar energia, restringiu em grande parte os carros-reboques. Diante disso, os bondes de certas linhas viajam continuamente com passageiros, inclusive senhoras, até nos estribos.

Ainda ontem, às 13 horas, um elétrico que vinha dos Navegantes conduzia 93 passageiros, isto é, 61 a mais do que comportava a sua lotação!?...

Por aí se vê que a economia da Força e Luz em suprimir os reboques foi completamente negativa, com a agravante dos passageiros terem de andar pior acompanhados que antes, principalmente nas linhas de maior movimento. É um mal esse que precisa ser remediado. E isso só se conseguirá quando a companhia tiver de fato os 70 carros novos em tráfego com os respectivos reboques, como era feito anteriormente.

Nada adianta a economia de energia havendo, como há em todos os bondes em tráfego, contínuo excesso de lotação.

8 de novembro de 1925

O leitor que não estiver acostumado a andar de Herodes a Pilatos,¹⁸ nas repartições públicas federais, nem por sombra será capaz de ter uma pálida ideia do martírio por que passa um suplicante, ou outro desgraçado qualquer, que tenha papéis dependentes da Delegacia Fiscal.

Ainda ontem encontramos um amigo, cuja fisionomia de mártir dava pena a quem o contemplasse.

¹⁸ Andar de Herodes a Pilatos (expressão popular portuguesa): andar de um lado para o outro em busca de solução para um determinado problema, sem conseguir qualquer resultado.

O infeliz nos falou quase chorando:

– Você não imagina, meu caro, o sofrimento, a tortura por que venho passando há mais de dois meses.

– Como assim?

– Não vê? Eu tenho uns papéis na Delegacia Fiscal. A primeira vez que lá fui, já vai, como disse, para dois meses, não consegui ser atendido. Já estava quase na hora de encerrar o expediente e os funcionários que palestravam animadamente não tiveram tempo de ouvir-me; à segunda vez consegui cumprimentá-los e tive a honra de ser correspondido. Foi só; não arranjei mais nada. Ao terceiro dia, porém, ainda com alguma dificuldade, pude expor o meu caso. O funcionário, depois de ouvir-me, respondeu: “Agora já é um pouco tarde; o senhor volte amanhã.” Voltei ao outro dia lá, eu fiquei das onze às quatro horas da tarde sem que conseguisse falar com o patrício que me prometera procurar os papéis. Comecei, então, a impacientar-me, comecei a sofrer. Não desanimei, entretanto. Lá fui ao outro dia. Disse de novo o meu caso. Fumando, tranquilamente, ele conseguiu abrir meia gaveta da mesa em que trabalhava. Não abriu toda porque teve que entrar em acalorada discussão com outros colegas de serviço, sobre assuntos estranhos à Delegacia. Terminou assim a hora do expediente. Já desesperado saí, saí sem rumo, rua afora, com o meu tempo completamente perdido. Na manhã seguinte, lá fui outra vez. Avisaram-me, porém, que voltasse em outra ocasião, porque haviam faltado ao serviço vários funcionários. Fui ao outro dia, mas bati com o nariz na porta: era feriado. Sábado, finalmente, consegui encontrar o homem que abrira a gaveta pela metade em procura dos meus papéis. Contei-lhe a minha situação, a urgência que tinha em ser despachado. Dessa feita ele abriu toda a gaveta, mas os papéis tinham ido para outra seção.

– Volte amanhã.

Não voltei, porque era domingo; mas segunda-feira, às onze em ponto, eu já estava lá. O funcionário, entretanto, ainda não havia chegado. Embora sem almoço, fui esperando, esperando, até às quatro horas da tarde. Encerramento do expediente! Meio cambaleando saí para voltar no dia seguinte.

Voltei uma, duas, cinco, dez, vinte vezes, inutilmente. Hoje fui para lá bem cedo e qual não foi a minha dolorosa surpresa, quando o funcionário me deu ciência de que os meus papéis estavam no Tribunal de Contas...

– Agora, meu amigo, nunca mais me junto com eles!
E o infeliz quase chorando me apertou a mão e saiu.

18 de novembro de 1925

De vez em quando a gente se esquece do telefone, como se ele não existisse.

Mas esse esquecimento é só aparente, ou, melhor ainda, é transitório. Lá vem o momento em que de novo despertamos em luta franca com todas as dificuldades que ele oferece permanentemente ao público.

Houve quem, fora daqui, rasgasse elogios ao serviço de aparelhos automáticos como sendo a melhor coisa do mundo. Assim seria, de fato, se ele também não deixasse muito a desejar. A cada momento luta-se com as mesmas dificuldades e até mesmo com os mesmos emburlos. Com o automático, o interessado tem a liberdade de ficar o dia inteiro grudado ao fone sem que ninguém o incomode. É um aparelho inventado especialmente para proteger namoro. A sua utilidade comercial não vai além do segredo entre duas pessoas de sexos diferentes, ou do mesmo sexo, que querem conversar à vontade, sem perigo da bisbilhotice da telefonista. É uma caixa de intimidades que, nesse particular, presta inestimáveis serviços ao impetuoso e sensível coração humano...

Quanto ao outro, o caso muda de figura. As dificuldades e os embrulhos não são do aparelho: são das amáveis e gentis senhoritas, que muito têm contribuído para aumentar o número de neurastênicos e de moradores do hospício.

Não há maneira de se conseguir pela primeira vez uma ligação certa. Só depois de muita luta, de muito esforço desesperado, é que se obtém a ligação. De todas as ligações conhecidas (e há várias maneiras de “ligações”),¹⁹ a ligação do telefone, em Porto Alegre, é a mais difícil, é a que oferece maiores obstáculos e mais resistência. Evite o mais possível, evite-o sempre quem dele precisar, num caso de urgência, como ainda na semana passada aconteceu a um amigo que, querendo à noite falar com um médico, foi atendido pela polícia.

– Queira desculpar, cavalheiro. Foi engano.

Repetiu-se de novo a chamada, com mais urgência.

– Alô! Quem fala?

– Companhia Força e Luz...

Mais uma demora, mais uma espera, mais uma desculpa de telefonista.

– Nova ligação, por favor, senhorita!

– Pronto! Quem fala aí?

– Aqui é o Clube Capitólio...

– É engano, desculpe.

Nova demora, nova espera, que dessa vez se prolongou até altas horas da madrugada.

Já de manhã, quando o médico apareceu, o doente era cadáver...

¹⁹ No contexto, o termo “ligações” diz respeito a relacionamentos amorosos.

9 de dezembro de 1925

Esta folha, em seus artigos, notas e comentários diários, vem se preocupando também com a cifra espantosa da mortalidade em Porto Alegre.

O caso deve realmente merecer especial atenção do poder público e da imprensa – da imprensa para lembrar os deveres do poder público para com a saúde da população e a higiene da cidade.

Ainda na semana finda, a mortalidade desta capital foi muito superior à natalidade.

Como se vê, o fenômeno é profundamente alarmante. Há dias já registramos, em uma nota, esse fato, fazendo sobre ele vários comentários. Novamente, hoje, alarma-nos o mesmo caso.

E alarma-nos de um modo impressionante. É a tuberculose, aliada a outras enfermidades do aparelho digestivo, que aí está com o seu coeficiente apavorante, promovendo a eliminação da nossa população indefesa. Numa semana tivemos 105 óbitos para 86 nascimentos!...

É fantástico!

Em toda a parte do mundo a natalidade é sempre superior à mortalidade. Aqui é exatamente o contrário: a mortalidade é superior à natalidade!...

É simplesmente fantástico!

Se o caso fosse lá que uma e outra vez, o resultado podia, enfim, passar como um desequilíbrio proveniente de epidemias, que não raro por aí afora dizimam populações. Mas não são casos isolados. Eles se registram continuamente, constantemente. Os nossos balanços demográficos assinalam seguidamente a superioridade do número dos que morrem sobre o número dos que nascem.

Tudo isso nos deixa antever que pesa qualquer coisa de grave sobre as condições sanitárias da cidade. Do contrário não teríamos assim, frequentemente, tão sinistros resultados. Há alguma mola

frouxa no nosso aparelho sanitário que é preciso apertar quanto antes...

A nossa garantimos que não é.

19 de fevereiro de 1926

Poucas administrações surgiram com tantas simpatias e tão cheias de esperanças como a atual administração municipal de Porto Alegre.²⁰

Tão grande foi o número de projetos, tantos foram os planos de remodelação, tantas foram as comissões e subcomissões nomeadas para fazer estudos sobre o que pretendia fazer o novo administrador, que parecia que a cidade, dentro de pouco, surgiria radicalmente transformada. Inaugurava-se, assim, para a nossa capital, uma nova era de engrandecimento, de progresso, de atividade e de trabalho.

Tudo, porém, não passou de uma mera ilusão, de um engano da alma led e cego,²¹ que a realidade não deixou, de fato, durar muito. Foi uma desilusão completa; ninguém hoje poderá esconder a decepção recebida após mais de um ano de nova administração.

Um simples olhar, um rápido exame sobre o que aí está nos dará de tudo isso uma exata realidade. Os impostos foram aumentados, triplicados, pesando hoje como um formidável gravame sobre a população.

Dobrada a receita municipal, esta não se espalhou nos benefícios que dela tínhamos o direito de esperar. Criaram-se fartos empregos na Intendência, encheram-se de novos funcionários as suas dependências, sem o menor resultado para o público.

²⁰ Alusão à gestão do intendente Otávio Rocha, militar, engenheiro e jornalista nascido em 1877. Faleceu em 27 de fevereiro de 1928, ainda durante seu mandato como intendente municipal de Porto Alegre, iniciado em 1924.

²¹ Referência a versos do episódio de Inês de Castro em *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões (1524-1579), que estão no canto III: “Estavas, linda Inês, posta em sossego,/ De teus anos colhendo doce fruto,/ Naquele engano da alma, led e cego,/ Que a fortuna não deixa durar muito.”

Todos os pequenos e grandes projetos de melhoramento ainda estão como surgiram. O problema da água ainda não foi solucionado; o saneamento e a higiene da cidade, fora da sua pequena zona central, ainda estão por se fazer, sendo o mais flagrante possível o seu estado de completo abandono; a iluminação pública, afora alguns focos colocados na praça da Alfândega e mais alguns na rua dos Andradas, é simplesmente horrível; continua a escuridão da cidade, agora mais profunda que antes, sendo que em alguns lugares os microscópicos biquinhos quebrados não foram ainda substituídos. Ruas há em que a iluminação desapareceu por completo: nem bicos de vela e nem focos, absolutamente nada.

Quanto ao policiamento, nem é bom falar. Ele avançou, recuando.

A polícia, que tivemos aumentada ao princípio, hoje desapareceu. A cidade, nesse ponto, está completamente abandonada. A gatunagem e a ladroagem campeiam livremente por toda a capital: são dez, quinze, vinte casos registrados por dia, sendo que da maioria deles a polícia não tem conhecimento, porque as vítimas já se convenceram da inutilidade da queixa. Tão lamentável é o serviço de policiamento que há dias esta folha registrou o caso de um cidadão, em ponto central da cidade, ter disparado 30 tiros contra um gatuno, sem que ao local aparecesse um só policial para verificar a ocorrência.

Outros fatos ainda vêm confirmar o murmúrio de queixas que há por toda a parte, em relação à nova direção administrativa de Porto Alegre. O calçamento, por exemplo, que está sendo feito em várias ruas, além de grandemente encarecido para os cofres públicos, muito deixa a desejar em relação aos anteriores, em relação a sua solidez e perfectibilidade. Devemos ainda à atual administração o encarecimento das passagens e o longo contrato com a Companhia Força e Luz; devemos também à mesma o abuso, senão a criminosa

exploração, no preço por que é vendida a carne verde²² ao povo desta capital; e, graças ainda ao lamentável erro administrativo, vão se abandonando os jardins e destruindo-se as poucas árvores existentes nas nossas praças públicas, para dar lugar a canteiros com arabescos e outros brinquedos que aí vão surgindo com a denominação de “jardins de inverno”, coisas que a cidade perfeitamente prescinde, em favor de árvores, de muitas árvores, de verdadeiros refúgios contra as violentas soalheiras do verão, que aqui são terríveis.

Ainda várias outras falhas merecem ser comentadas, o que iremos fazendo pouco a pouco.

2 de março de 1926

Moradores de várias ruas do populoso bairro do Partenon pedem por nosso intermédio um grande, um extraordinário, um imenso favor da Intendência: que ela se digne a determinar ordens para que ali seja feito o serviço de remoção de cubos.²³ Embora pagando, como pagam, sem fugir nem mugir, esse emporcalhado serviço de asseio (!!) que ainda é a maior vergonha de Porto Alegre, há mais de vinte dias que ele não é feito na rua São Luís e em suas adjacências...

Aqui fica a reclamação feita por nosso intermédio. De modo algum poderíamos deixar de fazê-la, tal a maneira angustiosa da súplica que neste momento nos é dirigida. Cremos, entretanto, que aos sofreadores habitantes do Partenon não assistem muitas razões nessa queixa desesperada. Como ninguém ignora, o Partenon é muito longe: fica lá pras bandas onde está situado o popular Hospício São Pedro,²⁴ o “aprazível” estabelecimento onde se costuma apressar

²² Carne verde: carne fresca, não salgada nem refrigerada.

²³ Cubos: recipientes em que se carregavam os dejetos fecais recolhidos na cidade.

²⁴ Hospício São Pedro: instituição fundada em 1874 e inaugurada em 1884. Em 1925, passou a ser denominada de Hospital São Pedro e, a partir de 1961, Hospital Psiquiátrico São Pedro.

a loucura dos doidos... Como se vê, é muito longe, e seria uma desumanidade obrigar as carroças do Asseio Público²⁵ a um grande trabalho... Há outros pontos muito mais próximos do centro da cidade, onde semanas inteiras se passam sem que seja feito aquele “asseado” serviço municipal. Ruas há na Azenha e no elegante bairro do Menino Deus que estão em situação idêntica à dos moradores do Partenon. Outros há em que esse serviço só existe no talão de imposto que os comunicípes pagam.

Os moradores do bairro São Luís ainda gozam da especial regalia da remoção ser feita de vinte em vinte dias. Em pior situação estão outras zonas, em que o serviço nunca é feito.

O leitor, com toda razão, poderá não achar muito amável esse assunto de cubos... Queixe-se, porém, da Intendência, que é a única culpada.

16 de março de 1926

Em relação a ruas e logradouros públicos, Porto Alegre oferece matéria inesgotável no comentário diário dos jornais. Tudo o que se tem dito de censura, tudo o que se tem apontado sobre essas falhas da cidade, fica muito aquém da realidade.

Ruas há que, se outrora apresentavam ótimo aspecto, pelo seu movimento, pelo seu trânsito, pela sua conservação, estão, hoje, em estado que causa verdadeira pena. Nessa situação de abandono se nos depara a popular e tradicional rua Santana, que era, até bem pouco tempo, um admirável ponto de ligação da Várzea com toda a ampla e movimentada zona do Partenon, estrada do Mato Grosso²⁶, São José e Viamão. Ninguém seria capaz de imaginar que aquela larga, populosa e bem traçada rua chegaria ao estado a que chegou.

²⁵ Asseio Público: nome pelo qual eram designados os serviços de limpeza urbana executados pela Intendência Municipal.

²⁶ Estrada do Mato Grosso: caminho para Viamão, equivalente à atual avenida Bento Gonçalves.

Quem quiser verificar a sua triste situação, é só dar um pulo até lá. As muitas centenas de veículos que por ali, dia e noite, cruzavam, batendo estrada, autos, carros, carroças e até mesmo carretas, procuram hoje desviar desse trajeto, em consequência do mal estado da referida rua, em virtude dos esburacamentos intermináveis que se sucedem a cada passo, como embargos da preguiça e do relaxamento, a quem marcha para o trabalho e para a luta. Um simples serviço de macadame²⁷ (já nem ousamos falar de calçamento) bastava, entretanto, para deixar a rua Santana abaulada, sem o menor acidente, em perfeitas condições, para o trânsito público.

Nada disso, porém, se tem feito em seu favor, em favor do tráfego, em favor dos próprios moradores.

Estes, por sua vez, estão sendo, cada vez mais, prejudicados, não só pelo estado do leito da rua, que é o pior possível, como pela podridão das águas estagnadas nos valos e sarjetas do local.

Essa situação, como já dissemos, muito tem contribuído para aquela via pública perder o seu grande movimento de outros tempos, havendo mesmo proprietários que estão vendendo suas moradas, a fim de fugir da dolorosa penúria que hoje apresenta aquela que bem podia ser, pelo seu traçado, uma das melhores ruas da capital.

Alugar casa, hoje, ali, nem por um decreto.

17 de março de 1926

A seca vai aumentando dia a dia, e com ela a falta d'água nesta capital. As dificuldades com que luta uma grande parte da população se vão tornando cada vez maiores. Se o problema da água já tivesse sido resolvido, como de há muito reclamam as necessidades de Porto Alegre, que conta com uma população superior a 300 mil almas, não

²⁷ Macadame: técnica de pavimentação de vias públicas por meio de um material composto por pedras, breu e areia compactados.

estaríamos hoje em tão sérios apuros. O nosso serviço hidráulico é ainda o mais deficiente possível. Apesar de possuímos duas empresas²⁸ que fornecem o “precioso líquido” à população, nenhuma delas, isolada, nem as duas, conjuntamente, satisfazem as nossas apremiantes necessidades. Basta dizer que há vários pontos da zona urbana em que a água dos encanamentos constantemente falta, prolongando-se muitas vezes a carência d’água por dias inteiros, como já tem acontecido. Agora, então, com a seca reinante, essas faltas se têm tornando muito mais sensíveis, muito mais prolongadas. Fácil é de se imaginar o que não vai de penúria e de dificuldades na parte da cidade onde não há o serviço de águas, e que é talvez a maior extensão da zona urbana. A água aí só é obtida nos poços e algibes das próprias moradias particulares. Com a atual estiagem, que vai tomando as proporções de uma verdadeira calamidade, grande número de poços e cisternas já estão há muitos dias completamente secos. Os vendedores d’água em pipas diminuíram, por sua vez, de número, em virtude das determinações municipais, proibindo sua venda em certas zonas da cidade. Tudo isso, como é natural, tem servido para agravar ainda mais a penosa situação que atravessamos. É de se esperar, entretanto, que para o futuro verão, se houver seca como agora (que Deus não permita) tudo esteja sanado. Já existe na municipalidade um projeto (sempre os projetos) para a completa remodelação e ampliação do serviço hidráulico de Porto Alegre. Aí então ninguém mais se queixará de sede, ninguém mais chamará por água, ninguém mais se esquecerá de tomar banho.

²⁸ O fornecimento de água para Porto Alegre era então realizado pela Companhia Hidráulica Guaibense e pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. In: COPSTEIN, Gisela. Porto Alegre: do final do século XIX ou do início do século XX. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 1986.

9 de abril de 1926

Já não é mais de modo algum tolerável a permanência da localização das carroças do Asseio Público na populosa rua da Olaria.²⁹ Devido a tal vizinhança, aquele local é hoje um ambiente infeccionado, contaminado, ameaçado de todas as pestilências, das mais perigosas enfermidades.

Só ontem tivemos ocasião de ver a que terrível contato está entregue uma das zonas mais populosas da capital, uma das ruas de maior vida, onde reside maior número de famílias, onde a população é extraordinariamente densa. De manhã a noite, dali se exala um cheiro nauseabundo, insuportável, proveniente dos restos de matérias fecais que as carroças imundas do Asseio (!) guardam no respectivo depósito localizado ali, bem no coração da Cidade Baixa. E como se não bastasse tamanha falta de higiene, a Intendência tem por hábito mandar disfarçar o ambiente à força do suspeitíssimo iodofórmio,³⁰ mas de tal maneira, de tal quantidade, que já não há organismo com forças bastantes para resistir-lhe sem vômitos. São, assim, dois cheiros nauseabundos, dois fétidos insuportáveis, que se misturam, que se confundem no ar contaminado.

Dia e noite a moscaria ali enxameia, sem cessar, invadindo as casas da perigosa vizinhança. E, como se não bastasse tamanha falta de higiene, tão grande falta de cuidado por parte de quem tinha o restrito dever de o evitar, temos ainda no mesmo local as estrebarias, onde pernoitam os animais das respectivas carroças, o que mais vem aumentar os horrores daquele ambiente pestilento.

O remédio para tão estranho caso de falta de asseio cometido pelas carroças do Asseio (!!!) é um único. Não o apontamos, porém. Limitamo-nos aqui a registrar, apenas, o fato, à espera de que

²⁹ Rua da Olaria: oficialmente, rua General Lima e Silva.

³⁰ Iodofórmio: substância antisséptica.

urgentemente se faça alguma coisa em benefício da população daquela zona.

20 de maio de 1926

A Companhia de Energia Elétrica³¹ está seriamente em brincar com o público. Aquela empresa já sabe com quem lida. Por isso, não contente com a formidável exploração do preço da luz elétrica nesta capital, que é um dos mais caros de todo o estado (o mesmo que acontece com a carne verde), resolveu ainda por cima ridicularizar este mesmo público, que, calma e pacificamente, tolera sem um protesto todas as suas exigências. Assim é que já vai para dois meses que, a uma certa hora, no começo da noite, quando mais necessária se faz a luz, esta apaga-se, deixando por alguns minutos parte das ruas e habitações particulares na mais completa escuridão.

Esse fato acontece invariavelmente todas as noites. Contra tal abuso reclamamos há um mês, mais ou menos, da poderosa e chorosa empresa, que, logo depois, veio a público explicando o fato como sendo brincadeira de alguém que andava certamente a mexer nos fios e condutores...

Mas a verdade é outra, muito outra. São coisas da intimidade comercial da Energia Elétrica e da Força e Luz.

Dizem que, a título de economia, a Energia diminui a corrente e apela para a corrente da outra.

O apelo, porém, é feito pelo telefone, já depois de desligada a corrente.

- Alô, alô!...
- Pronto, quem fala?
- Aqui é a Energia. Quem fala aí?
- Aqui?

³¹ Energia Elétrica ou Energia: Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG).

- Sim, aí, quem fala?
 - Aqui é a Força e Luz. Que deseja?
 - É o seu Antônio que está no aparelho?
 - Não, é o seu João.
 - Pois eu desejo falar com seu Antônio.
 - Um momento, faz favor (Vem o seu Antônio a passo de cágado).
 - Alô, pronto...
 - Quem fala?
 - O seu Antônio, das máquinas.
 - Seu Antônio, quem fala aqui é o José, da Energia: olhe, já desligamos a luz da iluminação pública e particular. É favor ligar a corrente daí.
 - Há que tempo desligou?
 - Há uns cinco minutos, mais ou menos.
 - Pois sim, então vou dar a luz...
 - Está bem...
 - Até logo.
 - Até logo.
- E, a todas essas, a cidade às escuras.

6 de agosto de 1926

O serviço de ônibus nesta capital vai, dia a dia, tomando notável incremento.

Cerca de vinte desses veículos fazem, durante o dia e até certa hora da noite, o serviço de transporte de passageiros para pontos vários da cidade e seus arrabaldes. E não chegam.

O seu número já é deficiente para atender ao crescente movimento de Porto Alegre.

Tanto isso é verdade que, a uma certa hora, todos esses carros tráfegam com excesso de lotação, notando-se neles o mesmo que ocorria em relação aos bondes da Força e Luz. Tão grande e tão acen-

tuada tem sido a simpatia da nossa população por esse novo e rápido meio de transporte, que acaba de ser fundada agora a Companhia Viação Porto-Alegrense, que se destina, por meio de ótimos e pos-santes auto-ônibus, a desdobrar por todos os pontos da capital, quer de dia, quer à noite, o serviço de condução de passageiros.

Com esse novo plano de transportes, a nova companhia só terá a lucrar. O serviço de condução durante a noite se vai tornando de grande necessidade para Porto Alegre. A Força e Luz, apesar de todas as sugestões feitas pela imprensa, não quis, até agora, prolongar além da meia-noite o tráfego de bondes. Ela não soube tirar partido do nosso grande movimento urbano. Nem mesmo em noites de espetáculo, em que todos os teatros e outros centros de diversões funcionam regularmente, ela atendeu às necessidades do público, facilitando-lhe o transporte até uma certa hora.

É justo, portanto, que a nova empresa, que surge amparada pela mais simpática das expectativas, aproveite essa situação, inaugurando um serviço à altura das nossas naturais exigências do momento.

A concorrência é tudo. E com isso só terá a lucrar o público de Porto Alegre.

28 de agosto de 1926

Um mecânico, em Cruz Alta, acaba de descobrir um aparelho para desatolar autos da estrada.

O novo invento promete ter colossal aplicação no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, ele será indispensável.

É um invento maravilhoso.

Extraordinário.

Insubstituível.

Único.

A sua utilidade aqui seria a toda prova.

Nas estradas.

Nas ruas.

Nos passeios.

Nos arrabaldes.

Indispensável para o velho calçamento.

Utilíssimo para o novo.

Para nós, esse invento representa uma descoberta sem igual.

Exemplo:

Na rua Cristóvão Colombo – aplicação diária.

Na rua Santana – *idem*.

Nas estradas – permanente.

Nos atoladouros da Praia de Belas, nos caminhos dos arrabaldes, nos buracos do centro da cidade, nas furnas da Várzea, nos olhos d'água das escadinhas do largo da Independência,³² por todos os cantos da capital, o invento em questão seria indispensável.

As partes recalçadas do centro são constantemente esburacadas, a força de picareta. Esses precipícios aí ficam dias e dias de bocas escancaradas.

Hiantes.

Terríveis.

Ameaçadoras.

O veículo descuidado vai indo, vai indo, vai indo...

E de repente, zás!

Um buraco!!

Só mesmo com aquela máquina...

Invento extraordinário!!

Maravilha!

Maravilhoso!

³² Largo da Independência: praça da Independência, desde 1921 denominada oficialmente praça Argentina.

7 de setembro de 1926

Foi um acaso feliz o nosso encontro, ontem, na rua da Praia,³³ com o velho Manuel das Uvas, o popular chacareiro da Tristeza. A sua presença ia acabar com uma teima, tirando-nos uma dúvida. Nunca vimos podar árvores em setembro. A poda da árvore, quer frutífera, quer ornamental, deve ser feita em fins de julho, até meados de agosto. Entretanto, para nossa municipalidade qualquer época é boa. Veja-se, por exemplo, o que ela está fazendo agora na praça da Alfândega e o que ainda pretende fazer nos poucos lugares que ainda restam arborizados em Porto Alegre.

Foi por isso que nos dirigimos à experiência e à prática do Manuel das Uvas.

– Diga-me você, amigo Manuel, que é um homem trabalhador e entendido, diga-me você se essa “tosa” que a Intendência está fazendo ali na praça está de acordo com a natureza.

– Qual acordo, qual nada, patrãozinho; eu nunca vi isso na minha vida. No nosso “crima” não há árvore de espécie alguma que resista a esta poda. Lá na “chácara” a poda é feita em fins de julho, até meados de agosto, o mais tardar. Lá quem manda é a natureza. Nunca vamos contra as suas leis. Pelo que vejo, aqui na cidade tudo é diferente: outra é a vida, outro é o “crima”, outras são as leis. A Intendência é quem manda. Se ela mandou “tosar” as “arvinhas” da praça da Alfândega, é porque acha que ela está certa e a natureza está errada.

– Um absurdo, amigo Manoel, um absurdo...

– Mas, que é que “vancê” quer!... A Intendência é quem manda. Ela endireita tudo: ruas, estradas, buracos e até o “crima”. Eu agora vou direitinho pra casa derrubar meu arvoredo pra podar de novo.

E, pigarreando, o Manuel das Uvas acrescentou:

– Eu não vou contra o governo nem na poda das “arvres”...

Não vê que eu sou um besta!...

³³ Rua da Praia: oficialmente, rua dos Andradas.

9 de setembro de 1926

O mau tempo parece que tem sérias prevenções com os nossos feriados, tanto com os grandes, como com os pequenos feriados.

Rara é a data nacional que escapa desses destemperos do tempo. Essas prevenções em parte se justificam: entre domingos, dias santos e feriados nacionais, o Brasil tem mais de cento e vinte dias inúteis!...

Daí talvez as contínuas reviravoltas da natureza, como ainda anteontem aconteceu com a data da nossa Independência.

Felizmente, o 7 de Setembro passou.

Já o dia de ontem teve melhor cara que o anterior, apesar do verdadeiro aspecto de invernica com que ele se apresentou.

Se o frio foi cortante, se o minuano chegou por vezes a assobiar, encanando-se pelas nossas ruas, em compensação tudo começou a secar rapidamente.

Foi um alívio.

E com essa certeza tranquilizadora fomos ontem, à tarde, em companhia de um amigo dileto, de São Paulo, dar uma volta, a pé, pelas principais ruas da cidade.

Caminhamos por pontos vários: cais do porto, Redenção, Independência, Caixa d'Água,³⁴ visitando também as obras de Santa Engrácia³⁵ da futura avenida e futuro viaduto.³⁶

Em alguns pontos, a lama parecia crescer assustadoramente. Para evitar a má impressão que pudesse receber o nosso digno e

³⁴ Caixa d'Água: nome pelo qual eram conhecidas as instalações da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, instalada no Bairro Moinhos de Vento a partir de 1904, depois da aquisição da Companhia Hidráulica Guaibense pela Intendência Municipal.

³⁵ Obra de Santa Engrácia: diz-se de obra que demora muito a ser concluída. É uma referência à igreja localizada na Freguesia de São Vicente de Fora, em Lisboa, cujos trabalhos de reconstrução, motivados pelos danos causados por uma tempestade, começaram em 1682 e foram concluídos em 1966, ou seja, 284 anos depois. In: MITOLOGIA EM PORTUGUÊS. "Obras de Santa Engrácia", origem e significado. 1º dez. 2020. Blog: Mitologia em Português. Disponível em: <https://www.mitologia.pt/obras-de-santa-engracia-origem-e-360940>. Acesso em: 13 ago. 2019.

³⁶ Referência à avenida Borges de Medeiros e ao viaduto Otávio Rocha, respectivamente.

ilustre hóspede, fugimos, naturalmente, dos lugares mais suspeitos onde o lodo e as imundícies da cidade se acumulam.

Da esquina da rua dos Andradas com a Marechal Floriano, descemos até a praça 15 de Novembro.³⁷ Mostramos ali as obras novas, o estreitamento da praça, a destruição das árvores, o Mercado Público, o novo jardim ao lado e uma infinidade de outros melhoramentos futuros.

Depois o nosso visitante quis conhecer o Caminho Novo!³⁸

Ficamos frios, estáticos, gelados...

Era uma temeridade, uma arriscada perigosíssima.

Não havia, porém, como evitá-la.

Por sorte, logo na entrada, diante daquele fantástico mar de lama, um automóvel que corria a toda velocidade lhe despejou no seu fino traje uma formidável carga de lodo pútrido.

Lamentável passeio!... Desventurado amigo!... Este, olhando-nos numa atitude de profunda surpresa, nos agarrou pelo braço dizendo:

– Não convém prosseguir. Estou satisfeito...

Entretanto, era só o começo da rua...

22 de setembro de 1926

Chuva.

Lama.

Enchente.

E com isso entrou ontem a primavera, que, desde agosto, já andava espiando.

Foi uma entrada em falso.

³⁷ Praça 15 de Novembro: praça que faz fronteira ao Paço Municipal, atualmente delimitada pelas ruas Sete de Setembro e Uruguai, e pela avenida Borges de Medeiros.

³⁸ Caminho Novo: via construída a partir dos primeiros anos do século XIX às margens do Guaíba, e desde 1870 oficialmente nomeada rua Voluntários da Pátria.

Todas as representações desta simpática e decantada estação do ano têm sido, para nós, aqui, mais ou menos uniformes. A primavera entra com tempo seco, mas constantemente ventoso, varrendo dia e noite a cidade com impertinência maníaca.

Agora ela resolveu o contrário. Resolveu entrar com chuva contínua, insistente, diluviana.

A chuva, que em certas ocasiões é bem incalculável, pois limpa a cidade, prestando-lhe grandes benefícios higiênicos à arisca vas-soura municipal, está desta feita produzindo efeitos negativos e até mesmo alarmantes.

Estamos ameaçados de submersão. Já uma vasta porção da cidade está debaixo d'água. Em certos pontos do Caminho Novo e em muitas ruas do populoso arrabalde de São João, têm aparecido, como preventiva medida da defesa da moralidade pública, cartazes com avisos ao público:

– É proibido tomar banho aqui sem calção!

Esse pilhérico aviso, que, por mais de uma vez, já tivemos ocasião de ver na horrenda rua Voluntários da Pátria, retrata fielmente a situação da cidade dominada pela água e pela lama.

Não é que devamos tudo isso à primavera que entrou. Não. São aspectos já familiares à nossa vida. Hoje, porém, eles tomam maiores proporções, principalmente nos pontos baixos da capital, abandonados de qualquer interesse ou cuidado por parte da Intendência, que, preocupada sempre com a zona central da cidade, tem deixado os subúrbios e arrabaldes sem um único melhoramento, sem qualquer meio de defesa para ocasiões de emergência como esta.

Chuva.

Lama.

Enchente.

E é tudo o que nos tem dado este pitoresco setembro da primavera.

28 de setembro de 1926

Submersa...

29 de setembro de 1926

Hoje é Dia de São Miguel. São Miguel é o patrono das chuvas e das enchentes que, no geral, começam seis meses antes ou seis meses depois...

Desta vez, entretanto, a enchente veio no tempo previsto pela Igreja. A cidade está submersa, sob a violenta pressão do formidável volume de água que continua a crescer assustadoramente no momento em que escrevemos estas linhas. Não há memória, há mais de quarenta anos, de um fenômeno igual, que assumisse as assustadoras proporções de uma verdadeira calamidade pública. Tudo se poderia esperar das chuvas, menos que elas transformassem a longa avenida do Menino Deus num verdadeiro canal de Veneza! Era de ver o espetáculo inédito que aquela zona oferecia ontem à tarde e que talvez ainda hoje continue a oferecer aos nossos olhos.

Entretanto não é só aquele ponto próximo ao Riacho³⁹ que assumiu proporções tão estranhas e assustadoras. Outras zonas da capital estão em situação idêntica, se não muito pior que Ilhota e o Menino Deus. Gravataí,⁴⁰ São João e Navegantes estão, há mais de uma semana, sofrendo as terríveis consequências dessa calamidade que São Miguel nos manda exatamente ao entrar da primavera, quando todos esperavam a graça de um céu azul sereno, a suavidade de um tempo firme cheio de esperanças, e a doçura infinita de um sol fecundo e amável.

³⁹ Riacho: nome pelo qual era conhecido o arroio Dilúvio, que tem sua nascente no parque natural municipal Saint-Hilaire, em Viamão, e sua foz no lago Guaíba.

⁴⁰ O autor refere-se à região então conhecida como várzea do Gravataí, atual bairro Sarandi.

São Miguel não deve ser assim, ameaçador e terrível. É um verdadeiro contraste com a sua arcangélica santidade. Esperamos que para o ano ele seja mais camarada...

Ele bem podia mandar toda a sua cólera lá para o Ceará.

E com isso teria a simpatia e a veneração de todo o querido povo nortista.

Aqui, não, é demais!...

5 de novembro de 1926

Há vários dias um aeroplano anda voando por sobre a nossa capital, conduzindo passageiros.

O espetáculo não é inédito. Já outros aqui fizeram rendoso negócio com essas maravilhosas excursões aéreas, conduzindo grande número de pessoas no decorrer de um certo número de viagens.

Porto Alegre, mesmo olhando aqui de baixo, em contato com toda a sua infinidade de defeitos, mesmo com todas as suas imundícies, é, na verdade, uma cidade pitoresca, com uma topografia bizarra,⁴¹ cheia de aspectos verdadeiramente encantadores.

Maravilhosa, porém, e muito mais interessante deve ser a nossa capital olhada de cima em aeroplano, à altura de 500 a 600 metros, como acontece agora com os remígio⁴² mercantis do aparelho que nos visita.

Deve ser de fato uma impressão soberba. As delícias lá de cima nos fazem esquecer todos os maus bocados cá de baixo, esse terrível contato com a sujeira e o desasseio que se nota em pontos vários da capital. Ficamos livres, lá no alto, da cultura microbiana do Caminho Novo, longe da sua poeira insuportável, longe da área ocupada pelo

⁴¹ Bizarra: no contexto, original, incomum, exótica.

⁴² Remígio: voo das aves.

forno do lixo,⁴³ longe do Riacho, longe do depósito do Asseio Público, longe, enfim, da nauseabunda Ponta do Dionísio, já quase dentro da cidade. Quem sai cá de baixo e vai lá para cima purifica os pulmões e purifica os olhos. Pensa-se no infinito e é como que uma deliciosa evasiva ao prosaísmo urbano. Sonha-se com outras delícias da vida, e não raro treme-se de medo...

Sobre essa vertigem da altura, colhemos, ontem, ao acaso, duas impressões interessantes, de dois excursionistas de sexos diferentes.

Falavam sobre o último voo, na esquina da rua Bragança.⁴⁴ Eram uma dama e um cavalheiro.

– O senhor não imagina o prazer que senti. Que maravilha, que espetáculo, que delícia! Se eu pudesse, se o meu marido consentisse, andaria sempre lá por cima. Tenho o indescritível prazer das grandes alturas. Só mesmo lá do alto é que se compreende a beleza de Porto Alegre. O senhor não imagina... É uma maravilha!...

O cavalheiro sorriu-se todo e pediu licença para dar a sua opinião.

– Eu também voei, mas devo confessar toda a verdade: tive medo, muito medo. Prefiro Porto Alegre, com todos os seus defeitos de cidade desagradável, a ter que andar contemplando-a nas alturas. Sou, por natureza, muito nervoso. Tenho medo, confesso!... Voar cá por baixo é muito melhor e não se corre tão grande perigo... Não concorda?

E há, realmente, muita gente que gosta de voar baixinho, e que acaba em verdadeira “avoação”...⁴⁵

⁴³ Forno do lixo: equipamento de incineração localizado à margem do Arroio Dilúvio, no bairro da Azenha, rua Sans Souci. Foi demolido em 1938.

⁴⁴ Rua de Bragança: oficialmente, rua Marechal Floriano.

⁴⁵ Avoação: na gíria, distração.

9 de dezembro de 1926

A chuva torrencial que caiu durante todo o dia de ontem veio prestar três grandes benefícios à capital.

O primeiro deles foi atenuar a violência da temperatura, que chegou nos dias anteriores a registrar 36 graus à sombra! Para começo de verão, convenhamos, é muita coisa. Nada há, porém, que estranhar em Porto Alegre. O calor bate aqui com mais violência que em qualquer outro lugar, isso pelo fato de não haver arborização suficiente, nem ruas largas, bem arejadas. Tivéssemos rasgado a antiga General Paranhos⁴⁶ com o célebre viaduto à rua Duque de Caxias (verdadeira obra de Santa Engrácia, que se projeta construir para os nossos netos), e a temperatura da cidade já estaria grandemente modificada. Basta ver-se o próprio traçado da nova artéria para se ter a certeza do muito que ela iria influir em relação ao calor, diminuindo-lhe a violência.

Outro benefício da chuva, benefício, aliás, muito grande para os nossos pulmões, para os pulmões da cidade inteira, foi se ter acabado com o pó, pelo menos durante uns dois dias.

O pó, malgrado o acacianismo da frase, é o maior mal de Porto Alegre. Dois dias sem chuva entre nós são o bastante para tornar a cidade irrespirável. Até mesmo nas ruas calçadas, sente-se a impertinência do pó, principalmente em dias ventosos. Quanto aos arrabaldes, aos pontos mais afastados do centro, onde não há calçamento e grande é o trânsito de veículos, a poeira torna-se, então, horrivelmente asfíxiante.

Felizmente, a chuva veio contê-lo um pouco.

O terceiro benefício que nos proporcionou o demorado aguaceiro de ontem foi de grande importância para a vida doméstica da

⁴⁶ Rua General Paranhos: antiga rua do Poço, percorria o centro em sentido transversal, da rua General Andrade Neves à rua Coronel Genuíno. Deu origem à avenida Borges de Medeiros, então em construção.

capital. Com a absoluta falta d'água na Hidráulica Municipal,⁴⁷ que adotou agora o regime da "lei seca", inúmeras casas, há tantos dias sacrificadas pela falta da cristalina linfa guaibense, aproveitaram-se da chuva para encher seus recipientes.

Foi uma delícia. A vida de novo se animou e até mesmo a própria Hidráulica teve seus secos depósitos aumentados...

Por aí se vê que a chuva nos prestou três admiráveis benefícios.

Entretanto, nos privou de um, aliás, não pequeno – o de gozar os encantos dos acordes da aristocrática Banda Municipal.⁴⁸

Ela própria foi a culpada dessa falta.

Anunciou a retreta...⁴⁹

29 de dezembro de 1926

Aqui, como aliás acontece em toda a parte, algumas repartições públicas federais muito deixam a desejar na maneira que atendem os contribuintes ou o público em geral.

Está nesse caso a Alfândega desta capital, principalmente a seção do serviço de cobrança do imposto sobre a renda.

O pessoal ali é insuficiente, em número apenas de cinco, sendo que ontem ainda faltou um pela manhã. Os respectivos funcionários entraram às 9h30min e já às 11h07min haviam encerrado o expediente. Além de uma natural preguiça, proveniente por certo do calor, há ainda ali pessoas mal-humoradas que atendem de preferência os

⁴⁷ Companhia Hidráulica Municipal: antiga Companhia Hidráulica Guaibense, adquirida pela Intendência Municipal em 1904.

⁴⁸ Referência à Banda Municipal, conjunto musical fundado em 1925, inicialmente composto de 60 instrumentistas. Estreou no Teatro São Pedro em 13 de junho de 1926. Seu regente, José Leonardi, e muitos dos músicos contratados por concurso eram de origem italiana. In: BOHRER, Felipe Rodrigues. *Identidade e cultura em Porto Alegre no Pós-abolição: a criação da Banda Municipal de Porto Alegre (1925)*. *Angelus Novus*, São Paulo, v. 9, p. 81-108, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/90191>. Acesso em: 13 ago. 2019.

⁴⁹ Retreta: apresentação de banda de música.

seus conhecidos, em preterição dos contribuintes que se encontravam em repartição mais cedo.

Ontem pela manhã, um Sr. Garcia iniciou o seu trabalho por atender primeiro um camarada seu, que foi portador de um pacote de declarações sobre a renda e em cujo serviço gastou uma hora justa, preterindo numerosos outros contribuintes que iam fazer a requisição individual dos seus talões, pois já haviam feito as declarações necessárias. Assim é que o serviço iniciado às 9h45min por aquele funcionário foi encerrado às 11h07min, apenas atendendo nesse espaço de tempo quatro pessoas (!), ficando as restantes, que eram em número de 14, com o tempo perdido desde às 9 horas e obrigadas, portanto, a voltar à tarde.

Vários contribuintes que fizeram declarações até 30 de novembro e que, por desorganização do serviço, não receberam o competente recibo, indo, ontem, pela manhã, à Alfândega, (alguns por mais de uma vez) não encontrando o empregado encarregado dessa distribuição, conseguiram por *motu proprio* os respectivos recibos, com flagrante irregularidade e desordem desse serviço.

Os apontamentos acima nos foram fornecidos por um contribuinte que já esteve quatro vezes na Alfândega sem conseguir pagar a sua taxa.

Fácil é de imaginar o martírio por que passa quem ali vai. Além de levar o seu rico dinheirinho à insaciável garganta do Tesouro (a maior goela do Brasil) o contribuinte ainda tem que aguentar a preguiça, a neurastania ou a má vontade de alguns funcionários.

É realmente um martírio.

1º de fevereiro de 1927

A inauguração do ramal da estrada de ferro do Riacho para Vila Nova parece que foi só para inglês ver: pelo menos, até agora.

Depois de tanta festa, de tanta música, de tanto foguetório, depois de várias e entusiásticas discursseiras, ao ser servido o ágape inaugural, os trenzinhos da Tristeza emperraram: resolveram não mais ir à Vila Nova! Quem, aos domingos ou em dias úteis se dirigia à estação do cais do porto para visitar o novo ramal ou conhecer aquele operoso arrabalde de Porto Alegre, de lá voltava com a desolação de que a linha para aquela localidade não trafegava.

– Mas houve a inauguração?...

– Sim, houve – respondia o agente – mas foi só a inauguração. O tráfego não; este ainda está por ser inaugurado. De vez em quando, correm, para lá, autos de linha com reboque. Se o senhor quiser aproveitar a oportunidade, eu lhe avisarei o dia. Talvez domingo se realizem várias corridas... Se o patrício quiser...

– Mas..., e os trens? Pois há estrada de ferro para lá. O que me interessa são os trens.

– Sim, mas os trens ainda não estão prontos. O ramal é que se adiantou demais, antes de possuímos carros de locomotivas!

Assim estamos, com relação ao arrabalde de Vila Nova. Inaugurado o tráfego ferroviário para aquela aprazível localidade, um dos pontos mais atraentes para se passar algumas horas nesta época, estamos, entretanto, privados de visitá-la, porque a estrada de ferro do Riacho não faz correr trens no referido ramal.

De sorte que nada adiantou a inauguração do trecho mencionado. Ficamos na mesma. Esse serviço nada trouxe de útil, até agora, para a população do próspero arrabalde, assim como não facilitou coisa alguma para as pessoas que, residindo aqui na capital, desejarem ir até aquele subúrbio.

É de lamentar que isso aconteça. A vida e o movimento da Vila Nova, em cuja zona o labor agrícola vai se desenvolvendo dia a dia, já reclamam um serviço de transporte rápido e permanente. Vila Nova está em situação idêntica à Tristeza. É um dos pontos de

atração de Porto Alegre. Mas, para que assim seja, se faz mister que se facilitem todos os meios de condução. Se existe para aquele local um trecho ferroviário, festivamente inaugurado, porque não apreciá-lo? A estrada poderá alegar que não está em condições de fazer correr trens para Vila Nova, devido à deficiência de material. Nada é mais justo. Mas para que se apressou, então, em fazer a sua inauguração, mormente nesta época, em que todo o mundo procura, principalmente aos domingos, fugir da cidade?

Os moradores daquela simpática localidade, que contava com a estrada de ferro para ver aumentada e desenvolvida aquela zona, é que devem estar deveras desanimados.

Depois do trem do dia inaugural – nunca mais!

10 de fevereiro de 1927

Várias reclamações publicamos, em nossa crônica de ontem, a propósito do mau estado das calçadas de várias ruas afastadas do centro da capital. Da justiça dessas reclamações ninguém melhor dirá do que os próprios moradores das ruas, cujo mau estado muito vem enfear a cidade e contribuir para o nosso péssimo estado sanitário. Não só os passeios, mas as próprias ruas da zona compreendida entre Floresta,⁵⁰ Caminho Novo, São João e Navegantes estão a reclamar imediatas providências da municipalidade, tal é o seu abandono, tal a mataria que ali se desenvolve, tal a podridão das águas estagnadas nesses pontos populosos da capital. São verdadeiros focos pestíferos e miasmáticos, que reclamam a atenção da higiene pública, tanto mais

⁵⁰ Referência ao bairro Floresta ou à rua da Floresta, nomeada a partir de 1892 rua Cristóvão Colombo.

que anda agora a fazer incursões pelo Velho Mundo a “gripe espanhola”,⁵¹ de hórrida lembrança, que, só em recordarmos, “*Si rinnova la paura*”.⁵²

Não bastam os inúmeros e louváveis melhoramentos que se observam por pontos vários do centro da cidade. É uma verdadeira ânsia de transformação que empolga no momento o ilustre detentor do poder administrativo. Essas obras, em projeto umas, em abandono outras, revelam, de qualquer forma, a preocupação de quem deseja deveras ver a nossa capital na posse de todos os melhoramentos que ela de fato merece.

Pelo lado da higiene, entretanto, nada se tem feito, aqui, digno de nota. O forno do lixo lá continua na Azenha, empestando o ambiente; as carroças do Asseio Público ainda repousam, com sua fedentina insuportável, no depósito localizado numa das ruas mais populosas da Cidade Baixa; o Riacho, o maior foco de mosquitos de Porto Alegre, ainda permanece à espera de ser convenientemente canalizado; uma grande parte da cidade continua sem água e sem esgotos; os bairros de São João e Navegantes, sem falar na zona já populosa da estação do Gravataí, estão completamente abandonados; ruas e passeios de outros pontos, como acima já nos referimos, estão também reclamando providências enérgicas pelo deplorável estado em que se encontram.

Assim é que, se a municipalidade tem cuidado de vários e importantes melhoramentos no centro da capital, como sejam aberturas de ruas, calçamento e embelezamento de jardins e praças públicas, tem, entretanto, deixado abandonados outros, principalmente o saneamento

⁵¹ Gripe espanhola: pandemia de gripe ocorrida entre 1918 e 1919, que vitimou cerca de 50 milhões de pessoas em todo o mundo.

⁵² “*Si rinnova la paura*”: citação de um verso da estrofe inicial do *Inferno*, parte da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri: “Ah quanto a dir qual era è cosa dura/ esta selva selvaggia e aspra e forte,/ che nel pensier rinnova la paura!”. Traduzido para o português: “Ah! Que a tarefa de narrar é dura/ essa selva selvagem, rude e forte,/ que volve o medo à mente que a figura”. In: ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Tradução de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 25.

de certas zonas constantemente sacrificadas por epidemias e outras calamidades.

São problemas esses que reclamam urgente solução do poder administrativo, mesmo com sacrifício de outros melhoramentos projetados pela municipalidade.

Realizados que sejam eles, muito terão a lucrar as condições sanitárias de Porto Alegre.

9 de março de 1927

Ainda há bem pouco tempo, a uma certa hora do dia, era quase impossível se viajar nos bondes desta capital, pois os elétricos, para todas as linhas, partiam completamente apinhados de passageiros. Não raro esses carros viajavam com o triplo da lotação normal. Onde houvesse um ponto de apoio, na certa que ia um passageiro dependurado, enquanto grande número de senhoras viajava de pé, pelas plataformas e corredores dos referidos veículos. A princípio acreditou-se que o deficiente número de bondes em tráfego era a principal causa, senão a causa única, desse amontoamento de passageiros, causa também de contínuos acidentes na viagem.

Vieram então os auto-ônibus, que com tão grande simpatia foram recebidos pelo público, não só por oferecerem um bom serviço de transportes, como porque iriam, também, aliviar os bondes de seus permanentes e perigosos excessos de lotação.

Dentro de poucos meses, para mais de 140 carros se distribuíam por todas as zonas da cidade, entregues ao serviço de condução de passageiros. E o que então se observava, em relação aos bondes, verifica-se agora com os ônibus: quase todos eles viajam com lotação excessiva, sendo muitas vezes maior o número dos que viajam no estribo do que os que vão sentados nos respectivos bancos. Os cami-

nhões das linhas da Independência, do Menino Deus e do Caminho do Meio⁵³ fazem permanentemente seu percurso com lotação excedida.

Esse aspecto que o tráfego urbano oferece não raro é a causa de inúmeros e lamentáveis desastres, dos quais a imprensa local vem diariamente se ocupando. Verifica-se, assim, que o mal não era só da deficiência dos bondes da ex-companhia Força e Luz,⁵⁴ pois, reforçado agora o serviço de transportes urbanos, com o extraordinário número de auto-ônibus em tráfego, o excesso de lotação em ambos os meios de transporte continua sendo o mesmo, senão é que dia a dia vai lhe aumentando, cada vez mais com grave perigo para os próprios passageiros.

Ao contrário de tudo isso, o mal do tráfego local é consequente do extraordinário aumento da nossa população, que hoje, segundo os entendidos em estatísticas, já se aproxima de 300 mil almas.

O que precisamos, para o descongestionamento do tráfego, é aumentar o número de linhas de bondes e de auto-ônibus, evitando-se assim a convergência dos passageiros que, residindo numa zona vasta e grandemente populosa, como o Menino Deus, por exemplo, são todos, entretanto, obrigados a tomar os bondes ou caminhões das letras “V” ou “R”, ao passo que, se existissem linhas intermediárias para aquele ponto da cidade, não se daria o que hoje se dá, em relação ao excesso de passageiros em veículos que partem para o mesmo local.

⁵³ Caminho do Meio: também conhecido como estrada de Viamão, Caminho das Capelas e estrada do Capitão Montanha, corresponde às atuais avenidas Oswaldo Aranha e Protásio Alves, em Porto Alegre. A via atualmente conhecida como estrada do Caminho do Meio faz a ligação entre os municípios de Porto Alegre, Viamão e Alvorada.

⁵⁴ Em 1923 havia sido criada a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG). Essa empresa incorporou os ativos da Fiat Lux, da Usina Municipal e da Força e Luz. Em 1927, começa a operar no Brasil o grupo norte-americano American Foreign Power (AMFORP), que passa a controlar algumas empresas de eletricidade do país, incluindo a CEERG.

11 de março de 1927

Quem, a certa hora da noite, é obrigado a caminhar pelas ruas afastadas do centro, em demanda à casa, não deixará, por certo, de receber, de tudo o que vê, uma impressão profundamente desoladora. As ruas, na sua maioria mal iluminadas, já por si mostram o estado de abandono em que se encontra a nossa capital a essas horas tardias, em que a atividade urbana se restringe sensivelmente, em que o próprio tráfego cessa, como se a nossa capital fosse um modesto vilarejo, sem elementos para prolongar a essas horas o seu movimento diurno. Entretanto, essa falta de vida e de animação se explica unicamente pela falta de meios de transporte. Porto Alegre está em condições de ter também à noite um regular movimento. Mas não possui os meios necessários de condução de passageiros para todos os pontos da cidade. Em chegando a meia-noite, todo aquele serviço, quer de bondes, quer de auto-ônibus, para por completo, malgrado continue o movimento de pedestres em todas as direções.

Por isso, o aspecto da cidade, à noite, é sempre tétrico. Além da deficiência da iluminação, que ainda se observa na maioria das nossas ruas, há a acentuar também a absoluta falta de policiamento. Meses atrás, ainda viam-se os guardas da polícia administrativa postados nas esquinas, quando não percorrendo, a cavalo, as zonas mais distanciadas do centro.

Hoje, tudo isso desapareceu. Já se não vê um só guarda civil, nem mesmo por milagre. Todos os crimes aqui praticados não são surpreendidos pela polícia: ela desconhece o flagrante. As queixas, sim, é que são levadas ao seu conhecimento, para as devidas providências. Contar com ela num caso de apuro, para prender um desordeiro ou apanhar um gatuno, é coisa absolutamente impossível.

Eis a razão por que a nossa capital está infestada de laráprios de toda a espécie. A ladroagem é exercida livre e tranquilamente,

à noite, exatamente porque não possuímos um policiamento que percorra os pontos mais perigosos da capital.

Até mesmo o ativo subintendente do 2º distrito,⁵⁵ que tantos e inestimáveis serviços já nos tem prestado, luta com dificuldade para atender a vasta zona a seu cargo, hoje, felizmente, já quase saneada de gatunos, de desordeiros, de elementos indesejáveis.

Todas essas falhas tornam, por certo, Porto Alegre, uma cidade verdadeiramente desoladora, à noite.

6 de abril de 1927

Com a aproximação da estação invernososa, torna-se absolutamente necessária uma reparação geral nas estradas de Porto Alegre, nos caminhos que ligam a capital não só com os distritos rurais como com outros municípios vizinhos.

Os clamores que começam a se ouvir por todo o estado, principalmente nas zonas de trabalho agrícola – zonas inteiramente sacrificadas ao abandono – são os mesmos que já começamos a ouvir aqui, em pleno município da metrópole gaúcha. Todo um conjunto de atividade da nossa tenaz e laboriosa existência rural, que vai do leiteiro ao vendedor de lenha e de produtos agrícolas, sofre as consequências do calamitoso estado em que se encontram as paupérrimas vias de comunicação do município. Em chegando o inverno, a época das chuvas intensas e das cheias, esse pequeno comércio diário feito entre os distritos da cidade tem longas interrupções que prejudicam grandemente os que dele cuidam, principalmente os produtores. Tudo isso, entretanto, devemos à falta de estradas em condições que facilitem em qualquer

⁵⁵ 2º distrito: Cidade Baixa, Areal da Baronesa, Riacho, Menino Deus, Campo da Várzea, Azenha, Cemitério e áreas entre o Caminho do Meio e a estrada do Mato Grosso. In: MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade**: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. 2011. 284 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34692>. Acesso em: 12 ago. 2019.

época o escoamento de todos os produtos, o livre trânsito de todos os veículos que demandam diariamente à nossa capital.

Forçoso é reconhecer que a administração municipal já tem alguma coisa nesse sentido, procurando melhorar as nossas acanhadas rodovias. Os trechos para o Cristal, a Tristeza e a Vila Nova já estão, em verdade, em boas condições, se tivermos em conta o que eram essas estradas anos atrás. Entretanto, há ainda muito que cuidar em relação às nossas vias de comunicação. Um grande número de distritos está com seus caminhos em péssimo estado. Se já agora eles se apresentam assim, fácil será concluir que, ao chegarmos à plena estação invernos, eles se tornarão completamente intransitáveis, dificultando ainda mais o intercâmbio entre os distritos e a capital.

Parece-nos que seria razoável que a municipalidade, que vem cuidando com grande interesse dos melhoramentos urbanos, tomasse um pouco mais de interesse pela zona suburbana e rural, na parte referente às estradas de rodagem ou a quaisquer outras vias de comunicação.

A ocasião é mais que oportuna para se cuidar aqui também desse importante problema municipal, o problema máximo da vida rural de todo o Rio Grande, o problema de que todo o estado reclama solução, em benefício da nossa admirável atividade agrícola. Se nada se fizer em favor dessas estradas, muito menos se fará em época de plena invernia, como acontecerá de maio em diante.

Convém, portanto, que a Intendência determine agora a execução dos necessários reparos que estão, há muito, pedindo quase todas as nossas estradas distritais.

8 de abril de 1927

Quem viu, com a chuva de ontem, o alagamento quase geral das nossas ruas e praças, principalmente na zona baixa, teve naturalmente a impressão de que Porto Alegre é uma cidade entupida.

Não precisa ser chuva muito violenta, qualquer carga de água basta para logo tudo se transformar num vasto lençol líquido. Foi o que ontem observamos por pontos diversos da nossa capital. A própria rua dos Andradas apresentava em várias quadras o mesmo espetáculo fantástico de inundação, notadamente nas caídas de ruas que ali desembocam. Basta dizer que o beco que, partindo da rua Nova, vai morrer em frente ao edifício da casa Ao Preço Fixo, se transformou rápida e assustadoramente numa formidável queda d'água que muito danificou o próprio leito da rua dos Andradas.

Assim foi em vários outros pontos da cidade. Em poucos momentos a Várzea, avenida Redenção,⁵⁶ avenida 13 de Maio, e diversas outras ruas da mesma zona, apresentavam o aspecto de rios deveras caudalosos.

Sem falarmos nos bairros de São João, Navegantes e Gravataí, outros pontos há em Porto Alegre que vivem permanentemente alagados durante todo o período da estação invernososa, sendo isso uma das razões de tantos males e enfermidades aqui registrados.

Mas, uma pergunta nos acode agora: serão as chuvas a causa única dessas inundações contínuas?

Absolutamente não.

Esse mal tem outra origem, fácil de corrigir. Ele vem da deficiência da nossa paupérrima rede de esgotos e, sobretudo, da falta de dreno nos terrenos não atingidos por aquele melhoramento municipal.

A municipalidade precisa cuidar o quanto antes desse serviço, procurando dar imediato escoamento às águas pluviais, sob pena de serem enormemente prejudicados os próprios melhoramentos que começam a ser executados nas nossas ruas. É tal o alagamento que se observa em ocasiões de chuvas que os serviços executados na via pública, como o calçamento, precisam logo depois ser feitos de novo.

⁵⁶ Avenida Redenção: atual avenida João Pessoa.

Cabe à Intendência melhorar essa situação calamitosa de uma grande área da cidade, promovendo o escoamento das chuvas por um serviço de esgotos em condições, e drenando competentemente as zonas ainda não atingidas por aquele serviço.

É uma necessidade que se impõe.

8 de maio de 1927

Os alegres e ruidosos pardais da praça 15 de Novembro acabam de transferir para a praça da Alfândega o seu coletivo poleiro noturno. Não sabemos qual a resolução que determinou à passadada garota essa mudança de residência. O caso é estranho e tem dado o que comentar. Há muitos anos, desde que aqui surgiu o primeiro casal desses endiabrados inimigos dos insetos e das gramíneas, que eles se estabeleceram entre as copadas arvoredas da aprazível praça fronteira ao empório público de comestíveis. Dali então nunca mais saíram, mesmo porque o local se lhes apresentava estratégico, principalmente para a colheita de biscates, grãos e sobras extraviados ao derredor do Mercado, como o é também para o lindo bando de pombas caseiras que ali vivem. Pela manhã e à tardinha, ao entrar do sol, a velha praça apresentava, então, um aspecto de local de *meeting*, pelo ruído e pelo barulho que ali se ouvia e que só cessava ao pleno cair da noite.

Era um chilreio formidável; dir-se-ia que cada árvore, cada cerrado, daqueles destruídos hoje pelo machado municipal abrigava várias centenas de pardais. E ficavam todos a estridular e todos a gritar, como um verdadeiro comício de protesto! Na primavera então, na estação dos amores e dos ninhos, os seus lúbricos idílios eram um permanente desrespeito à moral pública... Não havia casal de pardais que não andasse em rebuliço constante nesse despertar ardente da natureza.

Assim o tempo se foi passando e eles se tornaram ali tão familiares e conhecidos como os antigos tomadores de chope no quiosque⁵⁷ ao lado. Nunca, ao que se conste, o belicoso passaredo pensou em mudar de residência, tão belo e amável era aquele recanto da cidade, cheio de árvores austeras, de arbustos e folhagens verdes, como nenhum outro da capital. Entretanto, agora, os pardais abandonam a praça, desertam e emigram num bando único, como uma vontade única, em demanda dos velhos e cerrados plátanos da praça da Alfândega. Lá estão eles há vários dias em multidão estridente, na mesma confraternidade ruidosa, tal como os encontrávamos sempre na praça 15 de Novembro, em certas horas do dia.

Não compreendemos, todavia, a causa dessa brusca mudança, desse quase intempestivo abandono de residência. Alguém, mais avisado do que nós e mais entendido em segredos de passarinho, conclui que o definitivo abandono da praça 15 pelos pardais outra coisa não é que um protesto às mutilações que ela vem sofrendo, ao estado lamentável em que se encontra o tradicional logradouro público...

Terá razão o arguto psicólogo dos pardais? Não o sabemos. O fato é que o enorme bando gárrulo dali desertou há dias, em busca de outras árvores, de outros abrigos menos ameaçados. Escolheram eles a praça da Alfândega. Escolheram bem, pelo menos agora.

E o outro logradouro, já tão diferente pelo desleixo, pelo estado em que se encontra, está agora mais deserto e triste pelo abandono definitivo daqueles que ainda lhe davam um pouco de vida e alegria...

⁵⁷ O cronista se refere ao Chale da Praça XV, localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, ainda em funcionamento. Foi fundado em 1885 como um quiosque de venda de sorvetes, tendo passado por várias reformas.

12 de maio de 1927

Há duas semanas mais ou menos, esta folha publicou uma interessante reportagem sobre as peripécias por que passou um comerciante desta praça, a fim de retirar um pequeno registrado da seção de *colis-posteaux*⁵⁸ do correio local. Os trabalhos, as lutas, os sacrifícios sofridos nessa verdadeira “odisseia” criada pelo regime burocrático, pela grossa malandragem da ação do papelório em que vivemos e em torno da qual gravita o Brasil inteiro desde o mais elevado ministério à mais modesta repartição pública – essa trabalhadeira infernal por que passou o referido comerciante, durante três dias consecutivos, não foi só naquela assustadora seção dos correios. Foi também na Alfândega e seria também na Delegacia Fiscal se dependesse de qualquer papel dessa ilustre repartição. As próprias partes é que têm muitas vezes que desencavar os papéis que lhe dizem respeito! Não admira, portanto, os martírios por que há dias passou o comerciante desta capital, que caiu na asneira de retirar um pequeno objeto do *colis-posteaux*. Somando o tempo perdido entre a Alfândega e o *colis* e os trabalhos sofridos entre o *colis* e a Alfândega, o interessado verificou, no fim, que o valor do minúsculo relógio que lhe veio como brinde de uma casa dos Estados Unidos ficou muito aquém do que ele esperava merecer. Mais trabalhos, mais lutas e dificuldades passaria ele certamente se não fora para tão longo amor, tão curta a vida!⁵⁹

“Odisseias” como essa que há dias registrou a nossa folha não constituem casos isolados; são episódios de todos os dias, de todas as horas, de todos os momentos. Ainda ontem fomos procurados por pessoa aqui residente, que também nos informou ter passado pelas mesmas duras provas em relação a uma encomenda postal que lhe foi remetida da França por intermédio dos *colis-postaux*.

⁵⁸ *Colis-posteaux*: pequenas encomendas enviadas pelos Correios.

⁵⁹ Versos do soneto em “Sete anos de pastor Jacó servia”, de Luís de Camões.

Foi o mesmo martírio, a mesma tragédia para poder preencher as formalidades exigidas pelo *colis* e pela Alfândega, isso contando com a melhor boa vontade dos funcionários de ambas as repartições...

Por aí se vê que o mal não é só do funcionalismo, às vezes um tanto indisposto para atender às partes. O mal é, sobretudo, do anarquismo do regime do papelório em que vivemos, da malandragem burocrática instituída entre nós para o mal e a ruína do próprio país.

Infelizmente é essa a verdade.

13 de maio de 1927

Com a entrada do outono, com as primeiras manifestações do frio que já se vem sentindo, começamos a assistir à queda das folhas das poucas árvores que ainda ornamentam as nossas praças. É bastante um ligeiro sopro de vento, uma leve estremeção no arvoredo desganhado e inquieto, para que o seu rodopio incessante logo se manifeste numa vertigem voluptuosa de desnudamento. As árvores se vão pouco a pouco despindo, impudicamente, ao menor contato da fria carícia do minuano ou do nordeste. Dos plátanos, então, nem se fala. É bastante eles sentirem na epiderme o sopro mordente das rajadas para que logo os devassos se ponham nus, completamente nus, a espiarem, impudicos, quem lhes passa por perto. O plátano, além de ser uma árvore intrusa, profundamente antipática, tem ainda o grave defeito, no inverno, de aparecer indecentemente vestido, como se ele pudesse representar o “nu artístico”,⁶⁰ que por aí se exhibe...

Afinal, as nossas ruas e praças é que pagam as atitudes pouco recomendáveis desses espécimes exóticos, que se distribuem por

⁶⁰ Nu artístico: termo cunhado pelo cronista para se referir à moda em vigor na segunda metade dos anos 1920: vestidos curtos, de formas soltas, feitos com tecidos leves, formando um visual que se completava com os cabelos curtos à la garçonnette.

toda a cidade, com menosprezo às nossas belas e variadas essências ornamentais.

Dia e noite as folhas que caem se amontoam pelas sarjetas, pelo chão, por toda parte, contribuindo isso para aumentar ainda mais a sujeira das nossas ruas. É um aspecto desagradável, que se observa constantemente na entrada do inverno. Nestes últimos dias, por exemplo, todas as adjacências dos lugares arborizados ficam cobertas de folhas amarelidas ou secas, que vão rolando rua afora, amontoando o cisco, avolumando a sujeira. Se fosse só as folhas não seria nada. Mas o vento que as arranca e que as sacode traz consigo uma poeira verdadeiramente asfixiante. Certas ocasiões há em que passar por alguns pontos da cidade constitui um tormento horrível. Ontem foi um desses dias. O trecho compreendido entre a praça 15 de Novembro, o Caminho Novo e os fundos do Mercado Público esteve por algumas horas insuportável, tal a quantidade de poeira que se levantava ao sopro do vento reinante.

As duas primeiras quadras da rua Voluntários da Pátria, ora calçadas, estão, em relação ao pó, muito piores que antes de receberem o novo calçamento. Sua vizinhança é obrigada a aguar sua frente a cada momento, devido à enorme quantidade de pó que dali se levanta. Tratando-se de um calçamento novo, solidamente rejuntado, não era para a Intendência permitir que ainda se cobrisse de terra e areia o mesmo. Se um dos grandes males daquela rua foi sempre a poeira, a continuar assim, teremos o prolongamento do mesmo malefício de antes. As duas quadras calçadas e já franqueadas ao trânsito público ainda desconhecem os benefícios da vassoura e da limpeza.

20 de maio de 1927

Segundo comunicação da municipalidade, já foram atendidas as canalizações de água até a avenida Pernambuco, na zona com-

preendida entre a rua Sertório e a parte norte da linha férrea, nos Navegantes.

É o primeiro avanço da nossa malsinada rede hidráulica, de que temos agora conhecimento naquela flageladíssima zona de Porto Alegre, vítima de ordinário de duas calamidades terríveis: da falta de água por ocasião das estiagens mais ou menos prolongadas, e das grandes inundações devastadoras por ocasião das épocas de enchentes, como aconteceu no ano passado. Não há de se registrar ali o meio termo comedido das coisas. Ou é abundância calamitosa ou a calamitosa secura, transformando aquele trecho suburbano da capital num martirizado pedaço do Ceará longínquo.

Tudo isso por quê?

A resposta é peremptória e golpeante:

Porque aquela zona não possui encanamentos hidráulicos para atender às necessidades de sua densa e laboriosa população; porque os terrenos daquela baixada em abandono não foram ainda convenientemente drenados a fim de oferecer rápido escoadouro às águas das chuvas ou do Gravataí transbordante. Não alcançou ainda aquele local o nosso paupérrimo serviço de esgotos. Da hidráulica temos, porém, agora, a boa nova de que ela acaba de aparecer em pontos diversos do simpático bairro, pronta a distribuir o líquido que, embora sujo, nunca nos negou o Guaíba, nem mesmo nas ocasiões de grande seca.

Como se vê, é um melhoramento de capital importância. Com a sua instalação, a municipalidade presta um enorme benefício aos moradores do local. Resta ainda o arrabalde de São João, que, como o outro, seu vizinho, já intimamente ligados, já quase sem fronteiras nem linhas limítrofes, sofre as mesmas penas, as mesmas duras necessidades em se tratando de melhoramentos municipais. Nesse local também é de palpitante necessidade a instalação do serviço de água e esgotos. Os males que assolam o arrabalde dos Navegantes

são os mesmos que se sentem no bairro de São João, por ocasião das enchentes ou por ocasião das prolongadas chuvas: absoluta falta de água ou exagerada abundância desta, que vai muitas vezes até o alagamento geral da vasta e povoada zona onde vive mais de uma dezena de milhar de habitantes.

O dia em que a Intendência tiver saneado por completo os dois importantes arrabaldes, terá ela prestado um incalculável benefício à nossa capital, talvez o maior de quantos venha prestar a Porto Alegre num período de administração operosa, como é de fato o que atravessamos.

Parece, felizmente, que esse dia não está longe. A obra já está começando, com a canalização hidráulica que acaba de ser estendida no largo trecho de que acima nos referimos. Com mais um impulso, com mais um pouco de boa vontade, a rede será completada, conjuntamente com a rede de esgotos.

E Porto Alegre será então uma verdadeira capital.

E a nossa capital será então uma bela e atraente cidade.

23 de junho de 1927

Os leitores viram, certamente, uma reclamação publicada no noticiário de ontem desta folha em relação ao mau estado das ruas do movimentado e populoso arrabalde da Glória.

Essa reclamação parte dos condutores de auto-ônibus, que não sem grandes dificuldades trafegam para aquele bairro. É uma reclamação justa. Há tempos que viemos constatando o precário estado da principal rua daquele local, onde se vê grande número de esburacamentos e de sulcos produzidos pelas águas das chuvas.

Infelizmente, não é só a principal rua da Glória que está nessa situação. Não há rua de arrabalde, principalmente as de maior trânsito de veículos, que não esteja em situação idêntica, reclamando indispensáveis reparos por parte da turma de conservação da Intendência.

Nas vizinhanças da Glória, existe o popular e frequentadíssimo arrabalde de Teresópolis, que está nas mesmas condições precárias quanto à sua principal artéria, que tem o nome de avenida Teresópolis. Pontos há nesse logradouro, como já tivemos ocasião de verificar *de visu*, em que os auto-ônibus ou outros veículos quaisquer evitam passar devido aos valos e buracos formados no meio do leito da rua.

Entretanto, pior do que isso continua sendo a antiga rua Santana, que foi em outros tempos a artéria que estabelecia ligação entre a Várzea e o arrabalde Partenon.

O seu estado, hoje, é simplesmente lamentável, constituindo uma verdadeira aventura a passagem de automóveis por ali. Por mais que se tenha reclamado, por mais que se tenha feito sentir a necessidade de ser melhorada a referida artéria, ela continua em estado cada vez mais precário, mormente quando chove.

Diz, porém, o ditado, que o mal de muitos consolo é. A popular e populosa rua Santana não deve, entretanto, lamentar a má sorte que lhe persegue. Quase em estado idêntico está, em pleno coração da cidade, uma das maiores ruas de Porto Alegre, a rua Cristóvão Colombo, a antiga rua da Floresta. O trânsito de auto-ônibus é feito, ali, com grande dificuldade, devido ao péssimo estado do seu empedramento.

O auto que se desviar fora do espaço ocupado pela linha dos bondes fica sujeito a se rebentar todo, em consequência dos buracos e das pedras soltas que se veem no leito da referida rua. E mais do que esses veículos, sofrem, com os solavancos, os passageiros que deles se servem.

Já é tempo da municipalidade mandar cuidar do seu calçamento, se não reformando-o por completo, consertando, ao menos, os pontos mais danificados.

Trata-se, como ninguém ignora, de uma das ruas de maior trânsito desta capital, e que, por isso mesmo, não pode ficar, de modo algum, abandonada.

9 de julho de 1927

Constitui episódio palpitante da vida atual da capital a nossa precária situação sanitária. É – dizem – uma consequência decorrente do rigoroso inverno que atravessamos, com quedas extremamente violentas de temperatura, com dias e dias de frio intenso e minuano cortante, para logo depois termos horas de calor quase abrasador, como se registrou na última semana finda. Claro que, com estas transmutações golpeantes não há organismo que resista, por mais rijo e forte que seja. A natureza será sempre vitoriosa nos seus abusos e desmandos, e o homem, um vencido, um aniquilado diante desses caprichos climatéricos. Está visto que nos referimos ao homem da cidade, porque o nosso representante da campanha, o gaúcho típico, esse é duma resistência formidável a todas as eventualidades traiçoeiras da natureza. Em relação ao primeiro exemplo, a cidade está cheia de casos. O noticiário desta folha, na sua edição de ontem, elucida claramente o assunto.

Basta dizer que o número de enfermos nas casas de saúde e nas casas particulares atingiu a maior cifra até hoje registrada. Só na Santa Casa de Misericórdia existem em tratamento nada menos de 600 enfermos atacados de gripe, pneumonias, tifo e paratifo.

As duas primeiras enfermidades são consequências manifestadas dos rigores do tempo que atravessamos. Os resultados desses frios intensos, que a cidade está há vários dias sentindo, são inevitáveis e fatais.

Quanta criança e quanta pessoa velha, principalmente na martirizada classe pobre, na enorme indignação da capital, não está sofrendo as consequências desta estação calamitosa e ingrata? O colossal número de doentes da Santa Casa é por demais expressivo. É um quadro doloroso e sombrio que ilustra bem ao vivo o momento que atravessamos.

Precisamos, entretanto, a bem da verdade, defender o inverno de uma injusta acusação que se lhe vem fazendo. Se é ele o causador das gripes, dos resfriados e das pneumonias que ora se vem cons-

tatando, não o é, porém, em relação às centenas de casos de tifo e paratifo, registrados por toda a cidade. As causas são outras. Elas vêm do mal-estar de Porto Alegre, das péssimas condições sanitárias da capital. Cada trecho abandonado da cidade é um foco miasmático e pestilento, é um verdadeiro viveiro da cultura microbiana. Para tanto, se busca citar as flageladas zonas de São João e Navegantes, toda a populosa zona cortada pelo hediondo Riacho, pontos esses onde há maior número de casos daquelas enfermidades.

Pelo menos nesse ponto precisamos defender a rude invernia que ora nos castiga.

É simplesmente uma questão de justiça.

24 de agosto de 1927

Segundo vem noticiando a imprensa local, vão adiantadas as negociações por parte dos representantes de uma poderosa empresa estrangeira para a compra da Carris Porto-Alegrense e da Energia Elétrica Rio-Grandense – a primeira explora o serviço de bondes, e a segunda o serviço da força e luz à população da capital.

Como ninguém ignora, ligam-se a essas duas empresas os mais importantes problemas de Porto Alegre. À maneira que vai aumentando cada vez mais a nossa população, e à maneira que a cidade aumenta, portanto, a sua área, mais necessária se torna uma melhor distribuição desses serviços. Assim, porém, não tem acontecido.

As empresas que os vêm explorando lutam com a deficiência de material e não se sentem com forças para dotar as suas iniciativas dos meios capazes de corresponder às altas necessidades da nossa população. Com as várias fases por que têm passado as duas grandes empresas locais, nenhum grande melhoramento imediato obtivemos, quer no fornecimento da luz e energia, quer no próprio serviço do tráfego. As nossas necessidades reclamam de fato um

serviço mais em condições, mais de acordo com o progresso e o desenvolvimento da capital.

Está no próprio interesse da companhia que adquirir as duas empresas tratar de desenvolvê-las o mais possível, desdobrando amplamente todos os seus serviços, não só em seu benefício, como no próprio benefício do público.

A nossa capital, pelo seu progresso, pelo seu constante desenvolvimento, é um campo magnífico para essas explorações industriais. Basta para tanto que elas atendam às necessidades da nossa população, com um serviço perfeitamente desenvolvido, e sem exageros de preços, como de ordinário acontece. Está nisso toda a prosperidade da empresa ou da companhia que tomar para si esses serviços. É de se esperar, entretanto, que, uma vez realizada a importante transação da encampação dos serviços da Companhia Carris e Energia Elétrica, venha ela abrir caminho para uma nova fase da nossa atividade, proporcionando à nossa capital os meios necessários de que ela tanto necessita para o seu completo desenvolvimento.

13 de setembro de 1927

A praça Parobé,⁶¹ ali ao lado do Mercado, é um dos últimos logradouros públicos construídos nesta capital. Num espaço de tempo relativamente rápido, transformou-se um monturo, um depósito de lixo e de imundícies (tal era o antigo trecho da doca), num formoso recanto metropolitano, criando-se nele um jardim de inverno. E o novo logradouro apresenta hoje um belo aspecto e dá ao próprio Mercado Público uma impressão muito mais agradável.

Entretanto, em relação à nova praçinha, temos a registrar um fato deveras censurável. Trata-se do desasseio que ali agora se

⁶¹ Praça Pereira Parobé: logradouro onde atualmente se localiza o terminal Pereira Parobé. A construção da praça iniciou-se em 1925, sendo ela oficialmente inaugurada em 1927.

verifica. Por todos os seus passeios laterais, bem como ao redor do chafariz colocado ao centro, só se veem cascas de laranja e de bananas jogadas ao solo e até mesmo por cima dos próprios canteiros.

Pessoas há que vão ao Mercado adquirir frutas só para ter o prazer de comê-las ali, jogando as cascas no chão, quando não as deixam amontoadas por cima dos bancos. Domingo último ainda tivemos ocasião de constatar esse abuso, que é ao mesmo tempo um flagrante de absoluta falta de educação. Ora, quando certas pessoas não se sabem conduzir em lugar público como aquele, já enormemente frequentado, cabe à polícia dar-lhes os primeiros ensinamentos indispensáveis, fazendo-lhes compreender com boas maneiras que naquele ponto da cidade já não existe mais a imundíssima doca de outros tempos, e que não é portanto local apropriado para se fazer chiqueiro de porcos. Mas polícia ali não há ou pelo menos não aparece quando se faz necessária. Por isso, quem passeia na nova praça não pode deixar de verificar cenas verdadeiramente condenáveis, como correrias de desocupados, pessoas deitadas nos bancos, jogos de futebol, além das que estão constantemente a sujá-la com cascas de frutas.

Isso, porém, não é tudo. Ainda domingo, uma família de nove ou dez pessoas, entre pequenos e grandes, que se achava no meio do jardim, não querendo perder um bonde de São João que ia partir, atravessou os próprios canteiros para alcançar mais depressa o elétrico. Bastou o cacique passar por cima dos canteiros para que todos os da tribo, um atrás do outro, fizessem o mesmo! E nem um polícia e nem um guarda para observá-los de tamanha falta. E como esses, quantos outros casos ali não se verificam diariamente?

Há necessidade de a Intendência manter na praça Parobé um ou dois polícias permanentes, que cuidem, que zelem de fato, pelo referido logradouro, proibindo terminantemente as faltas e os abusos como os que acima apontamos. Nem todo o povo tem educação necessária para compreender que não se deve passar por cima de canteiros, que

não se deve arrancar flores, nem se deitar sobre os bancos, nem atirar cascas de frutas no chão. É necessário que alguém observe e advirta os infratores. Cabe à polícia administrativa essa missão.

25 de setembro de 1927

A nossa *A Cidade* de hoje sai fora do perímetro urbano em que habitualmente ela exercita os seus comentários. Faz-se mister de quando em quando ver e observar o que vai por pontos mais afastados do centro. Há por aí necessidades palpitantes que merecem ser atendidas, casos que estão reclamando a urgente intervenção do poder municipal, no sentido de melhorar o quanto antes a calamitosa situação de certas zonas da nossa capital.

E foi para ver até onde vão as queixas dos nossos municípes, no que diz respeito ao estado de certas ruas e estradas de Porto Alegre, que ontem fizemos uma ligeira digressão até a ponte sobre o Rio Gravataí, na estrada de Canoas.

E aqui registramos a nossa impressão, de relance:

Trechos há, nessa estrada, que estão em magnífico estado de conservação. Outros, porém, e esses em maior número, estão em deplorável estado de abandono: são verdadeiros contrastes com os trechos já recompostos. Tal o seu extraordinário trânsito, tal o número de municípios que se servem da referida estrada, que será uma verdadeira injustiça se o governo do estado não estender até ela a sua ação, mandando consertar e melhorar a extensão de dois quilômetros, apenas, que falta ser reparado, já nas proximidades do pitoresco povoado de Canoas. Em ocasiões de chuvas, esse trecho, pelo seu horrível estado de abandono, chega a impedir por dias e dias o grande trânsito de automóveis entre esta capital e Canoas, principalmente no inverno.

Mas não é só aquele ponto que merece o nosso reparo. A própria avenida Ceará, que vai ter ao arrabalde de Gravataí, seguindo daí em

diante com o nome de estrada de Canoas, está em situação muito pior. Buracos e sulcos profundos em todo o seu leito dificultam enormemente, em dias de chuvas, o trânsito de veículos de qualquer espécie. Além disso, as águas estagnadas nas suas extremidades, em locais onde deveriam existir sarjetas ou valos para facilitar o seu escoadouro, são, por sua vez uma ameaça permanente à saúde dos moradores daquele populoso bairro. A municipalidade não pode, de modo algum, deixar em abandono a avenida Ceará e suas adjacências. É um melhoramento que se impõe, com absoluta presteza, o de reparar não só o leito da referida rua como sanear as suas proximidades das águas pútridas que ali permanecem, empestando o ambiente.

1º de outubro de 1927

Para se avaliar o desenvolvimento que a nossa capital vai tomando, basta observar-se o constante congestionamento do tráfego nas ruas centrais. Praça da Alfândega, Caminho Novo, Marechal Floriano, rua do Rosário⁶² e travessa 24 de Maio (hoje avenida São Rafael)⁶³ são pontos onde um extraordinário movimento de veículos se verifica permanentemente, provocando, a cada momento, a interrupção geral do tráfego, tal como se observa nas cidades de grande movimento.

Diante desse expressivo fenômeno de desenvolvimento e de progresso, a Inspetoria de Veículos de Porto Alegre tem naturalmente que duplicar de atividade e de esforços, no sentido de não agravar ou não complicar ainda mais essa situação. E ela vai, parece, vencendo todas as dificuldades que a cada passo surgem, voltando a sua atenção para os pontos que mais reclamam uma fiscalização permanente. É verdade que esse serviço ainda deixa algo a desejar; há muitas falhas e senões

⁶² Rua do Rosário: oficialmente, rua Vigário José Inácio.

⁶³ Avenida São Rafael: antiga travessa 24 de Maio, atualmente dividida entre as avenidas Alberto Bins e Otávio Rocha.

a corrigir, principalmente certos abusos por parte de alguns agentes, justificados no que toca à imposição das multas, enquanto outros caem em complacência suspeita. Não é possível mesmo esperar-se um serviço perfeito de um departamento como a Inspetoria, que tem pouco mais de dois anos de reorganização, contando além de tudo com elementos exclusivamente locais, sem prática, portanto, da maneira como esse serviço é feito nas grandes capitais do país. E, já que falamos diretamente das falhas que ainda se notam nesse departamento da administração pública municipal, não seria demais lembrarmos a necessidade de ser feita uma reorganização mais civilizada, digamos assim, em relação aos nossos automóveis de aluguel. Não é só o fato dos choferes saírem aqui dos seus veículos para se agruparem pelos bancos e centros das praças, onde estacionam, deixando, portanto, seus carros abandonados; trata-se de coisa pior: trata-se das “agressões” que os transeuntes sofrem a cada passo por parte dos respectivos condutores ou seus imediatos, quando veem no pedestre um possível passageiro. Tanto no Rio como em São Paulo, a Inspetoria não permite que os choferes abandonem seus carros, e muito menos que corram atrás de passageiros, como aqui acontece, notadamente à noite.

A nossa Inspetoria de Veículos bem podia regulamentar também esse ponto relativo ao serviço de automóveis. Seria assim uma falha a menos a se registrar na eficiência do seu aparelhamento, que, dia a dia, vai merecendo louvores da nossa população pelo muito que ela já tem feito em prol da boa marcha do serviço, procurando a todo transe melhorá-lo.

21 de outubro de 1927

Esta folha, em artigo há dias publicado, teve ocasião de referir-se à iminência de um fracasso nas negociações para a aquisição da Companhia Carris Porto-Alegrense e Energia Elétrica, por parte

da poderosa empresa americana que opera no Brasil com o nome de C. B. de Força Elétrica.

Realmente, depois de tudo deixar ver que as referidas negociações estavam bem encaminhadas, tendendo para a realização definitiva, com compromissos claramente estipulados de parte a parte (de parte da Companhia e por parte da municipalidade), eis que os horizontes se ensombraram ameaçadores, deixando ver claramente que o encaminhamento de tão importante negócio ainda vai acabar no dito por não dito.

Lamentou esta folha, e lamentamos nós também agora, que se perca uma excelente oportunidade de dar-se um impulso e um novo rumo ao desenvolvimento daqueles dois departamentos aos quais estão presos, por assim dizer, o desenvolvimento, o progresso e o próprio futuro da nossa capital.

A ocasião é mais do que ótima para se transmitir, por meio de venda a uma empresa mais hábil e mais poderosa, as duas companhias que ora exploram em Porto Alegre o serviço de força e luz e tração elétrica.

Se de fato há grande interesse na venda das duas companhias; se a municipalidade está disposta realmente a amparar as pretensões dos interessados, tanto mais que a transação só redundará em benefício para a população e para os próprios interessados do município, não vemos dificuldades que não possam ser imediatamente postas de margem.

Como acima dissemos, a oportunidade é única para se dar um novo e poderoso impulso ao progresso e desenvolvimento da cidade, aceitando a proposta da empresa americana, bem como as suas promessas formais, mediante contrato, de melhorar radicalmente o serviço de força e luz e tração elétrica da cidade.

Sem querermos entrar nas minúcias das pretensões em jogo, chegamos apenas à conclusão de que há de fato necessidade imediata de serem melhorados aqueles serviços. O crescente desenvolvimento de Porto Alegre, o extraordinário aumento de sua população e as novas

fontes de trabalhos e de atividade que vão sendo criadas entre nós reclamam um aparelhamento mais amplo, mais completo na distribuição não só da luz e da energia como muito principalmente no transporte de passageiros por meio de tração elétrica. Ora, ninguém em melhores condições para realizar esse serviço do que aquela empresa que possui enormes capitais para serem aplicados nesse empreendimento.

É reconhecendo a excelente situação financeira da C. B. de Força Elétrica para realizar obra de tão grande vulto que lamentamos ter que perder essa oportunidade que se nos depara para aqueles serviços mudarem radicalmente para melhor.

10 de novembro de 1927

Segundo se diz, estão definitivamente fracassadas as negociações para a compra, por parte da Companhia Brasileira de Força Elétrica, das empresas locais Energia Elétrica Rio-Grandense e Carris Porto-Alegrense. As negociações fracassaram porque a municipalidade é contrária à concessão de privilégios.

Resta saber se a Intendência de Porto Alegre, tomando essa resolução, andou bem ou andou mal, se andou com acerto ou com desacerto.

No caso em questão, trata-se de duas empresas que estão em situação difícil, de verdadeira apertura, e que se encontram, portanto, impossibilitadas de desdobrarem as suas atividades de acordo com as prementes necessidades da nossa população, e que só mesmo passando às mãos de uma companhia mais poderosa os seus negócios seriam capazes de tomar outro rumo e outro desenvolvimento, que, até agora, malgrado as nossas esperanças, não se verificaram.

Não raro o privilégio é um espantinho, uma ameaça, um perigo muitas vezes até para a ordem social, para a própria estabilidade pública. Com a concessão de privilégios, matam-se indústrias e ati-

vidades, cortam-se as asas das expansões industriais ou comerciais no domínio da franca concorrência. É uma barreira que se opõe a outras nascentes da atividade humana, que embaraça, que dificulta o desenvolvimento e o progresso de um povo.

Há, entretanto, privilégios que são necessários, que são indispensáveis e, inevitáveis. No caso em questão, por exemplo, só mesmo um privilégio ou uma garantia por determinado espaço de tempo poderá fazer com que uma empresa se abalance a assumir a responsabilidade de outra empresa e impulsione-as à força de capital, dando-lhe tudo o que até agora lhe tem faltado para daí então colher os resultados almejados. Sem uma certa garantia nada se fará em benefício da empresa e do público, porque ninguém se lançará na aventura de um negócio de tal monta sem a segurança natural de uma concessão.

Não será mil vezes preferível um privilégio como o que exigia a Força Elétrica Brasileira, que em troca tudo prometia fazer para melhorar as empresas que pretendia adquirir, do que ficarmos ameaçados de ver piorar dia a dia aqueles dois serviços públicos? Todas as empresas que no Brasil exploram aqueles ramos de atividade gozam mais ou menos de certos privilégios, diante dos quais não há fugir, principalmente tendo-se em conta a falta de capitais nacionais que se abalancem a esse ramo de negócios. Que é a *Light*, no Rio, senão um grande privilégio? Que é a *Light*, em São Paulo, senão uma concessão idêntica como são em relação ao Recife e à Bahia? Entretanto, forçoso é confessar que, graças a essas empresas, graças a esses privilégios, aquelas quatro capitais brasileiras têm progredido extraordinariamente, de um modo deveras notável. Onde, nos seus arredores, mal se esboça a armadura de uma casa, lá vai logo a luz e o bonde, criando-se assim arrabaldes e povoados, que surgem da noite para o dia.

Depois, é preciso ter-se em conta que, em países novos como o nosso, em que se vive numa constante dependência do braço e do capital estrangeiro, é absolutamente impossível evitar os privilégios, sob pena de ficarmos amarrados e estacionados em meio do caminho.

Nesse caso que tão perto interessa a vida e o progresso da nossa capital, o privilégio não seria das piores coisas entre tantas coisas ruins que temos dito.

Havia pelo menos uma grande esperança de funda e radical remodelação em dois ramos de serviços que muito deixam a desejar, que vão mesmo de mal para pior.

Se respeitáveis são os escrúpulos da municipalidade, não são menos os palpitantes interesses da nossa população.⁶⁴

11 de novembro de 1927

Vila Nova!

E o quadro se descortina maravilhoso diante dos nossos olhos contemplativos, ávidos de paisagem e da natureza, cansados da vida desfigurada e doentia da *urbs*. Há ali uma sucessão de aspectos admiráveis, onde a gente repousa a vista com prazer indizível, como se contemplássemos quadros familiares e amigos depois de uma longa ausência entrecortada de saudade. É a reconciliação do homem com a natureza amável e pródiga.

Vila Nova tem, sob esse aspecto, um poder formidável de atração. Da beleza dos seus montes, da suavidade das suas colinas, do farto plantio das suas lavouras, do bucolismo quase virgiliano de seus parreirais, onde o prazer capitoso dos vinhos mal se adivinha na pro-

⁶⁴ O contrato entre a municipalidade de Porto Alegre e a Companhia Brasileira de Força Elétrica foi assinado em 5 de maio de 1928, recebendo a empresa o privilégio da exploração da iluminação elétrica, dos bondes e dos auto-ônibus na cidade.

messa de verdes bagos de uva; tudo, enfim, que se descortina ali em cada trato da terra, tem para nós um sorriso tentador de esperança.

E agora, então, que a primavera está em meio, mais insinuante se torna aquela expressão panteísta da vida agrária e rústica da terra. Um sopro de vitalidade e de saúde escorre por tudo com estranha prodigalidade. A própria natureza parece entregue ao êxtase de uma transfiguração que se denuncia no verde luminoso de seus tufos exuberantes. Diante de tudo isso, começamos a idealizar em cada recanto, em cada trecho daquele local pitoresco, um ponto propício aos idílios amorosos, aos passeios, às festas, aos piqueniques e aos ócios domingueiros dos que fogem da cidade para a alegria da existência agreste.

Mas, ao contrário de tudo isso, Vila Nova é um deserto, esquecida entre seus montes verdejantes.

Com a construção de um ramal férreo que, partindo de Cristal, vai ter àquela bucólica povoação de agricultores laboriosos, pensou-se em levar até lá o visitante curioso por conhecer a beleza e os encantos do sítio.

Puro engano. O tráfego ferroviário cessou por absoluta falta de passageiros! Lá um ou outro passeante temerário se aventura a uma digressão ao local que é sem dúvida um dos mais formosos de quantos conhecemos ao redor de Porto Alegre.

Não sabemos a causa de tamanho abandono, tanto mais em se tratando de local tão atraente e pitoresco.

A direção da estrada da Tristeza ao Riacho vai fazer agora uma nova tentativa, estabelecendo viagens de caminhões de linha para aquele arrabalde, até que um maior número de passageiros permita o tráfego ordinário de trens. Com isso, uma nova esperança se anuncia para o formoso e atraente arrabalde.

17 de abril de 1928

Diante da formidável aglomeração de pessoas de ambos os sexos que ontem, pelas dez horas, mais ou menos, estacionava à frente do único guichê aberto para a venda de selos na Administração dos Correios, uma senhora, em atitude quase súplice, nos dirigiu a palavra.

– O cavalheiro poderá fazer-me um obséquio?

– Inteiramente às ordens, senhora.

– Estou aqui há quase uma hora e não consegui ainda me aproximar do guichê a fim de adquirir um selo para esta carta. Faça-me o senhor essa gentileza que muito lhe agradecerei.

Com o maior interesse fizemos a tentativa. Tudo, porém, foi em vão. O número de solicitantes das boas graças do serviço postal aumentava cada vez mais. Eram mais de trinta pessoas que se comprimiam naquele recanto escuro, onde, através de uma minúscula portinhola, mal se divisava a cabeça do funcionário atarefado. Nova tentativa, novo esforço inútil. Os que estavam por trás não conseguiam avançar um passo enquanto os da frente não dessem lugar.

Assim estivemos lutando com a onda agitada largo espaço de tempo. A muito custo, às 11 horas, conseguimos ser atendidos. A senhora, ao nos agradecer o interesse que tomáramos em seu favor, nos fez ver que já a manhã para ela, para a sua atividade doméstica, estava completamente perdida. Para quem saiu às 9 horas de casa, não era pouco, realmente, o tempo que se escoara inutilmente na repartição dos correios.

Como essa, quantas outras pessoas não passaram pelas mesmas dificuldades, não sofreram o mesmo martírio.

Parece incrível que uma repartição postal do movimento de Porto Alegre tenha um único guichê para a venda de selos. É verdade que ao lado há outro guichê, que anuncia atender ao mesmo serviço, mas, para maior prejuízo do público, ele se conserva hermeticamente fechado! Pelo menos assim o temos encontrado nestes últimos

dias, de manhã principalmente, que é a hora de maior movimento na referida repartição.

Justo seria, no entanto, que a administração do correio local atendesse melhor esse serviço, facilitando o mais possível a franquia da correspondência. Para isso bastava distribuir maior número de seções destinadas à venda de selos, como é feito em repartições de idêntica categoria. Acreditamos, mesmo, que a administração de Porto Alegre lute com dificuldade de espaço, estando este ocupado com outros departamentos do serviço. Mas com um pouco de boa vontade, com um pouco de interesse pelo precioso tempo do público, tudo se remediaria. Mesmo que aquela repartição não quisesse instalar pequenas seções na entrada principal do edifício onde dá acesso ao público, como é feito no Rio e em São Paulo, bastaria que fizesse funcionar permanentemente os dois guichês, que lá estão encimados pela legenda: "venda de selos". Tal, porém, não acontece; quando um funciona, o outro se conserva fechado. E com isso o único prejudicado é o público, que perde ali um tempo enorme para ser atendido, como temos verificado nestes últimos dias, notadamente entre 9 e 11 horas da manhã.

Tão justas são as ponderações que aqui fazemos, que temos certeza que a administração não terá dúvidas em remediar o mal, evitando a anomalia que ali se observa.

1º de maio de 1928

Tomamos a pena para rabiscar *A Cidade* no momento em que regressávamos de uma visita ao arrabalde São João.

É sempre interessante uma visita ao popular e populoso arrabalde porto-alegrense. São João oferece a quem o procura aspectos de uma existência completamente à parte do resto da capital. É que o simpático arrabalde não precisa em coisa alguma depender aqui do centro. Ele tem vida própria. Ali há de fato de tudo: lojas de

fazendas, casas de calçados, armazéns de secos e molhados, mercearias, alfaiatarias, carpintarias, ferrarias, barbearias, sapatarias, gabinetes dentários, consultórios médicos, farmácias, parteiras, agências de casas bancárias, cinemas, teatros, bares, cafés, restaurantes e jogo de bicho... Tudo o que o leitor encontra no centro da cidade encontrará também em São João, inclusive o *footing*,⁶⁵ que, ao invés de ser feito na rua da Praia, lá é feito na avenida Eduardo,⁶⁶ porém, com o mesmo traço característico da beleza e da graça que se expõe na nossa grande artéria mundana, nada faltando para completar o quadro, nem mesmo o “dom-juanismo” de esquina e os “trepadores” na vida alheia. O que ainda falta lá são as panelinhas e os grupelhos do elogio mútuo⁶⁷ e os “futuristas”⁶⁸ com hábitos de malucos fugidos do hospício...

Essas calamidades felizmente ainda não bateram em São João. Em compensação, há outra lá de maior gravidade que aquelas, e vem a ser o abandono que a higiene pública votou ao progressista e populoso bairro. É verdade que nós, em matéria de higiene – quer higiene municipal, quer estadual – estamos numa deplorável situação de inferioridade. Mas assim, no estado a que se chegou em São João, é demais. Tudo ali está ainda por fazer-se. Não é só o estado deplorável de suas ruas, que agora prometem ser calçadas, que nos impressiona; é tudo, a começar pela falta de esgotos, até a falta de drenamento dos seus terrenos, onde a água pútrida, como tivemos

⁶⁵ *Footing*: ritual de sociabilidade e aproximação entre os sexos em vigor nas cidades brasileiras na primeira metade do século XX. Ocasão privilegiada para o flerte, em que as moças caminhavam em pequenos grupos pelas vias elegantes, analisadas pelos rapazes que se postavam para observá-las e trocar gracejos.

⁶⁶ Avenida Eduardo: atual avenida Presidente Franklin Roosevelt.

⁶⁷ Rodinhas do elogio mútuo: termo cunhado pelo cronista para se referir aos grupos de pretensos literatos locais que se reuniam na rua da Praia.

⁶⁸ Futurismo: movimento artístico lançado em 1909 na Itália por Filippo Marinetti. No Brasil, o termo foi inicialmente utilizado para designar os participantes da Semana de Arte Moderna de São Paulo, de 1922.

ocasião de observar nas ruas, denominadas avenidas(!), Pernambuco e Berlim, permanece estagnada a fim de empestar ainda mais aquele ambiente de mosquitos e febres daninhas. Antes da municipalidade iniciar o calçamento do local, deveria resolver o problema do seu saneamento, pelo menos o que se relaciona com o serviço de esgotos e com o escoadouro imediato das águas paradas nas ruas, pátios e quintais, que são, como se sabe, a causa de tantas enfermidades endêmicas. Fazer-se o calçamento sem se fazer os esgotos não resolve de modo algum o problema. Ele continuará, ainda, dependendo de solução. Enquanto isso, o inverno que se aproxima trará certamente novos sacrifícios àquela laboriosa população, digna de melhor sorte.

5 de maio de 1928

Não são de hoje as constantes queixas e reclamações dos proprietários de veículos e do público, em geral contra o péssimo, e mais do que péssimo, horrível estado da rua Cristóvão Colombo, a antiga Floresta.

Os que moram naquele local e os veículos que por ali transitam, principalmente automóveis e auto-ônibus, vêm sofrendo de longa data o abandono a que foi condenada pela municipalidade a referida artéria, uma das maiores e uma das mais movimentadas de Porto Alegre. Essa rua vem assistindo impassível aos melhoramentos por que têm passado as suas congêneres, algumas até em inferioridade de condições, sem a importância daquela. Basta dizer que, sendo a Cristóvão Colombo tão importante quanto é a rua Independência e estando uma a dois passos da outra, e correndo aquela paralela a esta, verifica-se que a rua Independência tem tudo o que falta na rua Floresta: ótimo calçamento e iluminação.

Poderá se alegar que não se pode fazer tudo de uma vez, que é necessário tratar primeiro de uma para depois cuidar convenientemente de outra. Tudo isso estaria muito bem se não houvesse

desmentido em contrário, se não tivéssemos exemplo de inúmeras ruas cujo calçamento foi atacado ao mesmo tempo.

Malgrado as desconsiderações que tem sofrido por parte da municipalidade, a rua Cristóvão Colombo continua a manter as suas modestíssimas pretensões. Ela não quer calçamento e nem paralelepípedo ou a cimento armado; ela não deseja iluminação *a giorno* por meio de modernas instalações, sistema *Nova Lux*. Ela quer apenas que a Intendência tape os seus regos e buracos, que melhore o seu empedramento e que aumente com mais alguns bicos a sua lúgubre iluminação. Ora, uma rua naquelas condições, de tão grande importância de trânsito, de enorme desenvolvimento predial e que pede apenas a taping dos seus buracos e o fechamento dos seus regos – regos e buracos feitos a sua revelia, pela violência do tempo e pelo abandono a que a deixaram – uma rua que pede só isso, deve ser imediatamente atendida. Depois não é tão difícil esse trabalho, nem tão dispendioso para a Intendência, tanto mais que o serviço de calçamento sai das contas dos senhores proprietários.

Certo, com um pouco de boa vontade a Intendência tudo fará para dar à rua Cristóvão Colombo condições de melhor servir ao seu intenso trânsito público.

Nota: – Já estavam escritas as linhas acima quando tivemos informação segura de que a municipalidade já autorizou a empresa construtora do calçamento a iniciar os respectivos trabalhos na rua Cristóvão Colombo, logo que a empresa Carris faça a respectiva mudança dos trilhos da linha de bondes.

Contar, porém, com a atividade daquela companhia é ficarmos certos de que muito temos ainda que esperar.

11 de maio de 1928

Toda a população de Porto Alegre reconhece e proclama os inestimáveis serviços que os auto-ônibus – há dois anos aqui introduzidos pelo Sr. Anaurelino Soares, o verdadeiro criador, entre nós, desse meio de transporte – vieram prestar ao tráfego urbano de passageiros.

Os ônibus surgiram na ocasião precisa, no momento em que mais deficientes e precários se tornavam os serviços da companhia de bondes, que se achava e se acha sem material de espécie alguma para atender o crescente desenvolvimento da população da capital. Não podendo mais contar com a capacidade e a presteza dos elétricos, em número deveras reduzido para atender o intenso movimento de todas as suas linhas, o povo recebeu de braços abertos aquele outro meio de transportes, que veio assim salvar a situação, livrando-nos das dificuldades em que se nos achávamos.

Desde então, o número de auto-ônibus foi rapidamente aumentando e agora o público já está de tal maneira habituado com esses veículos que dificilmente hoje os dispensaria. É que os auto-ônibus solucionaram na verdade a crise de meios de transportes com que vínhamos lutando de um certo tempo para cá.

A municipalidade, entretanto, parece não dar a devida consideração que bem merece esse popularíssimo serviço público. Além da vigilância demasiadamente severa que sobre eles exerce a Inspetoria de Veículos, que soube transformar essa fiscalização na hoje rendosíssima indústria da multa, os ônibus que trafegam para todas as linhas estão lutando, por outro lado, com o deplorável estado das ruas e estradas dos arrabaldes.

Basta dizer que, há dois meses, os referidos veículos que fazem a zona de Menino Deus por via da rua da República estão fazendo aquele trajeto pelas travessas 1^o de Março, Comendador Batista e Olaria, isto porque na entrada da rua da República existe, além de vários esburacamentos, uma funda depressão no seu leito, feita,

cremos, pela própria municipalidade, que ali andou consertando o encanamento dos esgotos.

Fácil de arrumar-se o referido trecho, ele está até agora abandonado, obrigando a se deslocar para outras ruas de pior calçamento todo o tráfego de auto-ônibus que por ali até então era feito.

Isso tudo nada é, entretanto, em comparação a certos pontos de São João, Glória, Teresópolis, toda a rua da Floresta e toda a rua José de Alencar, que, pelo seu estado, muito dificultam o tráfego dos ônibus.

São trechos horríveis esses, e que, se a municipalidade quisesse, facilmente podia mandar consertá-los, enquanto os mesmos não receberem o calçamento definitivo, cuja construção, como se sabe, já foi projetada.

Basta que a Intendência faça esses pequenos consertos para muito melhorar o tráfego daqueles veículos, que tão bons serviços vêm prestando à população e que são, ao mesmo tempo, uma ótima fonte de renda para os cofres do município.

16 de maio de 1928

O inverno é o mês da atração irresistível dos corpos. Por isso, Porto Alegre neste mês está aumentando extraordinariamente o número de casamentos. Muito provavelmente, a regra deve ser a mesma seguida por toda a parte onde faz frio. Aqui, entretanto, ela é profundamente repressiva. Pois o casamento, que vive em constante crise, entre nós, logo ao manifestar os primeiros frios, toma assustadora proporção. Os mais celibatários, ou mesmo aqueles que vivem a falar da carestia da vida, da falta de habitações, dos exageros dos aluguéis de casa, do preço da carne dura e intragável, em chegando os primeiros frios nada mais reclamam: e até a carne acham mais macia e barata... O juiz e os oficiais de casamento não têm mãos a medir a fim de atender às partes que se unem para o

todo completo e multiplicável... É uma febre que se manifesta agora e que se prolonga em alta até meados de setembro, época em que a temperatura da natureza sobe e a outra baixa até cair em crise, de novo, enquanto durar a calamidade do calor.

Julgamos, portanto, axiomática a afirmativa acima de que o inverno é o mês da atração irresistível dos corpos. Eis a razão porque, em certos lugares, onde houver ajuntamento, como na festa do Divino,⁶⁹ nos ônibus, nos bondes etc., há por parte de muitos a manifesta tendência da aproximação e do encosto, provocados, naturalmente, pelo frio.

É uma defesa...

É a defesa natural, instintiva e espontânea da espécie.

Em compensação, com a chegada do inverno, também Porto Alegre oferece outro aspecto bem diverso da febre dos casamentos. Queremos nos referir à proporção fantástica da mortalidade. É simplesmente impressionante.

Aqui, inverno e verão, morre mais gente do que nasce. Por maior que seja o número de casamentos, por mais fielmente cumprida que seja a simpatia de Deus pelo povoamento do solo, tão bem expressa no “crescei e multiplicai-vos”, a mortalidade de Porto Alegre continua sendo simplesmente assustadora. Aí estão as estatísticas para provar, para demonstrar o que acima afirmamos. Por mais falsas, enganadoras e mentirosas que elas sejam – e já alguém afirmou que as estatísticas são a mentira dos algarismos –, elas, nesse particular, falam com uma frieza aniquiladora. Para certificar-se da verdade basta que o leitor leia o registro de nascimentos e óbitos, semanalmente publicado nos jornais, fazendo o respectivo confronto entre o número dos que nascem e o número dos que morrem.

⁶⁹ Divino, Fogos do Divino, ou Fogos do Espírito Santo: festa do Divino Espírito Santo, uma das maiores celebrações do catolicismo popular, realizada tradicionalmente no mês de maio.

É um quadro tenebroso que de anos a esta parte vem impressionando a quantos se preocupam com o problema.

E com o inverno, e com o frio, então? Nem é bom falar.

Concluamos:

Com a insalubridade da cidade, com a falta de saneamento das suas zonas mais populosas, não há febre de casamento, não há esforço em prol da natalidade que seja capaz de equilibrar a situação que atravessamos.

20 de maio de 1928

Esta folha publicou, em sua edição de ontem, um bem traçado editorial sobre a população atual de Porto Alegre, pondo em evidência o que vai de obscuro no exato recenseamento do número de habitantes da capital, e lembrando a necessidade de se fazer o seu censo com o concurso da administração municipal, da Repartição de Estatística e da própria população.

Trata-se de uma ótima lembrança que não deve, de modo algum, ser desprezada.

Quantos somos afinal?

A pergunta é difícil de responder, pois, a não ser pela estimativa do número de prédios com que conta a cidade e os seus distritos suburbanos, não temos ainda outro meio de fazer um cálculo mais firme. Já é tempo, entretanto, de sabermos com segurança qual a nossa população censitária. Até agora temos vivido no domínio das hipóteses, não raro disparatadas e absurdas.

Se perguntássemos a quatro ou cinco pessoas qual a população de Porto Alegre, todas elas responderiam de modo o mais diverso, sem que todos os cálculos se aproximem um do outro.

Ainda ontem tivemos ocasião de fazer a experiência entre pessoas amigas.

– Que população pensa você que tem Porto Alegre?

Resposta: uns 200 mil habitantes mais ou menos.

Um outro nos respondeu convictamente:

– De 300 mil para fora.

Achamos o cálculo exagerado e fomos adiante.

– Que pensa o amigo do número de almas com que conta nossa capital?

– Isto aqui, para falar a verdade, já deve andar muito perto de meio milhão de habitantes.

– É muito, homem, é muito...

– Qual o quê! Eu tiro as minhas conclusões pelo movimento do cemitério... Aqui morre tanta gente como no Rio e São Paulo, que são cidades de grande população.

– Mas isso não é base. A grande mortalidade de Porto Alegre não é uma consequência da densidade da população e sim da sua falta absoluta de higiene e de cuidados sanitários.

– Falta de higiene, diz você. Olha que isso ainda acaba mal! Vá falando baixinho. Cuidado!...

– Mas é o que eu penso.

– Pois eu cá não saio da casa dos 500 mil habitantes.

Nessa ocasião perguntamos a um outro amigo a sua opinião a respeito.

– 250 mil escassos.

A resposta foi decisiva e seca, como quem falava de cadeira, matematicamente.

Diante de cálculos tão diferentes, tão desencontrados, mais nos convencemos da necessidade de fazer quanto antes o recenseamento de Porto Alegre.

Quantos somos?

A municipalidade, num gesto patriótico e digno, bem podia tomar a si a incumbência da resposta.⁷⁰

⁷⁰ De acordo com os dados oficiais, a população de Porto Alegre passou de 181.985 habitantes no começo da década de 1920 para 265.985 em 1930.

13 de junho de 1928

Canoas.

A estrada de Canoas...

Todo mundo sabe que ela fica ali logo, pouco além da estação de Gravataí. É a única estrada que estabelece ligação entre a capital e as povoações de Canoas, Sapucaia, São Leopoldo, Rio dos Sinos e dali em diante com toda a região colonial do estado.

Pois essa mesma estrada, que, pela sua longa reta através de um terreno perfeitamente plano, deveria ser o plano de amostra das estradas do Rio Grande, está hoje em situação calamitosa e deplorável, talvez que em condições idênticas se não piores que todas as horríveis estradas de Caxias, Soledade, Taquari, Bom Jesus, Vacaria, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Bento Gonçalves, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Santo Antônio, Taquara e São Francisco de Paula, para só citar os municípios onde o martírio dos caminhos péssimos se vem prolongando de ano para ano com grave prejuízo para nossa laboriosa população rural, já sacrificada com extorsivos impostos municipais e estaduais.

É simplesmente vergonhoso o que se verifica com a terrível estrada de Canoas. Se fosse um logradouro de pouco trânsito ainda se podia tolerar o seu abandono. Mas, ao contrário, trata-se de uma estrada de intenso movimento diário de veículos, quase que o único escoadouro para os municípios vizinhos, e vice-versa.

Desde que o estado, para infelicidade do Rio Grande, tomou a si a conservação e os melhoramentos das nossas rodovias deploráveis, é que a estrada de Canoas começou a mostrar o seu tremendo suplício para os que dependem do seu conduto. É uma fatalidade de assustadoras proporções que mais se agrava, que mais aumenta no inverno, na época das chuvas.

Reclamações, queixas e súplicas de nada valem aos ouvidos moucos do governo, que, sob a alegação de falta de verba, não cuida

como devia desse grande problema que interessa a toda a vida rural do Rio Grande. Mas ali na estrada de Canoas devia dar-se um jeito qualquer, ao menos para mascarar-se as aparências. Aquilo não pode continuar assim como está. É uma situação por demais terrível, por demais vergonhosa, que precisa ter um termo.

Já que o estado não quer decididamente cuidar de repará-la em condições, devia o município de Porto Alegre, de comum acordo com o de Gravataí, fazer o melhoramento de que tanto precisa a estrada de Canoas.

É o último apelo que os interessados nesse melhoramento de urgência têm a fazer.

Se este falhar, só há um outro remédio.

É acabar definitivamente com o trânsito de veículos por aquele local.

15 de junho de 1928

Nunca a cidade de Porto Alegre esteve tão suja, tão imunda como vem acontecendo agora, com a venda de frutas pelos vendedores ambulantes. Sem policiamento, sem a menor fiscalização, as suas ruas e logradouros públicos apresentam, por isso mesmo, um aspecto de verdadeiro abandono, onde a higiene passou por longe, ou melhor – nunca passou. Todo o centro da capital está coberto de cascas de bananas, de laranjas, de bergamotas. Ali, então, nos fundos da praça da Alfândega, em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos, nas adjacências da avenida do Cais, ao redor do Mercado e das praças 15 de Novembro e Parobé, para só citarmos os pontos mais centrais, é simplesmente vergonhoso o que se verifica. A montoeira de cascas invade os passeios. Cada indivíduo que come frutas na rua se julga com o direito de jogar as cascas e os resíduos em qualquer lugar, num absoluto menosprezo pelas posturas municipais. E ninguém reclama e ninguém diz nada! Pudera. Se não há policiamento, nem fiscali-

zação. Entretanto, quando o povo não é educado nas boas normas da civilidade, cabe à Intendência, pelo menos no caso de que aqui tratamos, educá-lo nessas normas, repreendendo-o, censurando-o, multando-o de acordo com as disposições do Código de Posturas, que forçosamente deve existir na municipalidade. Por outro lado, sem infringir a liberdade de comércio, a Intendência devia proibir também que os vendedores ambulantes andem aí aos encontrões pelos passeios públicos, quando deviam localizá-los em pontos mais afastados do centro, não permitindo que os mesmos façam vendas de frutas para os que desejam comê-las ao redor dos vendedores, sem se terem ao lado o indispensável depósito para as cascas. Tal ideia somente a lembramos para a nossa capital, pois em qualquer outra parte a sua aplicação seria absurda, visto não ser permitido de modo algum depositar-se nas ruas e logradouros públicos cascas de frutas ou de qualquer outra coisa. Mas tal é o estado de abandono da nossa capital, no que toca à sujeira das ruas, que somos forçados a fazer aqui essa lembrança. O saudoso Dr. Otávio Rocha, que tanto se interessou pela limpeza da *urbs*, se pudesse ver hoje o que vai de desasseio pelo centro da cidade, ficaria certamente envergonhado.

No entanto, é tão fácil corrigir esses abusos. Basta que a municipalidade distribua uma fiscalização rigorosa, aplicando multas aos infratores que vivem a sujar, a encher de imundície as ruas e praças, exatamente nos pontos onde a nossa capital devia apresentar a mais completa limpeza. Para isso tem a Intendência o amparo imediato do Código de Posturas. Depois, não acreditamos de modo algum que a nossa edilidade se dê bem com a falta de asseio.

10 de julho de 1928

Com a semana que tivemos, a contar até o dia de ontem, toda ela consagrada ao bom tempo, de dias bonitos e tépidos, cheios de vida, de sol e animação, as ruas abandonadas da cidade e as estradas

abandonadas do município criaram alma nova. Até o mundo oficial já se lembrou de visitar a estrada do Passo da Areia. Foi pena que só fizesse agora, depois que estes vários dias de tempo seco se encarregaram de auxiliar o conserto que ali foi feito por particulares; porque se essa visita fosse feita uns dias atrás, se ilustres excursionistas lá haviam de ficar por muito tempo, atolados com automóveis e tudo, se alguém não fosse logo em seu socorro, com auxílio da salvadora junta de bois...

Mas, como dizíamos, o bom tempo está fazendo verdadeiros prodígios. Zonas inteiras que são verdadeiras calamidades públicas por ocasião das chuvas estão agora com outra fisionomia, com outro aspecto mais animador. Já o tráfego se normaliza; já a estrada de Canoas dá passagem ao trânsito de veículos; já os leiteiros do Passo da Areia vêm trazer leite à cidade; já os moradores de Gravataí e Navegantes metem a cara fora da porta; já os habitantes do populoso bairro de São João andam livremente pelo meio da rua; já a poeira também se levanta densamente, insistentemente, invadindo os mais fechados e resistentes pulmões, como se ela nunca estivesse em estado de lama e podridão, transformada em pântanos miasmáticos, de onde provém quase toda a pestilência da capital.

Se o tempo continuar assim como vai, teremos, não há dúvida, afirmações categóricas de boas ruas e boas estradas por toda essa redondeza calamitosa de Porto Alegre. Tudo, porém, depende do tempo; só nele encontramos o "único capaz" de operar semelhante milagre numa terra onde o problema das estradas se conserva insolúvel. Depende dele somente esse benefício, esse gesto de larga generosidade, praticado sem a mínima ambição política. O município de Porto Alegre, a começar pelos seus arrabaldes e indo até aos extremos rurais que o limitam com outros municípios, não pode dispensar jamais os seus favores. O diabo é que já se anuncia aí para hoje uma onda de intempérie. Se ela vier, acompanhada das

mesmas chuvas que tivemos em maio e junho, estará de novo tudo perdido: o tráfego suburbano ficará interrompido; a estrada de Canoas sustará passagem ao trânsito de veículos; os leiteiros dos arredores deixarão de vir trazer o leite à cidade; os moradores de Gravataí e Navegantes não meterão a cara fora da porta; os habitantes de São João não serão trouxas em andar pelo meio da rua; e se o governo do estado tiver a triste lembrança (o que não acreditamos) de ir olhar outra vez a estrada do Passo da Areia, ficará seriamente atolado.

Aí, então, só com o poderoso auxílio da junta de bois...

18 de julho de 1928

Os leitores leram, naturalmente, o episódio tragicômico publicado nesta folha, em sua edição de ontem, sobre um automóvel atolado na estrada de Porto Alegre a Gravataí, e que, para arrancá-lo do abismo da lama em que se meteu, foi insuficiente o auxílio de quatro juntas de bois, sendo necessário também a ajuda de um poderoso trator mecânico. Os leitores que ficaram sabendo das peripécias dessa tremenda odisseia, nada têm, entretanto, de se admirar. Episódios como esse são tão comuns aqui à roda de Porto Alegre. A estrada que vai desta capital à vila de Gravataí, passando pelo célebre Passo da Areia, bem como a estrada de Porto Alegre a Canoas são duas tremendas fatalidades que, incansáveis no seu completo e vergonhoso abandono, não se cansam também na pertinaz perseguição aos veículos, principalmente os automóveis, que são obrigados a passar em ambas.

É de tal maneira o estado precário dessas duas miseráveis estradas que, em chegando esta época, os carreteiros da vizinhança não fazem outro comércio senão auxiliar, com suas juntas de bois, a arrancar automóveis dos tremendos “peludos” do caminho.

Dá-se aí um caso estranho nos anais da viação ultracivilizada: é a carreta de bois que vence, galharda, os piores trechos das es-

tradas; e são as juntas de bois que puxam aqueles pesados veículos retardatários e as mesmas que arrancam também os automóveis dos hiantes atoladouros do caminho.

Nada temos, portanto, que nos admirar do que vai de horrível nas escassas vias de comunicação no interior do Rio Grande do Sul.

O desespero que vai em relação ao deplorável estado das estradas de Caxias, Alfredo Chaves, Prata, Vacaria, e Bom Jesus; a situação de completo abandono em que se encontram as “rodovias” de Taquara, São Francisco, Caí, Montenegro, Santo Antônio, Soledade, Venâncio Aires, Guaporé e Encantado, tudo isso, enfim, não deve ser muito pior do que o que se verifica nos arredores de Porto Alegre ou dentro do próprio município.

Em todo o estado é uma queixa única sobre o palpitante problema sem solução: a falta de comunicação e o completo abandono em que se acham as poucas estradas de rodagem do interior, únicos condutos por onde se escoam, com verdadeira dificuldade, a nossa volumosa, rica e variada produção agrícola.

Entretanto, não só o de Porto Alegre, como os outros municípios acima apontados, ainda confiam e esperam uma atitude altamente patriótica por parte do atual governo do estado, solucionando, em benefício da economia da riqueza rio-grandense, o magno problema que sempre esteve abandonado durante o longo governo passado.

29 de julho de 1928

Ainda uma vez, a estrada de Canoas – o apêndice martirizante da cidade!...

Desta feita, porém, não é para reclamarmos contra a sua calamitosa situação de abandono, ou para pedirmos uma providência às almas caridosas do poder público, no sentido de ser a mesma reparada em benefício do trânsito. Queremos apenas registrar, agora, a auspiciosa notícia de que o governo do estado, a quem está afeta a

solução de todo o nosso abandonado problema rodoviário, acaba de abrir o crédito necessário para a macadamização⁷¹ de 2.200 metros (pouco mais de dois quilômetros), que é o que apenas falta para a estrada de Canoas ficar em condições de oferecer ótimo trânsito aos veículos que por ela trafegam.

É inacreditável que, em se tratando de um trecho tão pequeno a ser reparado, permanecesse o mesmo por tanto tempo em completo abandono, a ponto de interromper inteiramente o trânsito de automóveis no inverno, por ocasião das chuvas, devido aos fantásticos atoladouros que ali se formam e, que se prolongam de uma estação a outra. Se nela for feito um trabalho de macadamização, teremos por muito tempo uma estrada em condições, capaz de atender o seu enorme trânsito permanente. Não basta aterrar os valos e os buracos existentes no seu leito. Urge que ali se faça uma obra definitiva para resistir ao próprio tempo. Do contrário, teremos que lutar com a mesma calamidade de sempre, a se revelar permanentemente em dois aspectos opostos, porém intoleráveis ambos: a lama dos atoladouros formados pelas chuvas de inverno, a tolher o trânsito de Porto Alegre e Canoas, e a poeira asfixiante no verão, à passagem dos automóveis que demandam aquele pitoresco retiro de veraneio. Só mesmo bem macadamizada poderá a referida estrada resistir ao seu enorme trânsito de veículos. Trata-se, além disso, de uma via de comunicação pela qual se ligam com a capital vários municípios vizinhos. Seria realmente vergonhoso que ela continuasse por mais tempo a provocar as queixas e as revoltas dos que dela se servem. Ao menos essa precisa o governo conservar em bom estado para esconder a incúria da administração passada, mostrando ao mesmo tempo o seu cuidado pelo palpitante problema rodoviário que tanto interessa à economia do Rio Grande. Porque uma estrada assim,

⁷¹ Macadamização: técnica de pavimentação realizada através da sobreposição de camadas de pedras, inventada por volta de 1820.

tão abandonada, e tão pertinho da capital, nas barbas do governo, francamente, até parece um excesso de relaxamento...

28 de agosto de 1928

Agosto é o mês das contradições. Para tanto, basta confrontarmos os dias terríveis de chuva e frio que tivemos semanas atrás e o calor intenso que temos tido nestes últimos dias, principalmente anteontem e ontem.

A temperatura, apesar de anormal, vai subindo vertiginosamente. Qualquer calor que se faça sentir entre nós é o bastante para tornar Porto Alegre uma cidade insuportável. Com exceção da Tristeza e da Pedra Redonda, os nossos arrabaldes não têm o menor atrativo. Mesmo naqueles, não é sem sacrifício que a gente vai. Se é de trem, o passageiro arrisca a chegar ao ponto do destino com a roupa completamente queimada; se é de ônibus e se a pessoa sofre dos rins, o martírio é ainda maior, devido aos solavancos da estrada. Quanto aos demais arrabaldes da capital, a situação é muito pior, pois, além da falta de locais apropriados para passarmos algumas horas esquecidas do tormento do centro da cidade, quando lá se chega, é completamente coberto de pó. À passagem de qualquer veículo, principalmente automóveis, formam-se no caminho nuvens densas de poeira que só cessam quando a chuva cai. Independente disso, há de se registrar ainda os saltos de obstáculos que os auto-ônibus e os próprios bondes vão realizando durante todo o percurso, tal o estado deplorável dos caminhos que vão ter a esses arrabaldes.

Domingo último, a título de experiência – triste experiência – tivemos oportunidade de ir até o arrabalde de Teresópolis. Antes não se acudisse tão lamentável ideia.

Mesmo que aquele subúrbio, hoje completamente abandonado, fosse um dos melhores recantos de Porto Alegre ou um verdadeiro refúgio para os que passam a semana inteira entregues à vida ver-

tiginosa da *city*, mesmo assim não compensaria o enorme sacrifício do percurso para chegar até o fim da linha.

Não recomendamos de modo algum ao leitor esse martírio. É preferível mil vezes sofrermos aqui dentro da *urbs* todo o mal-estar que o calor nos proporciona do que, mesmo de automóvel, arriscarmos uma escapula para os subúrbios da cidade, principalmente em dias como agora, em que a poeira anda solta e as ruas completamente esburacadas. O que nos vale é que esse calor é passageiro. A chuva com certeza não anda por longe. É ela a única capaz de extinguir o pó asfixiante das ruas que vão ter aos nossos arrabaldes, mesmo que nos deixe como compensação, a lama e os atoladouros dos caminhos.

9 de setembro de 1928

Queixam-se, e com razão, muitos passageiros de auto-ônibus da morosidade com que esses veículos costumam fazer o trajeto da praça da Alfândega à primeira esquina da avenida São Rafael, de onde se distribuem para as diversas zonas suburbanas da capital. Basta dizer que nesse trajeto de poucas quadras os ônibus gastam de quinze a vinte minutos. Independente de darem tantas voltas em torno da praça da Alfândega quantas julgarem necessárias para dar distância a outro veículo da mesma linha que porventura houvesse saído na frente, vão os mesmos “amarrando” até chegarem à esquina da São Rafael com a rua Rosário. Daí em diante, não há como contê-los na velocidade que vão gradativamente aumentando à maneira que mais se afastam do centro da capital.

Esse fato, comumente observado, tem duas faces condenáveis: a primeira é a morosidade das “amarrações” de que eles usam e abusam, da praça da Alfândega até a rua do Rosário, enquanto não completam a sua lotação; a segunda, a velocidade que daí em diante os condutores imprimem aos seus carros, como para compensar a demora que levaram para chegar até ali. De dia, enfim, as

consequências dessas correrias, se não podem ser evitadas, são pelo menos atenuadas. Mas à noite, na escuridão tenebrosa das ruas fora do centro, o abuso da velocidade constitui uma verdadeira ameaça, não raro a se confirmar numa dolorosa ocorrência, como ainda anteontem se verificou na esquina da travessa Comendador Batista com a rua da República, onde um ônibus matou uma pobre mulher, que na ocasião passava naquele local. Para esse desastre tudo contribuiu: a treva profunda daquelas duas ruas, sem um só foco aceso da iluminação pública, e o excesso de velocidade com que trafegava o ônibus causador do desastre. Além disso, a Inspetoria de Veículos parece que só existe em determinados pontos do centro da cidade. As ruas mais afastadas estão no mais completo abandono, aumentando à noite pela falta de iluminação pública. (O que aumenta à noite: o abandono ou o afastamento?)

É de admirar que a Inspetoria de Veículos, tão ciosa da sua função, a ponto de espancar, prender e usar de toda sorte de violências contra os choferes que vão àquela repartição reclamar muitas vezes sobre injustiças de que são vítimas, deixa zonas de grande trânsito da cidade sem os seus cuidados e os seus zelos, e certos choferes maldosos ficam com pleno direito de fazer o que bem entendem.

18 de setembro de 1928

À hora em que escrevemos estas linhas, a cidade emerge na confusão e na treva.

Como era de prever, o belo-horrível da enchente, o fantástico espetáculo das águas das últimas chuvas, tomou, nestas últimas vinte e quatro horas, proporções de uma terrível calamidade pública como até então não se havia feito sentir em Porto Alegre.

Toda a população das zonas não inundadas saiu à rua, não mais para contemplar o estado impressionante em que ficaram os bairros de Gravataí, Navegantes, São João e Riacho, mas, sim, para ver

o efeito do flagelo aqui bem no coração da cidade, no cais do porto, na doca, nas avenidas Mauá e Júlio de Castilhos, na estação da Via Férrea, em todas as ruas, enfim, próximas do Guaíba. Já ninguém mais procura ver de parte a angustiosa situação em que há uma semana se encontram aqueles bairros, na sua maioria habitados por gente pobre, condenada a todas as calamidades, as provocadas pela natureza e as provocadas pelo próprio homem. Toda a preocupação popular esteve presa, ontem, aqui perto, ao derredor do Cais, assistindo ao espraiamento das águas e ao alagamento da cidade.

Foi um espetáculo inédito, realmente. Quando que o grosso comércio da rua Voluntários da Pátria e da avenida Júlio de Castilhos imaginaria ver seus estabelecimentos, representados por centenas de armazéns, de trapiches e de casas de negócios vários, completamente dominados pela água? A calamidade que até então só havia feito sofrer a gente pobre dos três populosos bairros de que acima falamos, veio também atingir em cheio o nosso grande comércio atacadista. Não houve casa da estação da Viação Férrea em diante que conseguisse se livrar da invasão destruidora.

Toda rua Voluntários é agora um vasto canal navegável. Não se descreve, neste palmo acanhado de registro, o que vem sendo, desde domingo, esse novo e mais volumoso prolongamento da enchente, esse novo e mais impressionante quadro de inundação formidável. Depois de ter a cheia deixado na miséria uma infinidade de lares pobres, atirando mulheres e crianças, velhos e doentes, é mais extrema penúria, penetra ele agora na zona exclusivamente comercial e industrial de Porto Alegre, tudo contaminado e paralisado num momento. Um prejuízo fantástico! Junte-se a isso a situa o angustiosa dos que perderam tudo, inclusive a saúde e alguns a própria vida, e terá certamente o leitor um quadro, embora imperfeito, da situa o que a colossal enchente veio criar para a vida da capital.

E, à noite, a treva produzida pela falta de iluminação e o ruído da água quebrada pela passagem dos veículos nas ruas alagadas davam de Porto Alegre uma impressão dolorosa de aniquilamento.

12 de outubro de 1928

Com o surto epidêmico de varíola, que acaba de se manifestar nesta capital, a Diretoria de Higiene⁷² tomou, ao que sabemos, várias providências ao seu alcance, no sentido de evitar a propagação do mal. Entre as suas determinações, figura o serviço de vacinação que vem sendo executado por uma turma de funcionários daquela repartição. A medida deve, porém, ficar adstrita unicamente às vizinhanças do local onde se verificaram os últimos casos. Pela natureza da nossa capital, pela falta de higiene e de saneamento que se verifica numa extensa parte da zona urbana e na totalidade da zona suburbana, é indispensável que a medida preventiva ora posta em prática pela Higiene do estado seja praticada nos quatro pontos da capital. É uma resolução que se torna indispensável dada à frequência com que aqui explodem enfermidades de caráter epidêmico como a varíola, o tifo e muitas outras. Zonas há como os Navegantes, São João e parte da Floresta onde essas doenças já tomaram o caráter de uma verdadeira epidemia. A população desses bairros deve portanto não só aceitar os cuidados da higiene pública, como auxiliar esta também, aceitando e fazendo propaganda daquelas medidas aliás indispensáveis para o surto ser reprimido sem demora. Já se foi o tempo em

⁷² Diretoria de Higiene e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul: órgão instituído em 1895 por Júlio de Castilhos para executar os serviços de higiene, política sanitária, profilaxia, saneamento local, fiscalização dos serviços de saúde e estatística demográfica. Essa diretoria foi reformulada em 1928, no governo Getúlio Vargas, que a ampliou e modernizou. *In*: ALVES, Gabrielle Werenicz. **Políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul: continuidades e transformações na era Vargas (1928-1945)**. 2011. 216 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2372/1/430450.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

que a vacina era o espantinho das nossas populações de escassas luzes e até mesmo de muitas luzes, mas que apegadas à doutrina e a princípios filosóficos naturalmente respeitáveis, como os mais extremados partidários do “positivismo”, não aceitavam de modo algum a inoculação salvadora. Felizmente, hoje, com os exemplos dos bons resultados obtidos por essa medida preventiva, as prevenções vão desaparecendo, e a vacina, mesmo sem ser obrigatória, vai sendo por toda a parte bem aceita pela maioria da nossa população.

Esta capital, pelo menos, não pode dispensá-la. Terra onde a saúde pública vive em constante sobressalto, em luta com toda a sorte de enfermidades, as mais perigosas e temíveis, é bem de ver que certas medidas de defesa de seus habitantes, como as que acabam de ser adotadas pela Diretoria de Higiene, só merecem louvor e só podem ser bem recebidas por todos.

30 de outubro de 1928

Comentou esta folha, num dos seus *suelos*⁷³ de domingo último, certas irregularidades que se vêm verificando nos serviços da Companhia Brasileira de Força Elétrica, bem como as exigências da mesma em relação à cobrança de luz e energia fornecidas ao consumidor particular. Essas irregularidades são realmente registradas com deplorável frequência. Não se passa uma noite em que se não verifique, e às vezes por longo espaço de tempo, a falta de iluminação nas moradias particulares, em zonas extensas da nossa capital. O público já não pode contar com a luz porque esta, no melhor da festa, falha. Desde os dias da enchente para cá que essa falta de pontualidade se vem agravando cada vez mais, trazendo embaraços e transtornos para o público.

⁷³ *Suelto*: tópico comentado ou analisado brevemente no jornal.

Não sabemos se as causas dessas falhas sejam ainda uma consequência da enchente... Provavelmente não. É que a companhia não dispensa a menor consideração aos seus consumidores. E a prova do que afirmamos é a maneira com que é feita a cobrança do fornecimento da luz e energia. Os direitos que lhe assistem pelo contrato firmado com a municipalidade são por ela executados friamente ao pé da letra. O fornecimento é cobrado entre quatro e cinco dias antes do primeiro de cada mês, e se o consumidor não o pagar nessa ocasião, como acontece com a maioria do funcionalismo e empregados do mês, é obrigado a realizá-lo dentro de quinze dias, no escritório da companhia, e se não o fizer incorrerá em multa e, se demorar mais uns dias, a ligação é cortada.

Dessa medida de violência já têm conhecimento os leitores pelo que se verificou com um conhecido e conceituado clínico desta capital e certamente com inúmeros outros consumidores, cujos fatos não chegaram a ser divulgados.

Para o caso chamamos a atenção da municipalidade, tanto mais que o fornecimento da luz não corresponde ao que pela mesma pagamos, não estando, portanto, à altura das exigências adotadas por aquela companhia.

Ao que parece, a nova empresa está com grande desejo de se indispor com a nossa população.

4 de novembro de 1928

A projetada avenida Borges de Medeiros, se não tem caveira de burro, tem coisa pior. O poder municipal parece muito pouco interessado no prosseguimento de suas obras. Já alguém afirmou que ela só ficara concluída depois de aberto o porto de São Domingos das Torres.⁷⁴ E não

⁷⁴ O projeto de construção de um porto marítimo em Torres foi apresentado em 1912 ao governo Borges de Medeiros, mas nunca foi concretizado.

é de duvidar que tal aconteça, pois há quatro anos que a picareta municipal vem fazendo um repouso absoluto em relação a uma obra de tanta importância como é aquela. Enquanto não havia sido rasgado o beco General Paranhos, nem desapropriado tão grande número de prédios, a construção da dita avenida podia ser adiada sem maiores prejuízos. Era uma necessidade dispensável. Hoje, não. Depois dos trabalhos executados na administração passada, com o serviço de escavações e desaterramento e logo depois a interceptação de todo o longo trecho aberto, a conclusão da importante obra urbana tornou-se uma necessidade indispensável. Porto Alegre em peso hoje reclama, com toda a razão, o prosseguimento dos trabalhos, tanto mais que com a sua paralisação o trânsito público, principalmente o de veículos, que já de algum tempo vive congestionado nas acanhadas ruas do centro da cidade, ficou seriamente prejudicado. É uma artéria de menos, que deixa de dar livre acesso ao trânsito, principalmente na ligação entre o centro e a Cidade Baixa. Pela largura da futura grande avenida metropolitana, será ela um ponto preferido para o trânsito de veículos que demandarem o Menino Deus e a Cidade Baixa, dada a enorme volta que os mesmos são obrigados a fazer, ou pela praça do Portão ou pelo Gasômetro.

Tal avenida será preferida também para o estacionamento de automóveis, pois já não há mais local disponível para tal fim na zona central da capital.

Todas essas razões e muitas outras ainda justificam a conclusão de tão importante melhoramento urbano, tanto mais que a municipalidade já vendeu à Companhia Brasileira de Força Elétrica o Gasômetro e outras usinas que lhe pertenciam, a fim de aplicar o produto dessa venda na conclusão da avenida de que falamos.

Porque então não se recomeçaram os referidos trabalhos?

Tal delonga faz desconfiar que o município não tem realmente muito interesse em ver concluída a abertura da grande artéria urbana. Pelo menos mostra não ter a menor pressa, muito embora

se trate de um melhoramento de grande necessidade e de capital importância para Porto Alegre.

13 de novembro de 1928

Em matéria de serviço de bondes e luz elétrica, Porto Alegre tem vivido de promessas. Somente de promessas.

Em relação aos bondes, principalmente, essas promessas remontam a vinte anos e são de ano para ano renovadas.

No mais desastrado período da nossa tração elétrica – no período da celeberrima Força e Luz – quando a população, indignada, reclamava contra aquele serviço verdadeiramente inominável, vinha logo a promessa consoladora.

– A Companhia está providenciando. O serviço vai melhorar radicalmente.

A promessa tornou-se, assim, estribilho. Quando a grita aumentava, com as reclamações da própria imprensa, a companhia tapava a boca do público com uma promessa formal.

– Já encomendamos cem carros, que acabam de embarcar em Bruxelas. Além disso, todo o material rodante e mais o da via permanente serão radicalmente reformados. Já vamos iniciar as obras.

O público, cansado, espera a vida em acreditar, esperava um, dois, três anos e nada. Depois de um certo tempo, começavam, de novo, as queixas e reclamações. Vinha logo então a autoridade máxima da companhia com a música desafinada de sempre:

– Esperem um pouco mais; os bondes já estão na Alfândega. Questão de meses, tudo estará nos eixos...

E os meses se passavam e se passavam os anos e nada de o serviço melhorar.

Por fim, um dia, a Força e Luz desapareceu. Em sua substituição surgiu a Companhia Carris Porto-Alegrense. E desde o seu aparecimento até poucos meses atrás, ela foi uma edição piorada da

lamentável Força e Luz. Prometeu mundos e fundos e não cumpriu absolutamente nada. Com todos os seus bondes imprestáveis, com toda a sua rede aérea estragada, com a sua linha de tráfego sem a menor segurança, o serviço, como era de ver, tinha que ser o mais deplorável possível. Foi tal a situação a que chegou o tráfego dessa empresa, que de improviso os auto-ônibus logo dominaram, logo empolgaram a situação. Apesar de que esse serviço muito deixa a desejar por uma série de circunstâncias que o público conhece tanto ou melhor do que nós, verdade é que eles resolveram o problema da falta de transportes, e mais com os ônibus do que com os bondes conta, hoje, para a sua locomoção, a população da capital.

Fracassadas as promessas da Carris, fracassada ela própria, eis que surge agora imponente e poderosa, como o Deus-milhão de Guerra Junqueiro,⁷⁵ a C. B. de Força Elétrica, que acaba de chamar a si os serviços de bondes e de luz e força da cidade.

É essa nova empresa que acaba de traçar um programa de importantes realizações, a começar pelo início, em breve, de um completo serviço de auto-ônibus em condições de bem servir o público, serviço que está completado com novos bondes que já foram encomendados.

A população de Porto Alegre, que sempre acreditou nas promessas da Força e Luz, da Companhia da Carris e Energia Elétrica, não terá a menor dúvida em acreditar nessa também, tanto mais que há probabilidades agora para tudo isso se realizar.

Esperemos, portanto.

15 de novembro de 1928

Apesar das constantes reclamações do público e da própria imprensa, a Cia. Energia Elétrica continua deixando muito a desejar no

⁷⁵ Deus-milhão: simbolização do materialismo burguês no poema "A velhice do Padre Eterno" (1885), de Guerra Junqueiro (1850-1923).

que diz respeito ao serviço de fornecimento de luz. São frequentes de tal maneira essas queixas que para o caso chamamos a atenção do poder municipal, a quem cabe fiscalizar e exigir daquela empresa um serviço nas condições do que ficou estabelecido em contrato.

Diariamente, e sempre nas horas de maior necessidade, a Energia priva de luz os consumidores particulares, deixando-os a ver estrelas...

O que há de pior no caso, sendo mais comprometedor e perigoso, podendo até resultar em consequências funestas, é quando falta a luz nos estabelecimentos hospitalares, no momento de ser praticada uma intervenção cirúrgica, como aconteceu trasanteontem, na Santa Casa, que faltou luz justamente na ocasião em que ali se praticava uma delicada operação, conforme carta que a respeito recebemos comentando o fato.

Ora, semelhantes falhas não deviam subsistir, pois que terminaram há mais de um mês as consequências desagradáveis da enchente a que se apegava a Energia para se justificar da péssima luz que vinha fornecendo à população.

Entretanto, essas faltas, ao invés de diminuírem, vão dia a dia aumentando. Ainda anteontem, durante toda a noite, os moradores de uma grande parte das travessas 1º de Março e Comendador Batista ficaram privados de luz. Por mais que os prejudicados reclamassem diretamente para o escritório da usina, não foram atendidos. Os empregados da empresa não tomaram providência alguma sobre o caso, não dando importância às justas reclamações dos prejudicados. E casos como esses se repetem, diariamente, em várias zonas desta capital onde o fornecimento de luz particular é feito pela Energia Elétrica, hoje controlada pela poderosa C.B.F.E.⁷⁶

A situação em que se encontram os consumidores de luz é de tal ordem, em face da anarquia e precariedade de tal serviço, que

⁷⁶ C.B.F.E.: Companhia Brasileira de Força Elétrica.

para o caso resolvemos reclamar a atenção da municipalidade, a fim de que seja tomada uma providência capaz de fazer cessar tão repetidos e injustificáveis abusos. A continuar assim, melhor será voltarmos à época do lampião a querosene, do “belga”⁷⁷ secular, da própria vela de sebo.

A companhia que nos perdoe este “saudosismo” deveras justificável, em face do deplorável serviço que ela vem fornecendo ao público.

19 de dezembro de 1928

“E a avenida Borges de Medeiros?...”

Essa pergunta, sem mais nada, recebemos, ontem, em carta. Para respondê-la temos que despertar para a esquerda fazendo a mesma pergunta à administração municipal:

– E a avenida Borges de Medeiros?

Silêncio! Ninguém responde. Enquanto isso se verifica, o abandono e as ruínas daquela grande obra iniciada logo no começo da administração passada aí estão perpetuando uma impressão de Porto Alegre deveras desagradável e contribuindo para tornar mais precária a higiene da capital.

Como ninguém ignora, a parte já rasgada daquele logradouro está transformada num nauseabundo depósito de imundícies, com grave perigo para a saúde da vizinhança.

Já que a Intendência Municipal não quer prosseguir nessa obra, que hoje, mais do que nunca, é de inadiável necessidade concluir-se o quanto antes, devia, ao menos, evitar que ela se transformasse em sentina pública.

Diante do que vai naquele monturo em pleno coração da cidade, fica-se com a impressão de que a administração local não tomou

⁷⁷ Belga (lâmpião belga): lâmpião a querosene.

até agora o devido interesse pela solução do problema. Que faltará ainda para o seu prosseguimento, quando já está a Intendência materialmente aparelhada para atender a sua realização, sendo ainda a opinião favorável do professor Agache?⁷⁸

Por que, então, tamanha delonga numa obra iniciada e abandonada já vai para quatro anos?

Nas mesmas condições da projetada avenida, está aquele trecho final do antigo beco 24 de Maio,⁷⁹ hoje alargado, que estabelece ligação com a avenida São Rafael. Não pode haver aspecto mais desagradável do que aquele montão de ruínas formado pelo enorme pardieiro ali existente. Embora de muito desapropriado, a municipalidade não tratou até agora da sua demolição e do embelezamento do local, de acordo com o projeto existente nesse sentido.

Não se explica essa morosidade, tanto mais em se tratando de uma obra de pequeno vulto e para a qual já tem a Intendência a necessária verba.

É de lembrar que Porto Alegre continua privada desses dois melhoramentos de capital importância para a vida e a estética da *urbs*.

Realmente a avenida Borges de Medeiros e aquele trecho da avenida São Rafael podem incorporar-se às obras de Santa Engrácia...

8 de janeiro de 1929

Com a chegada do verão, com o intenso calor que por esta época se faz sentir com tamanha inclemência, uma grande parte da população de Porto Alegre, exatamente aquela que não pode fugir para o ócio

⁷⁸ Alfred Agache (1875-1959): arquiteto francês que realizou o projeto de arjardinamento do parque da Redenção; posteriormente, dos anos 1930 a 1950, idealizou os projetos urbanísticos de algumas capitais brasileiras. In: MOREIRA, Fernando Diniz. **Shaping cities, building a nation: Alfred Agache and the dream of modern urbanism in Brazil (1920-1950)**. 2004. Tese (Doutorado) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 2004. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/dissertations/AAI3138056/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

⁷⁹ Beco 24 de Maio: atual rua 24 de Maio, no Centro Histórico.

das praias ou para os diversos pontos de veraneio do interior, procura, aos domingos, como é natural, os nossos principais arrabaldes, onde inúmeras famílias costumam passar o dia. São ranchos enormes que, já à primeira hora da manhã, movimentam-se para os pontos mais pitorescos da capital, onde realizam piqueniques e outras diversões campestres, de acordo com os nossos hábitos tradicionais.

Entretanto, os escassos meios de transporte com que atualmente conta o tráfego urbano da cidade constituem, sem dúvida, a maior dificuldade para que esses passeios se realizem a contento. Quem não possuir auto próprio, ou mesmo que não estiver disposto a tomar um automóvel de praça, terá que se sujeitar ao ônibus, ou pior ainda – ao complicado trezinho do Riacho à Tristeza, com prosseguimento para Pedra Redonda e Vila Nova, pois são esses, como se sabe, os dois pontos mais preferidos e frequentados na estação atual. Pois aí é que está o suplício dos itinerantes suburbanos. Mal acomodados, homens, senhoras e crianças, viajando de pé, nos estribos dos auto-ônibus, ou nos arredores e plataformas dos carros, a marcha de ida e volta constitui, sem dúvida, um espetáculo *sui generis* e muito pouco agradável para os nossos passeantes domingueiros.

Ainda anteontem, por exemplo, o grande número de pessoas, na sua maioria senhoras, que visitou o arrabalde da Vila Nova não deixou de sentir as consequências da absoluta falta de meios de transportes com que lutamos. Assim é que o automóvel de linha pertencente à estrada do Riacho para lá levou grande número de passeantes. Acontece, porém, que a última viagem de volta foi feita por aquele veículo às 19 horas, trazendo de reboque apenas uma vagonete que podia comportar, no máximo, vinte e poucos passageiros. Todo mundo “defendeu-se” como pode, vindo o referido auto de linha completamente tomado, uns viajando no estribo, outros na tolda, crianças amontoadas umas sobre as outras, senhoras no

colo de senhoritas, moças no colo de moça – enfim, qualquer coisa muito pior do que sardinha em lata...

Pois mesmo assim, várias famílias com crianças e que tinham passagem de ida e volta foram obrigadas a pousar em Vila Nova, só regressando ontem à cidade.

Tudo isso por não querer o auto de linha fazer mais uma viagem ao local, alegando que a última era a das 7 horas da tarde.

Estamos certos, porém, de que a esforçada empresa arrendatária daquele serviço de transportes, ao ter conhecimento do fato, tomará de futuro as devidas providências.

30 de janeiro de 1929

Avenida Mauá.

A primeira impressão que o forasteiro recebe de Porto Alegre, ao desembarcar no cais do porto, deve ser, certamente, de grandiosidade. Diante daquela larga artéria, onde os grandes e modernos armazéns do porto se encordoam uniformes, em fila, cintilando ao sol, a impressão dominante é, de fato, de um centro de primeira ordem, principalmente quanto a sua atividade comercial. No porto, atracadas à murada do cais, numerosas embarcações, carregando e descarregando com o auxílio dos guindastes poderosos que se movem para todos os lados, mostram a atividade diuturna do intercâmbio, que a metrópole rio-grandense realiza por via fluvial, enquanto que, ao longo de toda avenida, carroças, autos e caminhões mantêm um tráfego permanente no serviço de cargas e descargas dos estabelecimentos de comércio para os armazéns do porto e destes para aqueles.

Por sua vez, no alinhamento oposto da mesma artéria, vão surgindo os grandes edifícios, amplos armazéns e depósitos de importantes firmas comerciais atacadistas. O que há pouco eram estéreis terrenos baldios, montões de areia e sargaços são agora áreas ocupadas

por vários prédios, uns construídos, outros em construção, como o edifício da Alfândega⁸⁰ e o imponente palácio do Banco Rural. Por tudo, a vida. Burburinho. Trabalho. Agitação febril. A *city*.

Essa é a impressão imediata do forasteiro curioso. Impressão exata. Impressão verdadeira. Logo, porém, aos primeiros passos, o viajante troca a impressão da avenida Mauá por uma outra diferente.

Largo do Correio.

É um quadro de matizes variados: carroças de sorveteiros, vendedores de frutas e farta sujeira no leito das ruas e passeios adjacentes. Um menor travesso faz da estátua de Rio Branco alvo de suas pedras certeiras. A malandragem em roda acha graça e aplaude a perícia do precoce atirador. Mais adiante, saltando pelos bancos desconjuntados, onde permanecem deitados os choferes sonolentos, os agenciadores de passagens brincam de correr, atirando graçolas pesadas às senhoras que passam em demanda à repartição dos Correios e Telégrafos. Silencioso, com ares de quem saiu do Hospício, andeja para lá e para cá um indivíduo vestido de dama da cruz vermelha...

Lado oposto.

Praça da Alfândega.

Sujeira sobre sujeira no passeio. Os bancos quebrados estão todos tomados pela malandragem. Na calçada ampla, os escarros dão, a quem por ali passa, a ideia de uma cidade sem o menor asseio, sem policiamento, sem a mínima fiscalização municipal. E, para completar essa impressão, vê-se, ao lado de fora do gabinete reservado⁸¹ existente num outro extremo daquele logradouro público, um rolo de papel.

É para os que querem escrever para a Ponta do Dionísio...

Gratuitamente.

⁸⁰ O novo edifício da Alfândega, cuja construção iniciou-se em 1911, foi inaugurado em 1933.

⁸¹ Gabinete higiênico ou gabinete reservado: banheiro.

20 de abril de 1929

A nossa municipalidade parece que tem uma manifesta inclinação pela sujeira. Veja-se, por exemplo, o estado deplorável em que se encontram não só as ruas mais centrais, mas, muito principalmente, os seus passeios e jardins. É um caso sério. Nunca a capital apresentou tão desagradável aspecto como agora. Poder-se-ia alegar que a culpa de tal estado é da Força e Luz e não da Intendência, porque aquela é que tem, ultimamente, estragado e atravancado todos os logradouros públicos de Porto Alegre, a fim de fazer as novas instalações subterrâneas da iluminação particular e pública. Se formulada fosse tal alegação, ela não procederia, porque não é só desse serviço a má impressão que a *urbs* nos transmite. É de tudo que cabe à municipalidade zelar e melhorar. Haja vista o que acontece com os poucos jardins e praças da cidade. É um caso deplorável. Alguns, como o da praça da Conceição,⁸² Júlio de Castilhos, 15 de Novembro e do largo do Paço Municipal, estão em plena decadência, atestando o abandono votado pelo município a esses problemas do nosso urbanismo. Quanto à verdadeira imundície que se vê em torno da praça Parobé, Senador Florêncio,⁸³ e do largo Barão do Rio Branco,⁸⁴ é cousa que já nem se fala. Sobre o estado de abandono em que se encontram outros logradouros criados pela administração passada, não precisamos mais do que apontar a situação em que se acha aquele outrora belíssimo canteiro existente na praça Montevideu, bem em frente à própria Intendência. Parece incrível que a municipalidade, para demonstrar o seu amor às tartarugas aos olhos dos basbaques, deixasse aquele canteiro cair em tão de-

⁸² Praça da Conceição: oficialmente, praça Dom Sebastião.

⁸³ Praça Senador Florêncio: logradouro que, em 1979, juntamente com a praça Barão do Rio Branco, deu origem à atual praça da Alfândega, correspondendo à área das ruas dos Andradas, Capitão Montanha, Siqueira Campos e Cassiano do Nascimento.

⁸⁴ Praça Barão do Rio Branco: antiga praça incorporada à praça da Alfândega.

plorável estado, a ponto de ser o mesmo circundado por pedaços de lajes de todos os tamanhos e feitios!! Foi o único embelezamento que inteligentemente encontrou a edibilidade para resistir ao pisoteio da curiosidade bípede do público... Entretanto, um simples policial ali postado, com maneiras polidas, teria evitado que se quebrasse a estética do referido canteiro. E, mesmo que a municipalidade não quisesse se dar tal incômodo, demonstrando, por outro lado, o seu amor pela criação de cágados e tartarugas, ainda assim, tinha ela remédio imediato, removendo toda a família dos quelônios para o aquário da praça Parobé.

Esse e outros flagrantes do estado de abandono em que se encontra a cidade reclamam a atenção do cronista e irão sendo diariamente apontados, com o único intuito de contribuírem para o embelezamento da capital.

21 de abril de 1929

Inúmeros problemas na zona urbana e suburbana de Porto Alegre estão de há muito reclamando mais zelo e atividade por parte de quem de direito.

A morosidade com que vão sendo executadas e reiniciadas certas obras locais de absoluta necessidade e urgência nos dão certamente a impressão de que tudo aqui, depois de febril atividade do governo passado, vai agora a passo de cágado. Não precisamos mais do que citar a futura avenida Borges de Medeiros. Já vai para cinco anos que as suas obras foram iniciadas e até agora não saímos do período inicial das desapropriações. É o que se chama de uma verdadeira obra de Santa Engrácia. Recomeçado há pouco o serviço de escavações e remoção de terra, está ele sendo feito por poucos trabalhadores, quando a Intendência deveria empregar ali uma centena de operários, distribuindo-os em turmas para trabalhar de dia e de noite. Da maneira, porém, que foi reiniciada obra de tamanho vulto, não

vê-la-emos concluída antes de 1935, ano do centenário da Revolução Farroupilha...⁸⁵ É de lamentar que isso se verifique, quando é sabido que a nossa capital, depois do formidável impulso que recebeu do seu grande e saudoso remodelador, atravessa uma fase em que todas as iniciativas particulares estão em plena ebulição, em plena efervescência de atividade.

Mas não é só a morosidade dos seus serviços que merece observação e comentários. Ainda ontem, fizemos referências à absoluta falta de asseio que se constata nas ruas, passeios e praças, em todos os pontos da capital. É curioso notar que depois que foi aumentada a capacidade da nossa rede hidráulica, a Intendência vem com injustificável usura, fazendo verdadeira economia de água na irrigação e lavagem das nossas ruas. Daí a poeira fantástica em que é dia e noite envolvida a cidade, mesmo nas horas sem vento. O Caminho Novo constitui hoje, mais do que nunca, um verdadeiro martírio para os seus moradores. Todas as casas de comércio ali existentes, armazéns, lojas, armarinhos, cafés, bares etc. estão tendo enorme prejuízo em face do que vai de abandono naquela grande artéria de Porto Alegre.

Para a lavagem e limpeza das ruas, principalmente para eliminar o pó que as envolve, a Intendência não deve contar unicamente com a chuva...

Nem só esta é elemento saneador para as administrações que se preocupam um pouco com a higiene pública.

24 de abril de 1929

Do deplorável estado de abandono em que se encontra atualmente a nossa capital não precisamos mais expressiva documentação do que a falta de limpeza, de asseio, de higiene, de saneamento, que

⁸⁵ Referência à construção do viaduto Otávio Rocha, na avenida Borges de Medeiros, que se estendeu de 1928 a 1932.

se constata a partir do coração da *urbs* ao mais afastado arrabalde. Quem se der ao trabalho de ver com os seus próprios olhos, de olhar e observar os aspectos e os flagrantos que Porto Alegre ora apresenta, terá certamente diante de si um quadro profundamente desagradável. É a cidade que recua, é a cidade que volta ao desleixo e à esterqueira de outros tempos. E mais dolorosa é ainda essa impressão em se sabendo o que vai de intenso e vertiginoso no trabalho da iniciativa particular. Os novos horizontes que se rasgaram para a capital com o plano remodelador da inesquecível administração passada vão sendo sombreados e delimitados pela visão acanhada de quem não sabe auscultar os anseios e as necessidades imperiosas da comuna. Quando desapareceu o seu grande administrador, dizia-se como absolutamente certo que não seria difícil a quem lhe sucedesse na direção administrativa do município continuar a grande obra, porque esta, delineada e iniciada, só demandaria prosseguimento. Mas qual! Tudo parece que deu para trás e o pouco que vai prosseguindo não tem para lhe exaltar o prosseguimento a menor sombra de pressa. Independente disso, há um sem número de problemas urbanos que estão a reclamar o cuidado e a atenção da nossa edilidade, enquanto outros vão dia a dia surgindo à maneira que se desdobra a metrópole. Entretanto, para a solução de tais problemas há uma medida, uma providência tomada por parte de quem de direito. Não há dia em que não enumeremos aqui falhas lamentáveis, lacunas sensíveis. Entretanto, para que não se pense que estamos a falar sem provas, iremos doravante documentando por partes toda essa situação de abandono em que se encontra a metrópole.

Como por mais de uma vez temos dito e redito, não nos move em tudo isso outro intuito senão o de vermos a capital do Rio Grande do Sul à altura dos seus altos destinos com uma ação administrativa que atenda, de fato, às suas múltiplas necessidades.

25 de abril de 1929

Triste, sem dúvida, a situação de abandono dos nossos arrabaldes. Tempos houve em que, em matéria de penúria, nenhum levava a palma ao de São João. Esse populoso bairro da capital, onde vive a maior parte da laboriosa classe operária, ressentia-se da falta de tudo. Higiene, água, policiamento e iluminação eram melhoramentos completamente desconhecidos daquele local. O estado deplorável de suas ruas, onde águas estagnadas e pútridas eram focos permanentes de cultura microbiana, metia pavor ao transeunte incauto, ou a quem quer que se aventurasse a um passeio pelas mais movimentadas ruas do bairro. Pelas sarjetas, pelos terrenos onde deviam existir passeios laterais, a mataria crescia a olhos vistos numa exuberância de natureza verdadeiramente tropical. Com a falta de um ou dois dias de chuva, a poeira escurecia as ruas em densas nuvens asfixiantes; em compensação, com duas ou três horas de aguaceiro forte, o lodo e os atoladores faziam de São João uma região terrífica muito pior do que a do inferno descrita pelo divino poeta.

Pois hoje, os demais arrabaldes de Porto Alegre nada ficam a dever ao acima descrito. O de São João pode se considerar um paraíso em comparação ao estado em que se encontram os de Teresópolis e Glória, mormente agora em que a abençoada chuva, que é o maior elemento de higienização da capital, anda tão escassa. É de ver a situação deplorável em que se acham aqueles dois belos subúrbios, em luta não só contra a falta de saneamento, mas contra a falta de tudo a que foram definitivamente condenados pela atual administração do município.

E, a favor desse abandono ou mesmo para justificá-lo, poder-se-ia alegar a distância em que os mesmos se encontram, longe do manso olhar da administração pública, sem tempo para auscultar tão prementes necessidades, preocupada como está com problemas de outra ordem, suprimindo as suas falhas e lacunas com a benemérita criação de cágados

e tartarugas, com atitudes de quem vai mesmo tratar do barateamento da carne – só para dar na cabecinha dos marchantes...⁸⁶

Mas não são só os arrabaldes que estão em estado aflitivo. Em passeio que amanhã faremos com os leitores veremos que cá, mais para o centro, no próprio perímetro urbano a situação não é menos desagradável.

26 de abril de 1929

Que a atual administração municipal tem verdadeira fobia da limpeza e da higiene em geral, já não resta a menor dúvida. O noticiário dos dois matutinos locais traz,⁸⁷ diariamente documentadas, informações a respeito, apontando falhas sensíveis que se constataam por todos os pontos da cidade.

Ainda em nossa crônica de ontem tivemos oportunidade de fazer referências ao estado de abandono em que se encontram os arrabaldes da Glória e Teresópolis.

Entretanto, não são só esses pontos afastados da capital que oferecem margem a comentários, não são só essas zonas passíveis de censura.

Aqui mesmo no centro da zona urbana, a sujeira vive a clamar pela misteriosa vassoura municipal, pelos autos irrigadores que a Intendência usa de quando em quando para aguar a rua dos Andradas e um pequeno trecho do Caminho Novo.

Se o leitor quisesse dar-se ao trabalho como nós, veria logo que vai de imundície por toda a parte. Comece ali por perto do próprio palácio municipal, ao redor das praças 15 de Novembro e Parobé, nas faces laterais do Mercado Público, na avenida Júlio de Castilhos, na parte fronteira aos fundos da estação da Viação Férrea.

⁸⁶ Marchante: negociante de gado ou de carne.

⁸⁷ *Correio do Povo e Diário de Notícias*.

Vá seguindo o leitor a sua inspeção. Veja os terrenos baldios ao lado da avenida Mauá e próximos à nova doca: olhe o que vai de abandono nos canteiros no largo do edifício da Administração dos Correios e Telégrafos; contemple o estado de esterqueira daquele pequeno trecho onde está o edifício em construção da Alfândega (avenida Sepúlveda), na parte entre a praça Senador Florêncio e avenida do Cais do Porto. Prossiga o leitor nas suas observações; vá andando em direção à Casa de Correção até o Gasômetro; contemple, só por gosto, aquela quadra da rua General Salustiano que fica em frente à nova usina de energia elétrica e diga com franqueza se aquilo é rua, sentina ou cano de esgoto. Se não for penoso ao leitor amigo uma excursão tão nauseabunda, veja, por exemplo, o que se passa nos terrenos abertos e abandonados existentes nos fundos da Santa Casa; olha ainda para o estado em que se encontra a parte externa e interna da praça da Conceição e diga francamente se há coisa parecida no mais lamentável lugarejo do interior.

Mas, para que prosseguir, se uma grande parte da capital está em idênticas condições?

O que é de lamentar em tudo isso é que a Diretoria de Higiene do estado, tão justamente exigente e severa para com os particulares, obrigando-os a cumprirem à risca todas as suas determinações, não se lembrasse ainda de chamar a contas a nossa edilidade, obrigando-a também a cuidar um pouco mais da limpeza pública.

Se aparecerem (o que é tão frequente) casos de tifo, de bubônica ou outras moléstias contamináveis, não se queixe a Diretoria de Higiene da população.

Queixe-se, sim, da Intendência, que, parece, não gosta de escova nem de banho...

30 de abril de 1929

Vai se passando o tempo e o esburacamento da cidade, de todas as suas ruas e calçadas, continua a ser o espantalho dos veículos

e pedestres. Claro que numa capital como a nossa, que atravessa uma fase de intenso progresso, de extraordinário desenvolvimento, como ora acontece com Porto Alegre, é inevitável esse movimento de desarranjo, de desarrumação que se nota em tudo. É o melhor indício do milagre remodelador desta época do modernismo em que se requintam o bem-estar e o conforto, à maneira que com cores mais vivas se projetam aos nossos olhos os quadros dolorosos de miséria. Isso, porém, não quer dizer que devemos continuar indefinidamente nessa situação de escavações e buracos, de buracos e topadas com que andamos às voltas nos passeios e ruas da cidade. Já vai para meio ano (desde novembro do ano passado) que a Energia Elétrica vem escavando ruas e arrebandando calçadas para a nova rede subterrânea da iluminação particular e pública, e até agora nada foi repostado no seu lugar. O que faz, a seguir, a Energia, nos seus buracos, reduz-se simplesmente a cobri-los com uma camada de terra, deixando para mais tarde arrumá-los melhor. De forma que todos os passeios das principais ruas de Porto Alegre estão esburacados e atravancados de lajes soltas. Com essa situação, as sapatarias e casas congêneres muito lucraram, pois não há calçado que resista por mais de um mês aos tropicões e às quedas ocasionais pelo desconserto geral da cidade. E isso, como acima ficou dito, já vai para seis meses. A principal culpa, já se vê, cabe à municipalidade, que se entregou de corpo e alma aos ditames da poderosa empresa que traz, como “Lema do Progresso”⁸⁸ – não tapar por enquanto os seus buracos...

Se a Intendência quisesse, se a Intendência estivesse disposta a zelar pelos melhoramentos da *urbs*, facilitando o trânsito público, e não o complicando como agora acontece, podia perfeitamente existir mais presteza por parte da Energia Elétrica no reparar aquilo que

⁸⁸ “O verdadeiro ‘Lema do Progresso’”: *slogan* do Departamento Comercial da Companhia Brasileira de Força Elétrica, loja que vendia materiais elétricos, inaugurada em Porto Alegre, em 30 de abril de 1929.

esta estragou. Entretanto, ao que parece, a administração municipal é a menos preocupada com tais obstáculos. Para ela tudo vai às mil maravilhas. E a prova de que ela não tem pressa de coisa alguma está na maneira por que vão prosseguindo os trabalhos da avenida Borges, trabalhos estes que estão sendo feitos por uma turma de pouco mais de vinte homens! Isso quer dizer claramente que a municipalidade não é apressada, tanto mais em sabendo ela que devagar se vai ao longe...

Daí a sua absoluta indiferença pelos buracos da Energia.

Que buraco para o público...

4 de maio de 1929

Já por várias vezes esta e outras seções desta folha têm reclamado da municipalidade contra a excessiva poeira que se faz sentir por toda a capital em dia de vento, como ontem aconteceu.

Nessas ocasiões não há cidade mais intolerável que Porto Alegre. Esse mal – e mal terrível para os pulmões, para a roupa, para o asseio do corpo – em grande parte o devemos ao estado deplorável das nossas ruas e passeios, há vários meses revolidos pela Força e Luz.

Já que a Intendência não quer apressar aquela empresa e consentar o que a mesma desmanchou, devia ao menos mandar aguar as ruas e os logradouros públicos a fim de atenuar a poeira terrível, ao invés de o fazer em determinadas ocasiões, principalmente à noite, que o faça, então, nos dias em que o vento mais nos castiga.

E com isso teríamos atenuado grandemente aquele mal.

* * *

As bombas de gasolina existentes por todos os pontos da cidade são em quantidade tal que já se vão tornando em perigosos tram-bolhos. Basta dizer que na praça da Alfândega e suas adjacências até o Mercado Público e suas vizinhanças existem atravancando as

calçadas nada menos de doze bombas de gasolina. É como se vê uma quantidade fantástica, quando duas ou três bastariam para atender perfeitamente às necessidades dos automóveis e ônibus. Essas bombas, além de atravancarem os passeios, deixam tudo ao redor em deplorável estado de sujeira. Ali na praça Montevideú, na esquina do edifício Malakoff,⁸⁹ portanto, bem defronte à Intendência, existe uma que, além do espaço ocupado, conta também com uma enorme poça d'água, um verdadeiro manancial aberto em plena calçada.

Entretanto, vamos nós reclamar contra isso da Intendência... Estamos bem arranjados...

* * *

Não podia ser mais desagradável o dia de ontem, data do aniversário do descobrimento do Brasil. Parecia mesmo o Dia dos Mortos ou de Sexta-Feira da Paixão. Por toda a parte uma tristeza e uma monotonia profundas.

A prevalecerem as considerações do ilustre autor de um tópico nos *Ecos e Notas* de ontem, o caso desse abatimento geral em relação à grande data é devido talvez a atitude dos “come-gente”⁹⁰ de São Paulo, que resolveram no ano passado roubar a glória de Cabral descobrindo-se a si próprios e tudo mais que para eles vai aparecendo no Brasil.

E para prevalecer o seu instinto de “antropófagos”, já começaram a engolir-se uns aos outros...

Daí a tristeza nacional do dia de ontem...

⁸⁹ Malakoff: edifício localizado na rua Sete de Setembro, entre a rua Montevideú e a praça 15 de Novembro. Inaugurado em 1860, tornara-se então a construção mais alta da cidade, com quatro andares (incluindo o térreo).

⁹⁰ Referência ao Movimento Antropófago, tematizado em 1928 por Oswald de Andrade (1890-1954) em seu “Manifesto Antropófago” e em seguida na *Revista de Antropofagia*, juntamente com Raul Bopp (1898-1984) e Antônio de Alcântara Machado (1901-1935).

10 de maio de 1929

A chuva!...

Depois de uma ausência de mais de dois meses, a chuva veio. Veio como elemento saneador, para limpar, para lavar, para apagar a poeira, para tirar o casacão da cidade. Quem não conhece ou quem não mora em Porto Alegre não pode fazer uma ideia do que seja isto aqui durante uma semana sem chuva. É simplesmente medonho. Desde o mais abandonado arrabalde até a artéria mais central da *urbs*, mais animada e elegante, o pó vive em nuvens densas invadindo os pulmões da população, congestionando-lhe os brônquios, descarregando-lhe, através do organismo indefeso, todo esse fantástico mundo microbiano que aqui temos em múltiplas e variadas culturas.

De maneira que só a chuva tem o poder de aplacar a poeira terrível. Sem ela, a cidade tornar-se-ia inabitável; sem ela, a nossa população desapareceria, totalmente asfixiada. A chuva é para nós como o é para as plantas: de um benefício incalculável. Linda frase! Não tome, porém, o leitor, a conclusão como um conceito acaciano ou como uma sentença indigna do nosso faraônico presidente... E muito especialmente para Porto Alegre os benefícios da chuva obrigam-nos a essas estiradas que bem estariam ao lado dos pedacinhos de ouro da mensagem washingtoniana...⁹¹

Mas... Nesse "mas" está a surpresa de um contraste.

E somos obrigados, então, a virar a tira e escrever o que se segue:

Se, em relação ao pó, a chuva é para nós de incalculáveis benefícios, em relação à lama, ela é também, para todos nós, de inenarrável martírio. Tal situação devemos, graças a Deus, às picaretas da Energia, hoje a uma forte e poderosa Companhia Brasileira de Força Elétrica. Onde for encontrada uma rua esburacada, um passeio fendido, uma calçada atravancada com os célebres travessões do "Lema do

⁹¹ Referência ao estilo repetitivo de Washington Luís.

Progresso”, ver, então, o leitor a perigosa legenda transformada nesta realidade terrfica – lama do progresso... E  lama por toda a parte: lama, buracos, atoladouros a meter medo, a meter espanto mesmo nos seus habituados a arrancar “peludos” nas nossas estradas rurais. Assim, a chuva, que parecia ser um bem precioso é um “mal desagradável”, como diria o Sr. Washington ao falar nos tremeliques do câmbio e no do “xito dos voos felizes”...

De qualquer maneira estamos condenados: se nos livramos do p, não escapamos da lama. Além disso, a Energia aí está nos esperando com seus buracos e outras profundidades suspeitas...

11 de maio de 1929

O serviço de bondes está melhorando...

É o que por aí se diz – e parece que está mesmo. A gente já começa a notar uma regular diferença no seu tráfego, pelo menos em relação à fase terrivelmente sinistra da Companhia Carris, que foi, como se sabe, a penúltima empresa que tomou a si o encargo de piorar ao extremo esse meio de transporte da cidade. Se cotejarmos o serviço que temos hoje com o que tínhamos no ano passado, quando em mãos daquela lamentável companhia, a diferença é por certo bem regular. Quase todos os carros, apesar de velhos, apresentam-se pintados de novo, bem limpos e bem cuidados, enquanto que o seu tráfego para certas linhas vai pouco a pouco se normalizando, cumprindo-se  risca as determinações de horário.

Nem todas as linhas, porém, gozam de tal melhoria. Para o Partenon, por exemplo, esse serviço constitui uma verdadeira calamidade. Ainda ontem tivemos ocasião de ver o martírio por que passam os passageiros daquele populoso arrabalde. Ao tomarmos um bonde no fim da linha com destino ao centro da cidade, verificamos o deplorável estado do carro em tráfego. Não tinha o mesmo

percorrido cinco quadras quando o condutor amavelmente gritou, sorrindo, aos passageiros:

– Tenham a bondade de passar para esse outro carro!

E, de fato, um outro elétrico de medonho aspecto já aguardava os passageiros do primeiro. Feita a mudança, o bonde começou a andar, mas de tal modo que ao chegar à esquina da Azenha não pôde prosseguir a marcha. Um ruído de engrenagem desconjuntada deixava perceber a situação crítica por que passavam os seus passageiros.

Foi então que a voz macia do condutor cortou o zum-zum das vítimas:

– Este também não presta! Passem para o outro que vem ali...

E, docilmente, como quem já está por demais habituado a todas as calamidades da metrópole, os passageiros largaram-se em massa para o novo carro salvador. Foi um alívio. Dali até o centro tudo iria correr às mil maravilhas, principalmente para os que ainda alimentavam a esperança de chegar a tempo e na hora no serviço, sem perigo de perder o ponto. Vinham todos nessa doce ilusão quando, ao chegar no depósito de carros da Várzea, uma nova “encrenca” obrigou o condutor a ser mais uma vez gentil.

– Os senhores tenham paciência. Passem para aquele. É o último. Daqui até a praça 15 não há mais perigo.

E de fato. Da estação da Várzea até a praça 15 de Novembro tudo correu às mil maravilhas...

14 de maio de 1929

Porto Alegre bem podia iniciar também a “Semana do Mosquito”, tal qual está sendo feito na capital da República.

No momento em que a febre amarela reaparece com o mesmo pavor de outrora, fazendo uma infinidade de vítimas, nada mais justo, nada mais humanitário e patriótico do que uma campanha intensa contra os mosquitos. A nossa capital devia secundar imediatamente a

mesma propaganda. É verdade que aqui, segundo afirmam as nossas autoridades médicas, não temos o *stegomyia*⁹², que é o portador e o transmissor daquele mal terrível. Mas, em compensação, temos uma infinidade de outros tipos que variam desde o pernillongo silencioso e agressivo até o miudinho impertinente tocador de violino... Provavelmente alguma deve haver entre as espécies aclimatadas em Porto Alegre que seja, como o *stegomyia*, condutor do temível bacilo. A doutíssima ciência médica nega aos enxames locais qualquer atitude mal-intencionada. Afora a música e as ferroadas, eles são de resto inofensivos. Pelo contrário, cada mordida vai sempre em troca de uma variação musical...

Entretanto, pelo sim e pelo não, a higiene pública está no dever de promover uma campanha contra esses simpáticos sinfonistas noturnos. Porto Alegre, como ninguém ignora, é o quartel-general dos mosquitos. A podridão das águas do seu Riacho, agravada com o estado de abandono de certas ruas, onde o lodo e as águas estagnadas, sem escoadouro, prolongam-se de inverno a verão, constituem verdadeiros focos de mosquitos. E este ano, mais do que qualquer outro, pelo abandono e estado de sujeira que a cidade apresenta, os mosquitos são em tal quantidade que até mesmo de dia enxameiam e agriDEM. Nem mesmo a mudança de temperatura conseguiu ausentá-los das nossas habitações.

A municipalidade certamente não se sentiria com coragem para iniciar uma campanha contra os mesmos, visto que o estado de desasseio em que ela, de comparsaria com a C.B.F.E., tem deixado a capital muito pouco a recomenda para tal mister.

Mas a Diretoria de Higiene do estado? Esta, se quisesse, poderia fazer alguma coisa em benefício da população. Pois ninguém deve perder de vista os dois casos de febre amarela aqui registrados.

⁹² *Aedes (Stegomyia) aegypti*: mosquito vetor da febre amarela e da dengue.

Pode ser que os culpados sejam os *stegomyias* do Rio de Janeiro. Mas pode bem ser, também, que os nossos prestem o seu concurso, embora modestamente.

21 de maio de 1929

Inegavelmente, as faixas de cimento, mandadas construir pela municipalidade nas principais artérias que vão dar aos nossos arrabaldes, constituem um grande melhoramento para Porto Alegre. Mesmo saindo do bolso dos senhores proprietários de veículos as despesas com tal obra, ainda assim devemos ficar muito agradecidos por ter a Intendência levado avante a construção das referidas faixas. Graças a esse melhoramento, já se pode ir de automóvel ou de ônibus à rua Santana, Partenon, Glória e Teresópolis. Ao entrar nessas artérias, aqueles veículos deslizam macios e serenos, como no asfalto das avenidas cariocas. Dispendioso, embora, para os contribuintes já tão sobrecarregados com outros impostos, o fato é que esse importante empreendimento público, feito de acordo com o projeto Jaime Pereira,⁹³ veio melhorar grandemente a situação dos nossos arrabaldes e dos próprios veículos que pelos mesmos transitam.

Ainda, domingo último, tivemos ocasião de verificar *de visu* o ótimo efeito desse melhoramento. Desde a entrada da avenida Teresópolis, que começa em frente à Chácara dos Eucaliptos, até o ponto terminal da linha de bondes, na rua da Cascata (Glória), os automóveis e ônibus não transitam, tanto na ida como na volta, por outro leito que não seja o de concreto. De quando em quando surgem pequenas intercepções que devemos naturalmente à Companhia Carris por não ter feito nesses pontos a mudança dos respectivos trilhos.

⁹³ Jaime Pereira: membro do Conselho Consultivo Municipal.

Na própria avenida Teresópolis, no local onde existia uma perigosa ponte de madeira sobre o arroio Cascata, pouco adiante da antiga estação dos bondes a burros (sem alusão aos jumentos de outra espécie), a municipalidade acaba de construir uma bela e sólida ponte de cimento, em toda a extensão e largura da rua. Independente desse melhoramento, fez a Intendência construir à entrada da rua da Cascata uma elegante murada, formando assim um *belvedere* para a baixada das chamadas Águas Mortas.⁹⁴

Todos esses melhoramentos merecem especial registro, e aqui o fazendo, com prazer, queremos acentuar que a nossa crítica a atos de atual administração municipal não é de modo algum sistemática e será sempre motivo de satisfação para nós louvar aquilo que é digno de ser louvado.

Antes de terminar estes ligeiros comentários, desejamos lembrar à Intendência a necessidade de mandar varrer o leito das faixas de cimento que em certos pontos, como na avenida Teresópolis e rua da Cascata, conservam-se cobertos de uma densa camada de terra, levantando, como anteriormente, densas nuvens de poeira à passagem de qualquer veículo. É um serviço de nenhum dispêndio, e que tornará mais agradável o passeio àqueles pontos da cidade. Temos mesmo certeza que a Intendência será a primeira a reconhecer a sua necessidade.

26 de junho de 1929

Dado o interesse de que se mostra possuída a atual direção da Companhia Carris, em melhorar o mais possível o tráfego de seus bondes e ônibus, não será fora de propósito fazermos aqui algumas sugestões sobre esse serviço.

⁹⁴ Águas Mortas: pequeno arroio nascente nas zonas de alto relevo da região da Cascata, posteriormente canalizado.

Como é do conhecimento público, já estão em tráfego os vinte novos carros importados por aquela empresa, que estão destinados a prestar relevantes serviços, mormente na estação invernososa que ora atravessamos.

O que, porém, está se tornando indispensável é que se dê uma nova organização ao tráfego dos mesmos, pois, da forma por que está sendo feito, ele traz um grande inconveniente para o público e prejuízos para a própria Companhia. É o caso de ser determinado que só serão utilizadas as portas da frente, tanto para a entrada como para a saída dos passageiros, sendo elas abertas pelo motorneiro, depois de o carro parado. Como geralmente acontece, os carros andam sempre com excesso de lotação, ficando os passageiros em pé justamente nas proximidades das portas por onde deve ser feito o serviço. Ora, isto prejudica grandemente o embarque e desembarque de passageiros, que em geral se faz simultaneamente, bem como dificulta a fiscalização do pagamento das passagens, dos trocos etc., além de apresentar grande demora para os carros.

Tudo isso será facilmente sanado adaptando-se o sistema usado em São Paulo, onde existem em tráfego algumas centenas desses carros: o embarque de passageiros pela porta da frente e desembarque pelas do fundo, onde deverá se colocar o condutor para fazer trocos, fiscalizar o pagamento das passagens e estar atento aos sinais dos passageiros para a parada do carro, visto só haver botão de campainha nos assentos colocados nas extremidades.

Outra medida que também deve ser posta em prática é a de se conservarem fechadas as portas do lado da entrelinha, abrindo-se unicamente as do lado esquerdo, a fim de serem evitados os acidentes tão comuns entre nós.

Sobre esse assunto de tão grande importância não só para o tráfego, mas muito especialmente para a vida dos passageiros, já tivemos oportunidade de mais de uma vez chamar a atenção da empresa, principalmente em se tratando de carros abertos que

trafegam em ruas de linhas duplas. Uma simples travessa no lado contramão (em se tratando de carros abertos) evitará os frequentes desastres aqui registrados.

A Companhia poderá alegar que o público é o culpado, pois não se sujeitará a essa medida que aqui já foi há anos posta em prática e logo depois abandonada por impraticável.

Desta vez, porém, com insistência e jeito, a medida será bem aceita. Isso está no próprio interesse do público.

28 de junho de 1929

Não são de agora as queixas contra o Ginásio Júlio de Castilhos. São de há muito tempo. Entretanto, essas queixas nunca tomaram tamanho vulto como agora. Desesperados com a situação interna desse decadente estabelecimento de ensino, os seus alunos vieram à imprensa fazer uma justa reclamação. As faltas por eles apontadas e as anomalias que ali se verificaram são de tal ordem que o caso merece ser levado ao conhecimento de quem de direito.

Não só o fato de os novos estatutos terem sido postos em vigor no meio do ano, com grave prejuízo para o estudo, nem tampouco os seus dispositivos referentes à contagem da média merecem severa crítica. Outras anormalidades ali verificadas vêm contribuindo para tornar ainda mais antipática aquela dependência da Escola de Engenharia. Tratando-se de um estabelecimento sem o menor controle fiscalizador, é de ver o que não irá lá por dentro de completa desorganização. Basta dizer que o professor da aula de desenho (do 2º ano, cremos) é um jovem de 17 primaveras, filho do vice-diretor da Escola de que o Instituto Júlio de Castilhos é anexo. Esse jovem, segundo informações fidedignas que nos foram fornecidas, costuma pôr fora da aula de vinte a trinta alunos diariamente, sem que para tal haja motivo justificado. Por outro lado, o referido estabelecimento não anda também em boas graças com

a moralidade, bastando saber-se do episódio amoroso ocorrido há vinte dias, mais ou menos, com o diretor interino do Instituto, que desapareceu nas asas de Cupido...

Agora, um outro caso. O seu novo e atual diretor (também interino) determinou a expulsão de alunos apontados como cabeças do motim – tomando ele como incursos nessa grave falta os jovens que resolveram reclamar, pela imprensa, contra as anomalias ali verificadas.

O pior, porém, aconteceu anteontem, com a comissão de estudantes que, modesta e respeitosamente, procurou entender-se com o Dr. Coussirat de Araújo,⁹⁵ membro de alto destaque do corpo diretor da Escola de Engenharia, a quem desejava expor a sua situação. Essa comissão, além de não ser atendida, foi corrida com impropérios do gabinete daquele engenheiro. O conhecimento desse fato devemos a um aluno, que o narrou com lágrimas nos olhos.

Tal a situação dos jovens estudantes de um estabelecimento de ensino, por certo, bem digno de melhor sorte.

12 de julho de 1929

Há certas repartições públicas que devem ser, para as partes que delas dependem, muito semelhantes ao Purgatório, onde as almas se vão limpar de todas as penas antes de ganharem a bem-aventurança eterna. Um verdadeiro suplício. Era assim, anos atrás, a Delegacia Fiscal; e é assim a seção de taxas da Estação Central dos Telégrafos; e é assim também a seção de venda de selos da Administração dos Correios.

O interesse que a atual Delegacia Fiscal tem tomado pela repartição a seu cargo – a mais importante das repartições federais do Rio Grande do Sul – fez com que desaparecessem, felizmente,

⁹⁵ Ladislau Coussirat de Araújo (1889-1929): engenheiro e meteorologista.

as dificuldades e os trabalhos por que passavam todos aqueles que dependiam da referida repartição.

O mesmo já não se pode dizer dos Correios e Telégrafos, na parte referente à franquia e taxação. Ali é que o suplicante padece mesmo de verdade, principalmente em certas horas do dia, quando maior é o movimento no único guichê aberto para recebimento de telegramas.

Ao que sabemos, está agora a municipalidade sofrendo do mesmo mal. Isto é, ela propriamente não sofre; quem sofre é o municípe que tem qualquer assunto a tratar ali.

Apesar de ter sido criada a seção de informações exatamente para facilitar de partes, esse serviço pouco alívio trouxe para o público.

Ainda ontem, um cidadão passou ali seu mau bocado, andando largo tempo de Herodes para Pilatos.

Obtidos os esclarecimentos que desejava, na seção a que acima nos referimos, dirigiu-se o interessado à repartição que lhe havia sido indicada. Com surpresa, porém, um funcionário lhe declarou:

– Aqui é a Seção de Obras Novas. O que o senhor naturalmente deseja deve ser ali naquela porta.

De chegada à seção indicada, um outro funcionário informou amavelmente:

– Não. Não é aqui. Deve ser naturalmente na secretaria. Faça o obséquo de falar com aquele contínuo que ali vai.

O suplicante falou ao contínuo, mas o contínuo não soube responder.

Um outro funcionário que passava na ocasião correu, amável, em auxílio de ambos.

– Ora bolas, seu Chico (o contínuo devia se chamar Chico), então você não sabe que isso é com o Sr. intendente? Ele tem que ser ouvido primeiro.

Resolvida assim a complicação, dirigiu-se a vítima direto ao gabinete do chefe municipal. Depois de quarenta minutos de espera,

contados no relógio, foi, enfim, o suplicante recebido. Expostos os motivos que ali o levavam, o Sr. intendente cortou o final da oração.

– O senhor entenda-se ali com o secretário.

* * *

Quando a parte deixou o paço municipal já era hora de ser encerrado o expediente do dia.

18 de julho de 1929

Balanço das reclamações do público, feitas na seção competente desta folha, durante a primeira quinzena do corrente mês:

Dia 2 – contra uma fossa arrebetada à rua Moinhos de Vento,⁹⁶ entre os prédios 408 e 420, alagando o passeio e exalando insuportável mau cheiro.

Dia 3 – contra o estado deplorável da rua Arlindo,⁹⁷ transformada em atoladouro permanente.

Dia 4 – contra uns horríveis casebres da rua Félix da Cunha, que, apesar de condenados pela Diretoria de Higiene, esta não tomou a menor providência para a sua interdição.

Dia 5 – contra um amontoamento de material de lixo (vassouras, pás, enxadas, caixões e carrinhos de mão) atirados no canto de um dos corredores do Mercado Público.

Dia 6 – contra o estado das bancas do Mercado destinadas à venda de hortaliças. O estado de sujeira e de abandono dessas bancas é simplesmente deplorável.

⁹⁶ Rua Moinhos de Vento: atual avenida 24 de Outubro.

⁹⁷ Rua Arlindo: rua localizada no bairro Azenha, nas proximidades das atuais avenidas Ipiranga e Érico Veríssimo, da rua Botafogo à rua Marçílio Dias, até o leito do arroio Dilúvio e a Ilhota.

Dia 7 – contra a situação de abandono de uma parte da rua Visconde de Herval. Enquanto um lado da rua recebe cordões e sarjetas, o outro fica ao léu da sorte, atravancado de pedras e coberto de ervas, acabando por se transformar numa verdadeira mataria.

Dia 8 – contra um trecho da rua General Lima e Silva, nas proximidades da rua Sebastião Leão, transformado num lago de água pútrida, com criação em larga escala de sapos e mosquitos, independente de existir ao lado um bem desenvolvido depósito de lixo.

Dia 9 – contra a grande quantidade de muros fendidos e cercas de tábuas existentes em pontos diversos da cidade. Se as cercas se distanciam um pouco mais do centro, não aconteceria o mesmo com os muros em mau estado, alguns ameaçando ruir.

Dia 10 – contra um horrível casebre à rua Liberdade que, pelo seu estado de completa ruína, ameaça cair se não forem tomadas em tempo as necessárias providências.

Dia 11 – contra o estado em que se encontra um trecho da rua Senhor dos Passos. Essa rua, depois de ter sido calçada, foi de novo esburacada e não mais recomposta.

Dia 12 – contra duas casas em completa ruína existentes na rua da Varzinha,⁹⁸ constituindo as mesmas um verdadeiro perigo para o trânsito público.

Dia 14 – contra a grande quantidade de cubos, contendo matérias fecais, expostos aos olhos do público, à rua Barão do Triunfo, entre Azenha e Menino Deus.

Dia 15 – contra a sujeira e o abandono da avenida Júlio de Castilhos. Terminaram aí as reclamações registradas e documentadas fotograficamente por esta folha na seção *O público reclama...*

Sendo apenas uma publicada em cada número do jornal, essas queixas, podemos afirmar com toda segurança, representam uma

⁹⁸ Rua da Varzinha: atual rua Demétrio Ribeiro.

vigésima parte, ou talvez mais, das justas reclamações a fazer em vários pontos da cidade.

Das que aí figuram pela ordem dos dias do mês, apenas três ou quatro foram atendidas.

24 de julho de 1929

“Se todo o melhoramento urbano trazer como corolário forçado um pioramento paralelo, então melhor será dele prescindir-se” – assim terminava ontem a habitual seção ilustrada desta folha, *O público reclama...*

Sobram, realmente, razões para se chegar a tal conclusão. Quem percorre as ruas da capital, quem visita os seus passeios públicos, quem enfim observa tudo o que nestes últimos meses se tem feito em vários pontos da *urbs*, chega inevitavelmente a esta conclusão: a cada melhoramento que se realiza corresponde um pioramento paralelo...

Quer nas obras de calçamento, quer no esburacamento do leito das ruas onde estão sendo instalados os canos de esgotos, o que se constata é o estado deplorável em que fica a outra parte da rua onde deverá ser feito o trânsito de veículos. Na rua Venâncio Aires e na rua da República, os montes de terra, agora transformados em lama, vão de uma extremidade à outra, impedindo desse modo o tráfego na parte onde ele deverá ficar desembarcado e livre, o mesmo acontecendo nas calçadas onde montes de pedras soltas arrancadas do calçamento antigo dificultam o próprio trânsito pedestre.

É preciso notar que, além dessa situação deplorável que a cidade apresenta, estando por toda a parte revolvida e esburacada, quer no calçamento, quer nos passeios laterais, quer nas suas praças (que nunca estiveram tão maltratadas como agora), há ainda os remendos mal feitos que por todas as partes estão a atestar a falta de fiscalização e cuidado por parte da municipalidade.

Há ainda mais: onde foi feito qualquer melhoramento por parte da Intendência, permanece lá um resto de material abandonado: montes de areia, pedras e tijolos, conjuntamente com uma torneira de encanamento hidráulico a verter água dia e noite, alagando a calçada ou a rua. Desse relaxamento não escapamos. É o que a cada passo notamos por toda a cidade, isto é, nos pontos onde foi executada qualquer obra.

Já era tempo de se tomar maior interesse pelos melhoramentos da capital, tanto mais agora que Porto Alegre está cheia de forasteiros, contando-se, entre esses, grande número de intendentes municipais, que daqui podiam levar uma melhor impressão de tudo que foi visto e observado.

7 de agosto de 1929

Muito desejamos que Porto Alegre esteja de parabéns com o serviço de policiamento ora entregue à Guarda Civil, criada por um convênio entre o município e o estado.

Essa corporação, que acaba de se apresentar ao público com numeroso corpo de agentes, já se faz notar em todas as esquinas e pontos de movimento no centro da cidade.

E se faz notar por dois motivos. Primeiro, pelo número; segundo, pela alteração de seu uniforme e seus distintivos. O uniforme é, sem dúvida, o que mais chama a atenção. E os guardas estão contentes; estão satisfeitos. Essa satisfação e esse contentamento tornam-se mais facilmente notáveis quando dois ou mais agentes se encontram.

– Que tal me acha, companheiro?

– *Degagé!*⁹⁹ Uniforme taco.¹⁰⁰ Como esse só o do inspetor Paulino.¹⁰¹

– E o boné dá ponto?

– Ora se... É de metê respeito. Agora, sim, sêmo autoridade!

– E o mata-cobra?

– Puxa, se é bueno... No frontispício do suplicante, ele afocinha logo!...

“Mata-cobra” é o cassetete, o pauzinho do respeito e da ordem, de que estão agora armados os guardas civis de Porto Alegre. A ação, porém, desse perigoso instrumento de madeira não deve no caso ser contundente nem abordoante, conforme explicou um outro guarda mais sabido e prudente que se aproximou do grupo.

– Olha, tchê, isso não é prá descascá no lombo de ninguém. O serviço dele é só esse: se levantá, o cabra tá preso; se baixá, tá sorto. É só prá impô respeito, compreendeu?

Os colegas compreenderam. E em atitude de quem está mesmo disposto a zelar pela segurança pública, começaram a passear de uma esquina à outra com o olhar atento nos pontos de maior movimento do local.

É a esses novos representantes da lei e da ordem que a cidade confia o seu futuro, depois de ter estado inteiramente entregue à ação efetiva e enérgica da gatunagem desenfreada, representada por toda a espécie de larápios, desde o amável e delicado batedor de carteira (tão amável que a vítima quase sempre ainda pede desculpas) até o ladrão arrombador e narcotizador.

Esperamos, portanto, a ação da nova corporação policial, certos de que ela se fará merecedora dos aplausos da nossa população.

⁹⁹ Do francês *degagé*: desenvolto, espontâneo, senhor de si.

¹⁰⁰ Taco: corajoso, destemido.

¹⁰¹ Inspetor Paulino: referência ao inspetor Paulin Broquet, personagem da série policial *Zigomar*, criada por Léon Sazie (1862-1939) e publicada na França a partir de 1909. Na década de 1910, a série foi adaptada com sucesso para o cinema. In: BLETON, Paul. S/Z (Les impressions du Zigomar de Leon Sazie). **Belphegor**: Littérature populaire et culture médiatique, [s. l.], n. 11-1, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/belphegor/157>. Acesso em: 12 ago. 2019.

15 de agosto de 1929

- Pois não é que o verão veio mesmo?
- Raios que os partam, o verão e os bondes...

E o homem, suando em bicas, assim como embrabava, criava novas esperanças, certo de que o elétrico que parou por falta de força não tardaria em prosseguir sua marcha em direção ao centro da cidade.

Duas horas da tarde. Sol de rachar. Dia de agosto, com sol de janeiro, sol desgraçado, sol levado dos diabos. O bonde, entretanto, continuava moita, no meio da linha, sem dar o menor sinal de vida. Como sempre acontece a tal hora, o carro vinha com lotação excedida. Os passageiros apinhavam-se, impacientes, pelos corredores, enquanto o sol ardia à vontade.

O passageiro do primeiro banco queria a todo o transe puxar conversa com o gordo cavalheiro que viajava a seu lado, e que por sinal continuava a suar pra burro.

- Mas que calor!
- O outro, em atitude impaciente, concordava sem responder.
- Nunca vi isto em agosto.

Silêncio. Cheiro de bodum. Muxoxos. Irritações. Protestos silenciosos da massa humilde.

E o bonde parado; e os passageiros parados; e tudo em roda parado...

- Será que irá todo o mês assim?

O cavalheiro que aguentava o sol em cheio começava a impacientar-se de novo, vendo que o bonde não se mexia e que o vizinho não lhe largava.

- Pois é, até quando irá isso?...
- Isso o quê – perguntou afinal o outro – o calor ou o bonde?
- O calor e o bonde. As duas coisas.

– Quanto ao calor, quem melhor lhe poderá responder é o Instituto Meteorológico. Agora quanto ao bonde, o senhor sabe... O “Lema do Progresso” é este: parar por falta de força e a gente que fique aqui imprensado entre estas alterosas montanhas... de carne (olhando duas respeitáveis matronas tipo frigorífico), e o raio deste sol a bater na cara dos passageiros.

– Esses americanos...

– São eletricamente alarifes...

Alguns ameaçam descer, contando que a Companhia indenize os passageiros. Mas a Companhia não indeniza. É o contrato – explica o condutor.

– Tão vendo?... – fala, enérgico, o cavalheiro do primeiro banco. – Vejam se não é uma exploração, por enquanto ela tem a habilidade dolosa de cobrar duas passagens quando o passageiro toma o bonde antes de chegar à praça. Entretanto, ela não sabe devolver os 300 réis, quando um dos seus carros empaca e o respectivo passageiro é obrigado a tomar outro veículo e “morrer” numa nova passagem.

– Mas que calor!...

– Raios que partam o calor!... Pior que o calor é o raio desta exploração elétrica de bondes sem força.

E a maioria dos passageiros, para não perder as passagens, aguenta tudo: os raios do sol, 40 graus e o raio do bonde parado...

21 de agosto de 1929

Na seção de reclamações do público, esta folha estampou, ontem, uma fotografia do miserável estado em que se encontra a travessa Missões, entre a rua São Pedro e Moura de Azevedo, no abandonadíssimo arrabalde de São João. E ainda desse mesmo bairro da capital – bairro que é uma verdadeira cidade dentro de Porto Alegre –, chega-nos, em carta, uma reclamação contra a situação

de penúria em que se acha a avenida Pará, triste e desventurada rua compreendida entre as “avenidas” Berlim e Napolitana.

Aquela, como a avenida Minas Gerais,¹⁰² aliás, como todas as “avenidas” do referido bairro, chegou ao extremo do abandono votado pela administração municipal. Os moradores dali já não reclamam iluminação e policiamento, porque consideram esses dois artigos como coisa de luxo. O que eles hoje reclamam é contra o horrível estado do leito da rua, que impede quase por completo o trânsito de veículos, dificultando ao mesmo tempo a passagem dos próprios pedestres, que, para vencerem tais necessidades, principalmente os atoladouros e as lagoas, são obrigados a verdadeiros exercícios de equilíbrio e saltos de obstáculos. Para tudo isso, porém, a nossa edilidade é de uma indiferença prussiana... Dir-se-ia que o administrador local nunca visitou esses pontos estragados da cidade, nunca viu com os seus olhos o abandono em que se encontram uma centena de ruas e travessas, e talvez nunca sentisse com o seu coração os trabalhos por que passa essa população lutadora e sacrificada de Porto Alegre. É impossível que tivesse visto esse penoso estado dos dois bairros mais populosos da *urbs* sem tomar ao menos uma medida de emergência, no sentido de minorar essa situação efetiva.

Que a polícia seja só para se ver, para mostrar o seu fardamento bonito, ainda vá; que a falta de iluminação seja por economia, também vá; que a falta de higiene e de limpeza das ruas seja por uma questão de simpatia pessoal pela sujeira, também ainda vá. Mas deixar as ruas intransitáveis pela grande quantidade de buracos, lagoas e atoladouros é uma grande judiaria para os que trabalham na rua, para os que necessitam da rua, para os que pela rua fazem trafegar os seus veículos, principalmente as carroças, que, além de pagarem pesados impostos, são o ganha-pão de muitas pessoas.

¹⁰² Avenida Minas Gerais: à época, iniciava-se na rua Félix da Cunha e terminava na antiga avenida Itália. Foi destruída para a abertura da avenida Farrapos.

A municipalidade precisa perder essa indiferença prussiana pelas coisas que lhe dizem respeito, e ter pela nossa população pobre, que vive na luta e no sacrifício de cada dia, mais um pouco de humanidade.

23 de agosto de 1929

O futurismo de Porto Alegre através da sua buracama ultramar-
derna.

Francamente.

Isto aqui é um buraco.

É um buraco tremendo.

Buraco, figuradamente falando.

Buraco, intencionalmente falando.

Uma verdadeira buracama. O pior é que a Intendência não tapa os buracos.

Essa tem sido a sua esburacada função, neste ano de sérias aperturas e de graves profundidades sem fundura.

Todos os buracos que a cidade apresenta são dela, Intendência. Dela ou de alguém por ela.

O fato é que os buracos existem.

Não se dá um passo nos passeios da capital sem o risco e de meter os pés (ou outra coisa equivalente) nos buracos abertos.

De maneira que a gente sem querer mete o nariz no buraco:

Afocinha-se no buraco.

E se a Intendência não caiu ainda nos buracos, é porque ela, com a sua miopia, usa óculos de muita força.

De maneira que, se ela não enxerga longe, em compensação enxerga perto.

Enxerga os buracos.

É assim:

Foge dos buracos.

Não cai nos buracos.

Mas os outros caem.

A todas essas a buracama vai aumentando. Trechos há na cidade que chegam a reclamar contra tão grande número de aberturas.

Um deles há dias já disse:

– Eu já estou completamente aberto. Eu já não tenho mais lugar para buracos!

Não importa – diz a Intendência, por intermédio do “Lema do Progresso” – dá-se um jeito. Emburacamo-lo com prazer...

E assim vai vivendo a nossa esburacada cidade.

Vivendo em buracos.

Quando se pensa que os buracos vão ser tapados – abrem-se mais buracos.

Que buraco!

11 de outubro de 1929

Há três anos que se vêm repetindo em Porto Alegre, em consequência das chuvas, os alagamentos de várias zonas da nossa capital.

Está chegando essa época, e podemos contar como certos os efeitos prejudiciais das enchentes. Já não há fugir dessa calamidade periódica. Ainda agora, o mesmo caso se repete de maneira alarmante, causando, como é de ver, sérios prejuízos a uma grande parte da nossa população.

Realmente, aqueles que moram nas zonas baixas e alagáveis da cidade, principalmente os habitantes próximos do Riacho, vivem sob uma ameaça constante, obrigados a frequentes mudanças, toda a vez que as chuvaradas da época caem torrencialmente, durante algumas horas a fio, como aconteceu até a madrugada de anteontem.

Nos arrabaldes de São João, Navegantes, e Gravataí, cujos terrenos são, por sua natureza, alagadiços, qualquer chuva basta para transformar suas ruas e seus quintais em verdadeiras lagoas, onde a água se conserva estagnada por longo tempo, tornando-se, desse

modo, um verdadeiro viveiro de mosquitos, em focos pestilentos de cultura microbiana.

Não é difícil imaginar o sacrifício por que passa a população daquela zona na época calamitosa das chuvas contínuas, como ora acontece.

O fenômeno, por sua natureza e pela frequência com que se repete, está chamando a atenção da administração municipal.

Não só o desvio e a canalização do Riacho são obras que, em executá-las, são de necessidade inadiável e imediata, como o é também o saneamento da zona baixa do nordeste da capital, compreendida entre os bairros São João, Navegantes, e Gravataí.

Cabe à municipalidade atender o quanto antes aos justos reclamos da população daqueles pontos de Porto Alegre que, durante a estação invernososa e até agora mesmo, já em meios da primavera, permanecem totalmente alagados. Ruas há em que o trânsito pedestre fica por dias e dias impedido, obrigando uma grande parte de seus moradores a fazerem uso de canoas. O pior, porém, são os males que essas inundações causam à saúde da população daqueles bairros. Como já dissemos, as águas que ali ficam estagnadas e pútridas são causadoras de não pequenos danos, de uma série de moléstias que se contaminam e alastram, principalmente entre a população infantil.

É isso que é preciso evitar; e só o conseguiremos saneando convenientemente toda aquela zona calamitosa.

Cabe, pois, à municipalidade realizar essa grande obra de beneficência.

22 de outubro de 1929

Temos sobre a mesa uma carta solicitando a intervenção da *A cidade* junto à administração municipal, no sentido de ser demolido o velho sobrado em ruínas existente à rua dos Andradas, esquina com a Dr. Flores. Alega o missivista que o estado daquele prédio constitui uma séria ameaça à vida de quantos por ali transitam diariamente.

Dando conta da reclamação que nos foi dirigida e levando-a por intermédio desta seção ao conhecimento de quem de direito, cumpre-nos declarar que não temos muita confiança no êxito de tal empreitada, por várias reclamações semelhantes que já temos feito sem lograrmos o menor êxito. Nas condições do edifício acima mencionado, ou mesmo em pior estado, encontram-se muitos outros, sem que a Intendência tome qualquer providência no sentido de determinar as respectivas demolições.

Para melhor exemplificar o caso, basta dizer que a municipalidade possui um próprio à rua 15 de Novembro, em frente ao posto central da Assistência Pública,¹⁰³ que constitui uma verdadeira ameaça ao trânsito por aquele local. Tal é o estado, tal é o perigo daquele pardieiro que a Intendência resolveu ampará-lo com várias escoras de madeira, isolando o respectivo passeio. Há quase um ano que os pedestres que transitam pela rua 15 de Novembro, ao passar pelo monstrengo em ruínas, são obrigados a se desviar para o meio da rua, visto estar impedido o trânsito da calçada.

Esse impedimento é como um aviso da ameaça, do verdadeiro perigo iminente que o dito prédio oferece ao trânsito público.

Com isso, incide a municipalidade em duas faltas condenáveis. Primeiro, por não demolir um próprio em ruínas, que constitui séria ameaça às pessoas que transitam pelo local; segundo, por interromper o trânsito no passeio em vista do estado de insegurança do pardieiro citado. Claro está que nada disso aconteceria se a Intendência cumprisse as determinações das posturas municipais.

Nessas condições, a edilidade fica sem direito, sem força moral para obrigar a demolição de vários outros prédios em ruínas, existentes em pontos diversos da zona urbana.

¹⁰³ Assistência Pública: serviço de socorro médico de emergência instalado em 1898.

Daí a razão em não acreditarmos que a Intendência possa tomar qualquer providência sobre a reclamação que dá motivo à nossa crônica de hoje.

Em todo o caso, aí fica a queixa, que é, sob qualquer ponto de vista, justa.

21 de janeiro de 1930

Descrevendo remígios¹⁰⁴ alcandorados,¹⁰⁵ em revoadas silenciosas e serenas, um grande bando vadio de andorinhas, as últimas, talvez, deste quente verão que vai a maio, esvoaça todas as tardes ao entrar do sol, sobre as árvores da praça da Alfândega. E nesse zigzaguear contínuo em adelos de boemias livres, mais livres que os pardais moradores do sítio, as andorinhas descrevem curvas, delicadas ondulações suavíssimas, tagarelam e chilram. Todo o espaço fica cheio de um rumor que só cessa quando a noite cai, quando os pardais espavoridos abandonam o pouso, cedendo o lugar da propriedade privada...

Não sei se os leitores observaram, mas o caso é interessante: desde que as andorinhas há duas semanas apareceram, procurando o pouso que os plátanos daquele logradouro oferecem, os pardais sentiram-se ameaçados na sua propriedade, nos seus direitos de velhos moradores do local; os seus domínios foram violentamente invadidos. Apesar de ser o bando tão grande como o das andorinhas, não tiveram aqueles forças para resistir à invasão. Houve mesmo proposta de parte dos últimos para se estabelecer uma frente única¹⁰⁶ em que andorinhas e pardais viveriam em comum no mesmo albergue noturno formado pela capa verde dos plátanos. A própria

¹⁰⁴ Remígio: voo dos pássaros.

¹⁰⁵ Alcandorado: elevado.

¹⁰⁶ Frente Única Gaúcha: união do Partido Republicano Rio-Grandense e do Partido Libertador, ocorrida em 1928, logo após a posse de Getúlio Vargas como presidente do estado. Posteriormente, integrou a Aliança Liberal.

Intendência concordaria com a fusão, podendo ambos os grupos adubar o redondo da praça, sujando à vontade os bancos que o circundam, que ela taparia os olhos como é dos seus hábitos, não só em se tratando de sujeira de passarinhos, como de outras de maior vulto que por pontos vários completam a obra do desasseio e de falta de higiene da capital.

Pois mesmo assim as andorinhas não quiseram saber de história. Não aceitaram a proposta. E indiferentes à sorte dos pardais, cuja debandada da praça da Alfândega é um fato, continuam elas a folgar indiferentes a todos e a tudo. Surtos de revoadas através do espaço azul; asas a bater em assomos para a imensidade; diálogos entrecortados de chilreios; redemoinhos ora lentos, ora bruscos; e, de vez, como setas negras, precipitam-se vertiginosas, para de novo elevarem-se em voo rápido e ainda mais uma vez baixarem, roçando as asas na galharia verde das árvores até que, dominada a situação com a fuga do último pardal espavorido que desaparece rumo à praça 15 de Novembro, o bando inteiro toma conta do sítio.

É um aspecto novo que a cidade nos oferece e que, com certeza, tem passado despercebido a muita gente.

Nota – um pomicultor – Com prazer publicaremos sua carta amanhã.

16 de maio de 1930

Chove.

E quando a chuva começa a cair, de verdade, insistente, ininterrupta, como agora, lembramo-nos logo dos arrabaldes de São João e Navegantes, lembramo-nos de todas as zonas baixas da cidade que sofrem as consequências do alagamento.

Aqueles dois bairros, porém, são as maiores vítimas da chuva. Em chegando o inverno, a sua população, contada por muitos milhares

de almas, fica em constante sobressalto. Como se não bastasse o precário estado sanitário daquela enorme baixada suburbana, causa de um sem número de enfermidades que atacam seus habitantes, têm estes ainda que lutar contra a frequente e alarmante invasão das águas. Dada a ausência de esgotos, a completa falta de drenamento dos terrenos, não há propriedade que resista às consequências de duas horas de chuva. Nesse curto espaço de tempo, a água terá formado o lodaçal das ruas, o pântano miasmático dos quintais e terrenos abandonados, pântano que assim permanecerá por semanas e meses, mesmo que a estiagem se prolongue, como verdadeiro foco de cultura microbiana. Deste modo, a população dos dois grandes bairros, constituída na sua maioria de operários, gente pobre que luta com toda a sorte de dificuldades, se vê a braços ainda com essa calamidade que se repete todos os anos, por culpa exclusiva da administração municipal, que não solucionou o problema, quiçá, o mais importante de quantos outros lhe cabe resolver em benefício público.

De nada tem valido a advertência da própria calamidade, que tão insistente se mostra aos habitantes daqueles dois bairros populosíssimos. São João e Navegantes continuam esquecidos, continuam à margem de qualquer atenção por parte de quem tinha o dever de cuidar de seu saneamento e zelar pela saúde e bem-estar de seus moradores.

Chove.

E quando a chuva cai insistente e forte, como agora, lembramo-nos também do Riacho, da situação em que ficam os que lhe moram à margem.

Esse arroio, que corta larga extensão da Cidade Baixa, que vai ao mesmo tempo marginando ruas inteiras daquela zona, é um vomitador de podridões. O forno do lixo, que lhe alimenta a voracidade miasmática com a abundância de detritos que diariamente

recolhe a cidade, é, sem dúvida, o maior colaborador daquele curso nauseabundo de pestilência.

Não há quem não reconheça a necessidade imediata de desviar o curso do Riacho, ou pelo menos de fazer-se a sua canalização subterrânea. Arroio de volume de água insignificante, fácil seria resolver o problema que diz diretamente da higiene e do saneamento de Porto Alegre. Entretanto, a administração local parece não dar a menor importância ao caso. Pelo contrário, com os detritos que o forno do lixo vai atirando diariamente no seu leito, a municipalidade contribui para agravar ainda mais a situação. Assim, com as primeiras chuvas fortes que caem, como no momento se verifica, aquele tênue fio de lodo, quase “cortado”, quase invisível em época de seca, no verão engrossa rapidamente e corre caudaloso em direção ao Guaíba, levando através do seu curso os sargaços e as podridões que recebe, não só do fundo dos quintais que atravessa, mas muito principalmente do hediondo próprio¹⁰⁷ municipal existente ao lado da Ponte da Azenha.

A chuva tem, para nós, essa estranha particularidade, a de pôr em foco os dois problemas máximos da capital, que ainda permanecem sem solução: o saneamento de São João e Navegantes e a canalização do Riacho.

20 de maio de 1930

Porto Alegre é hoje a segunda cidade do Brasil que se orgulha de um intenso intercâmbio aéreo. Superior à nossa leal e valorosa cidade, só a capital da República.

O tráfego permanente entre as primeiras metrópoles sul-americanas está diretamente ligado a Porto Alegre, como ponto intermediário dessas linhas de navegação. Isso sem falarmos na importante

¹⁰⁷ Próprio: nesse contexto, propriedade.

empresa Varig,¹⁰⁸ que, vai para quatro anos, aqui inaugurou um serviço de viagens aéreas permanentes para o Rio, Pelotas e Rio Grande.

Com esse intercâmbio, e mais os das duas empresas que fazem a travessia do Chile ao Rio de Janeiro e de Buenos Aires e Nova York, Porto Alegre ficou com movimento diário de saída e chegada de aviões. Nada mais natural, hoje, do que sairmos pela manhã da nossa capital para chegarmos à tarde no Rio, ou vice-versa, o mesmo se verificando em relação a Montevideú e Buenos Aires, que, distanciadas de nós por tantas horas, estão ligadas à capital gaúcha.

Os aviões que ora percorrem o espaço, delimitando as distâncias, prestaram inestimável serviço a Porto Alegre, pondo a cidade em contato com os centros mais civilizados desta parte do continente. Esse intercâmbio não se restringe ao transporte de passageiros; maior e mais importante o é no que diz respeito ao serviço de informações e condução de correspondência postal. No mesmo dia temos aqui os jornais de São Paulo e do Rio, de Buenos Aires e de Montevideú! É sem dúvida um enorme avanço no tempo e no espaço. É verdade que tudo isso tem custado um não pequeno número de vidas; mas a civilização, para cimentar as suas conquistas, não prescinde do sacrifício humano, que é, na realidade, o que mais valoriza o triunfo, o que torna mais bela e cobiçada a glória.

O que convém realçar nesta crônica breve é o fato de estar agora a nossa capital em frequente convívio com o mundo. Num espaço de tempo relativamente curto, ela fez camaradagem com os aviões, tornou-se tão íntima da navegação aérea que muita gente daqui dá-se hoje ao luxo de almoçar no Rio, misturar-se à multidão da

¹⁰⁸ Varig (Viação Aérea Rio-Grandense): companhia aérea fundada em 1927, em Porto Alegre, pelo piloto alemão Otto Ernst Meyer, juntamente com outros empreendedores de origem germânica do estado, inclusive o futuro intendente municipal Alberto Bins. In: GASTAL, Susana de Araújo. Correo Aéreo e aviação civil: os primeiros passos da Varig. *Turismo e Sociedade*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 185-211, 2009.

Calle Corrientes¹⁰⁹ e dar uma vista de olhos nos parques e cassinos balneários de Montevideú – tudo isso no espaço de dois dias.

É prodigioso, não há dúvida.

Ainda ontem encontramos um amigo que, ao oferecer-nos o seu afetuoso abraço, saiu-se com esta história complicadíssima.

– Sabes, ainda ontem no Glória Hotel, no Rio, falei muito a teu respeito. Por acaso, encontrei-me esta manhã, em São Paulo, com o Leopoldo de Freitas.¹¹⁰ Manda-te várias encomendas, que por sinal deixei-as na valise. Não te preocupas com isso. Vou agora a Buenos Aires, voltando sem falta dentro de dois dias. Depois de amanhã, ao meio dia, no Restaurante Americano! Almoçaremos juntos. Até a volta.

Sim senhor, Porto Alegre faz prodígios. Todo mundo voa!

22 de maio de 1930

Sempre tivemos (e esta declaração vai a título de introito) uma certa prevenção contra os norte-americanos. De resto, não há povo, na América do Sul, principalmente, que não guarde no fundo a mesma prevenção, oriunda de causas perfeitamente justificáveis. Aquele ar de superioridade com que eles nos olham, a displicência, senão indiferença absoluta com que costumam nos falar, sem nos dar a menor importância, convencidos naturalmente de que são o primeiro povo do mundo – tudo isso tem contribuído para o nosso ressentimento, que, no fundo, outra coisa não é senão uma pontinha de despeito por quem nos olha com tamanha superioridade.

É provável que essa coisa toda seja muito natural, seja inerente mesmo ao feitio do povo americano. Nem por isso o fato deixa de nos causar uma certa irritação, mormente a frieza com que nos acolhem, mostrando-nos sempre a mesma superioridade imperturbável.

¹⁰⁹ Calle Corrientes, atual avenida Corrientes: centro cultural e boêmio de Buenos Aires.

¹¹⁰ Leopoldo de Freitas Cruz (1865-1940): jornalista e diplomata nascido em Porto Alegre.

Pois não é que os americanos que hoje, em Porto Alegre, superintendem os serviços da Energia Elétrica e Companhia Carris estão desmentindo aquele conceito?

Ora se estão... Bem direitinho.

Ao entrar no imponente e alteroso edifício, à rua dos Andradas, ocupado pela direção daquelas duas empresas, a gente não sabe como retribuir tantas amabilidades e gentilezas. É uma reclamação? Pronto! São tomadas providências imediatas por parte de quem a recebe, muito embora o cliente espere dois ou três dias em casa o empregado que deverá solucionar o caso.

É uma queixa contra o contador que está marcando demais? Perfeitamente! "Já vamos tomar providências examinando o fenômeno". É ainda contra a irregularidade dos bondes de certa linha? Não há dúvida! Até amanhã o tráfego estará regularizado.

E assim todas as queixas e reclamações são sempre bem recebidas por parte da atual empresa que dirige o serviço de luz e bondes da capital. O público poderá marchar em maiores despesas, lá isto não há dúvida; mas não deixa de ser bem atendido ao fazer as suas justas reclamações.

A atual direção das duas companhias faz questão de que todos os que se dirigem aos seus escritórios sejam tratados com absoluta urbanidade, com a máxima distinção e gentileza – ao se chegar na hora do cafezinho, ainda toma uma xícara da deliciosa rubiácea¹¹¹ paulista...

Como mudam os tempos! Quando se verificou alguma vez tal amabilidade para com o público, no tempo em que a Energia era a Fiat Lux, e a Carris era a Força e Luz?

Jamais!

E não é só isso: a direção local que superintende as duas empresas faz questão de se entrelaçar no nosso meio social, tomando

¹¹¹ Rubiácea: termo utilizado para se referir ao café, a partir da família de plantas a que pertence (*Rubiaceae*).

parte os seus representantes mais graduados em todas as nossas reuniões mundanas, participando, enfim, a Companhia de todas as festas e os acontecimentos da cidade, oferecendo, ela própria, encontros sociais de alta distinção, como o que está projetando em homenagem à representante gaúcha no torneio internacional de beleza a se realizar, em breve, no Rio de Janeiro.

– Sempre excêntricos os americanos – dirão.

Não! Inteligentes e práticos, simplesmente.

Qual a empresa ou companhia nacional que faz o que eles fazem?

Nenhuma.

1º de junho de 1930

A Praia de Belas começa, verdadeiramente, ali, daquele desagradável edifício chamado Gasômetro. Gasômetro é um nauseabundo ponto de referência dos bondes que trafegam pelo lado oposto da cidade, isto é, pelos elétricos que cortam uma parte da rua General Pantaleão Telles.

Pois é aí que começa o tradicional logradouro público da capital, que tem o poético nome de Praia de Belas. Por enquanto, só o enorme é poético. Malgrado ter-se diante dos olhos a baía luminosa do Guaíba, cortada a cada momento por embarcações de todo o tamanho; malgrado o incomparável panorama pontilhado de branco, lá longe, pelo casario da vila de Pedras Brancas, como que a surgir banhado de luz, do fundo líquido do rio; malgrado todos os recortes de paisagem, toda a maravilhosa visão que dali descortinamos, Praia de Belas é um local muito pouco recomendável aos espíritos de inspiração dificultosa e dura como a nossa (salvo seja) e até mesmo para os que têm facilidade de arrancar coisas bonitas da cabeça.

Dizíamos ser aquele um logradouro pouco recomendável, porque não se pode fazer ideia do que seja o seu abandono, o seu estado de sujeira e de imundície. Desde um bom trecho antes da estação do

Riacho¹¹² até lá pelas proximidades do Asilo Padre Cacique, a impressão é sempre a mesma, devido ao desasseio em que Praia de Belas permanece. Se o leito da rua conserva-se mais ou menos cuidado, o mesmo não se pode dizer em relação à sua margem beira-rio, ponto de despejos públicos onde são jogados detritos de toda espécie. Cada moita de árvore, cada reboleira de sarandi que, de espaço em espaço, vai debruando de verdade a longa artéria ribeirinha, é um depósito de esterqueira, uma horrível sentina pública.

Essa tem sido sempre a situação de Praia de Belas: um verdadeiro contraste com a delicadeza poética do seu nome.

Já agora nos lembramos de outra coisa. Há um projeto municipal, segundo o qual a Praia de Belas deverá ser transformada numa longa e admirável avenida beira-rio, cimentada, ajardinada, arborizada, iluminada, transformando-se o local em o nosso mais belo passeio metropolitano, ponto natural de atração dos forasteiros e turistas que nos visitarem.

É um projeto, está visto, projeto que já tem largos anos de existência e que continuará como projeto por muito tempo ainda.

A municipalidade, porém, não se mostra indiferente à execução de tão grandiosa obra, tanto assim que já está sendo aterrado o trecho compreendido entre o Gasômetro e a estação do Riacho, estando, portanto, preparadas, com a largura necessária, várias quadras do leito da futura avenida.

A Intendência que construa só esse trecho, e com isso terá prestado ótima contribuição ao aformoseamento de Porto Alegre. Outra administração futura concluirá a referida obra, aliás, de capital importância para a estética da cidade.

¹¹² Estação do Riacho: estação ferroviária de onde partia o chamado Trenzinho da Tristeza.

7 de junho de 1930

Os últimos bondes adquiridos dos Estados Unidos pela Companhia Carris e aqui pintados e reformados (pois os mesmos já estavam fora de uso quando foram importados) têm sido causa de um não pequeno número de acidentes e de alguns desastres de consequências fatais, quase sempre para o transeunte incauto.

É com certa frequência que esses fatos se vêm verificando, motivo por que não será demais chamarmos a atenção do fiscal da municipalidade junto àquela empresa, lembrando-lhe a necessidade de ser procedida uma vistoria nos referidos elétricos, pois muitos dos mesmos estão em mau estado de funcionamento, constituindo, portanto, um verdadeiro perigo o seu tráfego.

A Companhia Carris, que aumentou sensivelmente o número de elétricos que servem às diversas linhas da capital, tem por obrigação melhorar também as condições desses carros, como o fez nas linhas Independência e Floresta, dotando-as de bondes novos e confortáveis como são os que o vulgo batizou pelo nome de “febre-amarela”.

A última partida de carros usados, importados da América do Norte, não está absolutamente em condições, sendo que alguns desses elétricos constituem mesmo um verdadeiro perigo para o tráfego, como por várias vezes já tivemos ocasião de verificar.

* * *

Ea todas essas, onde estão os bondes de 200 réis, para os operários?

A existência desses carros é como a história do “homem que ninguém nunca viu”...

Se existem dois ou três em tráfego, é o máximo, sendo que, para certas linhas, mesmo nas que existem fábricas, nenhum há para remédio.

Aí está um caso para o qual cabe chamar a atenção do engenheiro fiscal da municipalidade, pois a ausência de bondes para os operários constitui certamente uma violação do contrato, a não ser que tal cláusula tenha sido alterada logo que a Carris passou a ser controlada pela C.B.F.E.

* * *

E o abrigo¹¹³ para passageiros na praça 15 de Novembro?

Desde que a C. C. fez daquele local o ponto inicial dos bondes que trafegam para várias linhas da cidade, era para a mesma ter feito também um refúgio onde as pessoas que são forçadas a tomar bondes ali possam ficar ao abrigo da intempérie.

Entretanto, já vai para dois anos que foi feita tal mudança de tráfego sem que a Companhia Carris construísse, num gesto de consideração para com os seus passageiros, o refúgio há tanto tempo reclamado.

Vamos, assim, entrar na estação invernosa sem que aquela empresa resolvesse fazer o referido abrigo.

Que diabo, o precinho da passagem – 300 réis, por cabeça – parece que dá perfeitamente para se fazer aquela pequena obra, sem grande abalo aos lucros da Companhia.

5 de agosto de 1930

Caminho Novo...

Só de pensar no nome dessa via pública, já um homem sente um calafrio percorrer-lhe o corpo todo... É tal a sua falta de limpeza, é tão lamentável o estado de conservação do seu calçamento, a partir da rua Barros Cassal, que, para a gente se dispor a ir até o fim daquela

¹¹³ Essa ideia foi defendida pela primeira vez na crônica de 5 de agosto de 1928.

rua, precisa revestir-se de grande coragem. Se o paciente toma um ônibus, tem que se sujeitar a viajar aos trambolhões, dando de vez em quando com a cabeça na tolda do carro, tais os solavancos provocados pelos buracos em toda a extensão da rua. De tantos buracos que são, já o vulgo diz que o Caminho Novo é um buraco só...

Se o paciente, em vez de auto-ônibus, tomar um bonde na doce ilusão de que este veículo deslizará sobre os trilhos sem maiores incômodos, então o sacrifício será dobrado. Como todo mundo sabe, os ônibus de Porto Alegre andam sempre à disparada na frente dos bondes, para tirar-lhes os passageiros e, com isto, levantam uma densa nuvem de pó que a tudo invade, sufocando os passageiros e os transeuntes de tão malfadada rua. O bonde, por sua vez, em lugar de deslizar sobre os trilhos, vai como um pequeno barco navegando sobre um mar encapelado... A cada junta de trilhos, a cada doze metros, um solavanco mais forte. Depois de percorridos os três quilômetros de tão atormentada viagem, o passageiro desce do bonde todo trôpego, com as mãos sobre os rins, dando graças a Deus por ter terminado tão prolongado martírio.

E o pior de tudo isto é que não há esperanças de tão cedo ser modificada tal situação: a Carris espera que a municipalidade reforme o calçamento para, na mesma ocasião, substituir os seus trilhos. A municipalidade espera que a Viação Férrea retire a sua linha daquela rua para, então, fazer aquele melhoramento. A Viação por sua vez, espera que o estado construa o cais para mudar seus trilhos. E, assim, com esse jogo de empurra, passam-se os meses, passam-se os anos e o Caminho Novo continua sendo a pior rua da capital, não obstante ser a que mais contribui com impostos.

Reconhecemos que a Viação Férrea não pode retirar os seus trilhos enquanto não for construído o cais, mas como este ainda levará muitos anos até que fique pronto, achamos que não se poderá protelar até lá a reforma do calçamento e da linha dos elétricos.

Esse serviço pode perfeitamente ser executado, sem inconveniente algum em toda a extensão do lado direito da rua, até o trilho externo da segunda linha de bondes.

Desta forma, teremos três quartas partes da rua com bom calçamento, ficando apenas a parte da Viação Férrea (que, aliás, é só por ela trafegada), para quando for possível executá-lo.

Como se vê, se houver boa vontade por parte da municipalidade e da Companhia Carris, fácil será remediar o mal que a todos causa o estado de abandono em que se encontra a rua Voluntários da Pátria. Caso contrário, é prolongar um suplício que há tantos anos vem sofrendo os que a pé, de ônibus, ou de bonde são obrigados a transitar por aquela artéria da capital.

19 de agosto de 1930

Os relógios que funcionam nas várias dependências da Administração dos Correios parece que estão em completo desacordo quanto à regularidade das horas.

Certa pessoa que, sábado pela manhã, teve necessidade de ir a um dos guichês daquela repartição não foi atendida pelo respectivo funcionário sob a alegação de que "ainda não estava na hora, pois só seria aberto às 9 horas". O interessado consultou então o seu cronômetro, perfeitamente regulado pela hora oficial. Eram 9:10. Naturalmente, o da repartição é que estava atrasado. Entretanto, não havia outro remédio senão esperar. E enquanto o guichê não se abria, a pessoa a que aludimos passou em revista, por mera curiosidade, às demais pêndulas da repartição. Assim é que, sendo no seu relógio 9:10, o do exterior do edifício marcava 10:45, o da seção da Posta Restante, 2:10, e o da seção dos Registrados Simples 11:35, o da seção de Registrados estava com valor 12:30, e finalmente, o do *colis-posteaux* 6:25. Tudo isso numa mesma repartição, a qual não só no interesse das partes, mas, principalmente, no interesse pela boa marcha do serviço, devia ser a primeira a manter rigorosa uniformidade nos seus relógios. Assim infelizmente não acontece, e talvez a Administração dos Correios não constitua uma exceção. Outros muito devem sofrer igualmente o

mesmo mal: a anarquia desorientadora das horas em consequência da irregularidade dos relógios.

Em Porto Alegre o caso já é crônico. Não há possibilidade de termos hora certa nos relógios públicos, pelos quais a maioria do público costuma orientar-se.

Quem consultar os relógios do Telégrafo, da Intendência Municipal, do Banco do Brasil, da Escola de Engenharia e o da estação da Companhia Carris, na avenida Redenção, verificará que nenhum deles obedece à uniformização das horas. Na marcação do tempo estão todos entre si desencontrados, alguns mesmo com diferenças não de minutos, mas de horas.

Se alguém se abalançasse a julgar a nossa pontualidade – a pontualidade do porto-alegrense – pelos relógios públicos, estamos bem arranjados.

Entretanto, há um meio muito simples para corrigir tudo isso: é acertarmos os relógios pelos da Escola de Engenharia e Casa Masson, a nosso ver, os únicos por enquanto merecedores de fé.

Aqueles que se guiarem por outros acabarão por andar sempre adiantados, o que não é nada agradável, ou então, por andarem sempre atrasados – o que é desagradabilíssimo.

26 de agosto de 1930

Se é para o bem do público e a melhora do tráfego urbano, aceitamos, com prazer, o privilégio...

Como o leitor já deve estar inteirado pelas notícias divulgadas pela imprensa, a Companhia Carris acaba de adquirir todos os auto-ônibus das empresas particulares que fazem o serviço de transporte de passageiros nas diversas linhas da capital.

Antes de mais nada, uma breve divagação em torno do assunto. Os auto-ônibus que aí estão em atividade, em número aproximado de 200, surgiram em Porto Alegre quando o serviço de bondes se tornara por demais irregular, por demais precário, impotente mesmo para atender o considerável número daqueles que, morando fora do centro, dependem unicamente desse meio de transporte. Realmente, o número diminuto de carros então em tráfego dava lugar a que os elétricos andassem sempre com excesso de lotação, viajando os passageiros,

inclusive senhoras e crianças, impresados como sardinha em lata. Era, em verdade, simplesmente deplorável esse serviço de transporte.

Foi então que os auto-ônibus começaram a surgir. Vinham mesmo a propósito, vinham prestar, como prestaram, inestimável serviço à população de Porto Alegre. Graças ao novo meio de transporte, o tráfego tornou-se mais aliviado, e o escoamento de passageiros tornou-se menos irregular. Entretanto, de 1925 para cá – quando surgiram os primeiros auto-ônibus – a cidade cresceu, desenvolveu-se rapidamente, com irrequietas atitudes de metrópole vertiginosa. Os auto-ônibus, porém, permaneceram os mesmos velhos alquebrados, antiestéticos, já agora sem o menor conforto para o público. Diante dos elegantes e confortáveis ônibus que a Carris também meteu em tráfego em algumas linhas dos arrabaldes, os outros carros ficam em humilde situação de calhambeques vagabundos.

Mas prestaram o seu bom serviço; foram grandemente úteis à população. Sobre isso não há duas opiniões em contrário. Entretanto, se fez mister acompanhar a onda civilizadora do progresso da capital. De uma a outra os velhos ônibus estão distanciados. A maioria dos proprietários que os exploram não está em condições de atender as exigências da municipalidade e do público, substituindo-os por outros carros fechados, elegantes e modernos como quer também, por sua vez, a estética.

Só uma empresa como a Carris poderá realizar essa obra de transformação. Por isso, ela negociou a aquisição de todos. Por isso e muito principalmente por que arreda do tráfego uma concorrência formidável, que representa 180 carros. E fica sozinha a Carris, de dona da praça, com o compromisso, porém, de estender suas linhas de bondes, de aumentar o número de carros sem aumentar o preço das passagens.

Se assim for, se a promessa for realmente cumprida, o privilégio de fato não trará mal algum à nossa população.

É o que sinceramente desejamos.

28 de agosto de 1930

A Companhia Carris vai pôr em execução uma cláusula do seu contrato que, embora parecendo justa, vai tornar ainda mais enleado o moroso tráfego de bondes. A partir de 1º de setembro próximo, os condutores de elétricos passarão a exigir a apresentação de uma caderneta escolar por ocasião da entrega das passagens dos colegiais que dependem desse meio de transporte, os quais, como se sabe, gozam de 50% de abatimento, conforme o contrato firmado com a municipalidade.

Se um tanto moroso já é o serviço sem essa formalidade – moroso devido ao fato de terem os motorneiros que receber as passagens e ao mesmo tempo fazer trocos à maioria dos que viajam nos carros fechados – se por tal razão o tráfego se torna um tanto lerdo, sê-lo-á muito mais quando for posta em vigor aquela exigência. Sobre isso não haverá a menor dúvida. Basta saber que os colegiais tomam os seus bondes entre 11h30min e 12h, quando mais intenso é o movimento de passageiros para todas as linhas da Carris. Na única porta de entrada amontoam-se os passageiros para depositar a sua passagem à boca do cofre, ao mesmo tempo em que os outros procuram adquiri-la do motorneiro. Enquanto isso, os alunos dos colégios, que também se agrupam à porta de entrada irão, de um a um, exibindo as cadernetas ao motorneiro, para que este, examinando-as, se certifique da autenticidade ou não dos passageiros.

Ora, tal complicação só irá acarretar dificuldades ao tráfego, principalmente aos que dependem de horário, que, além de tudo, devido ao número ainda insuficiente de carros em tráfego, e dado o intenso movimento de passageiros em certas horas do dia, são forçados a viajar mal acomodados, pelos corredores dos bondes fechados.

Junte-se isso às consequências que a nova medida da Carris acarretará e teremos uma situação muito pouco agradável para os que dependem desse meio de transporte.

* * *

Ainda a Carris.

Pra mal dos pecados, continua a falta de abrigo no ponto de tomada de bondes, à praça 15 de Novembro. Os passageiros que ali esperam aquele meio de transporte ficam expostos à intempérie.¹¹⁴

Até agora, nenhuma providência tomou a respeito a Companhia. Por mais que se tenha reclamado, por mais flagrante que se torne aquela falta, a empresa dos elétricos continua moita, indiferente aos reclamos do público.

Entretanto, não é demais insistirmos no assunto. Se desagradável é a situação dos passageiros que ali ficam expostos ao frio e às chuvas, não o será menos no verão, no período dos soalheiros senegalescos.

Já que a Companhia não tem a menor consideração para com o público, que ao menos a Intendência faça alguma coisa em favor do mesmo.

¹¹⁴ No relatório anual de 1929, o intendente Alberto Bins havia já anunciado a intenção da Companhia Carris de construir o abrigo do ponto de parada de bondes da praça 15 de Novembro, o que se deu apenas no início da década seguinte. Em 1935, o abrigo foi prolongado, em função do novo traçado das linhas.

5 de setembro de 1930

Terceto de reclamações.

Primeira.

Rua da República. Rua movimentada, com belas vivendas, elegantes vilinos, etc., tudo que empresta a uma rua o aspecto civilizado dos grandes centros que progridem.

Mas, por atavismo do nome, não lhe faltam motivos para queixas nem lhe faltam males a reclamar.

E, com esperança de que não estejamos aqui a falar para as pedras, para aqui transportamos uma das tantas reclamações que os moradores daquela rua nos enviaram.

É o caso que existe, entre dois elegantes e modernos bangalôs, um terreno baldio, sem muro ou grade, e no qual, para mal dos pecados, existe uma lagoa onde a garotada passa o dia, de caniço em punho, a pescar... batráquios!

A rua da República fica quase no centro da cidade e não se pode, por isso, compreender que aí existam terrenos sem o competente muro, cuja falta vem destoar flagrantemente da graça risonha de suas novas construções, fidalgamente alinhadas como a demarcar uma etapa avançada do progresso citadino.

Segunda.

Todas as ruas. Todas as ruas da cidade. Todas essas artérias por onde corre a seiva vitalizante da *urbs* que se dinamiza em movimento e vida.

Antigamente, o pó era apanágio das cidades sem calçamento. Das vilzinhas do interior onde não havia colarinho que resistisse à impregnação do pó nem chapéu novo que não mudasse de cor no próprio dia da estreia burguesamente domingueira.

Porto Alegre se jacta de ser bem calçada. Paralelepípedos e faixas de cimento lhe assoalham as ruas, dando-lhe uma aparência

de higiene e limpeza. Mas, quando sopra um ventinho qualquer, o pó se ergue. Revoa a ciranda pelos ares, cegando os olhos incautos e incomodando a todo mundo.

Lavam-se de vez em quando as ruas da cidade, mas o pó, no dia imediato, reaparece triunfante e impertinentemente...

Também, não é em vão que se remove, mil vezes por dia, o nosso calçamento, os passeios etc.

Terceira.

Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul, o que é bom esclarecer para o leitor longínquo não pensar que se trata de alguma vilazinha da Papuásia.¹¹⁵

Porto Alegre que pensa que tem polícia e outras instituições igualmente proveitosas. Onde as leis se agrupam e brigam entre si. Onde há regulamentos para tudo. Onde há uma série interminável de atos e decretos municipais que pretendem regularizar o curso de sua vida dentro das normas recomendáveis.

Porto Alegre não possui, para defesa de seus habitantes e para a defesa dos que a ela aportam, uma tabela de preços para os autos... E os choferes vão sugando a freguesia a seu bel prazer, cobrando segundo a "cara" do indígena que lhe cai no carro...

Uma corrida de meia quadra... 15\$000... de dez quadras... nem é bom falar... E isso não está, positivamente, não está certo...

Com vistas a quem de direito...

¹¹⁵ Papuásia: ilha da Melanésia, à época administrada pela Austrália e pela Holanda, atualmente correspondente ao território da Papua Nova-Guiné e a parte do território da Indonésia.

23 de setembro de 1930

Quem percorre essa movimentada zona da capital existente aos fundos do Mercado Público, na parte compreendida entre aquele próprio municipal e os novos tipos de armazéns do cais do porto, já construídos além da doca, não deixará de observar o estado de completo desasseio em que se encontra o referido local.

É de lamentar que isso se verifique. É de lamentar, tanto mais em se tratando de uma zona nova da cidade, e que por isso mesmo, se outros motivos não prevalecessem no caso, devia estar bem cuidada e bem limpa. Acontece, porém, exatamente o contrário. A sujeira e as imundícies açambarcaram por completo aquela vasta área de terra firme já arruada, calçada e edificada, e que o homem com tanto esforço conquistou do nosso “sereno e frondoso Guaíba”, segundo uma frase que fez época...

No ponto, então, que foi determinado para estacionamento dos ônibus das linhas de São João e Navegantes, a esterqueira reclama não apenas a vassoura municipal, mas todos os caminhões e carroças do Asseio Público. Por sua vez, num terreno baldio ao lado do armazém da nova doca, o lixo e as podridões se vão acumulando de tal maneira que, ao aproximar-se alguém do local, sente imediatamente o cheiro nauseabundo que dali exala. Menos desagradável não é o estado do outro terreno abandonado existente entre o Mercado e os fundos da estação Ildefonso Pinto. São, enfim, aspectos verdadeiramente deploráveis que a *urbs* apresenta, oferecendo-se não só aos nossos olhos como aos do forasteiro observador. E não é só ali que se constata tão condenável desleixo. São por pontos vários da capital, principalmente nos logradouros públicos, nos pontos que mais atraem a presença do visitante, qualquer que seja ele. Agora mesmo, quem se der ao trabalho de percorrer o Caminho Novo até as proximidades da rua Moura de Azevedo verificará, na parte beirarrio da grande artéria, as carroçadas de lixo que ali são diariamente

despejadas, lixo constituído de pedaços de folhas e latas velhas, detritos de toda espécie, com o que, parece, pretende-se atulhar o Guaíba. Se tudo isso desaparecesse não seria nada. Mas ali fica indefinidamente revolvido pela garotada e pelos indigentes.

E os passageiros de todos os trens da Viação Férrea que demandam a capital do estado recebem, de entrada, essa impressão hedionda: o monturo, a imundície inominável que a beira da rua deixa ver em mais de um quilômetro de extensão!

E a Higiene, que parece tão preocupada com cousas de asseios, ainda não observou o horror que a edilidade tem da limpeza...

24 de setembro de 1930

Não é a primeira vez que nos chegam queixas e reclamações contra o serviço de bondes na linha do Partenon. Essas reclamações não são tanto quanto ao tráfego dos mesmos, mas sobre a maneira que o serviço é conduzido.

A propósito, J. P., morador na referida linha, escreve-nos dizendo que, no dia 21 do corrente, exatamente às 16h15min, devia partir do fim da linha de Partenon para a cidade o bonde n. 58, tendo como condutor o de chapa n. 30. Esse funcionário, com o maior descaso pelos passageiros, estava comendo laranjas num dos estribos do bonde, impedindo a entrada dos passageiros, obrigando-os a darem a volta pela outra porta do veículo.

Depois, com as mãos sujas de caldo iniciou a cobrança de passagens, fornecendo o troco umedecido de suco de laranja aos passageiros.

Não obstante esses fatos de descaso e desrespeito, o troco de cada passageiro que a ele tinha direito lhe era fornecido não em moeda, mas sim em fichas que a Companhia vende para facilitar as passagens. Quem, porém, exigisse o troco em dinheiro, perdia o seu tempo, pois não seria atendido.

Ao registrarmos o fato tal qual nos é relatado em carta, sem prevenção ou má vontade contra quem quer que seja, desejamos apenas lembrar à direção da Companhia Carris a necessidade que há em intensificar o espírito de urbanidade e fiel cumprimento do dever entre os seus funcionários, principalmente entre aqueles que, por força da profissão que abraçaram, estão em direto contato com o público que merece ser cortesmente tratado. Claro está que nem todos os condutores e motorneiros incidem em censura. Muito pelo contrário, a classe em sua quase totalidade é constituída de pessoal respeitoso e digno – digno não só do apreço do público, como dos seus próprios superiores.

Mas não faltam nunca entre a grande maioria alguns que destoam das boas normas da civilidade. Sem demiti-los, sem usar da menor violência, a Companhia Carris deverá tomar a si a tarefa de lhes fazer compreender as inconveniências de certos gestos e atitudes que não raro traduzem falta de educação para com o público de quem diretamente dependem.

A escola de urbanidade e civilidade criada pela nossa empresa de bondes, especialmente para os que necessitam do hábito das boas maneiras, muito poderá fazer nesse sentido.

Com arte e jeito tudo se consegue.

1º de novembro de 1930

Se não se tratar de um simples entusiasmo de sobremesa, em que não raro os líquidos capitosos nos levam à fantasia, e ao sonho, vai em breve a Companhia Carris estudar – estudar, entende-se bem – as possibilidades de estabelecer o tráfego permanente de bondes durante a noite.

A intensidade da nossa população e o grande movimento noturno de Porto Alegre prescindem de bom grado de qualquer estudo a respeito, pela certeza que têm de que muito lucraria a empresa se

tal medida fosse deveras adotada. Já há muito que a nossa capital reclama o tráfego permanente de bondes durante a noite, mesmo com horário mais espaçado. O serviço que temos, que só vai até zero hora, já não satisfaz como é dever as necessidades do público, muito principalmente dos que residem em zonas mais afastadas do centro.

Depois daquela hora, quando também cessa o serviço de auto-ônibus, as pessoas que tiverem necessidade de vir ao centro da capital, ou que do centro desejarem demandar os arrabaldes, não terão outro remédio senão servir-se dos autos de praça, o que é deveras agradável e mais rápido, mas cuja corrida varia entre 5\$000 e 10\$000, conforme a distância.

Claro está que nem todos podem depender desse serviço. Só o bonde permanente resolverá o problema.

Por várias vezes aqui nesta seção, interpretando as aspirações unânimes do público, fizemos sentir à Companhia Carris a necessidade de atender nesse particular os justos reclamos da população, prestando-lhe um inestimável serviço. Esse não será de menor valia para os próprios interesses da empresa, que terá inegavelmente as suas rendas aumentadas. Uma capital como a nossa, que já conta com cerca de 300 mil habitantes, além de possuir uma área populosa bastante espaiada, não dispensa de modo algum o tráfego noturno. Isso de bondes até meia-noite estava muito bem para a Porto Alegre de vinte anos atrás. A delimitação hoje desse mesmo horário é um “passadismo”¹¹⁶ contra o qual reclama a intensidade da nossa vida. Como é isso então? Temos novas artérias, grandes e amplas avenidas; temos iluminação farta que se vai estendendo pouco a pouco por toda a parte, por todos os prolongamentos da *urbs*; temos os grandes e alterosos edifícios, temos o cimento armado, a poderosa C.B.F.E.; temos até os poetas “modernistas”, indispensáveis às necessidades da hora que passa – e, por ironia,

¹¹⁶ Passadismo: termo utilizado por Roque Callage para contrapor-se ao “futurismo”, termo que à época designava genericamente as correntes artísticas da vanguarda modernista. O “passadismo” designa também posicionamentos tradicionalistas, nostálgicos ou conservadores em assuntos econômicos, sociais e políticos.

o bondezinho da meia-noite – último bonde – fazendo *pendant*¹⁷ ao trezininho do Riacho!...

Não! Isso não está certo.

Que medite sobre o caso a Companhia Carris e nos diga, com franqueza, se não temos razão.

2 de novembro de 1930

A Companhia Carris resolveu nos pregar uma peça: exatamente no dia em que duvidávamos de suas boas intenções no sentido de se estabelecer o tráfego de bondes permanente durante a noite, nessa mesma ocasião determinava ela a inauguração do dito serviço depois da meia-noite.

Está, pois, de parabéns a população de Porto Alegre ao ver realizada a sua velha aspiração, a qual tantas vezes tivemos oportunidade de defender, pois não era justo que, crescendo vertiginosamente a cidade, continuássemos na falta daquele meio de transporte durante grande parte da noite.

É de lamentar, entretanto, que o horário estabelecido pela Carris não corresponda às necessidades do público, por ser demasiadamente espaçado. Basta dizer que os bondes que deverão correr do centro da cidade para o fim das linhas, entre 1:20 e 1:31 da madrugada, só lá por entre 3:45 e 4 horas farão de novo o mesmo percurso, havendo, pois, de permeio, mais de duas horas de paralisação completa do tráfego, quando a empresa podia perfeitamente o fazer de hora em hora.

Isso seria o mais razoável e o que toda a população de bom grado aceitaria.

Enfim... podia ser pior.

* * *

¹⁷ Fazer *pendant*: fazer dupla.

Já que estamos a louvar (com restrições, já se vê) as boas intenções da Companhia Carris, não seria demais repisarmos pela décima quinta vez a necessidade de ser um pouco mais amável com a sua clientela, que é toda a população porto-alegrense, fazendo construir o abrigo no ponto de embarque de passageiros à praça 15 de Novembro. Esse refúgio é tão necessário no inverno quanto é no verão. Se é uma calamidade para os passageiros que ali sofrem o rigor do frio e das chuvas da invernia, ela não é menor em relação ao verão, quando Porto Alegre vira uma fornalha, quando a soalheira bravia tritura e calcina senegalescamente os que se aventuram ao mormaço das ruas.

Em tais ocasiões, operar o bonde naquele local não deve ser nada agradável.

A empresa dos elétricos sabe perfeitamente do quanto é necessário um abrigo na praça 15, no ponto onde os bondes fazem parada, fronteiros ao edifício Malakoff. Até agora, porém, não foi tomada a menor providência a respeito, o que equivale a uma verdadeira desconsideração para com o público, principalmente para com as senhoras, as crianças e os colegiais que são obrigados a tomar bondes naquele ponto.

Oxalá a Carris desfaça a má impressão que a todos nós causa tamanha negligência, mandando construir o quanto antes o indispensável refúgio.

7. O BRASIL HÁ MUITO QUE ANDA DE PERNAS PARA O AR: O DEBATE POLÍTICO NO COTIDIANO DE PORTO ALEGRE

Em sua coluna de assuntos urbanos, Roque Callage demonstrava constante inquietação acerca dos rumos da política brasileira. O tema infiltrava-se com frequência no comentário cotidiano, a partir da dramatização do debate público no espaço da coluna, da observação das condutas dos agentes governamentais e dos cidadãos comuns e do comentário sobre os casos eleitorais e partidários em pauta. A inserção do noticiário político no espaço de *A Cidade* exige do cronista uma adequação de linguagem, uma vez que o tema se desviava do propósito original da coluna: Callage converte os debates políticos em “diálogos” ouvidos pelas ruas e pelos cafés de Porto Alegre, que, segundo ele, eram transcritos, fielmente ou “em espírito”, para o texto de jornal. O procedimento passa a ser utilizado com uma constância cada vez maior ao longo dos anos, culminando nos eventos da Revolução de 30, e contribui para que seu discurso de cronista adquira um tom aparentemente impessoal e difuso, o que dissolve seu partidarismo ao veicular a ideia de que tais debates e posições eram generalizados entre a população. A discussão política torna-se um tema porto-alegrense à medida que é transportada para o cotidiano das relações interpessoais, dos cruzamentos de vozes e de trajetórias convergentes, em um discurso em prol do engajamento nos assuntos de interesse comum e do comprometimento dos cidadãos com as questões políticas.

Na observação do cotidiano do período anterior às movimentações que culminam na Revolução de 1930, a celebração das efemérides patrióticas era ocasião privilegiada para a expressão das posições políticas do cronista, sendo frequentemente observada a indiferença do homem comum em relação ao exercício do voto e à participação em festividades que, supostamente, deveriam canalizar a identificação do povo com o regime. Nesse caso, poucas são as exceções registradas pela coluna: as festas do aniversário da República e da posse do novo presidente, Washington Luís, em 16 de novembro de 1926, e as celebrações da Abolição da Escravatura, no ano seguinte. Entretanto, na interpretação do cronista, que não abandona o idealismo republicano, a desconfiança popular que se observava na maior parte dos casos não representava uma recusa do regime político em si, e sim a condenação dos rumos que este havia tomado na história brasileira, já que a ausência de comunicação do governo com o povo acabava, na visão do cronista, por negar sua legitimidade.

Em tal contexto, o geral desinteresse pelas demonstrações patrióticas somava-se, na observação de Callage, ao descumprimento da ritualística associada aos símbolos pátrios, o que era atribuído tanto à ignorância popular quanto a um possível protesto mudo dos cidadãos. Não é de se estranhar, portanto, que D. Pedro II seja alçado pelo cronista à condição de herói nacional, símbolo das virtudes políticas democráticas e, ironicamente, republicanas, ausentes no novo regime. A corrupção entre os agentes do poder público, o empreguismo que inchava repartições ineficientes, os célebres processos eleitorais fraudulentos da República Velha e o desperdício dos recursos do erário em obras abandonadas eram, na escrita de Callage, sinais evidentes de uma falência política traduzida em falência moral.

No Rio Grande do Sul, em particular, o fim do longo governo de Borges de Medeiros – contra o qual o cronista insurgira-se durante

a Revolução Assisista de 1923 – daria início a uma nova fase na vida do estado, desde o momento em que se abrisse “o impressionante sarcófago da praça da Matriz”. Celebrada, a princípio, com certa frieza e suspeição, a posse de Getúlio Vargas no governo do estado converte-se, prontamente, em uma esperança de conciliação das forças políticas do Rio Grande do Sul, radicalmente divididas entre federalistas e republicanos desde a Revolução de 1895, cuja memória de violência e ilegalidade continuou assombrando a política regional. Mesmo antes da concretização da Frente Única Gaúcha, ampla aliança celebrada em 1928 entre o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Libertador, de Assis Brasil, a posse de Vargas passa a ser vista como o fim de uma longa era de sangrentas disputas entre as duas grandes facções políticas do estado, embora algumas eleições intencionais demonstrassem a continuidade das trapaças eleitorais nas disputas locais de poder. Assim, pouco depois da posse, a mera presença do Presidente do Estado nas ruas da capital passa a ser vista como um sinal de proximidade com o povo e de compromisso com os assuntos regionais, o que faz com que a imagem de Getúlio Vargas imponha-se ao cronista como o portador de uma nova virtude, e não como a continuidade do PRR no poder. Esboça-se, assim, o retrato de um político carismático, tolerante e aberto ao diálogo, um antípoda da figura distanciada e fria de Borges de Medeiros. Apesar de manter-se crítico a ele, a postura oposicionista de Callage não era, por certo, sistemática, haja vista sua incondicional admiração por Otávio Rocha, “o grande remodelador” da capital. A partir de Vargas, observa-se a dissolução do partidarismo político característico até então da política estadual, em nome da integração de suas forças e da conquista de espaço na esfera federal.

Através de *A Cidade*, podemos acompanhar a evolução do espírito revolucionário que desembocou na Revolução de 1930. Desde o início da campanha da Aliança Liberal, o noticiário político comentado

na coluna inclui boatos, informações disparatadas, especulações fortuitas e denúncias de conspiração. Exemplo disto é a denúncia do exercício discricionário do poder federal, que demitia e removia funcionários públicos refratários à causa do Partido Republicano. Os ânimos se acirram ao ponto de, já em setembro de 1929, ser aventada pelo cronista a possibilidade de uma revolução, enquanto a figura de Luís Carlos Prestes se eleva como um símbolo dos ideais de transformação social. Para o cronista de *A Cidade*, a vitória da Aliança Liberal assumia um significado mais amplo que a mera tomada do poder por um novo grupo político virtualmente avesso às práticas políticas tradicionais. Significava a proclamação da verdadeira independência do Brasil, missão heroica catalisada pela figura do líder tenentista, “nome que tem hoje um esplendor de lenda”.

O herói da coluna Prestes somava-se, assim, à galeria dos grandes homens do passado que legitimavam a virtude guerreira e patriótica do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro. Naquele momento específico da história nacional, a percepção do tempo aprofundava-se, à medida que a unidade das causas do passado e do presente impunha-se como uma forma de traduzir os fatos como guerras travadas em defesa da honra, da virtude e da integridade. Para Callage, a conjuntura demandava o poder redentor dos grandes líderes, enquanto a mobilização do passado bélico do estado induziria ao engajamento popular. Supunha-se uma missão redentora a ser assumida pelo Rio Grande do Sul no conjunto nacional, causa que a coluna alimenta e difunde. Os heróis farroupilhas que endossavam a vocação bélica do Rio Grande do Sul pareciam reencarnar em figuras como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor, representantes de uma nova geração de lideranças que, ao dar continuidade aos ideais farroupilhas, segundo o cronista, faziam com que o Rio Grande do Sul voltasse, depois de décadas preso à tirania borgista, a carregar a bandeira da liberdade.

Entretanto, os personagens mais relevantes no comentário de *A Cidade* não são os heróis, mas os cidadãos comuns que, no cotidiano da Revolução, esperavam ansiosamente por notícias do campo de batalha e das negociações políticas à frente dos murais de notícias dos jornais, envolvendo-se no acompanhamento cotidiano dos fatos, dos boatos e dos desmentidos. Os leitores da coluna são então convidados a participar do grande momento de mobilização que era vivido, e tal se dá muito além do alistamento para a campanha militar. Cabia ao cidadão também inscrever-se na batalha de palavras que representava o cumprimento da missão cívica de alimentar o espaço do debate, dentro do qual os assuntos de interesse público seriam mantidos sob a observação, a vigilância e o engajamento popular.

O espaço mais representativo desse exercício democrático tão valorizado pela coluna era o espaço dos cafés. Nas grandes metrópoles modernas, desde o século XVII, os cafés promoviam a congregação de cidadãos em um círculo dinâmico e igualitário em que os assuntos de interesse coletivo eram submetidos ao escrutínio de homens igualmente empenhados na gestão da coisa pública. Eloquentemente e novamente recorrendo ao discurso da continuidade entre passado e presente, os cafés são vistos como uma coxilha, em associação com as batalhas travadas historicamente na campanha gaúcha, desde os tempos da luta pela definição das fronteiras entre os domínios lusos e hispânicos na América do Sul até a Revolução de 1923, a expressão mais recente da vocação bélica (e heroica) do Rio Grande do Sul. O momento histórico então vivido poderia ser descrito, na visão de Callage, como uma reconciliação com o passado, como a recuperação das virtudes simbólicas às quais rendiam homenagem os grupos de jovens, crianças, mulheres e velhos que alimentavam o desejo de desempenhar um papel na grande marcha coletiva em direção a um futuro redentor.

A política em *A Cidade* não deve ser vista, entretanto, apenas do ponto de vista das peripécias dos líderes partidários, das campanhas militares e da disputa eleitoral, mas como uma vocação que preside a própria concepção da coluna, em si mesma um espaço construído na perspectiva do diálogo democrático e do comentário aberto sobre os problemas urbanos, questões fundadoras da própria noção de cidadania. Esse argumento pode nos ajudar a “perdoarmos” o cronista pelas muitas vezes em que deixou de lado os temas urbanos mais concretos para comentar o noticiário nacional e regional, posicionar-se sobre os temas mais prementes da esfera pública, ou criticar de forma acerba ou irônica os temas da política “oficial”. Ao fim, a trajetória da coluna, ao menos no período em que esteve sob o comando de Roque Callage, é uma história dos últimos anos da República Velha, uma crônica dos vícios do regime em suas diversas formas, mas também o exercício diário de uma esperança de que o processo de modernização, em suas diversas dimensões, viesse a criar uma nova cidade e um novo país.

8 de setembro de 1925

A cidade comemorou, ontem, com animação de ruas a passagem de 7 de Setembro.

O dia amanheceu bonito; a cidade surgiu movimentada, principalmente pela manhã, por ocasião do desfile militar.

Entre 10 e 11 horas, a rua dos Andradas apresentava um movimento fora do comum, principalmente de lindas figurinhas femininas que, se não levantaram a pressão patriótica dos nossos cidadãos, encheram, todavia, de graça a manhã, o que já é um belo gesto de patriotismo no momento insulso (e por que não dizer tristemente doloroso?) que atravessamos.

Isso tem felizmente alguma coisa de compensador. Porque as nossas datas nacionais só nos trazem decepções profundas. Ainda

ontem, alguém ao nosso lado, na rua, ao assistir ao desfile das tropas, perguntava com interesse ao companheiro:

- Mas, afinal, por que é isso hoje?
- É o descobrimento da América! – responde o outro.

De que valem, para nós, esses 103 anos de independência se continua o país envolto na mesma ignorância?

Depois, falta em tudo a grande vibração patriótica, a chama cívica que inflama a alma da nacionalidade. Um profundo pesar abate intimamente todas as consciências; os governos passam deixando atrás de si um rastilho de indiferença. O que lá está, no Catete, vem governando há três anos o país sob a pressão violenta de um sítio permanente, enquanto se atulham as prisões das mais belas e expressivas figuras representativas do país, que vêm constantemente se interessando pelos seus destinos.¹

Tudo isso, como é natural, vai trazendo o afrouxamento geral nas massas, a indiferença do povo pelas datas que deviam ser de fulgor no nosso calendário e que, entretanto, vão passando diminuídas por quem tinha o dever de engrandecê-las.

Esses comentários íntimos nos acudiam ontem o espírito, ao assistirmos às homenagens públicas, aliás, poucas, em honra ao dia da nossa Independência.

Foi uma impressão que tivemos da nossa capital. Todavia, ela bem pode estender-se por todo o Brasil, porque, por toda parte, de Norte a Sul, ela será sempre a mesma...

¹ O governo Artur Bernardes (1922-1926) decretou estado de sítio em 5 de julho de 1922, em resposta aos levantes tenentistas, prorrogando-o diversas vezes até o fim de seu governo, em 1926, com suspensão das liberdades civis e censura à imprensa. O poder federal manteve, nesse contexto, um amplo aparato repressivo, instituindo uma rotina de perseguições e prisões arbitrárias que conduziu muitos de seus opositores ao exílio. In: GOMES, Ana Suelen Tossige; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. O estado de exceção no Brasil republicano. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1760-1787, 2017.

15 de setembro de 1925

Tivemos de novo a visita do frio. Quando parecia termos entrado definitivamente no gozo de uma temperatura mais que primaveril, quase estival, eis que uma nova onda de invernia aparece com violência, com ásperos ventos navalhantes, envolvendo de tristeza a cidade.

Já o dia de ontem foi todo assim, sombrio e melancólico, sem uma réstia de sol, sem uma nesga desse admirável azul-turquesa dos nossos céus. O vento soprava friamente pelas ruas. Mulheres e homens, a graça e a força, trocaram de súbito suas toaletes leves e surgiram, então, embuçados, timidamente suando... pelos narizes avermelhados...

O frio!... Há quem glorifique o inverno como a mais poética das estações, exatamente porque ele envolve de tecidos, encobre, esconde as formas humanas imperfeitas. Mas, quando essas formas têm a perfeição gloriosa e luminosa, as linhas impecáveis e puríssimas da estátua de Fídias² ou de certas figuras marmóreas de Rodin,³ o inverno é um grande e terrível criminoso que só condenação merece.

Mas tranquilizem-vos, ó leitores, ó homens de vistas largas, ó artistas contempladores do belo, porque o verão vem aí, com suas ondas fulminantes, e teremos, então, no pacato burguesismo de Porto Alegre, os lindos quadros pagãos, remetidos por aquela delicosa estação de cura da Suíça...

Como o frio é mau! Tão mau que obriga a gente a certas coisas e a envolver a nossa alma de absoluta indiferença, até mesmo em relação aos próprios destinos da pátria. E foi por causa exclusivamente do frio que o povo recebeu com frieza cortante a notícia do resultado da Convenção Nacional.⁴

² Estátua de Fídias: gigantesca representação escultórica de Atena Parthenos, realizada por Fídias para o Partenon de Atenas em meados do século V a.C.

³ Auguste Rodin (1840-1917): escultor francês.

⁴ Convenção Nacional: encontro dos representantes estaduais dos partidos republicanos para escolha dos candidatos aos cargos de presidente e vice-presidente da República, realizado no dia 12 de setembro de 1925, no Palácio Monroe, tendo sido então lançados os

E a propósito desse fato, foi um frio danado por todo o Brasil...
 Não vá que tudo isso acabe em tempo quente...

17 de novembro de 1925

Porto Alegre comemorou, anteontem, mais um aniversário da data da proclamação da República.

Comemorou é um modo de dizer... Viu passar o 15 de Novembro como outro dia qualquer: com absoluta indiferença.

Nota-se, de fato, uma frieza geral por essa data. Ainda há poucos anos havia aqui certas solenidades provincianas que, de qualquer maneira, davam animação ao dia, enchendo a cidade de vida e de ruído. Organizavam-se batalhas de flores, fanfarras e flarmônicas em coretos improvisados, e, tínhamos, finalmente, o clássico concurso de vitrines.

Hoje, a coisa parece que virou um velório. De ano em ano vai diminuindo de entusiasmo. Já ninguém mais se preocupa com esse assinalado dia da nossa história política. O próprio embandeiramento das ruas é de longe em longe, de distância em distância. Se uma bandeira grita, outra não responde. Até mesmo homens que têm alguma responsabilidade no regime mostram-se agora friamente indiferentes a tudo. Não há entusiasmo, não há simpatias populares, não há uma nota de vibração intensa.

Por que será tudo isso, afinal? Será que o regime está decaindo no conceito unânime do povo? Não o cremos. O mal é outro. O mal é dos homens, mais dos homens do que da própria instituição. Se esta em parte falhou, muito mais falharam os nossos homens públicos. Eles não cumprem absolutamente o que prometem. É se preparar alguém para governar, e o povo já fica de sobreaviso. Surgem promessas à

nomes de Washington Luís e Fernando de Mello Viana. *In*: O futuro governo da República. **O social**: semanario illustrado, Rio de Janeiro, ano IX, n. 404, p. 9, 15 set. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166332&Pesq=%22O%20futuro%20governo%20da%22&pagfis=2953>. Acesso em: 14 fev. 2020.

farta, promessas e mais promessas, que não se cumprem, que não se cumprirão jamais, porque os nossos governantes cuidam de tudo, menos da grandeza da pátria e da felicidade do povo.

É natural, portanto, que tudo isso provoque o afrouxamento geral, a mais completa frieza, até mesmo pelas datas mais caras à nacionalidade. Os nossos símbolos não têm culpa da podridão que se manifesta em torno.

Mas, como o povo os entende como sendo de criação dos homens e ligados aos próprios homens para servir às suas ambições, estende até eles a sua revolta e a sua justa indiferença.

2 de dezembro de 1925

Majestade!⁵

Esta nota de hoje é toda consagrada à tua augusta memória.

Não há brasileiro que, na intimidade de sua consciência, nesta hora que passa, não sinta com a Pátria inteira o mesmo grande respeito, o mesmo grande amor pelo dia que comemora o primeiro século do teu nascimento.

Por um momento nos desviamos também da rude tarefa da observação e da crítica, do momento diário sobre a vida desta provinciana metrópole em que teus pés imperiais e magnânimos pisaram há sessenta anos,⁶ para nos alçarmos até onde paira o teu espírito e sentirmos também lá do alto as vozes da gratidão e da saudade que neste instante sacode a alma brasileira, a alma do povo que tanto amaste.

⁵ Homenagem ao centenário de nascimento de D. Pedro II (1825-1891).

⁶ D. Pedro II visitou o Rio Grande do Sul em 1845 e 1865.

É que tu foste para ele, dentro da tua realeza e do teu trono, o amigo e o irmão verdadeiros. Auscultaste as suas necessidades, as suas aspirações de justiça, os seus anseios de liberdade.

Nunca foste indiferente aos reclamos da opinião, aos brados dos oprimidos, às vítimas dos verdugos que, em teu nome, traíndo a tua bondade, exerciam a violência. Nas horas de incerteza e de amargura por que atravessou algumas vezes a Nação, era para ti – boníssimo democrata coroado – que ia o pensamento afetivo da própria Pátria, buscando na retidão da tua consciência e do teu espírito a tranquilidade que lhe faltava.

Todas as causas nobres, a cultura e a ciência sempre tiveram em ti um defensor extremado, um executor à altura dos brios da nacionalidade. O governo nas tuas mãos não tinha a violência do despotismo nem a truculência das ditaduras. Era, pelo contrário, a verdadeira ciência de bem dirigir o povo, norteando-o a caminho da felicidade e da honra.

Onde quer que se ouça hoje o nome do Brasil, ouvir-se-á também o teu, varão redivivo e imortal, destronado pelo exílio, destronado pela morte, mas entronado cada vez mais no coração do povo!

Majestade!

Abençoa neste dia, que não é teu somente, mas do país inteiro, os destinos da pátria que só agora soube te compreender e amar como o maior dos seus filhos, o mais ilustre e o mais digno dos seus governos.

16 de fevereiro de 1926

Não faz muito tempo esta folha publicou vários comentários sobre o fato condenável de se fazer uso constante da bandeira nacional em assuntos absolutamente contrários a qualquer propósito cívico ou patriótico.

Não raro o “pavilhão auriverde” se mostra e se desfalda em “reclames”⁷ de produtos industriais, em anúncios comerciais, em pantomimas de circo de cavalinhos, quando não acontece pior.

Ainda domingo último, em homenagem talvez ao primeiro dia gordo do Carnaval, tivemos ocasião de ver três ou quatro automóveis enfeitados com a bandeira nacional, tomando parte nos corsos que à noite se realizaram na praça da Alfândega e em outros pontos da cidade. O que mais me chamou a atenção foi que dois ou três desses carros eram constituídos de elementos suspeitíssimos, entregues à mais absoluta liberdade, senão a um completo deboche que os ardores tropicais do Carnaval asseguram e garantem entre nós. E junto, como ornamento à libertinagem que ia num dos Ford, último modelo, estava a mísera bandeira nacional, símbolo sagrado da pátria, digna de um pouco mais de amor e de respeito.

Alguém que assistira ao fato quis protestar. Mas não houve tempo. Os autos, como de costume, entregues ao descuido e ao abandono de quem devia dirigi-los, pelo menos nestes dias de maior movimento, já que não se cuida do serviço do tráfego em dias normais, corriam em certas ocasiões, em certos pontos, com extrema velocidade.

O caso é que o fato ficou impune. O menosprezo pela nossa bandeira misturou-se com a alegria, com o ruído, com o prazer, com todas as consequências destas noites delirantes do Momo solto, em que muita gente se arrisca a perder a cabeça, quando não perde outra coisa.

Quisemos mostrar a alguém o nosso civismo ofendido com esse tamanho desrespeito à bandeira, mas fomos logo esmagados:

– Você é trouxa, homem!...

O Brasil é um país essencialmente carnavalesco, e o Carnaval é a única coisa séria que ainda possuímos, de maneira que tudo isso está certo. Confere...

⁷ Reclame: propaganda.

4 de junho de 1926

Porto Alegre recebeu, ontem, entre solenes festividades oficiais, o futuro presidente da Nação.

Depois da proclamação da República, é a terceira visita que esta capital recebe de seus presidentes eleitos.

Por isso mesmo, tal fato constitui um verdadeiro acontecimento. Três visitas presidenciais tivemos em trinta e seis anos de atuação republicana.

Era natural, portanto, que a nossa curiosidade, por um lado, e as nossas esperanças, por outro, se unissem nesse dia para sacudir na rua a alma popular, com que raramente os nossos governantes estão em contato no Brasil.

Foi, assim, um belo espetáculo que essa visita nos proporcionou. Um desusado movimento enchia de animação e de ruído todas as ruas, movimento esse que se tornou vivamente intenso à hora da passagem do cortejo presidencial.

Porto Alegre, representada por muitos milhares de pessoas, a que não faltou a graça das nossas damas e a alegria das nossas crianças, quis conhecer de perto o novo chefe supremo do país, que vai dirigir os seus destinos no quadriênio de 1926-1930.

Mais aumentou ainda o movimento, muito contribuindo para dar maior brilho à solenidade da recepção a parada militar organizada pelo alto comando da região, em honra do ilustre hóspede. Foi um desfile garboso de várias unidades, constituindo um efetivo de 2.000 homens.

O que estranhamos em tudo isso (e devemos confessar, sinceramente) é que, para o presidente eleito, mas ainda não reconhecido pelo Congresso, e que, portanto, pelas nossas leis militares, não tem direito a continências de forças da terra ou de mar, mobilizaram-se facilmente 2.000 homens, ao passo que o velho general Tito Villa

Lobos,⁸ que há pouco morreu nesta capital, com mais de quarenta anos de serviços no exército, não teve cinquenta homens que lhe prestassem as últimas continências, as derradeiras honras devidas ao seu alto posto.

15 de setembro de 1926

A construção do novo edifício da Alfândega desta capital vem de quatro governos da República.

Entretanto, já está a terminar a presidência Bernardes⁹ e nem sombra de serem recomeçadas as obras. A impressão que se tem do que ali se vê é de uma velha ruína entregue à destruição do tempo. Isso representa centenas de contos postos fora. E de que maneira? Talvez mesmo ao serem, de um momento para outro, recomeçadas as obras, muito pouco se possa aproveitar do que já está pronto, tal é o estado de abandono em que há tantos anos se encontra aquele projeto de repartição pública federal.

É incrível que o governo da União, que tem necessidade urgente de possuir um edifício condigno para nele instalar a Alfândega desta capital, deixe em completo abandono, já vai para mais de dez anos, um prédio apropriado, que iria satisfazer perfeitamente as suas necessidades, sob todos os pontos de vista, principalmente sob o ponto de vista econômico, poupando os cofres da União ao desembolso de um pesado aluguel mensal, como é o que paga pelo atual edifício onde funciona aquela repartição.

Ainda é tempo de o governo fazer alguma coisa sobre o caso. Ao menos para mostrar que os dinheiros que recebe do povo não são postos fora, em edifícios públicos que, uma vez começados, ficam anos e anos abandonados.

⁸ O general Tito Villa Lobos, nascido em 1869, faleceu ainda na ativa, em 17 de janeiro de 1926.

⁹ Artur Bernardes (1875-1955): presidente da República entre 1922 e 1926.

29 de outubro de 1926

Depois de vários dias de atividade, encerrou-se anteontem o 9º Congresso Médico Brasileiro, que funcionou nesta capital.

Com isso, o ilustrado corpo médico rio-grandense, e muito especialmente o de Porto Alegre, teve uma feliz ocasião de estar em contato com figuras de grande relevo na medicina brasileira, bastando salientar-se os nomes de Miguel Couto,¹⁰ uma das suas maiores glórias, e Fernando Magalhães,¹¹ que é não só um dos maiores ginecologistas patricios, como um brilhante e hábil orador, tão brilhante, tão hábil e ao mesmo tempo tão fluente que, numa das mais memoráveis sessões do Congresso, S.S. conseguiu passar um substitutivo sobre a moção da “liberdade profissional”, contrário à opinião de 130 congressistas presentes à referida sessão. Quando todos deram pela coisa, o substitutivo estava aprovado por excesso de velocidade oratória...

Como na palavra, Fernando Magalhães é assim também no exercício da sua especialidade profissional.

Outras figuras de grande merecimento científico tiveram ocasião de se fazer admirar nessa assembleia, pelo valor dos inúmeros trabalhos apresentados.

Quem escreve estas linhas não acredita muito nos resultados práticos dos congressos de qualquer espécie, a começar pelo próprio Congresso Nacional, constituído pela Câmara e pelo Senado da República. Quase sempre nessas reuniões os problemas mais palpantes, os assuntos de maior interesse para os próprios congressistas, como aqui aconteceu, são postos de lado, ficam esquecidos à margem, adiados para outra oportunidade.

¹⁰ Miguel Couto (1865-1934): médico e político nascido no Rio de Janeiro.

¹¹ Fernando Magalhães (1878-1944): médico obstetra e professor nascido no Rio de Janeiro.

Forçoso é reconhecer que, de qualquer modo, essas reuniões são de grande significação moral, social e intelectual, promovendo um verdadeiro intercâmbio de ideias e opiniões. É o Brasil constantemente, permanentemente, ignorado, que aos poucos começa a se fazer conhecido de si mesmo.

Só por esse aspecto, já é de grande vantagem a realização dessas assembleias, quer científicas, quer literárias ou políticas.

Oxalá as ideias aventadas no recente congresso médico, oxalá o pensamento de todos, senão ali debatido, pelo menos, ali esboçado, frutifique, de futuro, a melhor das realidades.

11 de novembro de 1926

Entrou para a ordem do dia dos aspectos da cidade a reunião que devia ter se realizado ontem, à noite, na sede do Grande Oriente do Rio Grande do Sul,¹² a entidade máxima da maçonaria no nosso estado. Essa reunião foi especialmente convocada para tratar de dois problemas palpitantes da vida nacional: a anistia¹³ e o divórcio.

Como se vê, não são fatos ou episódios da capital, da vida social ou administrativa de Porto Alegre. São assuntos que dizem respeito diretamente ao país inteiro. Nem por isso eles ficam excluídos do comentário local, tanto mais que é do local a entidade que neste momento se provoca a debater, revelando, com essa atitude, mais do que um gesto de coragem, um ato de puro, de verdadeiro, patriotismo.

¹² Grande Oriente do Rio Grande do Sul: entidade que congrega as lojas maçônicas do estado, foi instalado em 14 de outubro de 1893.

¹³ Campanha nacional liderada pelas federações acadêmicas, pela imprensa e pelas oposições em defesa da anistia dos presos políticos, militares e civis participantes dos levantes tenentistas desde 1922. In: CARONE, Edgard. **A República Velha: evolução política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Posto de lado o segundo problema a se discutir (o divórcio a vínculo),¹⁴ temos, hoje, no primeiro, a maior aspiração do nosso povo. Há sobre isso um anseio geral, uma funda expectativa que palpita na alma inteira da nação. Tão grande é essa aspiração que já se chega a ter como certo e como um dos primeiros atos do futuro governo da República esse gesto de clemência e de patriotismo, levantando o estado de sítio para promover, em seguida, o apaziguamento da família brasileira.

É bem possível que o governo que entra não queira continuar a mesma situação aflitiva em que nos viemos debatendo há quatro longos anos, quase que sem intervalo, com grave prejuízo para a economia e para a riqueza nacional.

Apesar do seu mutismo, da incerteza das suas meias palavras, o novo chefe de estado deve estar firmemente convicto da grande, da palpitante e imediata necessidade de promover e pôr em execução todos os meios no sentido de se voltar à tranquilidade e à paz no seio da família brasileira.

Mesmo que falhem todas as previsões, mesmo que nada seja feito nesse sentido (o que é, a nosso ver, absolutamente impossível), mesmo assim, o nobre e patriótico gesto do Grande Oriente do Rio Grande do Sul terá, certamente, o aplauso unânime da nação, o aplauso de todos aqueles que ainda colocam sentimentos de coração e de amor patriótico acima das injunções de patriotismo.

O gesto de clemência que se espera do novo governo não diminuirá, de forma alguma, o poder da autoridade. Dá-lhe, pelo contrário, mais prestígio e glória.

¹⁴ O divórcio a vínculo, ou divórcio absoluto, garantiria a possibilidade de um novo casamento após a separação dos cônjuges. No Brasil, só se efetivou em 1977. In: ZARIAS, Alexandre. A família do direito e a família no direito: a legitimidade das relações sociais entre a lei e a Justiça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 61-76, 2010.

12 de novembro de 1926

Mais do que poderia prestar às parturientes, a maternidade da Santa Casa está prestando um ótimo serviço ao povoamento do solo.

Como prova dessa afirmativa, aí está a informação, ontem divulgada pela imprensa, de que só no mês de outubro nasceram naquele recolhimento cinquenta e quatro crianças de ambos os sexos.

É uma bela contribuição, que merece registro especial.

Divaguemos um pouco sobre o assunto.

Se não falharem ao seu destino, esses pimpolhos de hoje, que viram a luz sob o teto protetor daquela maternidade, serão, amanhã, cinquenta e quatro energias da nacionalidade, expressões naturalmente fortes da nossa raça. Na consciência dos nossos homens de saber, no espírito daqueles que vivem séria e sinceramente preocupados com o futuro da pátria, não se apagou ainda a esperança de que dias melhores estão reservados ao país, com a renovação constante e sistematizada do seu povoamento.

Há fundadas razões para isso. Por maiores que sejam a nossa dúvida e o nosso pessimismo, sempre confiamos que o dia de amanhã seja melhor que o de hoje.

Vivemos cheios de esperanças, como ainda agora estamos demonstrando em relação ao futuro governo da República, muito embora o amanhã nos aniquile com a mais formidável das desilusões. Quem, por exemplo, seria capaz de dizer que teríamos um governo pior que o do marechal Hermes,¹⁵ governo de torturas e violências que acabaria por precipitar a nação nas maiores dificuldades da sua vida moral, financeira e política?

¹⁵ Hermes da Fonseca (1855-1923): militar e político nascido em São Gabriel (RS), presidente do Brasil entre 1910 e 1914.

Entretanto, hoje, glorifica-se aquele chefe extinto pela doçura e clemência dos seus atos, pela pobreza com que morreu, pelas boas intenções que sempre o animaram na direção administrativa do país.

De maneira que, por mais que se confie no dia de amanhã, ele é sempre uma sombria incógnita. O Brasil, porém, precisa de uma renovação de valores. A geração de hoje não tem energia nem ideais; já nasceu desfibrada, sem consciência de que ela, se quisesse, muito poderia influir nos destinos da nação. É provável que os que vêm despontando agora para a vida sejam os verdadeiros fatores da nossa futura grandeza. Por isso, sobre a cabeça de cada criança que nasce, chovem quase sempre esperanças e profecias.

– Será um grande homem...

Entretanto, para se cumprir o vaticínio, só em outro ambiente moral. O que atravessamos é simplesmente horrível, cheio de mazelas e podridões, principalmente nas altas camadas dirigentes do país. Não é à força de hinos nas escolas, nem com exaltações ao nosso civismo adormecido, como assim, erradamente, deseja o atual presidente da República,¹⁶ que havemos de levantar o caráter nacional.

Oxalá que a maternidade da Santa Casa, que nos brindou no mês de outubro com quatro e meia dúzias de pimpolhos, contribua favoravelmente não só para o povoamento do solo, como para o nosso reerguimento moral.

Já que não esperamos melhora alguma do alto, confiemos, ao menos, nos que nascem na humildade.

16 de novembro de 1926

A nossa capital comemorou ontem a data de 15 de Novembro.

¹⁶ Em janeiro de 1925, o presidente Artur Bernardes instituiu a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas ginasiais brasileiras. In: CUNHA, Luiz Antônio. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil-1931/1997. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 285-302, 2007.

15 de novembro, como os leitores certamente não ignoram, é a data da proclamação da República. Ontem, porém, como acontece de quatro em quatro anos, ela teve um aspecto duplamente e civicamente patriótico. Foi também o dia da posse do novo governo do Brasil.

Por ambos os motivos, a cidade, como aliás era de esperar, portou-se condignamente.

Já de manhã cedo, ao clarear o dia, inúmeras bandas de música e de clarins militares, civis e municipais despertaram a *urbs* tocando alvorada pelas nossas principais ruas. A cidade acordou então patrioticamente engalanada. Nunca se viu coisa igual. O “auriverde pendão da nossa pátria”, sob a brisa da manhã, “palpitou avante” em todas as fachadas, enquanto os arcos de triunfo davam passagem às grandes manifestações cívicas com que Porto Alegre comemorou a grande data nacional.

O programa do dia foi realmente variado e belo. Às 10 horas, começou o grande curso de viaturas modernas e antigas, meios diversos de locomoção, desde a ultraelegante Packard¹⁷ à rude carreta gemebunda das estradas reais da Campanha. De permeio, obedecendo ao rigorismo da evolução da história, seguiam os veículos de todas as idades: automóveis antediluvianos, carros do período da pedra lascada, carrinhos de mão, de todas as épocas, carroças de mudança, aranhas, vitórias, tílburis¹⁸ etc., tudo, enfim, aí apareceu saudando a República e mostrando o nosso progresso na arte de tração a cavalo ou burro, substituída agora pelo ótimo e moderno motor a gasolina. Diante de tudo isso, a República, com o seu gorro frígio,¹⁹ guiando um carro de Apolo,²⁰ inclinava-se comovida por tantos e variados festejos da cidade.

¹⁷ Packard: fábrica norte-americana de automóveis fundada em 1899.

¹⁸ Aranhas, vitórias, tílburis: veículos de locomoção movidos por tração animal.

¹⁹ Barrete frígio ou barrete da liberdade: símbolo do regime republicano.

²⁰ Apolo: divindade greco-romana que conduzia o carro do Sol pelo céu ao longo do dia.

Mas não terminaram aí as comemorações da grande data. Elas cresceram de animação no decorrer do dia. Os festejos populares tomaram outros aspectos interessantes que se iniciaram pelos hinos e cantos patrióticos entoados na praça pública por milhares de crianças das nossas escolas. Esse número foi, sem dúvida, um dos mais belos das solenidades de ontem e serviu, ao mesmo tempo, já não dizemos de lição, mas de advertência ao presidente que se foi, pela sua atitude de última hora e já nos últimos momentos do governo, recomendando a educação cívica das crianças com hinos e cantorias em um determinado dia do ano.

Os festejos, entretanto, prosseguiram, à tardinha e à noite, aumentando extraordinariamente a animação da capital. Passeatas cívicas, marchas *aux flambeaux*²¹ e préstitos alegóricos com as figuras mais expressivas e simbólicas da República encheram a cidade de um entusiasmo nunca visto, como se estivéssemos a gozar as delícias dos primeiros albores do regime cimentado pela palavra ardente dos propagandistas, pela espada de Deodoro²² e pelas lições doutrinárias de Benjamin Constant.²³

Assim se passou o 15 de Novembro entre nós. É asneira rematada dizer-se que o povo se divorciou completamente das belezas do regime. Muito pelo contrário, ele se sente intimamente ligado com tudo isso que aí está.

A prova do que afirmamos está no entusiasmo delirante com que ontem comemoramos o 15 de Novembro.

Foi um colosso...

²¹ Marcha *aux flambeaux*: desfile popular noturno, realizado à luz de tochas acesas.

²² Deodoro da Fonseca (1827-1892): presidente da República entre 15 de novembro de 1889 e 23 de novembro de 1891. Líder do golpe de estado que depôs o Império e proclamou a República.

²³ Benjamin Constant (1833-1891): militar e engenheiro, articulador da proclamação da República.

1º de janeiro de 1927

Ano novo, vida nova.

Esperanças!

Não cabe aqui um retrospecto da vida da cidade nesse longo e doloroso decorrer de 1926. Seria um nunca acabar de citações de fatos, de comentários. A crônica da *urbs* é cheia de monotonia e de tédio. Depois... O que passou, passou.

É um dos poucos casos em que julgamos muito desagradável reviver o passado, não só o ano passado em Porto Alegre, mas o passado em todo o país, tão triste, tão sombrio, tão vergonhoso ele foi para a nossa civilização e o nosso progresso, para a nossa liberdade e justiça. Os mais sagrados direitos do homem, a liberdade de pensamento, a própria opinião da imprensa, tudo isso aí jaz estrangulado ao peso de uma censura permanente.²⁴

Passou, felizmente, o ano de 1926. Entrou felizmente o ano de 1927.

Ano novo, vida nova.

Esperanças!

A cidade desperta jubilosa, convencida naturalmente que outra existência lhe vai sorrir, que outras alegrias mais intensas virão animar o seu destino, desanuviando-lhe os dissabores e as mágoas que se acumularam durante tantos meses a fio.

Para os céticos e pessimistas, cada dia que passa é uma desilusão a mais que se reúne ao acervo do passado. Para os otimistas, porém, o dia que está por vir é o dia da esperança, o dia das grandes redenções humanas, em que tudo se altera e se modifica para melhor.

²⁴ O governo Artur Bernardes sancionou, em 31 de outubro de 1923, o Decreto nº 4.743, que regulou a liberdade de imprensa, além de instaurar outras providências. O decreto, aprovado pelo Congresso, estabelecia na prática a censura à imprensa, tipificando os crimes de injúria e difamação, proibindo a crítica ao governo e a propaganda supostamente comunista e anarquista. In: Martins, S. R. C. Censura. *Revista da Faculdade de Direito*: Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 112, p. 661-683, 2018.

É, não há dúvida, uma ilusão. Conservemos, mesmo assim, a enganadora miragem. Fiquemos com os otimistas, com os que creem no futuro e o esperam. Entre esses dois estados de alma, o dos otimistas é sempre o mais belo. O engano é ainda a única razão de ser da vida. Entre a desolação de Schopenhauer²⁵ e a vibração ardente dos credores de ideais, a humanidade não vacila: abraça os últimos com fé inabalável.

Estamos assim agora em relação ao ano que hoje entra. Pode bem ser que ele seja mais desagradável do que o ano que passou. Entretanto, os nossos augúrios são os melhores. Nada nos abate, nada nos demove dessa luminosa esperança que hoje se distende por sobre as nossas cabeças, enchendo-nos a alma de límpidas e belas convicções.

E com essa fé ingênua e ao mesmo tempo tão natural, despedimo-nos do ano velho, desejando um feliz ano novo aos amáveis leitores da *A Cidade*.

18 de março de 1927

Um aspecto da nossa capital do qual ainda não tratamos nesta coluna diária é aquele com que nos deparamos com a abertura do ano letivo.

O sorriso brejeiro e amável da mocidade das escolas, que foragida andou alguns meses na alegre folgança das férias, aí está de novo enchendo a cidade de animação e de vida, e revigorando de esperanças o doce ninho paterno, onde anelos e aspirações se enraízam com confiança no futuro.

Todos os nossos estabelecimentos de ensino, as escolas públicas, os colégios, os ginásios e as academias, que até bem pouco tempo atrás estiveram entregues à monotonia do silêncio, estão agora em

²⁵ Arthur Schopenhauer (1788-1860): filósofo alemão.

plena atividade, nesse febril e agitado convívio com os livros, quebrado de quando em quando pela atitude galhofeira daqueles que pouca importância ligam às necessidades e conveniências do saber, numa época em que os que menos sabem são os que mais realizam os seus sonhos de conquista, as fartas vitórias materiais da vida...

Esses alegres estudantes madraços²⁶ têm também a sua filosofia. Afinal, por que aprender? É hoje um esforço quase inútil, tanto mais em se sabendo que nunca é recompensado o que mais sabe, e sim o que mais aprende a se dobrar e vergar. Para esses a vida se resolve numa simples “cavação”, sem maiores esforços do que umas pequenas transigências ou de dignidade... Eles realizam com um simples gesto o que outros não logram alcançar com tanto esforço durante a vida inteira.

Nessas condições pouco vale estudar e muito menos aprender.

Há que respeitar, portanto, essa filosofia profunda que nasce por vezes em meio dessa legião de estudantes que procuram agora todos os nossos centros de ensino para se entregarem ao trabalho penoso de um curso que se resolve, mais tarde, na conquista de um grau ou de um diploma.

Seja lá como for, a mocidade das escolas já começa de novo a sorrir para a cidade, enchendo-a de ruído e de bulício, animando-a dessa viva alegria de que ela por dois meses se despira no tradicional período de férias, num longo período de ausência, longe desse contato entusiasta com a nossa juventude irrequieta.

A volta aos estudos! E com isso novas esperanças animam aqueles que confiam na sua inteligência e nos seus esforços; novas decepções estremecem também no espírito daqueles que já se convenceram da inutilidade desse mesmo esforço, em face dos exemplos depressivos do próprio meio em que gravitam.

²⁶ Madraço: ocioso, preguiçoso.

5 de maio de 1927

Foi inaugurado ontem, no arrabalde da Tristeza, um Grupo Escolar.²⁷

Para muitos, essa notícia passou, naturalmente, despercebida. E nem era por menos. A nossa capital vive cheia de novidades, cheia de inaugurações, tomada de preocupações intensas, agitada na sua vida social e mundana. Ora um baile, ora um chá, ora uma diversão teatral, ora isto, ora aquilo vai prendendo a atenção do público. Por isso mesmo, não é de estranhar que passe despercebida a inauguração de uma simples escola, onde as crianças vão aprender a ler. Para muitos é um fato de somenos importância, tão frio e banal como um aniversário ou um enterro.

Entretanto, a inauguração desse grupo escolar representa uma boa notícia para Porto Alegre, melhor mesmo do que muitas outras de que por aí se faz verdadeiro estardalhaço e que, no final de contas, não têm a menor significação. Enquanto este Brasil for esse Brasil que aí está, opilado, moral e fisicamente, de norte a sul, dominado pelo analfabetismo, numa percentagem verdadeiramente fantástica, a inauguração de uma aula em Porto Alegre, como em Manaus, em Quixadá, como em Torres, constituirá, sempre, quer queira, quer não, um acontecimento de relevante importância. É disso unicamente que o país precisa, a fim de poder seguir outro rumo, para completar a sua evolução, para tomar a si o seu próprio destino na história dos povos cultos.

Enquanto não tivermos instrução, enquanto preponderar o analfabetismo espantoso, a nossa situação moral e política será sempre a mesma até hoje, desgraçadamente, inalterável: as forças vivas do país, os seus impulsos de atividade e de grandeza, enfaixadas nas

²⁷ Grupo Escolar da Tristeza: atual Escola Estadual Três de Outubro, cuja construção foi iniciada em 1922.

mãos de meia dúzia de politiqueiros profissionais, que outra coisa não têm feito senão aviltar a nacionalidade.

O analfabetismo! O analfabetismo! Aí está todo o nosso mal, toda a nossa ruína, toda a nossa imensa miséria moral. E por isso mesmo, quando se inaugura uma aula, quando se abrem as portas de uma escola, a gente tem a sensação de que o vácuo se diminui, de que a treva se espanta, de que os primeiros clarões de um novo sol começam a nos iluminar.

Nem por ser uma cidade, nem por ser uma capital, mais ou menos civilizada, esse fato passou despercebido, a inauguração de um grupo escolar num dos arrabaldes da cidade. Outros pontos há de nossa capital, outros e inúmeros arredores da cidade existem, que também deveriam possuir grupos escolares, escolas em abundância, para educação do nosso povo. Só assim a Nação despertará um dia para ser forte, para ser livre, para ser grande, para cumprir, enfim, o importante papel que lhe está destinado na história.

14 de maio de 1927

As datas nacionais, grandes e pequenas, passam, no geral, completamente despercebidas de nós.

Assim não aconteceu, felizmente, com a de ontem, a luminosa data de 13 de maio, que recorda a extinção da escravatura no Brasil.

Foi uma exceção à regra. Se poucas foram as comemorações cívicas exclusivamente alusivas a esse imortal episódio da nossa história, muitas foram as comemorações e festas de outra ordem.

O próprio tempo contribuiu maravilhosamente para dar mais fulgor à grande data nacional; com o brilho do seu sol, com a pureza de seu céu, com o esplendor de sua natureza, o dia se tornou mais convidativo, mais cheio de atrações. De fato, nenhum tivemos, neste poetizado mês de nossos líricos versejadores, que se comparasse ao de ontem na doçura e no farto derramamento de luz. A cidade toda

se transfigurou inundada. Por isso ela vibrou de vida, de alegria e de entusiasmo, de que participou também o episódio histórico que o dia rememorou, pois que, sendo ele um feriado, isso deu margem para que várias solenidades se determinassem para ontem, aproveitando-se a áurea grandeza da data.

E assim aconteceu. Poucas ocasiões se depararam, como essa, para a nossa capital se expandir livremente, ao sabor de todos os gostos e paladares. Nada faltou para realçar ainda mais o grande dia. Tivemos de tudo um pouco: festas cívicas colegiais, sessões patrióticas, *matches* de futebol, torneios de diversos desportos, visitas a edifícios públicos, cultos e novenas religiosas, formaturas militares, cinemas, espetáculos de amadores e, enfim, as grandes corridas de automóveis organizadas pela Associação de Estradas de Rodagem,²⁸ que foram, sem dúvida, a maior e mais interessante atração do dia.

Como se vê, tivemos de tudo, até mesmo a inauguração oficial de vários melhoramentos municipais, como a placa de bronze da avenida Júlio de Castilhos e a iluminação pública da rua Independência, que já agora está completamente mudada, principalmente à noite, apresentando, na realidade, um aspecto aristocraticamente deslumbrante. Não faltou para encher de vida e animação o dia nem mesmo os crimes de furto e roubo e os acidentes e desastres do tráfego urbano...

Uma cidade que tem assim de tudo, como teve Porto Alegre ontem, pode ostentar com vantagem e com galhardia o nome de capital.

Mas falamos, no princípio deste comentário, que a data de 13 de maio não passou despercebida entre nós. Realmente assim o foi e assim esperamos que seja sempre, daqui por diante, em outras datas da história nacional.

²⁸ Associação de Estradas de Rodagem: entidade fundada no Rio Grande do Sul, em 1926, visando ao aperfeiçoamento das rodovias e à realização de provas automobilísticas. In: MADURO, Paula Andreatta. *Memórias do automobilismo de rua em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (décadas de 1920-1950)*. 2010. 95 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Ao menos para fingirmos um pouco de civismo, um pouco mais de patriotismo...

18 de maio de 1927

Os estudantes das escolas superiores desta capital acabam de “eleger” a sua rainha.

“Eleger” é o termo, pois a sua primeira soberana, rainha da simpatia e da graça da nossa classe acadêmica, acaba de surgir de um pleito renhido, a que não faltaram a “cabala” eleitoral²⁹ e o próprio “embruxamento”³⁰ à boca de urna...

Repetiu-se no interessante prélio o mesmo fato comezinho que se observa por toda a vastidão deste infelicitado país nos dias do cumprimento do chamado “dever cívico”, eufemismo com que se encobrem as grossas bandalheiras eleitorais. Todos cabalavam, todos procuravam impor a sua candidata à conquista do cobiçado trono ideado pela simpática mocidade das escolas. Não era de estranhar, portanto, que se registrassem alguns “embruxamentos” de cédulas, mormente para todos nós, já acostumados aos processos eleitorais dos politiquinhos de profissão, que outra coisa não praticam senão a mentira e a trapaça, tolhendo por todos os meios a liberdade de voto dos eleitores e “elegendo” figurões que outra coisa não fazem senão chupar as magras tetas do Tesouro e cuidar dos seus exclusivos interesses pessoais. Mas o que é condenável nesses parasitas da energia nacional não é em relação àqueles que escolhem e elegem a sua rainha, como acabam de fazer os estudantes de Porto Alegre. O fim destes é muito mais nobre e elevado; ele tem uma expressão de poesia e sonho como seria impossível encontrar

²⁹ Cabala eleitoral: conjunto de artifícios e tramas utilizados para adquirir maior número de votos.

³⁰ Embruxamento: feitiçaria; no contexto, manipulação eleitoral.

nos mais extremados idealistas da política. Elegendo a sua rainha, escolhendo a sua soberana, menos áspero se tornará certamente o período dos estudos em que o estudante passa meses e anos a fio, moendo e remoendo sebentas³¹ e compêndios intoleráveis, para evitar o “zero” fulminante dos exames. Ela será sempre uma doce figura ideal, fonte inspiradora de altos e puros sentimentos de alma e de coração. A cabala por esta ou por aquela candidata constitui um caso especial, plenamente justificado, que não aproveitam as dinastias de fato – nem as realezas de sangue. Quem não tem ou não deseja render vassalagem a sua soberana já previamente eleita, suplício e tortura dos nossos primeiros sonhos de amor, martírio, depois, quando esposas ou filhas, do nosso bolso...

Bem andaram os estudantes em eleger a sua gentil soberana. Muito embora o fato constitua um “atentado” aos princípios liberais do nosso regime político, ele vale por uma bela afirmação da coletividade acadêmica, por uma bela afirmação de sentimento e de bom gosto.

E aqueles que ainda não puderam eleger a rainha da classe que representam, que se contentem com a que já está eleita, entronizada no seu coração, por diabruras e processos do amor, muito mais perigoso que o outro, o eleitoral.

25 de maio de 1927

A mocidade das nossas escolas, sempre viva e entusiasta, sempre alegre e galhofeira, seguindo o exemplo dos estudantes de todo o Brasil, fez, anteontem à tarde, pelas ruas da cidade, uma grande passeata de protesto ao reconhecimento e à posse do Sr. Artur Bernardes no Senado de República.³²

³¹ Sebentas: anotações de aulas, publicadas para uso dos alunos.

³² A candidatura de Artur Bernardes para o Senado nas eleições de março de 1927 só foi possível em função de uma manobra política que reduziu o prazo de inelegibilidade de seis

A mocidade, revoltada e digna, vingou-se galhofando, reduzindo à última expressão de merecido ridículo o monstruoso escárnio atirado às faces da Nação. Para isso, os nossos estudantes fizeram de um chibo³³ o terrível símbolo vingativo dos seus brios, com o qual passearam pelas nossas ruas entoando o *Ai, seu Mé*, o hino burlesco criado nos primórdios da Reação Republicana,³⁴ que em outros tempos era entoado dia e noite nas ruas desta capital, como sinal de protesto à violência com que se impunha a candidatura Bernardes à mais alta magistratura do país. Coube agora à mocidade quebrar o silêncio do momento e sacudir na rua a grande revolta que a todos nós domina, em face de um novo ultraje à moralidade nacional.

Por isso, saiu ela, buliçosa, à rua, num protesto pacífico contra o ato infame que vem mais uma vez pôr em relevo as podridões pestilentas da política. Riram-se a valer os estudantes, porque o riso é ainda um sarcasmo violento, ainda vale por uma sátira terrível nos lábios de quem o sabe manejar.

Era vê-los nessa atitude expressiva de rebeldia! Voltou-se para eles todo o olhar curioso e tímido da cidade. A vingança esteve à altura do ultraje; o remoque nos compensou da vergonha que estamos a sofrer nestes dias amargos e sombrios por que atravessa a Pátria. Nem outra vingança merecia quem não tem vago vislumbre moral para merecê-la. Em certos episódios da vida nacional, como esse que ora se está registrando, a galhofa e o riso valem mais que a explosão terrível da dinamite.

para três meses, já que Bernardes havia sido presidente da República até novembro de 1926. In: NO SENADO. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 2597, p. 5, 26 maio 1927.

³³ Chibo: bode não capado.

³⁴ Reação Republicana: movimento de oposição às oligarquias mineira e paulista liderado pelos estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro e pelo Distrito Federal contra a candidatura de Artur Bernardes, apresentando Nilo Peçanha como candidato a presidente e José Joaquim Seabra como vice. A marchinha *Ai, seu Mé* fazia referência ao apelido popular de Bernardes: "Ai, seu Mé/ Ai, seu Mé/ Lá no palácio das Águias, olé/ Não hás de pôr o pé". In: DINIZ, André; CUNHA, Diogo. **A República cantada**: do choro ao funk, a história do Brasil através da música. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014.

Penalizou-nos, entretanto, a situação de emergência em que se viu o caprino humilde, incapaz de maiores indignidades do que aquelas para as quais lhe talhou a sábia mãe natureza. O bode tem sempre a sua significação, tem sempre a sua utilidade nos rebanhos em que vive. Na mitologia e nas lendas antigas, em que ele muitas vezes se confundia com os faunos, exerceu importantíssimo papel, representando o prestígio máximo da sua virilidade. Homens há, porém, que ficam muito abaixo do bode, em escala mais inferior e mais aviltante. Só em relação a essa representação simbólica é que discordamos da nossa mocidade. No mais, não; tudo correu admirável. Palpitou, deveras, nessa mofa esfuziante, em protesto expressivo e uma expressiva revolta contra a nova indignidade atirada aos nossos bríos da nossa Pátria.

2 de junho de 1927

A nota mais culminante de Porto Alegre, a nota mais bela e mais expressiva, que já neste momento anima todas as rodas e todas as palestras, é a campanha iniciada pela mocidade das nossas escolas superiores em favor da anistia.

A crônica modesta e apagada que hoje traçamos é de louvor incondicional à beleza desse gesto, do mais franco aplauso a essa campanha que só um homem como o Sr. Júlio Prestes,³⁵ que é um frio reflexo da imperturbável insensibilidade do governo, seria capaz de condenar. Nota viva e palpitante da *urbs*, agora já incorporada aos anais da cidade, não podíamos deixar de modo algum de registrá-la

³⁵ Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946): advogado e político brasileiro que, quando deputado na Câmara Federal, liderava a bancada governista de Washington Luís, recebendo sua indicação para sucedê-lo na presidência da República nas eleições de 1930. No entanto, de acordo com o pacto político em vigor, que previa uma alternância de poder entre os dois maiores estados do país, caberia a Minas Gerais compor a cabeça de chapa. In: CARONE, Edgard. **A República Velha**: evolução política. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

aqui, com a certeza de que a sua repercussão terá âmbito muito mais amplo que os limites da capital ou mesmo do próprio estado.

A esta hora o grande gesto acadêmico já terá ecoado por todo o país, calando a fundo na alma de trinta e cinco milhões de habitantes, que são de fato partidários da anistia e não indiferentes a ela, como erradamente feito no Catete,³⁶ deixou perceber o feliz político que em breve vai dirigir os destinos de São Paulo. A vibração eloquente da voz generosa dos estudantes de Porto Alegre não ficará, estamos certos, perdida entre nós ou encerrada numa propaganda estritamente local. A sua expansão irá mais longe, tudo arrastando por onde passar, porque é a própria voz da Pátria que pede e clama a adoção desse remédio único capaz de restaurar as suas energias e de reabilitar a sua grandeza seriamente abalada. Não é a indiferença de meia dúzia de políticos profissionais que irá deter a ideia em marcha, que irá sufocar a grande aspiração nacional de que fez eco neste momento a entusiasta mocidade das escolas desta capital. Com ela está a Nação inteira, cansada, esgotada, solapada em todas as suas fontes de atividade e riqueza, minada pelo *morbus* terrível dos avançadores do poder, dos detentores do seu destino; com ela estará a alma nacional vibrante de emoção, tocada de generosos impulsos em favor de tantos expatriados, que vivem agora à sombra hospitaleira de outros países vizinhos que não lhes negaram ao sonharem com dias melhores para a terra natal!

A mocidade acadêmica de Porto Alegre que não desespere na sua atitude; que intensifique com mais ardor, com mais entusiasmo, a campanha com tanto acerto iniciada, e terá cumprido um dever de humanidade e de patriotismo.

³⁶ Palácio do Catete: sede da presidência da República entre 1897 e 1960.

6 de agosto de 1927

O nosso país, de norte a sul, comemorou, ontem, o primeiro centenário do nascimento do marechal Deodoro da Fonseca.

Por isso, a nossa capital amanheceu toda embandeirada, obedecendo assim ao decreto que instituiu esse dia como sendo de feriado nacional em homenagem ao proclamador da República.

Comentando o fato, um político “passadista” e meio filósofo, muito conhecido e apreciado nas nossas rodas de café, não perdeu a ocasião para fazer alguns comentários a respeito.

– Então, hoje se comemora o primeiro centenário do nascimento de Deodoro?

– É verdade, respondemos.

– Em razão disso, o governo decretou feriado nacional. Naturalmente, a homenagem não é ao militar valoroso que ele foi, e sim ao proclamador da República.

– Naturalmente...

– Se Deodoro se levantasse do túmulo, agora... O que eu não daria para ver a sua cara, ao contemplar a sua obra... Tenho quase certeza que ele era capaz de se suicidar de desgosto! E não é para menos. Tudo falhou na República. O povo foi vergonhosamente ludibriado pela esperança e pelas promessas com que os propagandistas lhe encheram os ouvidos. Não há um só dos sobreviventes da propaganda que não declare em público e raso, num gesto de amargura e profunda desilusão: “Esta não é a República que eu sonhara.”³⁷ Todos afinam por esse mesmo diapasão. Só não afinam assim aqueles que conseguiram colocar as suas grandes ambições materiais acima dos seus ideais políticos, e que estão hoje perfeitamente instalados nas posições de mando, defendendo o regime, grudados ao regime como

³⁷ Referência à célebre frase do jornalista e senador Saldanha Marinho, que simbolizou a desilusão com o regime republicano: “Esta não é a República dos meus sonhos.” *In*: VELLOSO, Monica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ostras ao rochedo. Para esses, a fórmula republicana proclamada e instituída no Brasil é a mais perfeita e melhor de todas. O regime passado, como o próprio termo o indica, era o “passadismo” atrasado, em completo desacordo com as grandes aspirações nacionais. A integridade moral dos seus grandes homens públicos não vale a unha do pé dos ilustres magnatas de hoje. São figuras de retrógrados, sem a menor significação ao lado dos nossos “águias”³⁸ modernos. – Assim pensam eles em relação ao regime passado. Eu, entretanto, confesso com absoluta franqueza: sou republicano dos quatro costados, mas quando me lembro de um governo como o do Sr. Artur Bernardes e como este que já está se esboçando, com os mesmos erros e defeitos, tenho saudade, confesso, profunda e imensa saudade, dessa grande e imortal figura de Pedro II, o magnânimo, que encheu de glórias o Brasil, em cinquenta anos de reinado.

* * *

Nesse ponto, o simpático político “passadista” parou. Registramos aqui a sua justa e magoada expansão.

20 de agosto de 1927

Ao contemplar-te no mísero estado de abandono e de ruína em que te encontras – o projetado e iniciado edifício da Alfândega de Porto Alegre –, a gente, sem querer, começa a pensar nos próprios destinos do Brasil. Como ele se parece contigo, como há pontos de contato entre um e outro! Este país é de um desgoverno republicano que não tem feito outra coisa senão esbanjar dinheiro em obras

³⁸ Águia: alguém que alcança sucesso financeiro por sua esperteza e capacidade de manipulação.

que, uma vez começadas, são logo jogadas ao abandono, entregues à destruição implacável do tempo.

Essa que aí está, na avenida Sepúlveda, é um espelho de todas as obras federais projetadas e iniciadas pelo país afora e que os anos, depois, se encarregam de destruir.

Aquele edifício é um público exemplo da negligência nacional, da falta de patriotismo dos nossos governos pouco parcimoniosos nos esbanjamentos dos dinheiros do Tesouro. Começadas há quinze anos, as suas obras sofreram sucessivas interrupções, até 1921. Daí para cá, pararam definitivamente por falta de verba. Enquanto isso, as ervas daninhas, a mataria virgem vai crescendo por dentro dos pavimentos, vai inçando ao derredor, que é, ao mesmo tempo, um depósito de imundices da vizinhança e um escoadouro das necessidades dos que por aí passam de dia ou de noite.

É simplesmente vergonhoso aquele monturo no coração da *urbs*. Tudo isso devemos ao governo da União, que vem preterindo indefinidamente a conclusão das referidas obras. Tal é o aspecto do seu arcabouço, tal o estado de suas paredes comidas de limo, já em grande parte escalavradas, que o edifício hoje se parece perfeitamente com uma ruína secular. Nem outra é a impressão que recebemos ao contemplar a sua armadura de tijolo e ferro, que, há mais de um decênio, vê-se ali naquele trecho novo da cidade.

Até quando permanecerá assim o não acabado edifício da Alfândega?! Só o valor do material que ali está enterrado e as novas despesas que terá o governo que fazer para substituir o que o tempo já estragou dão perfeitamente para construir dois ou três edifícios iguais àquele.

Há quatro meses foi decretada uma nova verba para a conclusão das obras. Essas, entretanto, não foram até agora reiniciadas. Até que o trabalho se conclua, a julgarmos pelo tempo em que ele teve

início, o Brasil passará por várias fases políticas, por várias transformações na sua vida interna.

Não será obra para os nossos dias.

27 de agosto de 1927

A política sempre foi entre nós o mais interessante dos pratos. Ela preocupa e agita todos os espíritos. Diante dela cessam, como por encanto, todas as outras preocupações. Nas rodas vadias ou ociosas, quer na rua ou dentro de casa, a variante é sempre a mesma – a política. Nestes últimos dias, então, ela tem sido assunto obrigatório de todas as palestras desta capital, até mesmo entre os mais frios e indiferentes aos destinos da nossa terra. Já foi posto de lado o trágico epílogo que tiveram as vidas de Sacco e Vanzetti,³⁹ sacrificados em holocausto à ferocidade da justiça norte-americana. O doloroso e revoltante episódio passa agora por ser um assunto velho. Não se fala mais nele.

O assunto do momento, o tema do dia, é única e exclusivamente a próxima sucessão presidencial do estado. Porto Alegre em peso, no decorrer desta semana, não tem feito outra coisa senão comentar o fato, senão formular a sua opinião sobre o candidato a ser escolhido. Tão viva e intensa é essa preocupação, que dir-se-ia nunca haveremos gozado de tal oportunidade para arriscarmos um palpite. A monotonia da repetição já havia suprimido, em nós, o prazer da conjectura. Mas, agora, conjecturamos; e no meio disso surgem impressões de todo o feito e de toda a ordem.

- Então, quem é o candidato?
- Dizem que é Fulano.

³⁹ Nicola Sacco (1891-1927) e Bartolomeo Vanzetti (1888-1927): militantes anarquistas italianos condenados à morte nos Estados Unidos, acusados do assassinato de um contador e de um vigilante. Apesar das muitas dúvidas sobre sua culpa, foram eletrocutados em 23 de agosto de 1927, o que causou protesto e comoção internacionais.

- Mas já se fala que o verdadeiro escolhido é Sicrano.
- Não pode ser, este não reúne as qualidades do outro.
- Que outro?
- Ora, o outro... Então, você não sabe quem é o outro?

E os palpites começam num vaivém de nomes e sobrenomes, apontando-se as probabilidades com que conta cada um para se fazer eleger presidente do nosso estado.

Afinal de contas, tudo não passa de meros palpites, de vagas suposições, de fatos imprecisos e indecisos. Ainda estamos nas trevas, no domínio do mistério, que em política é uma verdadeira arte, ou, mais do que isso, uma ciência. Se desde já o candidato estivesse oficialmente escolhido e oficialmente proclamado, as nossas rodas políticas perderiam a sua razão de ser e não teríamos a ventura de arriscar o nosso palpitezinho como quem arrisca na loteria e no “bicho”, sempre com a esperança de acertar.

É melhor assim. Os senhores não acham?

15 de setembro de 1927

Porto Alegre está atravessando neste momento o período áureo e glorioso dos desfalques.

É uma coisa nunca vista.

O assunto de todas as rodas, a nota viva e palpitante, a começar da última quinzena de agosto e a prolongar-se assustadoramente nesta, é a série de roubos, desfalques e irregularidades que se vêm verificando não só em departamentos particulares, como em vários departamentos da administração pública, nas seções onde entra em cena o dinheiro.

A nossa capital não fala outra coisa, não comenta algo que não seja essa série enorme de falcruas. Nestes últimos dias o noticiário dos jornais locais vem cheio de informações sobre esses fatos condenáveis.

Os leitores já se habituaram de tal modo a ter conhecimento de delitos dessa natureza que, ao abrirem o jornal pela manhã, em casa, deixam insensivelmente escapar esta frase, que é profundamente expressiva:

– Vamos ver hoje qual é o novo desfalque descoberto.

É o retrato vivo de uma época. Isso exprime bem a lamentável situação que ora atravessamos.

De fato, não se passa um dia em que não tenhamos uma surpresa dessa ordem. Ora aqui, ora ali, ora pequeno, ora grande, o fato é que os desfalques vão se verificando em número deveras fantástico. Poucas são as repartições que escapam livres dessas irregularidades contínuas.

Diante de tudo isso, há uma pergunta a fazer:

– Quais os fatores que vêm contribuindo tão poderosamente para esses desvios da honestidade individual?

Naturalmente, são vários. Primeiro que tudo, as necessidades da vida, os parcos vencimentos do funcionalismo.

São elementos que entram com regular percentagem para precipitar a vítima ao abismo com que a cada momento se depara a seus pés. Depois, o meio corrupto em que vivemos, onde todos os vícios se expandem à larga, sem o menor freio, onde os centros de devassidão enxameiam, onde a jogatina desenfreada tem carta branca para atrair e poluir os inexperientes e os incautos, são outros tantos elementos de capital importância para jogar à rampa pessoas que de modo algum cometeriam essas faltas se não houvesse aqui tantas insinuações criminosas.

Num ambiente assim, agravado ainda mais pelas tendências ou pela predisposição do indivíduo, é claro que fatos dessa natureza terão que se registrar e que se repetir constantemente.

Não estranhe o leitor se amanhã um novo escândalo explodir, um novo desfalque se verificar.

Tudo está perfeitamente previsto.

13 de outubro de 1927

O novo delegado fiscal interino⁴⁰ vai agora apressar a conclusão das obras do novo edifício da Alfândega de Porto Alegre.

Registremos a nova, que ela bem o merece. Estávamos ameaçados de ver findar o ano sem que a verba destinada a tal empreendimento fosse aproveitada, e certamente novas dificuldades na votação de um outro crédito iriam demorar ainda mais a conclusão daquela encantada obra de Santa Engrácia, que, há quinze anos, começou a ser erguida na avenida Sepúlveda, próxima ao cais do porto.

Contínuas e justas reclamações tivemos ocasião de fazer nesse sentido, lembrando a necessidade de ser concluída quanto antes a construção do referido edifício, sob pena do mesmo acabar num montão de ruínas.

Não era admissível que o governo da União, depois de ter por várias vezes recommençado as suas obras, as deixasse agora indefinidamente inacabadas. Entretanto, com o que ali se perdeu inutilmente, com o material que foi danificado pela ação do tempo e com as despesas que a União vem fazendo no imprestável prédio de aluguel onde tem instalado a Alfândega desta capital, com todas essas despesas perdidas já se podia ter adquirido mais de um prédio em condições para os fins a que aquele se destina. O abandono de tais obras representa um verdadeiro esbanjamento, um flagrante atestado de falta de economia, aliás, tão peculiar neste maravilhoso país onde cada governo que entra mais agrava, mais compromete os dinheiros públicos.

⁴⁰ O major Lincoln do Amaral Camargo.

Não cabem, entretanto, aqui, divagações sobre tema tão batido, sobre tão lamentável assunto.

Esta nota é apenas para registrar o fato de que as obras do novo-velho edifício da Alfândega vão, enfim, ser recomeçadas, depois de decorridos seis anos de sua segunda ou terceira paralisação.

De maneira que o crédito votado vai ser ainda aproveitado nesse exercício, graças à resolução do novo delegado fiscal interino, que está empenhado em ver concluído aquele edifício ainda neste ano.

Já não era sem tempo. Mais alguns meses de demora e nada se aproveitaria, por certo, daquele enorme montão de ruínas – símbolo expressivo dos governos que temos tido, dos governos que passam gastando, esbanjando, destruindo...

22 de novembro de 1927

Domingo, 20 de novembro. A cidade está festivamente embandeirada. Ignoramos a significação patriótica da data. Vamos à folhinha. Ela, porém, nada diz. Recorremos então aos cívicos conhecimentos de um amigo, que imediatamente nos explicou o caso:

- É porque ontem foi o Dia da Bandeira.
- Mas que tem a ver uma data com a outra?
- Tem que ver muita coisa.
- Como assim?
- Ora, como... As bandeiras colocadas na data anterior (colocadas, aliás, na véspera do 19) ficaram até hoje, ou por esquecimento ou por excesso de patriotismo.
- Mas isso é uma barbaridade, um verdadeiro atestado de falta de educação cívica.
- Barbaridade nada! Se o cidadão pode hastear a bandeira na véspera, por adiantamento, também pode deixar que fique desfraldada até depois do dia.

– Francamente, é deveras lamentável que tal aconteça, muito principalmente numa capital como a nossa, ciosa do seu respeito pelas nossas datas históricas e símbolos patrióticos.

– Pois olhe, meu amigo, poderia ser pior. Edifícios há, e até mesmo alguns edifícios públicos, que deixam a bandeira hasteada desde 15 de novembro.

– De 15 a 19?

– De 15 a 20. Você não está vendo?

– Confesso que tudo isso é simplesmente extraordinário, principalmente em se tratando do dia consagrado à bandeira.

– Que tem isso?

– Pois você não sabe? A bandeira da República nesse dia, de acordo com a sua instituição, só deve ser hasteada ao meio-dia em ponto, sendo arriada às seis horas da tarde do mesmo dia. Essa solenidade é destinada exclusivamente à nossa bandeira, não devendo figurar nas fachadas dos edifícios públicos ou particulares bandeiras de outras nacionalidades, sob pena dessa solenidade perder a sua significação, a sua razão de ser.

– No entanto...

– No entanto, é isso que você está vendo: não só bandeiras de outros países se desfraldam por toda parte, como o seu hasteamento é feito de véspera por muitos, no dia 15 por outros tantos, e uma semana depois se vê ainda a cidade toda embandeirada!!

– É curioso.

– É simplesmente lamentável.

– É a lei do menor esforço.

– É a lei da falta de patriotismo.

– Não paga a pena a gente lamentar-se. No final tudo dá certo.

– Realmente, no fim de contas neste país tudo dá certo.

Caminhamos alguns passos e estacamos depois em frente ao edifício do Banco do Brasil.

– Olhe lá, o Banco do Brasil está com a bandeira de pernas para cima!

– O Banco do Brasil! Uma instituição federal?! Mas isso é uma barbaridade...

– Qual nada! O Brasil há muito que anda de pernas para o ar. Aquilo é um símbolo da nossa situação!...

– Está certo...

– Sim, você tem razão: está certo...

26 de novembro de 1927

Realizou-se ontem a eleição para presidente do estado, para o próximo lustro administrativo.

Apesar da grande novidade desse verdadeiro acontecimento político, a “curiosa expectativa” que o caso envolve – e que mesmo o próprio candidato⁴¹ reconhece –, apesar de tudo isso, a cidade não mudou o seu aspecto habitual. Dir-se-ia antes que a eleição, pelo menos aparentemente, corra com frieza e até mesmo com certa indiferença, não havendo a menor vibração de entusiasmo.

Em várias rodas comentou-se esse fato, estranhando-se que a eleição que ia sagrar nas urnas uma das mais belas esperanças do Rio Grande corresse assim tão desanimada, tão fria. A própria mulher, tão indiferente a esses episódios da política, não deixou de manifestar a sua estranheza, segundo ouvimos, acidentalmente, numa palestra de ontem, à noite, em que damas e cavalheiros conversavam animadamente sobre o momentoso assunto. Alguém então justificou a razão por que a eleição de ontem ocorrera sem entusiasmo.

⁴¹ Getúlio Vargas (1882-1954) havia sido então eleito presidente do estado, depois do longo governo de Borges de Medeiros (1863-1961), que ocupou o cargo entre 1898 e 1908, e entre 1913 e 1928.

– Em primeiro lugar, é porque não houve pleito. O candidato foi um só. Em segundo, porque a mulher ainda não tem o direito de votar, não podendo, portanto, tomar parte nas nossas pugnas eleitorais.

Foi nesse ponto que uma gentil patrícia, mulher inteligente e fina, que até então se conservava calada, entrou a tomar parte na palestra.

– Mas, se não estou enganada, já está no Senado um projeto concedendo-nos esse direito.⁴²

– Sim, já está, e conta com a opinião favorável de muitos senadores.

– Tomara que essa lei venha o quanto antes. Precisamos regenerar o país...

– ...e animar os pleitos eleitorais.

– Exatamente, animar e dar vida ao cumprimento do dever cívico...

– E V. Ex.^a não teme o uso desse direito? Olhe, que no nosso país o direito de voto constitui um verdadeiro perigo. Conflitos, espancamentos, tiros, mortes etc.

– Pelo contrário, a nossa presença nas urnas só poderá regenerar os nossos costumes políticos, criando um ambiente de profundo respeito.

– Quer dizer então que, se já estivesse na posse desse direito, estaria hoje dando o seu voto ao Sr. Getúlio Vargas?

– A esse ou outro candidato que fosse do meu gosto, que reunisse todas as minhas preferências.

– Pelo que vejo, V. Ex.^a não é disciplinada...

– Realmente não sou. É o único antagonismo que existe entre meu marido e eu. Ele é disciplinado; eu não.

– Percebo que V. Ex.^a não é de modo algum partidária da continuidade administrativa...

⁴² Em 1927, havia sido aprovado o alistamento feminino no Rio Grande do Norte, e em nível nacional já havia projetos de lei e propostas de emendas em discussão. O voto feminino no Brasil foi conquistado, em 1932, e incorporado à Constituição de 1934. In: KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: uma história da conquista do sufrágio feminino. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2020.

– Deus me livre! Tenho horror a isso. Sou partidária extremada das coisas novas, que tragam o sabor da novidade, que nos alimentem de esperanças e de ilusões, que nos enganem, não com as promessas que não cumprem, mas unicamente com as coisas que não prometem...

A conversa parou nesse ponto, interrompida por alguém que impudentemente se aproximara da roda.

Ficamos então a imaginar quanto candidato sem programa não preencheria plenamente as exigências daquela linda criatura...

24 de dezembro de 1927

A gloriosa e invicta cidade de Porto Alegre teve, ontem, um espetáculo raro na história da sua vida política.

Esse espetáculo gozou a nossa população, ao receber o novo presidente eleito do Rio Grande do Sul, depois de um longo período de governança sem solução de continuidade. Era justo, portanto, era perfeitamente explicável essa curiosidade irresistível em ver e aplaudir com profunda e sincera simpatia o homem que vai agora dirigir os destinos de nossa terra.

A glória de S. Ex.^a, o novo presidente, nasceu de um belo e raro improviso político, que não atinge talvez um lustro, mas que é, entretanto, o bastante para dar da sua mentalidade e das suas intenções uma sólida garantia de um governo fraternal e sereno, incapaz de fomentar ódios e discórdias no seio da comunhão rio-grandense, que neste momento retoma a sua atividade e o seu trabalho, cheia das mais belas esperanças, animada dos mais nobres e elevados intuitos. A população inteira do estado, a começar pela da sua metrópole, sente bem, sente perfeitamente, essa satisfação incontida que se mostra não só nos seus augúrios e vaticínios, como nos próprios traços de sua fisionomia desanuviada.

A ciência de governar não é privilégio dos que se exercitam longamente no governo; ela é peculiar a todo o espírito que, além

de sereno e arguto, ama a sua terra e sente as necessidades do seu povo. A plataforma do novo presidente mostra em traços vivos e incisivos as qualidades de um homem perfeitamente capaz de realizar as mais justas aspirações da terra natalícia, sem que para tal tivesse feito longo treinamento na arte de dirigir. Essa plataforma é um documento de discreta sinceridade; ela veio ao encontro das aspirações populares; ela animou de esperanças todos os desejos; e do terreno da “curiosa expectativa” no qual surgia um novo presidente para o Rio Grande, o povo começou a divisar a promessa formal de uma realidade consoladora.

Por isso as justas manifestações de entusiasmo com que a população de Porto Alegre recebeu ontem o ilustre eleito.

A cidade teve o seu grande dia de desabafo. Satisfeita a sua natural curiosidade em ver um novo presidente do estado – coisa que há mais de um quarto de século não acontecia nos anais da sua política –, recolheu-se jubilosa fazendo votos, que são também os nossos, para que novos horizontes se rasguem para os destinos da terra gaúcha, para que a paz e a concórdia reinem definitivamente entre todos os homens, e que o amor e o trabalho façam do Rio Grande do Sul o legítimo orgulho do Brasil.

25 de dezembro de 1927

Diálogo à frente do Grande Hotel,⁴³ após a recepção feita ao novo presidente eleito:

- Então, qual a sua impressão sobre o homem?
- Sobre qual dos dois: sobre o que entra ou sobre o que sai?

⁴³ Grande Hotel: estabelecimento inaugurado em 1918, de propriedade de Christino Cuervo e do imigrante francês Jean-Pierre Bourdette. Tradicional ponto de encontro de políticos, localizava-se na rua dos Andradas e funcionou até 1957. O prédio foi destruído por um incêndio em 1967. In: LEÃO, Sílvia Lopes Carneiro. Os antigos hotéis de Porto Alegre. *Arqtexto*, Porto Alegre, n. 0, p. 4-12, 2000.

– Ora, está visto que é sobre o que entra!

– Pois desde já lhe digo que a minha impressão é a melhor possível. O homem é profundamente simpático e tem, ao que parece, duas qualidades indispensáveis para não afugentar de ao redor de si o respeito e a admiração da opinião pública: é o risonho e o amável.

– De pleno acordo. É isso mesmo. São qualidades essenciais a um governo que começa. Depois, sim, com o tempo e com o hábito do mando, pode fechar a cara, tornar-se inacessível, enclausurar-se em si mesmo, tratar com desprezo e até a vergalho os seus governados, porque estes de modo algum arrepiarão carreira.

– Tudo acostuma...

– Sim, tudo acostuma... Só o princípio é que é difícil. Temos o exemplo aqui mesmo entre nós...

– Mas com ele, certamente, não se dará isso. Dizem que é um temperamento sereno, sem ódios, sem rancores, incapaz de pequeninas vinganças que são, a meu ver, as que mais doem e irritam os perseguidos.

– Mas o hábito de cachimbo faz a boca torta...

– Não haverá perigo. Um dos grandes benefícios da calorosa revolução rio-grandense⁴⁴ foi acabar com as reeleições, de maneira que não haverá tempo para o vício do mando, que é o mais terrível e o mais absorvente dos vícios, criar raízes profundas e perigosas. Demais, o novo presidente é um moço que subiu rapidamente e, por isso mesmo, dentro em pouco estará enfarado na efêmera e embriagadora glória da política, o bastante talvez para se livrar o quanto antes de tamanho fardo.

– Pois aí é que está o seu engano. Os que sobem rapidamente é que são os mais perigosos. Não têm o senso da sensibilidade graduada. Querem ir além, querem subir mais. É um verdadeiro perigo.

⁴⁴ Referência à Revolução Assisista de 1923. O Pacto de Pedras Altas, assinado em dezembro de 1923, oficialmente encerrou o conflito, proibindo as reeleições no estado.

– Realmente, é um perigo. Entretanto, há tanta coisa para um bom administrador fazer, no Rio Grande, que se o novo eleito quiser trabalhar de verdade, promovendo a riqueza e a felicidade do estado, não terá tempo para devanear com as delícias da tentação e da glória...

– Assim seja.

– Para tranquilidade do nosso povo...

– Para o bem-estar da nossa terra.

(Registrado esse diálogo entre dois cidadãos que ali estavam, tão sinceramente preocupados com o nosso destino político, um outro ouvimos, já na ocasião de se dispersar o povo pelas ruas da cidade.)

– Tanta gente e tanta frieza...

– É verdade: tanta gente e, no entanto, tanta frieza...

– Como explicar esse fato, quando houve, por parte de toda a população, um vivo interesse em receber a pessoa profundamente simpática do presidente eleito?

– São coisas...

– Entretanto, tenho certeza de que quem, como ele, chega à sua terra cercado de tantas e risonhas esperanças não pode ser o causador desse silêncio tumular da multidão que se acotovela nas ruas à sua passagem.

– Então de quem é a culpa?

– Ora, de quem há de ser...

E nessas reticências morreu uma afirmativa discreta, enquanto o ruído da dispersão animou de novo todos os recantos da cidade, nessa tarde histórica em que a divina esperança que não morre sorriu, ainda uma vez, para a grande expectativa do nosso povo.

10 de janeiro de 1928

Como sempre acontece em fim de governo, quer no governo da União, quer no dos estados, os candidatos a emprego público chovem nos últimos dias em quantidade verdadeiramente assombrosa.

Não há evitar a onda fantástica dos pedidos.

Caso idêntico estamos assistindo aqui com o governo que termina agora o seu mandato. Por todas as secretarias e repartições do estado é um movimento incessante de pessoas que querem ou empregam sua nomeação para este ou aquele lugar. São pedidos e pedidos, de todos os lados, a toda hora.

Atravessamos um verdadeiro período de lufa-lufa. Não há um momento de tranquilidade.

Os pretendentes,
impertinentes,
se agarram
com unhas e dentes!

É uma verdadeira calamidade: um suplício terrível, principalmente para os que prometem. Porque desde a promessa até a nomeação, o suplicante ou a suplicante não os larga, não os deixa um só momento de sossego. É na repartição do chefe, é na casa particular, é junto à esposa, é junto aos filhos, é junto aos criados. Lá está rente, firme, inabalável, o indefectível candidato ao emprego.

E, como na maioria dos casos não existem vagas a preencher, tem que se criar uma nova categoria de lugares, tem que se inventar vagas à força, com prejuízo, embora, para os cofres públicos que ficam assim em épocas de fim de governo, seriamente comprometidos.

Estamos assistindo em Porto Alegre a esses episódios inevitáveis da luta pela vida, um dos aspectos característicos do momento, quando todo o mundo forceja para ficar bem colocado, para “cavar” um bom emprego. Quem se der ao trabalho de visitar as nossas repartições públicas, a começar pelo palácio presidencial, verificará certamente a enorme romaria de pedintes, de gente alegando serviços ao partido, sua dedicação de companheiro e de votante e que espera ser contemplado no primeiro momento.

A legião não é só de homens, é de mulheres que alegam também a mesma folha corrida de serviços.

Ainda ontem pela manhã fomos obrigados a assistir, numa das nossas movimentadas repartições públicas, a uma cena bem significativa da invasão feminina nos domínios do funcionalismo. Tratava-se de duas moças belas e expeditas que desejavam ser nomeadas como datilógrafas. Depois de ouvi-las atentamente o chefe da repartição indagou se sabiam de fato escrever à máquina, ao que a mais viva, que parecia ser mais velha, logo respondeu:

– Não sabemos, doutor, mas é a mesma coisa...

– Como a mesma coisa, senhorita?

– Sim, somos companheiras...

– Mas a senhora não é eleitora...

– Não somos, mas o meu noivo vota por mim e o namorado da Rosita vota por ela. Tudo se arranja, doutor. É só querer. Além disso, o voto feminino vem aí. O senhor pode desde já contar com a nossa solidariedade. Somos nove eleitores em casa, não contando com uma irmãzinha de peito e mais a Lolita, que já entrou para a escola... Já vê que são onze votos garantidos dentro de pouco tempo...

Como fomos obrigados a sair do local, ficamos na ignorância de resultado daquele pedido, feito, aliás, com tanta lógica...

26 de janeiro de 1928

26 de janeiro.

Ano de 1928.

É de manhã.

A população acorda,

Olha em derredor.

Esfrega os olhos.

Espreguiça-se.

Parece um sonho...
Parece...
Mas não é,
Vê bem.
Contempla.
Novo despertar da cidade,
Novo despertar do Rio Grande.
Realmente...
Tudo está mudado.
Tudo.
Até a gente mudou.
Olhando é que se vê.
Fisionomias alegres.
Iluminadas.
Bestificadas.
Transfiguradas.
Outros horizontes.
Outro futuro.
Outro ambiente.
Promessas de paz.
Anseios de trabalho.
Desejos de progredir.
Vida nova.
Ilusões.
Esperanças.
Tudo parece um sonho...
Parece que não é.
Aleluia!
Aleluia!

* * *

Para quebrar o sabor impertinente futurista deste ligeiro relato de impressões vertiginosas, há que lembrar aqui um fato que de modo algum podia passar sem registro.

É o seguinte:

Não tendo tempo o passado governo de despedir-se pessoalmente de todas as repartições públicas, como seria naturalmente do seu desejo, apesar de não ser obrigado pelo protocolo, resolveu despedir-se, em carta, de várias repartições e autoridades federais.

Mandava o protocolo que essas repartições respondessem também com uma carta, agradecendo a deferência e fazendo votos pela felicidade pessoal de quem se despedia. Duas delas, porém, não se contiveram. E sem mais nem menos foram, com comissões dos seus mais graduados funcionários do palácio, solicitar uma audiência do então presidente, para no outro dia irem agradecer pessoalmente as despedidas que aquele lhes fizera em carta.

É a última palavra em matéria de *gaffe*...

27 de janeiro de 1928

Ainda hoje somos obrigados a nos desviar de vários assuntos que se relacionam com os problemas urbanos da capital para nos referirmos à péssima, à dolorosa impressão que causou por toda a cidade o lamentável discurso pronunciado pelo Dr. Álvaro Sérgio Maser,⁴⁵ no palácio do governo, por ocasião da posse do novo presidente do estado.

Essa oratória estranha, como se fora pronunciada por uma garganta desconhecadora da doce harmonia que embala os nossos sonhos de fraternidade, foi um grito de rancor e de raiva, uma latente manifestação de cólera incontida. Quando julgávamos aplacada a

⁴⁵ Álvaro Sérgio Maser (1881-1928): advogado criminalista e político, então deputado do Partido Republicano na Assembleia dos Representantes.

fúria dos dissídios e das revoltas que há tempos separaram os filhos da mesma terra, os irmãos do mesmo sangue; quando, no momento em que toda a capital, todo o Rio Grande, todo o Brasil estava com as suas vistas voltadas para o novo governo que se inaugura, bafejado pelas melhores simpatias populares; quando um novo rio de esperança começa a iluminar os destinos da terra gaúcha, prenunciando dias melhores de paz, de trabalho e de progresso, eis que um orador, aliás ilustre e dos mais festejados, olvidando a dignidade de sua missão, esquecendo toda a beleza de que é capaz o verbo sem ressaibos, a palavra sem maldade, começa a revolver as cinzas do passado, a escorchar as feridas que se estão cicatrizando, avivando episódios dolorosos das nossas lutas e embates, atirando sobre os adversários do seu credo político os doestos⁴⁶ e as injúrias que a solenidade do momento não permite.

Tremenda decepção. Maior vergonha não foi tanto para nós que somos filhos da casa, filhos do mesmo rincão afetuosos e que, direta ou indiretamente, tomamos parte na refrega, maior vergonha foi, por certo, para o forasteiro incauto apanhado de surpresa por essa catilinária de ódios, extravasada num momento histórico da vida do Rio Grande, quando certamente esperava encontrar aqui um ambiente de serenidade capaz de impulsionar todas as nossas forças vitais e latentes para uma finalidade única: a crescente grandeza de nossa terra.

Não entendeu assim o orador que, desviado das nossas tradições de fidalguia e de cavalheirismo, outra coisa não se fez senão reavivar ódios e atassalhar o adversário, esquecendo por completo que a cerimônia de posse do novo governo era o primeiro hino que se entoava em louvor à confraternidade do heroico e glorioso povo gaúcho.

⁴⁶ Doesto: acusação aviltante, insulto.

Essa foi a triste e lamentável impressão que encheu a cidade na tarde de anteontem e que a esta hora já era repercutida por todo o Rio Grande.

1º de fevereiro de 1928

A população de Porto Alegre anda de cara espantada, assistindo a coisas que nunca, jamais imaginara assistir. O Sr. Getúlio Vargas, atual presidente do estado, é que veio provocar esse espanto entre os habitantes pacatos da cidade. É que S. Ex.^a não perdeu os seus hábitos de quando ainda há bem poucos anos era um simples deputado à Assembleia de Representantes. S. Ex.^a anda na rua sozinho, despido de todas as complicadas insígnias presidenciais, de todos os solenes e antipáticos revestimentos protocolares; vai a pé ao barbeiro; para nas esquinas; conversa com os amigos; foge das rodas dos engrossadores; fuma o seu charuto; sorri; e não esquece as velhas amizades de outros tempos; e assim ao topar com um amigo – mesmo que esse amigo seja um adversário político –, ele tem na sinceridade do seu abraço um movimento de comovido interesse pelo obscuro sujeito que ficou marcando passo à margem do caminho.

Ora, um homem nessas condições, na presidência do estado, tinha forçosamente que alarmar a população.

Foi o que se deu com o Sr. Getúlio Vargas. Ainda ontem inquirimos de um camarada sobre a impressão de tal fato completamente estranho nos anais da nossa alta política governamental.

E esse amigo nos respondeu:

– Minha Nossa Senhora, nunca vi isso! Vai acontecer alguma coisa naturalmente. Na certa que o mundo está por se acabar... Desde que me conheço por gente (e sou nascido e criado em Porto Alegre), nunca tive jamais o topete de topar sozinho, na rua, com o presidente.

– Então acha o fato extraordinário?

– Simplesmente extraordinário. Pois você não vê: o homem até dá adeus pra gente, aperta a mão e conversa! Onde é que se viu isso?

– Mas ele é um mortal igual aos outros. *Pulvis est...*⁴⁷

– Qual nada. O outro não era assim. Não vê que ele ia dar confiança às massas ignaras, das quais eu e você fazemos parte... Pois sim, espere bem...

A impressão que aí fica nesse ligeiro diálogo é a impressão geral, de todos quantos têm visto a pessoa do atual presidente, na rua, conversando com todo o mundo, sem com isso perder a mínima parcela da sua dignidade de primeiro magistrado do Rio Grande do Sul; antes, pelo contrário, essa atitude democrática mais o enche de simpatia perante os concidadãos.

Dir-se-ia que o impressionante sarcófago da praça da Matriz⁴⁸ escancarou a sua tampa pesada e fúnebre para arejar o seu fundo lúgubre e sombrio, onde por tantos anos se mumificaram todas as ilusões e esperanças da nossa terra, todo o espírito de confraternidade do nosso povo, todos os anseios de felicidade da nossa gente.

Felizmente, um sopro de vida nova ali agora penetra, inundando de luz a treva densa daquele sepulcro fechado, anunciando para o Rio Grande uma nova era de segurança e de felicidade.

Oxalá não nos enganemos.

11 de agosto de 1928

Desde anteontem que o assunto único da cidade, em todas as suas rodas, em todos os cantos, em todos os seus centros de manifestação de vida, vem sendo os tristes e vergonhosos episódios desenrolados

⁴⁷ Referência à sentença bíblica "*Memento homo quia pulvis est et in pulverem reverteris*" ("Lembre-se, homem, que és pó e ao pó voltarás", em tradução livre), extraída do livro do Gênesis, capítulo 3, versículo 19.

⁴⁸ Praça da Matriz: oficialmente, praça Marechal Deodoro.

em Dom Pedrito, que culminaram com a depuração dos candidatos opositoristas vitoriosos no pleito intendencial ali ferido.⁴⁹

Tão chocante e brutal foi esse desfecho que arrancou da gente honesta de toda a capital os mais vivos comentários de desalento e de revolta. Dir-se-ia que Dom Pedrito passou a fazer parte integrante das cogitações do espírito público de Porto Alegre.

Nem que quiséssemos desviar essa crônica diária para outro motivo, para outro tema, havíamos de ser instintivamente impelidos para aquele caso, cujo desfecho doloroso para os nossos sentimentos de rio-grandenses empolga hoje todo o Rio Grande estupefocado. Depois da última atitude da nossa bancada na Câmara, aprovando o projeto da ditadura policial e na qual felizmente se salvou a tempo a nobreza e a dignidade de Flores da Cunha⁵⁰, o epílogo de Dom Pedrito vem mostrar claramente o ambiente moral e político em que vivemos: o gesto do conselho monstrengo, reflexo deplorável e triste de uma mentalidade de tarraxa, é o suficiente para lançar ao desânimo, na mais dolorosa das desilusões, aqueles que ainda creditam ser o resultado das urnas uma expressão de respeito pela opinião alheia.

De que serve o esforço e a abnegação daqueles que lutam contra a espécie de embaraços e dificuldades, criada propositalmente, desde a qualificação até a hora de votar, lutando muitas vezes contra a vontade dos maus juizes e arriscando no dia do pleito a própria vida, de que serve tudo isso, repetimos, se, quando vitoriosos, os resultados são reduzidos a nada como no caso em questão? Qual a liberdade, qual o direito que assiste aos que querem pelos meios legais, como é o do voto, expressar a sua vontade, escolher livremente aquele que deverá dirigir os destinos de sua terra? Mas de que vale

⁴⁹ Nas eleições de 1928, em apenas dois casos houve polêmica em torno do reconhecimento dos candidatos eleitos: Dom Pedrito e Bagé. Na maioria dos casos, foi aceita a vitória das candidaturas opositoristas às Intendências Municipais e à Assembleia dos Representantes.

⁵⁰ José Antônio Flores da Cunha (1880-1959): militar e político nascido em Santana do Livramento. À época, exercia o mandato de senador.

a manifestação dessa vontade, se ela é imediatamente esmagada pela fraude ou pelo esbulho?

Mesmo que o caso ficasse reduzido ao de Dom Pedrito, o escândalo foi de tal ordem e tão bem preparado que ele a esta hora já arrebatou o entusiasmo das oposições de outros municípios, que se preparavam também para os pleitos próximos.

E dentro desses comentários tem girado a vida de toda a cidade, abruptamente abalada nestas últimas horas.

16 de agosto de 1928

Realizaram-se, ontem, as eleições municipais de Porto Alegre.

A frieza e a indiferença com que correram esses atos eleitorais deixaram ver, patentemente, que o “cumprimento do dever cívico” não anda lá muito bem para que se diga, com as decepções que dia a dia invadem e dominam o espírito público. É que o Brasil do mandonismo partidário e da política profissional vai dia a dia contribuindo para essa situação de afrouxamento geral, matando as melhores esperanças daqueles que ainda acreditam na regeneração dos nossos costumes políticos. Os exemplos estão por toda a parte, demonstrando que o esbulho, a corrupção e a fraude ainda são instrumentos decisivos na anulação da vontade da opinião pública. O que ainda predomina por aí afora é a mentalidade estreita e prepotente dos pequenos régulos rurais, fabricantes sistemáticos dos mais condenáveis vícios de que se enchem as urnas. Os recentes exemplos de Dom Pedrito e Montenegro não são para animar aqueles que porventura ainda acreditam na realidade do voto. Este de nada vale quando já uma intenção preconcebida se vem opondo, por todos os meios, à expressão da sua vontade. Daí o desânimo, daí a falta de concorrência aos pleitos eleitorais, como ainda ontem se verificou em relação às eleições realizadas nesta capital. Decorreram estas com indiferença ainda maior que em outras ocasiões. Basta dizer que em uma cidade

como a nossa, de 300 mil habitantes, onde o situacionismo tem um formidável contingente eleitoral, não foram em globo 8 mil eleitores às urnas. Por parte da oposição, não admira o seu retraimento em face do que se vem verificando por aí afora. Tudo cansa. O que admira é que as hostes disciplinadas do PRR⁵¹ não atendessem em massa aos apelos partidários, contribuindo, assim, com a sua ausência das urnas eleitorais para constatar-se uma abstenção não inferior a 60% sobre o elemento alistado.

É, como se vê, uma percentagem muito elevada.

Será que não há necessidade de maiores esforços?

Talvez.

8 de setembro de 1928

7 de Setembro.

Independência ou morte!

E as tropas em atitude marcial, conservando, uniformes, a cadência rítmica do passo, rompiam a marcha, abrindo caminho, triunfais, por entre a massa de povo, que se acotovelava na rua dos Andradas. A manhã, apesar de sombria e tarda, não escondia o luzimento da formatura. Desde o Colégio Militar⁵² até os esquadrões dos adolescentes ginasianos, sem falarmos nos tiros de guerra e nas tropas regulares do Exército e da Brigada, enchiam as ruas de um vivo fulgor de farda, de uma nota fortemente animada de legionários combatentes que estivessem a partir para os campos de batalha, em defesa da Pátria.

Deus queira que nunca chegue esse dia; tomara que a missão do nosso exército não passe de uma simples medida preventiva;

⁵¹ PRR: Partido Republicano Rio-Grandense.

⁵² Colégio Militar: instituição de ensino fundada em 1912, funcionando até hoje no prédio inaugurado em 1872 nas imediações do atual Parque Farrroupilha.

tomara que ele não vá além das paradas, dos exercícios de eficiência, dos combates simulados. Será essa a mais bela, a mais humana, a mais patriótica das suas missões. O ideal, segundo a opinião de um pacifista sul-americano, será termos exército com função de mero ornamento, embora dispendiosa, embora à custa dos cofres públicos. Essa será por certo a sua missão de futuro, uma vez definitivamente afastada a ideia de conflitos bélicos, de guerras internacionais. Esse dia naturalmente chegará, a menos que não redunde em *blague*⁵³ ou em brincadeira de mau gosto, o recente pacto Kellogg, assinado em Paris por quarenta pequenas e grandes potências.⁵⁴

Mas... estamos sem querer a desviar do assunto, do motivo principal desta pequena crônica urbana, que é o de falar sobre a grande data nacional, sobre a parada militar que em sua honra ontem aqui se realizou.

Ao assistirmos ao desfilar das tropas da nossa guarnição, pensamos, sem querer, nos destinos do Brasil, na sua verdadeira independência, nos sonhos liberais do seu povo aviltado e ultrajado pelos profissionais da política.

Independência ou morte!

Como está custando chegar esse dia!

* * *

⁵³ *Blague*: em francês, piada, pilhéria, dito espirituoso.

⁵⁴ Pacto Kellogg-Briand (Pacto de Paris, Pacto Multilateral contra a Guerra): tratado internacional assinado em 27 de agosto de 1928, que estipulava a renúncia à solução bélica como instrumento político das nações. Foi assinado por representantes dos seguintes países: Austrália, Bélgica, Canadá, Tchecoslováquia, França, Alemanha, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Polônia, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos da América. A adesão do Brasil ocorreu em 1934.

E os batalhões em formatura de grande parada, desfilando cadenciados a passos de 120,⁵⁵ nos faziam amadurecer na ideia de que o grande dia da independência realmente não está longe...

20 de setembro de 1928

A classe acadêmica desta capital promove para hoje um comício popular em homenagem aos heróis da memorável Revolução Farroupilha⁵⁶ de 1835.

É bem de louvar esse patriótico gesto da mocidade das nossas escolas. Tão afastados andamos dos acontecimentos da nossa história, dos episódios mais culminantes da nossa gloriosa vida passada, que, quando se nos depara uma data como a de hoje e quando contamos, para celebrá-la, com os belos impulsos entusiastas da mocidade, não devemos deixar de emprestar-lhe todo o nosso apoio.

A comemoração de hoje é por demais expressiva. Ela dá margem às mais altas expansões do nosso amor patriótico, do nosso verdadeiro orgulho de rio-grandenses, ao evocarmos o brio e a bravura da raça que tanto culminou na rebeldia farroupilha de 1835. Nesse culto aos heróis do grande feito não nos move, por certo, uma acentuada restrição bairrista ou qualquer menosprezo por tantos outros episódios históricos da vida nacional, tão belos como o que a data de hoje recorda. Alguém com quem ontem falamos sobre o patriótico comício promovido pela mocidade acadêmica deu-nos a entender que não faltará por aí quem possa interpretar tal homenagem como uma manifestação de “separatismo”...

Nada mais absurdo. Se tal interpretação continuasse regra geral, ficaríamos privados de conviver em pensamento com a história

⁵⁵ Passos de 120: cadência de 120 passos por minuto.

⁵⁶ Revolução Farroupilha: movimento liderado pelas elites estancieiras sul-rio-grandenses contra a centralização política do Império, entre 1835 e 1845.

gloriosa do Rio Grande do Sul, e só poderíamos, sem suspeitas, fazer comemorações patrióticas com referência a datas de outros estados que não o nosso, como se a de 20 de Setembro não fosse uma das maiores, não só no Rio Grande, mas na nacionalidade, pelo muito que ela recorda do sentimento e do espírito de um povo oprimido e pelos ideais de liberdade que esse mesmo povo soube erguer tão alto através de dez anos de lutas e de sofrimentos.

Não! A comemoração da extraordinária epopeia guerrilheira deve ser feita sempre por todos nós rio-grandenses, não só na data oficial, mas a toda a hora, a todo o momento, a fim de despertar e animar o nosso amor e o nosso respeito pela memória daqueles que tão alta e dignamente souberam elevar o bom nome da terra gaúcha.

A nossa fibra patriótica está por demais claudicante para não dispensar de modo algum o calor generoso daqueles que ainda lhe podem insuflar um pouco de energia.

E cabe certamente à mocidade rio-grandense essa nobre e patriótica missão.

27 de setembro de 1928

A cidade está com três assuntos palpitantes, que são o tema de todas as rodas, quer no lar, quer na rua, quer nas rodas do comércio, quer nas dos políticos, quer, enfim, nas rodas vadias dos cafés. O primeiro se refere aos pleitos intencionais, notadamente o de São Gabriel, onde os elementos da fraude aplicados por uma terrível mentalidade retardatária tudo têm feito para estrangular os legítimos direitos da oposição vitoriosa daquele município. O segundo assunto, não menos interessante e não menos palpitante, é o que se refere à primeira mensagem do atual governo, enviada à Assembleia dos Representantes. A sua linguagem clara e franca, a que não estava acostumado o público, e, mais ainda, a sinceridade do novo presidente, que se diz animado dos melhores e dos mais

patrióticos intuitos no que diz respeito ao engrandecimento da nossa terra e a “garantir todas as liberdades para que a comunhão rio-grandense não seja atingida no patrimônio das suas conquistas liberais”, toda essa nova linguagem desconhecida do povo calou fundo no espírito público desta capital, desde o momento em que se divulgou a nobre fala presidencial. O terceiro assunto, finalmente, que como os dois anteriores também está na ordem do dia, é o caso do assalto à redação de *Il Piccolo*, em São Paulo, levado a efeito pela mocidade das escolas como justo desagravo às ofensas atiradas por aquela folha estrangeira a uma ilustre escritora patrícia.⁵⁷

Como se vê, são três assuntos palpitantes que, ainda por alguns dias, permanecerão em foco, esbatidos em todas as conversas, em todas as rodas da cidade, já despreocupadas naturalmente com as causas e as consequências da enchente que durante uma quinzena tanto alarmou a nossa população, servindo de tema invariável a todas as palestras.

Os três assuntos acima referidos não podiam deixar de merecer a atenção popular.

Os casos intencionais, a mensagem do presidente do estado, focando com sinceridade os mais momentosos problemas para a comunhão rio-grandense, e, finalmente, as ameaças de um jornal fascista de São Paulo e o imediato desagravo dos estudantes daquela capital repercutiram fortemente em Porto Alegre, entre todos os que não são indiferentes às notícias ventiladas pela imprensa local.

Se o que vem se verificando em vários pleitos intencionais nos envergonha e avilta, a atitude da mocidade paulista nos dignifica e

⁵⁷ Referência à jornalista Maria Lacerda de Moura, que havia criticado o exagero das celebrações fascistas em homenagem ao célebre aviador italiano Carlo lo Prette, morto no Brasil. Em resposta, seguiu-se virulento artigo de Luigi Freddi, no jornal italiano *Il Piccolo*, que fazia comentários considerados ameaçadores e ofensivos sobre a jornalista e as mulheres brasileiras em geral. Em virtude disto, em 25 de setembro, um grupo de populares e estudantes da Faculdade de Direito liderou manifestações anti-italianas e empastelou o jornal, destruindo suas instalações e equipamentos. In: GERTZ, René Ernaini. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

eleva, o mesmo acontecendo com as palavras contidas na mensagem presidencial, em que um espírito verdadeiramente patriótico ali se reflete na nobre e digna preocupação de encaminhar o Rio Grande para um elevado destino.

Registramos aqui, portanto, esses três temas palpitantes, que vêm enchendo de animação a vida da cidade.

16 de novembro de 1928

A cidade acordou, ontem, sob o troar das salvas de tiros em honra ao grande dia da República. E o dia, por isso mesmo, despertou alegre, satisfeito, cheio de sol e de animação ruidosa, para mostrar-se silencioso e triste durante a tarde ventosa e poeirenta.

Com essa simpática data, toda ela evocativa e consagrada ao episódio marcial de 15 de novembro de 1889, que trocou, sem querer, a coroa imperial pelo barrete frígio, vem de um certo tempo para cá acontecendo algo digno de observação e de registro. É que, de ano para ano o 15 de Novembro vem perdendo muito a sua verdadeira significação. Os maus governos que o novo regime trouxe para o Brasil vão se encarregando de desprestigiá-lo, atirando-o à indiferença das massas desiludidas. De sorte que, por mais que os poderes constituídos (constituídos, aliás, à revelia do povo) procurem revesti-lo de comemorações e solenidades imponentes, mesmo assim, mesmo que isso se faça, o dia resulta chocho, sem a menor força para animar a chama patriótica, para acender os entusiasmos das multidões apáticas. Não é o povo que faz animado o dia; é o mundo oficial, com suas paradas militares, com as suas recepções de protocolo, com as suas custosas solenidades palacianas. Fora disso, a data, que só deve ser de grande vibração cívica, ainda vai passar como sendo a de um dia de luto nacional, de fúnebre recordação lacrimajante.

Quem analisar a vida da política contemporânea do nosso país acaba, forçosamente, no “passadismo”. Estabelecido o confronto do

atual com o antigo regime, principalmente depois que Bernardes passou pelo Catete, a gente tem um patriótico desejo de voltar para o passado e lá ficar para sempre, preso perpetuamente ao que havia de ruim na monarquia, certamente muito melhor do que tudo que há de bom na República. E como a maioria do povo tem essa inclinação manifesta, segue-se também que a maioria do povo tem indiferença absoluta pela desagradável recordação que o 15 de Novembro nos traz à mente.

Por isso, não há que estranhar que ele passe como ontem passou, sob a maior indiferença popular.

*18 de maio de 1929*⁵⁸

A falta de assunto local – ainda bem – obriga-nos a procurar na China o tema para *A Cidade* de hoje.

Em Tientsin, nas proximidades do mar Amarelo, reuniu-se certa vez o Supremo Conselho dos mandarins juízes. Por essa corte, constituída dos mais altos dignitários da Justiça, ia ser decidido do direito que dois inimigos encarniçados se arrogavam de possuir sobre a cobiça da herança deixada pelo mais rico mercador de pérolas da província de Kiangsu. O recinto respeitoso e solene premia-se de ouvintes de todas as castas que ali estavam ansiosos por ouvir do secretário supremo a sentença definitiva. Aberta a sessão, um meirinho togado, que se postara no primeiro degrau da escadaria do templo, anunciou com três assobios o recolhimento dos juízes. Feito isso, começaram, animados, os debates. Depois de discutido o caso e já no momento do veredito inapelável, um nédio mandarim sisudo,

⁵⁸ Crônica inspirada no livro satírico *Cartas de um chinês do Brasil para a China*, publicado em São Paulo, pela editora de Monteiro Lobato, em 1923. As cartas teriam sido escritas por Ho-He-Dgent, publicadas na gazeta chinesa *Tomh-Há-Pao*, divulgadas pelo *Changhaiian Times* e traduzidas para o português por Simão de Mântua, pseudônimo do jornalista A. Gomes do Carmo.

de “pti-sú”⁵⁹ e rabicho (naquele tempo ainda não estava na moda para os magistrados da China o cabelo à la garçon), ergueu-se da banquetta sagrada e, de olhos fitos no manipanso simbólico, removeu uma oração gutural: “Colegas, integérrimos! Salve! Tanto quanto possam alcançar o meu saber jurídico, a minha interpretação do Direito, o meu ‘inabalável amor à justiça’, eu ousou vos advertir de que esta questão é por demais cabeluda! E sendo o meu voto, como sabeis, decisivo no caso, aquele que irá dar o tiro de honra na contenda, é de bom aviso que eu primeiro medite e pense com as necessárias precauções que a balança da Justiça requer. Portanto, esperai, colegas, por algumas luas mais! Esperai para que esse voto possa ser dado com perfeito amadurecimento de ideias, para que ele seja decisivo como a palavra divina, puro como a água do templo e forte como a muralha sagrada. Esperai, portanto, colegas integérrimos.”

Diante daquela insinuação, as partes interessadas que aguardavam a decisão compreenderam o único caminho a seguir. Cada qual, por sua vez, procurou o supremo magistrado, e, sobre o tabuleiro do seu chá, como no altar de um pagode sagrado, derramou-se a cornucópia das oferendas. Um deles, porém, foi tão pródigo em despejar montanhas de “tael”⁶⁰ que o austero mandarim, saindo da sua atitude meditativa, exclamou sorridente: “Basta! Vejo agora que a tua generosidade ilumina os escaninhos do meu saber jurídico; vejo agora que a balança da justiça inclina-se a teu favor! Parte, tranquilo, feliz mortal, porque a vitória será tua. Que Confúcio e todos os deuses te acompanhem. Parte, tranquilo!”

Bonita história, leitor amável. Felizmente isso aconteceu na China...⁶¹

⁵⁹ Pti-sú (como no original): possivelmente, referência a *liúsū*, um adorno de cabeça do tradicional traje mandarim.

⁶⁰ Tael: sistema chinês de moedas e medidas.

⁶¹ A crônica faz referência a acusações de corrupção judiciária que circulavam naquele momento em Porto Alegre. Exemplo disso é uma série de reportagens publicadas pelo *Diário de*

27 de junho de 1929

A cidade está cheia de boatos.

De boatos e de comentários.

De comentários e palpites.

Boatos políticos.

Palpites políticos.

Comentários políticos.

Preliminarmente, uma pergunta:

– A que devemos tudo isso?

Por certo que isso devemos aos últimos telegramas publicados pelos matutinos locais com referência ao caso da sucessão presidencial da República.

O ambiente nacional já havia chegado a uma conclusão desagradável: o candidato será quem o Catete quiser. E como o Catete quer o Sr. Júlio Prestes (sai, azar) o candidato será o Júlio Prestes.

E esse ambiente perdurou até bem poucos dias.

Minas, porém, não esteve pelos autos.

Reclamou.

Reagiu.

Estrilou.

E, dentro dessa atitude de altivez e independência, Minas, num gesto espontâneo e unânime, acaba de proclamar o seu candidato, que é o Sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.⁶²

Muito bem.

Notícias, em que juízes eram acusados da venda de facilidades na regularização de negócios escusos. No editorial de 15 de junho de 1929 e em reportagem publicada na edição de 19 de junho – pouco depois da publicação da crônica de Callage, portanto –, o jornal faz referência a uma representação entregue pelo advogado Fausto de Freitas e Castro ao Procurador Geral do Estado, contra Amado da Fonseca Fagundes, juiz distrital. Na visão do articulista do *Diário*, essa situação era generalizada, não se resumindo à atuação de um único magistrado. In: ACCUSAÇÕES à justiça. *Diário de Notícias*, ano V, n. 91, p. 1, 15 jun. 1929.

⁶² Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946): político mineiro, organizador da Aliança Liberal.

O gesto merece aplauso.

Muitos aplausos.

Fartos aplausos.

Assim, diante das últimas notícias aqui chegadas sobre a atitude de Minas, a nossa capital – aliás a cidade onde mais se mente e onde mais se conversa fiado, em se tratando de política – encheu-se de comentários. Por toda a parte, quer no café, quer na rua, esbate-se agora o mesmo tema.

– Voto em Antônio Carlos... é o meu candidato.

– Mas será mesmo ele?

– Naturalmente.

– Minas aguentará o tirão?

– Naturalmente.

– E o Rio Grande, com quem fica? Com o Catete ou com o Sr. Antônio Carlos?

– Olhe, meu caro, isso é um caso complicado. Entretanto, o líder da bancada gaúcha na Câmara⁶³ já declarou há dias que “a Nação acolherá o seu candidato e o Rio Grande estará com ele...”

– Mas isso é um baita subterfúgio... Quem é aí a Nação? O povo ou o Catete?

– O Catete, está visto. No regime em que vivemos, você já viu o povo ser a Nação? Nação aí é o governo. Logo... quem está com o governo está com a Nação...

– Nesse caso, queimada a candidatura do Sr. Júlio Prestes (sai, azar) e prevalecendo a candidatura de Antônio Carlos...

– ...o Rio Grande ficará com esse, que é o candidato da Nação.

– É pena.

– Pena, por quê?

– Porque eu tinha um candidato – o Sr. Getúlio Vargas.

⁶³ O cargo era, na ocasião, ocupado por João Neves da Fontoura.

- É também o meu.
- O nosso candidato.
- Sim, de todos nós.
- Mas há, aí, um grave inconveniente, um verdadeiro perigo.
- Qual?
- Quem seria o substituto do Sr. Getúlio Vargas, no governo do estado?⁶⁴

Diante dessa pergunta todas as rodas emudeceram...

25 de julho de 1929

A cidade está vivendo horas de grande e intensa emoção política. A população em peso, inclusive a própria mulher, tão fora sempre das questiúnculas e dos embates da política, vem acompanhando com verdadeiro entusiasmo a marcha dos acontecimentos em torno da sucessão presidencial da República.

O nome do candidato ilustre, em boa hora apresentado por Minas, com apoio unânime do Rio Grande do Sul, anima do mais puro entusiasmo patriótico mesmo aqueles que se mostravam, até bem pouco, indiferentes ao caso da sucessão, por saber que esta inevitavelmente decorre da indicação e da vontade despótica do Catete.

Felizmente, com a atitude do governo de Minas e com a solidariedade do Rio Grande do Sul, firme e decisivamente selada num pacto de honra, quebrou-se o processo da imposição violenta de um candidato que não reúne as qualidades indispensáveis a uma investidura de tal ordem.

Pode, pois, o Sr. Washington apresentar o seu pupilo, já há tempo escolhido, mas o país terá para combater essa candidatura

⁶⁴ Na ocasião, João Neves da Fontoura ocupava também o cargo de vice-presidente do estado.

um outro nome, que é hoje uma grande bandeira desfraldada aos quatro ventos da Nação.

E é sobre esse nome que se voltam todas as palestras da cidade. Nem outro foi o assunto todo o dia de ontem.

– A vitória é certa – dizia um.

– Certíssima – afirmava outro.

– O eleitorado de Minas e Rio Grande garante a vitória do nosso candidato.

– Esse ponto é que acho um tanto perigoso – dizia um terceiro –, tanto mais se os outros estados ficarem com o Catete.

– Sim, mas, se as oposições de São Paulo, Bahia e Pernambuco se formarem ao lado da corrente liberal, não haverá perigo algum. Serão 800 mil votos garantidos para a chapa de Getúlio Vargas.

De tudo isso se conclui que iremos unidos, às urnas, sagrar o nome daquele que neste momento encarna as legítimas aspirações do povo brasileiro.

Dizíamos linhas acima que a própria mulher está entusiasmada pela luta. Pois tivemos a confirmação disso numa roda gentil da rua da Praia, formada por três damas amigas que ali acidentalmente se encontraram.

Da interessante palestra só conseguimos apanhar algumas frases.

– Que pena não podermos votar...

– Ah! Se pudéssemos, a vitória do Dr. Getúlio era certa!

– Deixa estar. Há de chegar o nosso dia...

– Tomara...

– Enquanto esse dia não chegar vamos ao menos cabalar.⁶⁵

– Pois é isso mesmo. Eu já cabalei um votante de primeira ordem.

Por ser paulista ele estava meio duro, mas não teve remédio...

– Quem é ele?

– O meu marido!...

⁶⁵ Cabalar: conseguir votos através de apelos ou artificios.

8 de agosto de 1929

As rodas políticas da capital estão agora, mais do que nunca, vivamente animadas.

Explica-se facilmente o caso. É que o espírito derrotista havia forjado o boato de que as forças políticas do país, empenhadas na luta da sucessão, estavam em caminho de um acordo com a retirada dos nomes dos dois candidatos: o candidato liberal e o candidato do Catete, que seriam, então, substituídos por um *tertius* apoiado pelas duas correntes.

Felizmente, a notícia não passou de mero boato. Pois já ontem os nossos dois matutinos davam-nos a notícia de ter o PRP lançado a candidatura do Sr. Júlio Prestes. Diante disso, desapareceu a possibilidade de um acordo, e o boato, que com tanta insistência andava pelas mesas dos cafés, pelos grupos estacionados nas ruas, sumiu-se rapidamente.

Foi um grande alívio. Vê-se, agora, na fisionomia de todos, a alegria, a satisfação incontida de quem deseja, com ardente sinceridade, a competição, a fim de dar vida, calor e entusiasmo à grande pugna em que se vai empenhar o Brasil, em 1^a de março do ano vindouro. É isso o que quer não só a população desta capital, mas a de todo o Rio Grande.

Porto Alegre está vibrando de novo. Desaparecidos os votos derrotistas, não se cuida agora de outro assunto senão do que tão somente se refere ao futuro embate. O que é curioso assinalar (e sobre o caso já há dias fizemos referências nesta mesma coluna) é que entre as mulheres e as próprias crianças esse entusiasmo não é menor. Onde quer que se esteja, a palestra deriva para o mesmo caso – a sucessão presidencial da República.

A julgarmos pelas impressões diariamente recebidas, Porto Alegre irá fazer, no próximo pleito, uma demonstração de forças eleitorais nunca inferior a 30.000 votos, que serão dados ao eminente

candidato da Aliança Liberal.⁶⁶ E se a animação de Porto Alegre está nesse pé, muito maior, muito mais intensa, acreditamos, seja ela no interior do estado, onde todas as correntes estão admiravelmente aparelhadas para o embate das urnas.

Preparado como está o nosso ambiente político, com o admirável despertar de todas as suas energias, o Rio Grande do Sul, a começar pela sua metrópole, vai dar ao Sr. Getúlio Vargas uma votação que ultrapassará, sem dúvida, a todas as expectativas, tal a animação, o entusiasmo e o ardor que neste momento empolgam a alma do nosso povo.

Pena que o dia da grande vitória – a vitória das urnas – ainda esteja distante.

18 de agosto de 1929

Como mascarado em época de folguedo carnavalesco, alguém achegou-se ontem à tarde à porta da redação, onde estávamos parados, e ouvimos as *blagues* de um perdulário dissipador de talento:

- Boa tarde!
- Boa tarde.
- O senhor me conhece?

Olhamos de alto a baixo a pessoa que nos fazia tal pergunta.

– Pois não. Conhecemos. Você é o Manoel Crispim. Que novidade há em reconhecê-lo, pois ainda há poucas semanas nos falamos aqui, neste mesmo lugar?

– É verdade, mas agora sou outro, e por isso perguntei se me conhecia.

- Outro como? – indagamos ao Manoel.

⁶⁶ Aliança Liberal: acordo firmado entre lideranças políticas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais em apoio à chapa de Getúlio Vargas e João Pessoa nas eleições presidenciais de 1º de março de 1930.

– Pois é. Basta dizer-lhe que há questão de quinze dias eu não sabia ler nem escrever: era completamente analfabeto.

– E hoje?

– Hoje já assino o meu nome e, embora com alguma dificuldade, leio qualquer artigo do seu jornal.

– O seu caso, Manoel, é extraordinário, não há dúvida. Assim, em quinze dias... É quase um milagre.

– Pois é pra ver. Foi por isso que lhe perguntei se me conhecia. Quando aqui estive, foi para ver se arranjava um emprego nas oficinas. Apesar da sua boa vontade, nada consegui por não saber ler nem escrever. Saí desconsolado. Entretanto, com a propaganda política em favor do nosso querido presidente para a eleição do governo geral, foram abertos vários cursos gratuitos, a fim de preparar eleitores para o grande pleito. Preto, mas preto de opinião, seria uma vergonha se eu não desse o meu voto ao Dr. Getúlio. Ocasão de a gente aprender como esta, nunca mais. Por isso, lá me fui sem mais conversa. A professora passou trabalho comigo, principalmente na primeira e na segunda noites. Mas, de uma paciência de santa, a moça, na terceira noite, conseguiu meter coisa na minha cachola dura. Na terceira aula, eu já fiquei conhecendo o A E I O U. Na quarta, travei relação com o A B C inteirinho. Na quinta aula, comecei a soletrar. Empacando aqui, parando ali, fui indo, fui tomando rumo, até que, no fim da semana, eu já lia tudo. Lia mal, é verdade, mas dava conta do recado. A semana que hoje finda foi só pra aprender a escrever o nome. Mão pesada, de burro velho, passei trabalho – e, mais do que eu, a moça professora – mas venci: escrevo o meu nome e mais alguma coisa.

– Muito bem, você deve estar contente, com toda a razão.

– Contentíssimo, por dois motivos: porque não sou mais analfabeto e vou votar num homem da minha simpatia e que é, ainda por cima, papa-laranja⁶⁷ como eu...

– Voto de conterrâneo, voto de quem aprendeu a escrever só para votar, tem que valer mais do que outro.

– Isso mesmo. Se todos fizessem o que eu fiz, o nosso presidente já podia considerar-se eleito. Júlio Prestes é pinto para o Dr. Getúlio.

E no auge do entusiasmo:

– Ele ou qualquer outro que venha mandado pelo Catete...

22 de agosto de 1929

Laranja de Taquari.

É esse o pregão que nesta época se ouve por toda a cidade, em determinadas horas do dia.

– Laranja de Taquari!...

Ao ouvirmos o anúncio cantado dos vendedores ambulantes que aí andam por todas as ruas com as suas carrocinhas de fruta, logo nos lembramos dos “Pregões do Rio”, o ultramoderníssimo poema de Alvaro Moreyra,⁶⁸ admiravelmente interpretado por Berta Singerman.⁶⁹

Quem ouve aquela declamadora dizer os “Pregões do Rio” tem uma impressão perfeita da realidade. É a voz de todos os vendedores andejes, é o reclame de todos os quitandeiros de rua que nas mais variadas e expressivas tonalidades aparecem aos nossos olhos pela arte da artista insigne. A gente está ouvindo e está vendo, tão perfeita é a sua interpretação.

⁶⁷ Papa-laranja: alcunha atribuída, na região sul do estado, aos moradores de São Borja.

⁶⁸ Alvaro Moreyra (1888-1964): escritor e jornalista nascido em Porto Alegre.

⁶⁹ Berta Singerman (1901-1998): cantora, atriz e declamadora de origem russa, radicada na Argentina.

Assim é que toda a vez que chega aos nossos ouvidos o “corre hoje” da Loteria do Estado ou o pregão das laranjas de Taquari, imediatamente recordamos Berta Singerman dizendo o poema de Alvaro Moreyra.

Retomemos, porém, o assunto desta crônica. A laranja de Taquari é para os vendedores de frutas, nesta capital, a melhor garantia do bom êxito de negócio. O conhecido *citrus* da terra de Canabarro⁷⁰ não encontra rival no mercado pela sua doçura e sabor, pela uniformidade do seu tipo e, quiçá, pelo seu preço, sempre mais em conta que o de outras espécies híbridas. Daí talvez a razão por que os vendedores da praça, ao anunciarem a mercadoria do seu comércio, não esquecem a procedência do produto, venha ele de onde vier.

– Laranja de Taquari!...

– Limão e lima doce! Olha a laranja de Taquari...

De sorte que, para assegurar o êxito, o vendedor de laranja não precisa mais do que explicar a procedência nativa da saborosa fruta, seja ela desta ou daquela qualidade.

– Laranja de Taquari.

É bastante o fruteiro proclamar a procedência da fruta para ter garantida a feira no fim do dia.

Entretanto, um vendedor mais esperto que os outros acaba de lançar no mercado a laranja de outra procedência.

– Laranja de São Borja!

Foi o primeiro grito. Não precisou mais. Grande sucesso. Êxito completo. Em meia hora a carroça de laranja estava todinha esgotada.

Diante disso, o vendedor não perdeu tempo: lá se foi para o fim do Caminho Novo encomendar aos barqueiros de Taquari mais laranja de São Borja...

⁷⁰ David José Martins (1796-1867): conhecido como David Canabarro, militar participante da Revolução Farroupilha, nascido em Taquari.

31 de agosto de 1929

A cidade política...

A cidade liberal ameaçada...

Novos rumos.

Horizontes sombrios...

Vinganças que se projetam contra o funcionalismo federal.

Os primeiros passos para as transferências em massa.

Atenção!

Cuidado!

Surpresas de um diálogo:

– Ou você é prestista⁷¹ ou você é imediatamente transferido!

– Escolha...

– Já escolhi.

– Então venha de lá a sua nova profissão de fé.

– Continuo onde estava.

– Como?

– Sou amigo e admirador do Getúlio. Entre ele e o Júlio Prestes não vacilo: voto nele!

– Pois será transferido.

– Seja. Pouco se me dá. Governo que pratica vingança dessa natureza é governo que procura arrastar o país a uma revolução.

– Pouco importa. O caso é que você será transferido.

– Paciência. Nem por isso abrirei mão do meu direito, o direito que deve ter todo o cidadão brasileiro de votar em quem bem entender.

Como o leitor está vendo, trata-se de um diálogo. As frases que acima registramos apanhamos por mero acaso ontem à tarde na esquina do Cinema Central.⁷² Conversavam duas pessoas, frente a frente. Uma delas é um conhecido funcionário federal, cavalheiro

⁷¹ Prestista: apoiador de Júlio Prestes.

⁷² Cinema Central: estabelecimento inaugurado em 1921 na praça da Alfândega.

distinto e honesto (sim, porque há pessoas que são distintas, mas não são honestas), altamente considerado e querido no nosso meio. A outra pessoa é desconhecida. Não é daqui. Talvez algum “secreta” na dupla função de delator e Torquemada.⁷³

Talvez seja isso. É o mais provável. Pela maneira de falar, só pode ser um miserável, a soldo do governo da União. O Brasil desgraçadamente está cheio dessa gente que é capaz de vender por qualquer preço até mesmo aquilo que eles nunca tiveram: a dignidade e a consciência.

Mas vamos ao caso. Pela conversa que ontem apanhamos, percebemos logo que o funcionalismo federal de Porto Alegre está seriamente ameaçado.

Já começaram as primeiras transferências.

Dentro de pouco, outras verificar-se-ão. É a arma mais pronta que o Catete possui para provar, por meio de demissões ou transferências injustas, que o Sr. Washington Luís, consoante as suas declarações aos intendentos cariocas, “fará respeitar a vontade livre do povo na escolha do seu sucessor à presidência da República”...

As primeiras provas desse respeito já estão começando a chegar... Não se impressione, porém, o público. Muitas outras virão ainda para mostrar de que armas se servem aqueles que a todo o transe, por todos os processos e meios, procuram contrariar a vontade soberana da Nação.

3 de setembro de 1929

– Agora, sim – diz-nos um companheiro de trabalho –, setembro é comigo... É o meu mês predileto, sem que tal predileção tenha, entretanto, qualquer espécie de ligação com o detestável “passa-

⁷³ Tomás de Torquemada (1420-1498): frade dominicano, inquisidor-geral dos reinos de Aragão e Castela entre 1483 e 1498. Celebrizou-se pelo fanatismo, pelo uso da tortura nos interrogatórios e pela crueldade das punições aplicadas a judeus e muçulmanos acusados de falsa conversão ao catolicismo.

dismo” dos poetas das “pálidas noites de luar”, das purpúreas rosas dos jardins floridos e “da sedutora Elvira gentil” (Elvira, Chiquinha, Áurea, Marina, Araci, pouco importa o nome quando elas são “boas”, segundo a linguagem em voga dos que analisam com precisão as qualidades físicas da mulher).

– Mas, como dizia – continua o meu colega ao lado –, setembro é o mês da minha simpatia. Não gosto de agosto, não só pela sua falta de gosto, como pelo desgosto que ele é para muita gente supersticiosa: um mês aziago. Setembro, pelo contrário, é um mês de felicidade até para o indivíduo “pesado” como eu. Só em ele surgir, a cidade já tomou outro aspecto. Sorri, primaverilmente falando; sorri pela tentação endiabrada de suas “boníssimas” garotas. E, economicamente falando, setembro é ainda uma promessa magnífica de vestidos curtos, de pouca roupa no corpo, em que o nu artístico da moda dá margem, por conseguinte, a estudos mais aprofundados de beleza plástica...

– Veja você a diferença entre o último dia de agosto e o dia triunfal de hoje. Já anda alguma coisa no ar como que a dizer pela voz dos ventos, pelo ruído das ruas e através da própria fisionomia das pessoas: “Linda a entrada de setembro, não? Mas isso agora não é nada. Espera outubro, espera novembro, espera dezembro, espera até janeiro... Para o janeiro, setembro é canja... E eu pergunto a mim mesmo: mas esperar o quê? ‘Boas’ criaturas? Melhores do que as muitas que eu já vi hoje? Será isso e nada mais, tal qual como no ‘Corvo’⁷⁴ de Poe...” E eu próprio respondo a mim mesmo: não! O que aí vem é alguma coisa de formidável que vai sacudir o Brasil, que vai despertar a consciência do povo, que vai erguer a dignidade nacional.

– Espera um pouco, espera outubro, espera novembro, espera dezembro, espera até janeiro...

⁷⁴ “O Corvo” (“The Raven”): poema de Edgar Allan Poe (1809–1849), publicado em 1845. O autor faz referência a seu célebre refrão “Nevermore” (“Nunca mais”, em tradução livre).

Noto que o meu amigo e colega está nervoso, fala desordenadamente, com manifesta incongruência de pensamento.

– Você está delirando – digo-lhe eu.

– Delirando, nada! Olha lá para o horizonte, rumo à Argentina, rumo a Buenos Aires... Lá está Ele, o grande extraordinário patriota de que tanto precisamos...⁷⁵

Francamente. Já não percebo mais nada!...

4 de setembro de 1929

Vai começar a inana⁷⁶...

(Deixemos de lado por alguns dias os problemas urbanos da nossa leal e valorosa cidade, porque outros problemas mais altos agora se levantam, reclamando as cogitações de todos os espíritos patrióticos.)

Mas, como dizíamos, vai começar a inana...

Porto Alegre, como toda a cidade que se preza, como toda a terra que não pode assistir com indiferença às injustiças de ordem política e administrativa, está justamente apreensiva em face das primeiras perseguições que vem sofrendo o funcionalismo federal aqui radicado, por parte do governo da República.

Seria inútil o primeiro magistrado da Nação ocultar por mais tempo a sua deplorável parcialidade no caso das candidaturas à sucessão presidencial. O Sr. Washington não só proclama a sua preferência, como já iniciou as primeiras perseguições contra os estados e aqueles que apoiam a candidatura liberal. A transferência

⁷⁵ Referência a Luís Carlos Prestes (1898-1990): militar e político nascido em Porto Alegre, líder do movimento conhecido como Coluna Prestes. Naquele momento, encontrava-se exilado na Argentina.

⁷⁶ Inana: chateação, aborrecimento.

e a destituição de comissões aqui desempenhadas por altos funcionários federais, independente das atitudes assumidas pelo Banco do Brasil, bem mostram as armas de que se está servindo o governo para combater os candidatos da Aliança.

De nada, porém, valerão essas perseguições. Na fase de reconquista e de reintegração por que atravessa o país, os processos ora postos em uso pelo homem que quer impor a todo transe a candidatura do seu compadre e protegido só servirão para animar ainda mais a corrente que ora se alastra, e não haverá força alguma capaz de detê-la.

A inana, porém, vai começar...

As transferências e as perseguições feitas nesta capital e em outros pontos da União estão se encarregando de preparar o ambiente de prepotência e de terror que aos poucos se vai delineando no horizonte sombrio.

Não te aflijas, por isso, leitor amigo; antes de março terás um mundo de novidades. Espera um pouco. Deixa que anoiteça... Espera outubro, espera novembro, espera dezembro... Que custa esperar um pouquinho?...

5 de setembro de 1929

A chuva impertinente e indesejável que caiu ontem não impediu que o batalhão de atiradores constituído de alunos de um dos mais conceituados ginásios locais fizesse uma passeata pelas principais ruas da capital, passeata preparatória da próxima grande parada de 7 de Setembro.

A propósito, um diálogo em bonde:

– Gosto disso, gosto de tudo o que me cheira à caserna. Soldados em marcha, arma ao ombro, fanfarras, tambores, cornetas...

– Mau gosto...

– Mau gosto por quê? Porventura isso não é um símbolo? O Brasil em marcha, em caminho de conquista dos seus direitos e de sua liberdade...

– Mas com essas crianças, que mal aguentam o peso da carabina?

– Não diga isso, homem. Pois é com essa mesma juventude em botão com que conta para defesa de seus ideais de liberdade, não o Brasil de amanhã, mas o próprio Brasil de hoje.

– Quer dizer você que se houver uma escaramuça...

– Se vier coisa agora não será “peleia” nem escaramuça. Será briga e das “macotas”.⁷⁷ Ninguém ficará em casa: vai tudo para as coxilhas, até as mulheres. “É só nos pisarem no poncho”, como já disse o ilustre diretor do *Diário de Notícias*.

– Mas, por enquanto...

– Sim, por enquanto vai tudo bem. O que aí se vê é apenas uma passeata de alunos que estão recebendo instrução militar. Mas, com o desenrolar dos acontecimentos, bem pode essa passeata se transformar em marcha a Roma...⁷⁸

– Em marcha a...

– ...sim, em marcha sobre Roma. Que pensa você? O Brasil também tem a sua Roma...

– Não compreendo as suas insinuações. Francamente. Estamos num regime de paz, de tranquilidade, atravessando um momento de perfeita estabilização não só quanto ao câmbio, mas quanto ao próprio aspecto moral da nossa vida.

– É o que pensa você. Eu, de mim, confesso: “vejo os horizontes carregados, raios, coriscos, tempestades”, como diria o eminente professor Miguel Couto.

⁷⁷ Macota: chefe poderoso, influente e prestigiado em dada comunidade.

⁷⁸ Marcha a Roma: marcha organizada por Benito Mussolini em outubro de 1922, que marca o início do regime fascista na Itália.

– Não se preocupe. São coisas do mau tempo. Não vê que está chovendo?

– Sim, tem razão: coisa do mau tempo...

O diabo é se o tempo fecha de verdade...

Aí terminou o diálogo que fielmente aqui registramos.

6 de setembro de 1929

A cidade está impressionada com a história dos cartuchos.

O leitor naturalmente sabe do que se trata. Os cartuchos... Os cartuchos vazios da guarnição federal de Porto Alegre, que o comando da Região mandou para o Rio. Pois foi isso e nada mais, segundo foi oficialmente declarado.

Entretanto, em torno de coisa de tão pouca monta, e não há coisa tão sem importância como essa dos cartuchos vazios, que nada valem, que nada significam, que não têm o menor valor, nem mesmo para intimidar os medrosos, pois, em torno de coisa tão insignificante como essa, surgem os mais descontraídos boatos. As opiniões estão em parte divididas. Há os que acreditam que o embarque foi de cartuchos vazios; há os que acreditam que o embarque foi de cartuchos cheios.

Diante disso, ouvimos ontem nos cafés e na rua os mais animados diálogos.

– Então, que lhe parece a história dos cartuchos vazios?

– Que naturalmente estavam cheios...

– Qual nada, cartuchos de festim. Onde você viu os Tiros de Guerra⁷⁹ possuírem cartuchos carregados com munição verdadeira?

– Resta saber se eles foram mesmo devolvidos pelas sociedades de tiro.

⁷⁹ Tiro de Guerra: instituição do Exército brasileiro dedicada à formação de atiradores e ou cabos reservistas para o Exército.

- Naturalmente que foram.
- Mas podiam não ser.
- Nesse caso...
- Nesse caso pertenciam aos corpos da guarnição e tinham de estar cheios, pois não me consta que as forças federais aquarteladas no estado tivessem esvaziado os cartuchos em combates.
- Mas em manobras, em combates simulados...
- Nem mesmo nisso.
- Então, não compreendo.
- O pior cego é aquele que não quer ver...

* * *

No Café Nacional,⁸⁰ a antiga “coxilha”⁸¹ da rua da Praia:

- Você está vendo?
- O quê?
- A retirada da munição da guarnição federal.
- Ah! Sim, a história dos cartuchos...
- Não acredito que o governo fizesse isso. Um governo que se sente forte, que tem consciência de que está agindo com imparcialidade no caso das candidaturas à sucessão presidencial, não tem interesse algum em usar de tal medida. E se a medida foi com segunda intenção, ela não nos atinge.

⁸⁰ Café Nacional: café de propriedade de Fábio Netto & Companhia, fundado em 1914, em Porto Alegre. A partir do sucesso da matriz, inaugurada em 1917 na rua Marechal Floriano, ao longo da década de 1920, a empresa expandiu suas atividades, chegando a possuir diversas outras filiais em Porto Alegre e nas maiores cidades do Rio Grande do Sul. In: MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. Frederico Guilherme Gaelzer: protagonismo nas políticas públicas de esporte, lazer e educação na cidade de Porto Alegre. In: Encontro Nacional de História Oral, 14., 2018, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: [s. n.], 2018.

⁸¹ Coxilha: metáfora utilizada pelo escritor para referir-se ao intenso debate político nos cafés de Porto Alegre, comparados às coxilhas do sul do estado, onde se desenrolaram as guerras históricas do Rio Grande do Sul.

– Mesmo porque quando o Rio Grande tiver que se desafrontar nos seus brios ofendidos, ele o fará; com cartucho vazio ou o cartucho cheio, pouco importa. A gente “peleia” de qualquer modo.

– Que o Sr. Medeiros e Albuquerque⁸² não saiba disso, para que não nos atire a pecha de “fanfarrão”, com que frequentemente nos brinda na sua fobia pelo Rio Grande.

– A mim pouco se me dá a opinião de Medeiros.

O diálogo foi, porém, interrompido por outro amigo da roda, que chegou com a notícia de que o governo federal está concentrando forças na fronteira de Santa Catarina.

Começam as provocações... – disse alguém – Mas não há de ser nada. A despeito da opinião do Sr. Medeiros e Albuquerque, o Rio Grande não teme ameaças.

8 de setembro de 1929

7 de Setembro!

Independência ou morte!

Toca o hino, Jesuíno!...⁸³

E o petiz, em casa, montado num cavalo de pau de vassoura, en-saia a entoação patriótica do Hino Nacional, no ponto em que a letra lamentável de Osório Duque Estrada⁸⁴ começa:

⁸² Medeiros e Albuquerque (1867-1934): jornalista, escritor e político pernambucano. As críticas de Medeiros e Albuquerque aos políticos sul-rio-grandenses foram publicadas na coluna “Ordem do Dia”, de *O Jornal*, e foram o objeto de artigos de réplica escritos por Lindolfo Collor e publicados, a partir de 23 de junho de 1929, nos jornais *O País* e *Correio Paulistano*. In: COLLOR, Lindolfo. Como se conta a história. *O País*, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 15221, p. 3, 23 jun. 1928.

⁸³ “Toca o hino, Jesuíno”: frase proverbial coligida nas *Locuções e modos de dizer registrados na província da Beira Alta* (Portugal), de Fonseca Lebre. Segundo Lindolfo Gomes, é usada “em momentos de apuros, ou quando se deseja dar por terminada uma conversa que não convém, ou se trate de coisa inacreditável”. In: GOMES, Lindolfo. Mais anedotas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XLVII, n. 294, p. 5, 16 dez. 1937.

⁸⁴ Osório Duque Estrada (1870-1927): escritor fluminense, autor da letra do hino nacional brasileiro.

“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas...”

Por maior esforço da paternal figura do ensaiador, o garoto não consegue tirar o desejado acorde e muito menos repetir os versos deploráveis do hino.

– Deixa o Luisinho – diz a esposa prudente e afetuosa –, você não vê que a sua inteligência ainda não penetra nessas coisas?

– Realmente, você tem razão, não há coisa tão difícil para uma inteligência de criança penetrar que essa estopada da letra do Hino Nacional Brasileiro.

– Pois é mesmo. Não falta ocasião para o Luís Carlos aprender – diz docemente a esposa.

Luís Carlos é o nome do petiz; Luís Carlos é, aliás, o nome de toda a criança que se preza de ver correr nas suas veias, em mistura com o sangue que lhe dá a vida, essa admiração quase mística que a maioria no nosso povo tem por essa figura lendária do grande general exilado, e que as crianças, por um fenômeno natural da lei da hereditariedade, vão herdando dos pais.

– Tens razão, meu amor... Não paga a pena forçar a inteligência do Luís Carlos. Em breve, ele aprenderá isso de verdade, quando chegar de fato o dia da independência do povo, quando este se libertar do jugo dos políticos profissionais. Está perto este dia – 1º de março de 1930!...

* * *

Ouvem-se na rua as notas marciais dos batalhões que desfilam em honra à data histórica do grito do Ipiranga. Músicas, tambores, clarins – a cadência uniforme dos batalhões marchando. A Brigada do Estado, o Exército, os Tiros de Guerra e os pelotões ginásiais dão à capital a impressão imponente de um grande dia de vitória.

O pequeno Luís Carlos, montado em seu cabo de vassoura, entusiasma-se.

– O que é isso, papai?

– É o teu grande tocaio, que aí vem para libertar o Brasil – diz, brincando com o filho, o anônimo patriota.

– Eu também quero ir... O papai deixa eu ir?

E naquele momento de ruído de fanfarras, em que o ritmo dos passos na cadência das tropas em marcha alinhava a multidão no passeio das ruas, a ambição daquele infante minúsculo traía, sem querer, inconscientemente, a ambição bélica de todas as crianças: marchar, fosse para onde fosse, sob o lume de um nome que tem hoje um esplendor de legenda.

Sinal certo de que a emancipação do Brasil não está longe...

12 de setembro de 1929

A cidade política, ou, digamos melhor, a cidade que patrioticamente se mostra preocupada com o caso da sucessão presidencial, reanimou-se ontem de vivos e intensos comentários em face das novas picuinhas que o governo da União vem fazendo contra a vida interna do estado. São perseguições indiretas que se referem à paralisação de obras, à remoção de funcionários, à extinção ou às transferências de repartições, o que mostra claramente a disposição do Catete de levar avante o seu plano de perseguir a todo o transe o Rio Grande.

– E tudo isso para quê? – perguntou alguém que com outros conversava ontem, à tarde, à porta da redação desta folha.

– Ora para quê? Por espírito de perseguição e nada mais. Então você pensa que o “braço forte” tolera a atitude do Rio Grande em querer se opor à candidatura do seu compadre e protegido? Estamos definitivamente barrados. O que mais vale agora é que o seu governo está por pouco. Se ele tivesse que continuar ainda no Catete por três ou quatro meses mais, a terra gaúcha, por sua vontade, dele, estaria completamente aniquilada. Havia de pagar até o último dos sacrifícios na sua vida de estado, de parcela que é da federação,

o feio gesto de ter concorrido com um candidato seu à sucessão presidencial da República.

– E o melhor é que o candidato gaúcho não nasceu de uma imposição do Rio Grande. Apresentado por Minas, ele foi de logo aceito por todas as correntes liberais do país e é hoje o verdadeiro candidato da Nação. Nunca o compadre e protegido do Sr. Washington, com os seus gestos ditatoriais já por demais conhecidos, seria candidato a tal investidura.

– Não há dúvida. Só mesmo como uma imposição ao país ele poderá ir às urnas competir com o Sr. Getúlio Vargas; e só mesmo pela pressão, pela violência e pela fraude ele poderá vencer o candidato liberal.

– É o que vai se dar. Você espere e verá.

– Mas isso será demais. O povo não poderá aceitar docilmente um esbulho de tal natureza. O povo, segundo já declarou o Sr. Mello Franco,⁸⁵ está disposto a reagir.

– Sim, será uma afronta à sua dignidade e soberania, com a qual absolutamente não nos conformaremos.

* * *

Em face das violências que começam a ser praticadas pelo governo, os comentários de revolta se vão formando por toda a parte.

Do teor do diálogo acima são todos os demais. A atual sucessão presidencial deixou de ser uma causa. É ela quem vai decidir dos políticos para ser uma causa da opinião pública. É ela quem vai decidir do seu resultado definitivo.

Por isso mesmo, Porto Alegre acompanha com vivo interesse a marcha dos acontecimentos que vão envolvendo de sombras os destinos da Nação.

⁸⁵ Virgílio de Mello Franco (1897-1948): político e jornalista mineiro, à época deputado estadual em Minas Gerais e um dos principais articuladores da Aliança Liberal.

Pelas amostras que o governo da República está se encarregando de nos oferecer, já não há mais esperanças de que o país tenha em 1º de março do ano próximo um pleito digno, onde a vontade da opinião possa livremente se manifestar.

Queira Deus que até de ir às urnas ele não nos prive...

15 de setembro de 1929

Inúmeras têm sido as cartas endereçadas a esta seção reclamando contra a localização do meretrício na rua que tem o nome do maior herói guerreiro de todos os tempos do Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves.⁸⁶

Como se sabe, a rua Bento Gonçalves⁸⁷ é quase uma viela esconsa, sombria e perigosa, que, partindo da rua Duque de Caxias, vai morrer na rua Avaí. É verdadeiramente um beco, e, por não ser ponto transitado por famílias, e por estas não morarem no mesmo, resolveu a polícia instalar ali o intenso comércio de “sereias” da capital. Com essa mudança, ainda não ficou definitivamente resolvido entre nós o problema da localização, pois o meretrício mais honrado continua espalhado por vários pontos da cidade, enquanto um sem-número de casas de *rendez-vous*,⁸⁸ discreta ou indiscretamente, permanece nos mesmos pontos da rua 2 de Fevereiro⁸⁹ – por onde hoje passam todos os ônibus das linhas República, Glória, Partenon e Teresópolis –, que continua sendo o que dantes era, isto é, a mesma rua da Cadeia, com as suas habituais cenas de baixa prostituição. As reclamações, porém, não se referem diretamente ao caso de o meretrício estar

⁸⁶ Beco do Jacques: denominado em 1879 rua Bento Gonçalves, em 1936 recebeu seu nome atual, rua 24 de Maio. Ligava a rua da Igreja (atual rua Duque de Caxias) ao beco do Oitavo (atual avenida André da Rocha).

⁸⁷ Rua Bento Gonçalves: atual rua 24 de Maio, concentrava então os prostíbulos da cidade.

⁸⁸ Casa de *rendez-vous*: prostíbulo, bordel.

⁸⁹ Rua 2 de Fevereiro: atual rua 15 de Novembro.

instalado aqui ou ali, e sim unicamente à rua que tem o nome do glorioso general farroupilha.

Acham os reclamantes – e nesse ponto eles têm toda a razão – que, enquanto os nomes de outros vultos da nossa história política contemporânea servem de legenda a mais de uma rua ou logradouro público de Porto Alegre, Bento Gonçalves, a maior expressão do brio, da bravura e da altivez do povo gaúcho, ganhou apenas a placa em um beco que era ainda há pouco desconhecido e abandonado e é agora popular, não pelo nome legendário que o distingue, mas pelo comércio de carne humana ali oficialmente instalado.

Bento Gonçalves era para ter seu nome numa das grandes artérias da nossa metrópole, num parque, numa praça ou numa avenida. Se temos tanta facilidade em substituir uma legenda por outra nas denominações de ruas e praças públicas, façamos essa, agora, dando o nome do grande herói a outro lugar mais digno.

Mesmo antes da localização das “sereias” internacionais, tinha a memória do guerreiro direito a mais elevada homenagem. Depois então que essa localização foi estabelecida, a mudança da denominação tornou-se imediata, de absoluta urgência. É antes de tudo uma questão de respeito à expressão simbólica daquele nome.

Quanto às “sereias”, achamos que elas devem ficar ali. O local é um magnífico recolhimento “espiritual”, perfeitamente apropriado ao fim a que foi destinado. Agora, o nome de Bento Gonçalves é que tem que ser substituído por outro.

Sobre isso não deve haver dúvidas, nem indecisões.

18 de setembro de 1929

– Você me desculpe... Mas, como a verdade anda mais na rua do que dentro de casa, o encontro é mais que oportuno para eu me inteirar de algumas novidades.

– Se eu as souber...

– Quisera que você me explicasse a razão de ter sido dispensado das funções que exercia o atual administrador dos Correios de Porto Alegre, sendo substituído por outro que vem lá de cacha-prego. Que quer dizer isso?

– Perseguições, meu caro, perseguições. Então você não está vendo que o “braço forte” começou a agir contra o Rio Grande, fazendo uso da mais mesquinha de todas as armas? Há dias foi a transferência do 1º Distrito Telegráfico, conjuntamente com a transferência do encarregado da Estação Central. Logo depois, você viu também a notícia da extinção do Distrito Telegráfico que tinha sua sede em Santa Maria, mandando o governo anexá-lo ao de Pelotas. Tocou a vez agora do administrador dos Correios; outras mais virão amanhã ou depois, fatalmente.

– O interessante é que todas essas transferências são de funcionários subordinados ao Ministério da Viação.

– Pois está visto. O ministro Vitor Konder⁹⁰ é o mais entusiasmado por essa política de perseguições. É ele que propõe as demissões e transferências, pois deseja continuar a ser troço no governo Júlio Prestes (se o Júlio Prestes for governo), para não perder as belas noitadas de farra e pândega no Clube dos Duzentos...⁹¹

– O que ninguém me tira da cabeça é que não vão daqui as indicações dos funcionários que deverão ser transferidos.

–Talvez, quem sabe...

– Dizem até que é influência direta do Moraes.⁹²

– Absolutamente não creio. O Moraes é maluco, é verdade – e disso deu sobejas provas na sua recente entrevista com *A Noite* –,⁹³

⁹⁰ Vitor Konder (1886-1941): advogado e político catarinense, então ministro da Viação e Obras Públicas.

⁹¹ Clube dos Duzentos: casarão colonial construído por Washington Luís para sediar encontros políticos, localizado na antiga estrada Rio de Janeiro-São Paulo. Foi inaugurado em 1928.

⁹² Antônio Moraes Fernandes: advogado e político, líder federalista.

⁹³ A citada entrevista foi publicada no jornal *A Noite* em 14 de setembro de 1929, às páginas 1 e 2, e declarava a oposição de Moraes Fernandes à Frente Única Gaúcha e à Aliança Liberal. A entrevista foi intitulada “Como os federalistas julgam a situação. As interessantes decla-

mas ele não seria capaz de semelhante coisa. Tenho certeza de que ele não faria isso.

– Ainda bem. O fato é que as perseguições estão começando...

– Você bem diz: estão começando... Não fica nessa somente. Outras mais virão aí em abundância. É a arma de todos os governos que não têm em seu favor a força da opinião.

Outro diálogo de rua.

– Você leu o telegrama publicado pelo *Diário de Notícias* sobre a mobilização de forças do Paraná para Santa Catarina?

– Li.

– E que acha você de tudo isso?

– Que o governo está disposto a fraudar a todo o transe as eleições de 1º de março e, como sabe que o Rio Grande do Sul não se conformará com o esbulho, começa desde já a se preparar, pelo menos com o intuito de nos intimidar.

– Mas isso é uma provocação...

– Claro que é uma provocação.

– Então?...

– Então...

– Só isso?

– E você acha pouco?

20 de setembro de 1929

O dia de hoje é o verdadeiro dia do Rio Grande. Em razão disso, é também o grande dia da cidade. É que a Revolução Farroupilha tem na data que hoje comemoramos o marco inicial da grande epopeia. Recordar essa data é relembrar todo o decênio revolucionário que vai dos primeiros ataques à capital da província até a assinatura da

rações do Sr. Morais Fernandes. No Rio Grande não se publica nada contra os liberais: nem mesmo as cartas do Sr. Getúlio!"

paz do Ponche Verde.⁹⁴ Entre o início e o fim dessa formidável cruzada, quantos acontecimentos culminantes para a nossa história, quantos feitos gloriosos, quantos encontros memoráveis? Nunca a bravura gaúcha se assinalou tão portentosa e decidida, na frase do grande Caxias, o pacificador, como nesse memorável período de ouro e sangue que tão larga repercussão teve na história da vida nacional. Sob a energia incomparável desses bravos estremeceu o Império e perigou a própria estabilidade do regime. A proclamação da República de Piratini, no momento em que ainda não nos sentíamos preparados para arcar com as responsabilidades do novo ideal político simbolizado na legenda imoral da bandeira tricolor, foi a mais bela prova e o mais belo exemplo que podiam dar a bravura e o heroísmo de um povo a serviço de um ideal.

* * *

Não esqueçamos, na hora que passa, que, há um século atrás, feridos os nossos brios, ultrajados nos nossos direitos, espoliados na nossa ambição de justiça, encontramos na proclamação do Seival⁹⁵ a rota que a dignidade e a honra nos apontavam.

* * *

Pode blasonar Medeiros e Albuquerque, atirando-nos o ultraje de “fanfarrões”. Se doze campanhas sangrentas não bastam para o Rio Grande mostrar à nação em peso o valor dos seus filhos experimentados em tantas refregas, em tantas guerras que espoliaram nos extremos do continente, estaremos prontos ainda uma vez mais

⁹⁴ Tratado de Ponche Verde: acordo que pôs fim à Revolução Farroupilha, divulgado em 1º de março de 1845.

⁹⁵ Proclamação do Seival: declaração de independência do Rio Grande do Sul pelo general Antônio de Sousa Neto, em 10 de setembro de 1836, após a Batalha do Seival.

para darmos outras provas decisivas, se a tanto nos arrostar quem pretender esbulhar os nossos direitos.

* * *

Condiz admiravelmente com a data de hoje a demonstração cívica que Porto Alegre pretende fazer ao candidato liberal à sucessão presidencial da República.

O dia é de sagradas responsabilidades para o nosso povo.

Honremos, pois, esta data, como souberam honrá-la os nossos antepassados gloriosos; caminhemos com os olhos fitos nesta legenda única: para a vida ou para a morte!

27 de setembro de 1929

Entre as afrontas e provocações que o “braço forte” vem fazendo ao Rio Grande, é, sem dúvida, uma das maiores essa de substituição do atual delegado fiscal de Porto Alegre.⁹⁶

Não nos consta que o zeloso funcionário destituído tenha cometido qualquer falta que desse lugar à cólera de Júpiter. O seu único crime – crime, aliás, de muita gente boa, crime de todo o Rio Grande e de todo o Brasil liberal – é o de ser simpático ao ilustre candidato da Aliança. Isso, entretanto, nunca o tolheu de cumprir os seus deveres de funcionário no desempenho do alto cargo que vinha exercendo a contento. Mas o iracundo Júpiter de Macaé⁹⁷ não quer saber de histórias e daí as perseguições e afrontas que entendeu fazer à dignidade administrativa da nossa terra. Com ou sem pretexto, S. Ex.^a, que está disposta a todo o transe a impor ao país a candidatura do seu compadre, muito embora arraste a Nação

⁹⁶ O delegado fiscal do Rio Grande do Sul era até então o major Lincoln do Amaral Camargo.

⁹⁷ Júpiter de Macaé: referência a Washington Luís, que nasceu em Macaé (RJ).

para o despenhadeiro, lança mão de todos os meios com o único intuito de intimidar o adversário leal. E, como se isso não bastasse, já se anuncia agora a maior e a mais grave das ameaças de que pode lançar mão quem está no poder. S. Ex.^a pretende mandar aquartelar nesta capital um regimento de artilharia que será tirado da flor da guarnição da capital da República.

Engana-se, porém, o teimoso déspota disfarçado. O povo gaúcho nunca se assustou de ameaças. Ao invés do medo e do terror que tal atitude poderia provocar, ela virá entusiasmar cada vez mais o nosso povo para o próximo grande embate nas urnas.

A propósito desse boato já divulgado pela imprensa, com foros de absoluta veracidade, Porto Alegre vem tecendo em torno do caso toda sorte de comentários.

Estamos na “coxilha” do nacional.

– Então qual a última?

– Vem aí o 1º Regimento de Artilharia Pesada!

– Só isso?

– Acha pouco?

– Acho. O Washington devia mandar para cá o *São Paulo*⁹⁸ e mais o Medeiros e Albuquerque junto... Só assim dobrará o nosso entusiasmo pela candidatura do Getúlio.

– Quer dizer você que o povo não se intimida?

– Intimidar-se de quê? Do Medeiros?

– Não, homem. Do regimento.

– Ora essa... Porventura tal força não é constituída de gente igual a nós? Que poderia fazer esse regimento?

– Dar tiros é que não. Até esse ponto não cremos que possam ir as pretensões do governo da República em relação ao povo gaúcho. Demitir, remover, perseguir, ameaçar, tudo isso ele pode fazer; mais

⁹⁸ Navio da marinha de guerra brasileira.

do que isso não. Quando o gaúcho rio-grandense toma a si a missão de revidar as afrontas ao seu brio e à sua dignidade, nada mais o detém o passo.

– De pleno acordo. O Sr. Washington, com a sua teimosia, perfeitamente semelhante à de burro empacador, está preparando a desgraça do Brasil.

– Para lá iremos, mas não por nossa culpa.

– Apoiado.

6 de outubro de 1929

Ninguém melhor que a população de Porto Alegre soube compreender o grande espírito de confraternidade que domina gregos e troianos, neste grande e decisivo momento da vida política nacional. As recentes homenagens prestadas a essa grande e inconfundível figura da República que é o Sr. Assis Brasil,⁹⁹ e mais as que serão dispensadas aos brilhantes parlamentares Srs. Flores da Cunha e João Neves da Fontoura,¹⁰⁰ sem falarmos na extraordinária sagração prestada há pouco, à frente do palácio do governo do estado, ao eminente candidato da Aliança Liberal, são uma prova viva da sensibilidade de espírito e de coração que une o povo do Rio Grande numa só palavra, numa só vontade, numa harmonia de vistas que é uma expressão admirável de ritmo e beleza moral.

Nas comunas de menos massa de população poder-se-ia ainda apontar algum sestro¹⁰¹ por parte dos adversários de ontem que hoje se confraternizam em torno dessa grande ideia em marcha, que é dar ao povo o direito de escolher o seu mandatário à mais alta investidura

⁹⁹ Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938): advogado, político, escritor e empresário rural nascido em São Gabriel, fundador do Partido Libertador.

¹⁰⁰ João Neves da Fontoura (1887-1963): advogado e político nascido em Cachoeira do Sul e um dos principais articuladores da Revolução de 1930.

¹⁰¹ Sestro: manha, vício.

administrativa do país. Mas, em Porto Alegre, pela unanimidade de gestos e de atitudes, esse espetáculo é simplesmente empolgante, bastando dizer que a figura protestante do meu amigo Moraes, para poder encontrar companheiro nesse suave protesto da Aliança ao governo da União, teve que apelar para o José Júlio,¹⁰² no Rio!

Afora essa nota de indeciso e vago reflexo, o povo gaúcho é uma vontade só, tal o mérito da grande causa em jogo, à qual ele vem dando a melhor parte do seu entusiasmo e do seu devotamento cívico.

Não há espírito de boa vontade que não esteja vivendo uma hora de grande emoção. Em Porto Alegre, pelo menos, o abraço que estreita aqueles que eram adversários na véspera é motivo de aclamação e de júbilo por parte do povo. A palavra incisiva e eloquente dessa grande inteligência que é Maurício Cardoso,¹⁰³ ou desse outro espírito elegante que é João Carlos Machado,¹⁰⁴ saudando, ambos, o homem que eles combateram na véspera, vem mostrar que, quando está em jogo o próprio destino do nosso estado, tudo esquecemos em relação às ideias políticas que abraçamos, para só escutarmos, num grande coro uníssono, a voz vibrante da terra, a grande voz do Rio Grande.

18 de outubro de 1929

A cidade política bem merece ser comentada de quando em quando nesta modesta seção do *Diário de Notícias*. E o fazemos tão só para registrar o seguinte diálogo, apanhado, ontem, numa mesa de café.

¹⁰² José Júlio Silveira Martins: advogado, político e jornalista, filho de Gaspar Silveira Martins.

¹⁰³ Joaquim Maurício Cardoso (1888-1938): advogado e político nascido em Soledade, participante das articulações da Revolução de 30.

¹⁰⁴ João Carlos Machado: deputado à Assembleia dos Representantes, ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense.

– Mais uma novidade. Dizem os telegramas que o trêfego Alfredo Élis¹⁰⁵ vem agora a Porto Alegre fazer propaganda da candidatura Júlio Prestes.

– Acho um trabalho perfeitamente inútil – diz um dos da roda.

– Por quê? – pergunta outro.

– Ora por quê... Porque, nem mesmo com a lógica das “massas”¹⁰⁶ do Banco do Brasil, ele conseguirá aumentar o número de adeptos daquele candidato.

– Lá isso não digo; entretanto, acho que os 14 eleitores do Moraes podem ser elevados a 28, sem necessidade da propaganda do Sr. Alfredo Élis.

– Sim, o próprio Moraes é quem devia agir no caso.

Nesse ponto, um terceiro da roda intervém.

– Pois, eu discordo. O Moraes é que não deve se meter nessa propaganda. Tal serviço deve ser feito por um de fora, por um insensível qualquer, absolutamente estranho a essa admirável unidade do Rio Grande; para o Alfredo Élis, para o Veiga Miranda¹⁰⁷ ou mesmo para o próprio Banco do Brasil, tudo está muito bem. Para o Moraes, não. Antes de tudo ele é um rio-grandense, que deve prezar, acima de qualquer outro objetivo, a dignidade e os brios da sua terra e da sua gente. Concordo que ele tenha horror ao Assis, horror ao próprio Getúlio, seu amigo e companheiro de academia. Estou de pleno acordo que ele tenha todos esses horrores e mais algum outro que eu ignoro, mas acima de tudo ele é um rio-grandense que deve amar e prezar as nossas gloriosas tradições de altivez, para se meter em tal empresa.

¹⁰⁵ Alfredo Élis Jr. (1896-1974): advogado, militar, político e ensaísta nascido em São Carlos (SP), então deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista.

¹⁰⁶ Massa: na gíria, dinheiro.

¹⁰⁷ Veiga Miranda (1881-1936): engenheiro, escritor e político mineiro atuante em São Paulo.

– Ora, deixa o Moraes. Ele no fundo é um bom amigo, um bom gaúcho. Ele faz tudo isso unicamente por espírito de contradição.

– Não, meu caro; neste momento decisivo para os nossos destinos, o espírito de contradição não justifica qualquer atitude que não seja de inteira solidariedade ao Rio Grande.

– Você não conhece o Moraes. Ele precisa estar contra qualquer coisa, desde que essa coisa seja a parte fraca. Ora, a parte fraca na atual pendência política é o Washington.

– Não diga barbaridade... Chamar o “braço forte” de parte fraca... o homem que, com toda a formidável crise por que passa o café e o seu plano financeiro, vai tomar parte na grossa pândega do Clube dos Duzentos... E chama você esse homem de parte fraca!...

– E como não? Pois se trata de um verdadeiro inconsciente. Aí está por que o Moraes quer ampará-lo.

– Sim, você tem razão: um presidente da República que não medita sobre as graves responsabilidades que lhe pesam sobre os ombros é digno de amparo...

E a roda em seguida dispersou-se.

20 de outubro de 1929

Porto Alegre conta agora com mais uma filial do Café Nacional.

Em face das primeiras linhas acima, o leitor amável fica com o direito de pensar que vamos fazer aqui um anúncio da empresa de propaganda do Café Nacional, à frente da qual se encontra a admirável atividade empreendedora de Fábio Neto.

Se a nossa crônica de hoje é, no fundo, um anúncio ou um reclame daquela empresa, podemos, entretanto, afirmar que ela decorre unicamente do apreço e da simpatia com que abordamos tal assunto. Porque a verdade é esta: o Café Nacional é uma instituição de Porto Alegre. A nossa capital já agora não poderia prescindir desse ambiente de aproximação e de encontro. É por intermédio desses cafés, desses

vários centros de reunião pública, espalhados nos principais pontos de movimento da cidade, que o porto-alegrense cumpre o seu destino. Toma o seu café e dá o seu dedo de prosa. Passam por esses salões vivamente animados todos os acontecimentos do dia, e é onde se forjam todos os boatos, do mais verossímil ao mais extravagante. Como é natural, são neles, ainda, que costumamos nos reunir para cortar da vida alheia... Quem vai a esses centros para tomar a rubiácea do Sr. Júlio Prestes encontra rodas que satisfazem todos os paladares. Temos ali as rodas dos políticos, dos desportistas, dos intelectuais das duas espécies (passadistas e modernistas), dos boateiros-morais e até mesmo dos derrotistas da grande causa em que estamos hoje, todos nós, do Rio Grande, patrioticamente empenhados.

Houve épocas em que o Café Nacional era a “coxilha” das escaramuças de 1921 e 1924.¹⁰⁸ Alguém, que falava em ir para o campo “peitar” pelo seu credo patriótico, chegava ali, tomava uma mesa, filava o café do primeiro pagante que se abancava e começava então a descrever os reencontros e entreveros, a vitória certa do seu plano estratégico. Dentro de cinco minutos o inimigo estava completamente dominado, e o ouvinte já tinha marchado na terceira dose da excelente rubiácea...

Só as casas de café podem reunir, permanentemente, esse pequeno mundo de contrastes, essa variedade de assuntos, de opiniões. Ir ao Café Nacional, nesta ou outra filial, é hoje uma obrigação da qual de modo algum abdicamos.

E com isso temos feito o maior e o melhor afago que se pode fazer àquela empresa operosa.

30 de outubro de 1929

¹⁰⁸ Em 1924, ocorreu a eclosão, no Rio Grande do Sul, de uma revolta militar liderada por Luís Carlos Prestes, que formou um contingente rebelde que posteriormente se uniu às forças tenentistas paulistas, dando origem à Coluna Prestes.

A crise do café!
 A formidável baixa do dito.
 O fechamento da Bolsa!
 Os cafezinhos de Porto Alegre!
 Reabilitação do tostão!...¹⁰⁹

Como veem os leitores, são cinco temas importantes, todos, porém, ferindo um mesmo assunto, de instantânea e fulminante atualidade – a crise do café.

Sim, senhor, o caso, ao contrário do que muita gente pensava, tomou de ontem para hoje um aspecto assustador. O pior é que o açúcar vai no mesmo caminho, apresentando nessa queda uma diferença de quase 40\$000 em saco!

A gente pobre da capital, que vê nessas duas quedas unicamente o seu caso econômico, em relação ao armazém onde são comprados aqueles dois produtos, já há dias que os vem adquirindo por preço muito inferior, embora outras casas de varejo, do ramo, continuem a impingir aos trouxas tanto o açúcar como o café, pelo preço antigo, que era, como se sabe, exageradamente alto. Repetimos: para aqueles que lutam contra as formidáveis violências da carestia e que só veem nessa baixa brusca o seu caso econômico, tal crise só lhes enche de contentamento. Para aqueles, porém, que olham mais longe, adivinham em tudo isso dias sombrios para a Pátria, dos quais são principais culpados os Sres. Washington Luís e Júlio Prestes. Quem também estas linhas escreve tem no caso um interesse econômico de grande importância, que se esconde na seguinte interrogação:

– Baixará o preço do cafezinho da xícara?

Estamos grandemente empenhados em saber. Não há níqueis que nos cheguem para atender ao vício do cafezinho ao preço de

¹⁰⁹ Tostão: moeda de 100 réis, cunhada entre 1918 e 1935.

200 réis a xícara... Mesmo quando o amável gerente nos envolve na tentação de um convite camarada, pagando ele a roda do café mesmo assim, lá marchamos oito ou dez vezes ao dia com os 200 réis de cada xícara que tomamos.

É um preço profundamente antipático, que, pelo menos agora, não deve continuar.

Diante das consequências da crise, procuramos ouvir opiniões entre os frequentadores dos cafés.

– Sou pela baixa – declarou-nos logo o nosso amigo José Joaquim de Moura.

– Também eu – foi logo dizendo o ilustre professor Raimundo Vianna.

– Sim, concordo em absoluto – foi a declaração verbal de Osvaldo Rentsch,¹¹⁰ Leonardo Truda¹¹¹ e Ângelo Guido,¹¹² todos a um tempo.

– Pois, se os senhores concordam, eu não discordo – declarou o nosso prezado amigo Sr. Fábio Netto, que na ocasião entrava na filial nº 9 do Café Nacional.

De outra mesa ao lado alguém deu um aparte:

– Precisamos fazer a reabilitação do tostão...

Quem assim falava era o simpático e querido J. J. Brito, o homem das “massas” do Banco Nacional do Comércio,¹¹³ que aliás não tem ligação alguma com o Sr. Carvalho de Britto,¹¹⁴ do Banco do Brasil.

¹¹⁰ Osvaldo Rentsch: sócio proprietário da Livraria e Editora Globo.

¹¹¹ Francisco Leonardo Truda (1886-1942): jornalista, um dos fundadores do *Diário de Notícias*.

¹¹² Angelo Guido Gnocchi (1893-1969): pintor italiano radicado no Rio Grande do Sul, crítico de arte do *Diário de Notícias*.

¹¹³ Banco Nacional do Comércio: banco fundado no Rio Grande do Sul em 1895 como Banco do Comércio. Sua sede, inaugurada em 1932, localiza-se na praça da Alfândega e atualmente dá lugar ao Santander Cultural.

¹¹⁴ Carvalho de Britto: diretor da carteira comercial do Banco do Brasil e um dos fundadores da Concentração Conservadora, grupo do Partido Republicano Mineiro partidário da candidatura de Júlio Prestes.

Só o nosso amigo Moraes Fernandes, para mostrar o seu espírito de contradição, deu opinião ao contrário:

– Sou contra a baixa. Acho que o cafezinho deve continuar a 200 réis a xícara...

Diante do inquérito acima esperamos a ação decisiva dos proprietários de cafés em Porto Alegre.

Esperamos a baixa.

8 de novembro de 1929

Coisas extraordinárias sobre propaganda política estão se passando em Porto Alegre, de um certo tempo para cá.

Esses episódios, pelo grande mistério que os envolve, estão provocando verdadeiro alarme no seio pacato da nossa população.

Nos telegramas de torna-viagem, esta folha, por várias vezes, tem dado conhecimento aos seus leitores das ocorrências que aqui se tem verificado, sem que o público lograsse o menor conhecimento de tais fatos, tanto em relação aos que se dizem ocorridos em plena luz do dia, como aos que se verificaram em plena tranquilidade da noite.

Pela enorme lista publicada em edições anteriores deste jornal, ficamos inteirados de que tais fatos se prendem diretamente à propaganda eleitoral da candidatura do Sr. Júlio Prestes à presidência da República.

Ainda ontem tivemos ocasião de publicar uma pequena nota, falando por alto de tais ocorrências, que podem se resumir nesses edificantes episódios que de sobejo atestam o ambiente de pavor que se criou em Porto Alegre: um *meeting* promovido pela carteira eleitoral¹¹⁵ do Banco do Brasil foi dissolvido à pata de cavalo pela

¹¹⁵ O *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro denunciou, em 22 de novembro de 1929, a existência de uma "carteira eleitoral" criada por Carvalho de Britto, composta por títulos de crédito ilimitado emitidos pelo Banco do Brasil, destinados à propaganda da candidatura de Júlio Prestes. No entanto, a existência desse crédito não foi comprovada oficialmente.

polícia do estado, enquanto outro, realizado no arrabalde de São João, teve igual sorte. E não foi só isso. Os estudantes cariocas que aqui estiveram em propaganda daquela candidatura foram espaldeirados em plena rua dos Andradas, no momento em que falavam à grande multidão dos correligionários do Sr. Carvalho de Britto, que ali estacionavam, aplaudindo os oradores inflamados pelo justo júbilo cívico. E para culminar os episódios da truculenta violência policial, o jovem patriota Mariz e Barros¹¹⁶ – tipo impecável de herói, apóstolo e mártir, três qualidades excepcionais fundidas na envergadura de aço de uma só pessoa –, ao falar à grande massa do povo que se comprimia ao lado do monumento do Barão do Rio Branco, em frente ao edifício do Correio e Telégrafo, foi alvejado pelos balins de salão propositalmente usados por um membro da Aliança Liberal, que só mete bala daquela bitola e calibre, porque, se esse projétil não mata, tem a vantagem de inutilizar o alvejado para toda a vida, o que é muito pior. Em estado grave, o prestante e abnegado propagandista político foi recolhido à residência particular de um correligionário, onde ficou em tratamento.

Inúmeros outros fatos se têm verificado em plena metrópole rio-grandense, havendo ocorrido até mesmo hediondos episódios de trucidamento em praça pública.

Ora, tudo isso vem acontecendo sem que qualquer pessoa de Porto Alegre conseguisse constatar com os seus próprios olhos. Daí o justo alarme da população. No espírito dos mais ignorantes, daqueles, principalmente, que acreditam nos “batuques”, nos assombramentos e nas almas do outro mundo, esses misteriosos

In: Temístocles Cavalcanti. *In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [s. d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/temistocles-brandao-cavalcanti>. Acesso em: 9 maio 2020.

¹¹⁶ Antônio Carlos de Mariz e Barros Neto: presidente do “Centro Acadêmico Júlio Prestes”, associação de estudantes de escolas superiores fundada no Rio de Janeiro, em agosto de 1929, em prol da candidatura do representante do Partido Republicano Paulista.

acontecimentos estão provocando verdadeiro terror, tendo mesmo alguém lembrado a ideia de se dirigir um memorial ao Sr. intendente do município, no sentido de ser benzida três vezes ao dia a cidade, por todos os “pais-santos” dos nossos “batuques”, a fim de quebrar o encantamento que o espírito dos Profundos envolveu a capital, enchendo de cataratas¹¹⁷ a nossa população.

Sai azar!

Esconjuro-te, danado!...

19 de novembro de 1929

Rua Santana!

Quem te viu e quem te vê...

Não vá o amável leitor pensar que desejamos entrar aqui em divagações sobre o comitê perrepista,¹¹⁸ que é sem dúvida uma das novidades mais interessantes daquela popular artéria, depois da faixa de cimento armado ali construída, como se sabe, às expensas dos proprietários de veículos.

Absolutamente não desejamos fazer referências àquele centro político e muito menos ao seu esforçado presidente, o nosso particular amigo Moraes, amigo (!) dizemos nós, na certeza de que S.S. ainda não nos incluiu na terrível “lista negra” organizada para seu uso privado e político, e onde, à maneira do Inferno¹¹⁹, de Dante, serão lançados à tortura eterna todos aqueles que impatrioticamente preferiram ficar com o Rio Grande a aceitar o sacrifício de se alistar em prol dos ideais do Catete ou dos puros princípios republicanos evangelizados pelo Banco do Brasil...

¹¹⁷ Catarata: ilusão, engano.

¹¹⁸ O comitê eleitoral do Partido Republicano Paulista se estabeleceu em Porto Alegre durante a campanha de Júlio Prestes à presidência da República, no pleito de 1930.

¹¹⁹ Inferno: seção da *Divina Comédia* de Dante Alighieri (1265-1321), publicado entre 1304 e 1308.

Não. Ao referirmo-nos diretamente à rua Santana, não temos o menor intuito de falarmos sobre o patriótico comitê de empregos, demissões e transferências, nem tampouco da atividade incessante e dignificante do seu nobre e valoroso presidente.

O que desejamos registrar aqui é apenas o contraste entre a rua Santana de hoje e a rua Santana de anos atrás. Com a rua enorme de cimento, limpa e lustrosa, a faiscar à luz do sol, como se fora asfalto; com o seu intenso movimento de veículos num vaivém contínuo; com o desdobramento da sua edificação predial, que se constata nas pequenas e grandes construções que ali vão surgindo, a rua Santana é hoje uma das grandes artérias da zona baixa de Porto Alegre, destinada a ser, talvez, se já não o é, o principal ponto de ligação entre o centro da cidade e o populoso arrabalde do Partenon.

Bastou que a municipalidade fizesse aquele melhoramento indispensável (a pavimentação, o concreto, do leito da rua), para que o desenvolvimento da mesma, quer quanto ao seu comércio, quer quanto às suas construções, tomasse um notável impulso.

Assim como essa, quantas outras ruas da cidade não estão à espera de idêntico melhoramento, a fim de progresso, de atividade e de trabalho que se rasga para o futuro da metrópole gaúcha?

Foi, enfim, uma ótima impressão que tivemos, ontem, da rua Santana.

Ao noticiarmos esse passeio pedestre, devemos declarar, em nome da verdade, que tanto na ida como na volta não tivemos a curiosidade de espiar o comitê perrelista da dita rua e muito menos de verificar quem nele entrava, mesmo porque nada vimos e nada percebemos que nos pudesse chamar a atenção.

Fizemos, em tempo, a presente declaração, para que a tenaz e incansável atividade telegráfica do nosso particular amigo Moraes não nos taxe de “secreta”¹²⁰ do Sr. Getúlio Vargas...

¹²⁰ Secreta: espião.

7 de dezembro de 1929

A cidade está cheia de boatos e de comentários políticos. Desde anteontem, pela manhã, que o assunto de todas as rodas é invariavelmente o mesmo.

- Então temos acordo?
- Que acordo, seu?
- Ora... Acordo político. Então, você não sabe?
- Não.

Pois é. O “braço forte” mandou propor ao Dr. Borges a indicação do seu nome, retirando em seguida a candidatura de Júlio Prestes.

– Não acredito em semelhante balela. É uma questão de honra para Minas, Rio Grande e Paraíba manter até o fim a candidatura Getúlio Vargas. Tenho absoluta certeza de que o Dr. Borges não se prestaria ao papel de *tertius*,¹²¹ quando está em jogo não o nome de pessoas, mas a própria dignidade do Rio Grande, que se insurgiu contra o processo usado pelo presidente da República, indicando ele próprio o seu sucessor. Lembrando o Sr. Washington agora o nome de um terceiro candidato, ainda é o mesmo processo que permanece em vigor, ainda é o mesmo autoritarismo que se procura impor à revelia da vontade da Nação. Não, meu amigo. Isso tudo não passa de mero boato.

Um outro grupo, que também conversava sobre política numa esquina da rua da Praia, deteve-nos o passo, quando, pela manhã, passávamos pelo local.

- Você, que é o homem d’A Cidade, já sabe da última?
- Qual?
- Foi lembrado o nome do Dr. Carlos Maximiliano,¹²² como candidato de conciliação.

¹²¹ *Tertius*: o terceiro elemento, que surge como alternativa em um conflito entre duas partes.

¹²² Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (1873-1960): advogado e político natural de São Jerônimo.

- Essa novidade não é a última: é a penúltima.
- Então qual é a última?
- A última, que começou a correr, desde as primeiras horas da manhã, é que o Moraes vai ser nomeado interventor...
- Interventor??...
- Sim, senhor, interventor junto ao José Júlio, para transferir e demitir funcionários suspeitos ao “perrepismo”...
- Ora, isso é velho. Desde que aqui chegou, esse distinto rio-grandense não tem feito outra coisa, em matéria de propaganda a favor da candidatura do Catete, senão se prestar a semelhante papel político: “Escolham: ou eu, ou leia os comunicados desse Euribiades.”¹²³ E o Barriga Filho ainda não foi transferido? Por quê? O tenente Maia precisa ser reformado imediatamente, pois é amigo do secretário particular do presidente do estado. Preciso também tirar daqui Carlos Barreto Rosa, telegrafista de quarta classe. O Pedro precisa desinfetar imediatamente a zona. Se não tiveram um candidato em condições para substituí-lo, eu estou às ordens.
- E assim, meu amigo, vai tudo pelo mesmo conseguinte.
- Realmente. É doloroso tudo isso.
- É doloroso, mas engraçado...
- Sim, é engraçado, mas doloroso...

* * *

Apanhado de uma palestra pelo rádio, realizada ontem, ao meio-dia, entre Porto Alegre e São Paulo.

- Bom dia!
- Bom dia.
- Como vamos?

¹²³ Euribiades: general espartano que liderou as forças militares gregas na luta contra os persas, durante as Guerras Médicas (século V a.C.)

- Lindo. E tu como vais?
 - Otimamente.
 - E os negócios?
 - Às mil maravilhas.
 - Então para que me mandaste chamar?
 - Preciso de mais vinte...
 - Mais vinte...
 - Sim, mais vinte “pacotes”.
 - Filho, neste momento é impossível.
 - Se não vierem os vinte, a nossa gloriosa causa perigará.
 - Não te arranjarás com dez, por enquanto?
 - Não. No mínimo vinte.
 - Carvalho de Brito está duro...
 - Não importa. Ou os vinte, ou eu abandono a causa.
 - Calma, filho, vou dar jeito.
 - Pois sim.
 - Adeus!
 - Abraços ao Júlio. Adeus!
- Nada mais lhe foi dito, nem perguntado.

12 de dezembro de 1929

Comentários de rua, entre dois personagens políticos, sendo um republicano e outro libertador¹²⁴. Amigos ambos. Amicíssimos. Falam na maior intimidade, com o mais vivo interesse e amor por tudo que diz respeito ao Rio Grande.

- Você já viu a insistência com que se fala em acordo?
- Pura conversa fiada...

¹²⁴ Libertador: adepto do Partido Libertador, fundado em 1928 por políticos do antigo Partido Federalista. Os libertadores participaram da Frente Única Gaúcha ao lado do Partido Republicano Rio-Grandense e aderiram à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em 1929.

– Também eu penso assim.

– Já não é mais possível acordo. Os compromissos assumidos pelo Rio Grande, Minas e Paraíba são de tal ordem que qualquer acordo, agora, importaria numa indignidade, tanto mais se tal acordo partisse do nosso próprio estado, que, como se sabe, bastante arranhado saiu da sucessão presidencial de 22. Nem é bom falar em coisas do passado. Desta feita, tenho plena certeza, à nossa terra caberá honrar as suas velhas tradições de lealdade, desmentindo as declarações infamantes do Sr. Irineu Machado¹²⁵ de que “os gaúchos são os piores políticos do Brasil, não lhes merecendo confiança alguma porque tudo abandonam quando é chegado o momento necessário...”

– Além disso, são tão formais e de tal ordem as declarações dos nossos representantes no Congresso que custa mesmo a crer como podem tomar vulto tais boatos, tanto mais em se sabendo que o Sr. Washington Luís só aceita acordo para o candidato à vice-presidência, nunca, porém, em relação ao Sr. Júlio Prestes. Além disso, é bom frisar que, se nos insurgimos, foi contra o processo do Catete impor candidatos. No caso de um acordo, tal se propala, provocado pelo Rio Grande, mais robustecida fica, mais imperativa se mostra, a atitude intransigente do presidente da República. Com tal gesto, ao invés de reagirmos contra o mal já admiravelmente analisado e condenado pelo Sr. Antônio Carlos, iríamos contribuir para torná-lo mais vivo, fortalecendo, assim, a atitude do Catete, que com tanto denodo e desassombro condenamos.

– Longe de nós semelhantes boatos.

– Longe de nós a pecha de indignos.

– Longe de nós a suspeita de uma vilania.

– Tenhamos bem presentes as palavras de João Neves da Fontoura, o denodado paladino da causa liberal: “Qualquer que seja a emer-

¹²⁵ Irineu de Mello Machado: professor, político, então senador da República.

gência a que nos arrasta esta campanha, o Rio Grande saberá ser digno de si mesmo.”¹²⁶

7 de janeiro de 1930

O regresso do Sr. Getúlio Vargas.

Essa foi a nota vibrante de ontem.

Certamente, nenhum assunto foi tão palpitante como esse para a vida da capital.

Não se trata, entretanto, da volta aos pagos do nosso querido presidente, daquele que em dois anos apenas de governo conquistou a admiração do Rio Grande, unânime pelo muito que ele tem feito pelo seu progresso, pelo seu desenvolvimento, pela sua grandeza e, sobretudo, pela confraternidade de todos os filhos da terra gaúcha.

Trata-se unicamente da presença entre nós do futuro presidente da República. O homem que ontem o povo de Porto Alegre vitoriou numa manifestação gloriosa e feita quase de improviso já não é mais um candidato à suprema magistratura do país. Mais do que isso, ele já se pode considerar o verdadeiro eleito da Nação. As delirantes manifestações recebidas no Rio e em São Paulo de várias centenas de milhares de almas valem sem dúvida por um prejulgamento da grande vitória que a 1ª de março próximo sagrará nas urnas os candidatos da Aliança Liberal. Se fosse pela livre vontade popular, pelo que de sincero e verdadeiro traduziram as grandiosas manifestações que o Sr. Getúlio Vargas recebeu nos dois maiores centros urbanos do país, a esta hora S.Ex.^a já poderia estar acampado no Catete como o verdadeiro eleito do povo brasileiro. Depois, então, que a sua plataforma foi divulgada e que verificamos que todas as grandes e justas aspirações da alma nacional estão condensadas

¹²⁶ Alusão à frase de encerramento do manifesto da Aliança Liberal, datado de 15 de agosto de 1929: “Que cada brasileiro saiba cumprir o seu dever de consciência e seja digno de si mesmo e do Brasil”.

nos problemas abordados por esse admirável documento político, mais nos convencemos do abismo que separa o Sr. Júlio Prestes do Sr. Getúlio Vargas. Será este, sem sombra da menor dúvida, o vitorioso das urnas.

Por mais pressão que possa fazer o governo, por maiores que sejam as fraudes que calmamente se preparam para o próximo pleito, o perrepismo não poderá esconder a derrota que o aguarda. Já moralmente vencido diante da tácita preferência que a multidão das duas grandes metrópoles do país manifestou de maneira tão eloquente pelo candidato liberal, o protegido do Sr. Washington Luís terá, ainda, nas urnas, a formal ratificação dessa derrota.

E por isso mesmo devemos declarar que não foi ele o candidato que o povo de Porto Alegre ontem saudou e aclamou. Foi, sim, o futuro presidente da República, aquele que é hoje o expoente máximo da gente da sua terra e das justas aspirações do povo do Brasil.

23 de janeiro de 1930

Com a não escolha do Sr. Plínio Casado¹²⁷ à renovação do Congresso por parte do Partido Libertador, perde o parlamento brasileiro uma de suas figuras de maior prestígio moral e mental e uma das expressões mais brilhantes da nossa cultura, que honraria sem dúvida o parlamento de qualquer nação civilizada do mundo.

Como representante do credo político que o levou por duas vezes à deputação federal, Plínio Casado, com as suas notáveis qualidades de orador, com a sua belíssima cultura jurídica de constitucionalista consagrado, não só honrou e elevou a tribuna parlamentar ao lado

¹²⁷ Plínio de Castro Casado (1870-1963): advogado e político nascido em Porto Alegre, deputado federal entre 1924 e 1930.

de Assis Brasil e Batista Luzardo,¹²⁸ como atraiu para o partido que representa a atenção e o respeito dos seus pares e do país inteiro.

Seus discursos no seio do Congresso, abordando temas vários de sociologia e política, foram páginas de formosa eloquência, de larga vibração em todas as camadas intelectuais da pátria, que encheram, por certo, de orgulho o Rio Grande, sem distinção de partidos. Era a voz do pampa tradicional e glorioso que ecoava no recinto da Câmara Federal; era uma expressão de inteligência e saber que, com os seus dois notáveis companheiros de credo e de bancada, continuava as tradições tribunícias da nossa terra.

E foi diante desses comentários naturais, que fazíamos, intimamente, num banco de praça de Alfândega ao termos notícia de que o nome do parlamentar ilustre não seria desta vez indicado à renovação, que ouvimos o diálogo, aqui fielmente registrado.

– Então, que me dizes do resultado da reunião de Pelotas?

– Tudo está muito bem. Os nomes indicados são pessoas dignas de representar o partido no Congresso. Mas, francamente, é uma grande injustiça não reeleger o Dr. Plínio Casado.

– Tanto mais – atalhou o outro – que o Luzardo volta novamente à deputação federal, e só não volta o Dr. Assis, porque este absolutamente não quer, de modo algum, em virtude de ter que cuidar dos seus interesses particulares abandonados.

– É verdade que o Luzardo trabalhou mais, teve atuação mais decisiva no grande momento que atravessamos. São admiráveis os serviços prestados por esse grande combatente e dedicado trabalhador; mas não é menos verdade que o Plínio, apesar de menos ativo, dada a sua idade e os sofrimentos íntimos, com perdas irreparáveis de entes queridos de seu lar, foi uma grande figura e talvez uma das inteligências de mais respeito admiradas do Congresso. Esquecê-lo

¹²⁸ João Batista Luzardo (1892-1982): político, diplomata, então deputado federal pelo Partido Democrático Nacional (PDN).

agora, quando ele forçosamente mais teria que brilhar diante de uma infinidade de problemas novos que surgirão a debate no plenário da Câmara, é, não há dúvida, uma perda irreparável.

– De pleno acordo. A sua mentalidade e o seu nome, hoje, nacional, mereciam ser novamente aproveitados.

– O pior é a ficha de consolação: ganha, em ata, um voto de louvor pelos serviços inestimáveis prestados ao partido e é pelo próprio partido posto de margem do posto em que ele podia continuar a prestar esses mesmos serviços!

– Francamente...

O diálogo terminou aí. Um terceiro personagem mudou o curso da palestra.

9 de fevereiro de 1930

Nestas últimas vinte e quatro horas, a atenção de toda capital tem estado voltada para os últimos acontecimentos políticos – para os boatos de todo feitio e de todo tamanho que circularam anteontem pela cidade...

Em todas as rodas, quer na rua, quer nos cafés, quer à frente do placar dos jornais, os diálogos assumiram aspectos contraditórios e pitorescos.

E aqui registramos o que a reportagem d'*A Cidade* apurou.

– Virgem!...

– Que horror!!

– Meu Deus!!

– A revolução!...

Com tais exclamações, um personagem afobado e ávido de novidades entremete-se na roda alarmada.

– Meus senhores, o que ouviu?

– Mataram o Melo Viana...

– O Melo Viana?... O Dr. Vice-Versa?

– Sim, senhor.

– Mas isso é um crime previsto pelo código...

– Ora essa, grande novidade... Temos agora aqui o Conselheiro Acácio...¹²⁹

Um outro personagem explica:

– Não mataram nada. O Dr. Melo Viana escapou com vida, saindo apenas com o rosto chamuscado.

A situação fica assim aclarada: apenas a pele daquele ilustre político é que ficou mais escura.

Esclarecidos assim os acontecimentos que escureceram o ambiente político de Montes Claros,¹³⁰ um outro boato, profundamente alarmante, aturde a multidão da rua.

– Mataram o Luzardo!...

– Que está dizendo!... O Batista Luzardo, o grande Luzardo?... Mas isso é a revolução?...

E o circunstante saiu apressado, a fim de comunicar a dolorosa nova a outros amigos que o esperavam na Confeitaria Colombo.¹³¹

Felizmente já à noite de anteontem o boato estava completamente desfeito. O denodado batalhador continua com vida, para glória da Aliança Libertadora, da qual ele é um dos mais dedicados paladinos.

Mas os boatos não pararam. Mal se desfazia um, surgia imediatamente outro, reflexo natural dos correspondentes telegráficos do Rio, que iam transmitindo aos jornais todas as notícias que aí circulavam.

– Já sabes da última?

– Não.

¹²⁹ Conselheiro Acácio: personagem do romance *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, publicado em 1878. Suas sentenças pretensiosas, mediocres e inócuas deram origem aos termos "acaciano", "acacista" e "acacianismo".

¹³⁰ Em 6 de fevereiro de 1930, chegou a Montes Claros (MG) o vice-presidente da República, Fernando Melo Viana, acompanhado de diversas autoridades. Em frente à residência de um político da localidade ligado à Aliança Liberal, o cortejo foi atacado com tiros de fuzil. O atentado resultou em cinco mortes, entre elas a do secretário do vice-presidente.

¹³¹ Confeitaria Colombo: estabelecimento localizado no largo dos Medeiros, entre a rua dos Andradas e a General Câmara, próximo à praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre.

- Morreu o Vital Soares!¹³²
- O Vital Soares?
- Sim.
- O companheiro de chapa do Júlio Prestes?
- Ele mesmo, em pessoa.
- Que barbaridade! Desta vez parece que sai barulho mesmo...
- Quem sabe... O estado de sítio já está aí.
- É o que lhe digo: o governo acaba de decretar o estado de sítio e a intervenção federal em Minas Gerais.
- Em Minas Gerais??...
- Sim, senhor.
- Mas então isso é o toque de reunir para a revolução!... Onde iremos parar?

Entretanto, os alarmantes boatos não passaram, como os outros, de meros boatos. Até às dez horas da noite de ontem, o Sr. Washington ainda não havia decretado a intervenção federal em Minas...

Última novidade do dia:

- O “braço forte”, ao descer uma das escadarias do palácio Guanabara, destroncou um braço...
- Fechou o tempo. Então, a chuva começou a cair para lavar a cidade.

2 de maio de 1930

Diálogo de rua:

- Então, consumou-se o inominável esbulho dos candidatos eleitos da Paraíba?...
- É verdade, consumou-se.
- E o que dirá a isso o Rio Grande?

¹³² Vital Soares (1874-1933): advogado e político fluminense. O cronista grafara “Vidal Soares”.

– Ora, qual... O nosso Rio Grande.

– O nosso, uma ova... Passo!

– Está você a mangar. Então, o Rio Grande do Sul, que aceitou a sagrada aliança, não tem opinião no caso?

– Conforme. Tem e não tem. Se fosse antes do pleito, tinha; mas como o caso é depois do pleito, não tem...

– Não é possível. Os nossos compromissos de honra, e mais a nossa própria tradição de brio e de dignidade, reclamam uma posição definida no caso. Depois já é conhecida a opinião aberta e franca do Osvaldo, do João Neves, do Ariosto,¹³³ do Maurício¹³⁴ e do Collor.¹³⁵

– Sim, meu caro, está tudo muito bem, tudo está muito certo, mas não é só com a opinião desses cinco índios decididos que temos de reatar a altivez perdida do Rio Grande. O que naturalmente revolta é essa “tapeação” de sim e não, que se patenteia em atos e fatos da nossa representação no Congresso. Quer uma prova? Aí está a atitude do Penafiel,¹³⁶ que nem sequer compareceu à sessão em que se consumou o esbulho, além da atitude de outros mais que se limitaram a espiar pelo buraco da fechadura da porta da Câmara. Mas isso não impede que os mesmos, em ocasião precisa, deem sobejas provas de altivez e de dignidade, mostrando que o nosso estado está onde sempre esteve.

– Sim, compreendo... Uma vela a Deus e outra ao Diabo. Nem oposição, nem solidariedade. Assim como quem quer e não quer...

– Pois isso é que honra e dignifica as nossas tradições de lealdade.

– Pois não, perfeitamente... Quer saber de uma coisa? Quem tem razão em tudo isso é o Irineu. Lembro-me perfeitamente do que

¹³³ Ariosto Pinto: político sul-rio-grandense, ligado ao Partido Republicano.

¹³⁴ Maurício Pereira de Lacerda (1888-1969): político e escritor, à época deputado pelo Distrito Federal.

¹³⁵ Lindolfo Collor (1890-1942): político e jornalista nascido em São Leopoldo, um dos principais articuladores da Revolução de 1930.

¹³⁶ Antônio Carlos Penafiel (1883-1960): médico, político e jornalista nascido em Porto Alegre.

então afirmou o senador carioca: “Conheci o Rio Grande de 1922 e vou agora conhecer o de 1930. Com ele, nem para o céu...”

Depois disso, o diálogo cessou.

9 de maio de 1930

Aspectos interessantes que a cidade oferece à curiosidade do cronista.

No Café Paraventi,¹³⁷ Dois amigos se acercam do balcão onde a deliciosa essência é servida à clientela numerosa.

– Dois “expressos”!

Enquanto a máquina funciona, aviva-se a palestra.

– Leste o telegrama do chefe?

– Li.

– Um colosso! Extraordinário... Nunca vi tanta eloquência num simples telegrama! Sim, senhor, um colosso!

– Eu não lhe dizia? Todo mundo condenou a primeira entrevista. Eu, porém, nunca emiti a menor opinião sobre sua conduta. Quando alguém me falava, eu dizia logo: esperem pela volta, esperem pela volta... Pois está aí. Com que cara ficam agora os que diziam que ele tinha aderido ao Washington?

– É verdade, um colosso, extraordinário! Nunca vi tanta energia. Agora, sim, estou convencido que a dignidade do Rio Grande está salva.

– Diabos é que há outros que já aderiram com armas e bagagens aos Campos Elíseos.¹³⁸

– Isso não tem a menor importância. O que vale em tudo isso é o chefe. Se ele está firme, se o seu telegrama não for desmentido

¹³⁷ Café Paraventi: rede de cafés com matriz em São Paulo, de propriedade de Celestino Paraventi. Em Porto Alegre, o café se localizava a rua Uruguai, no Centro Histórico.

¹³⁸ Palácio dos Campos Elíseos: sede do governo do estado de São Paulo e residência oficial do governador paulista até 1965.

(Deus nos defenda de semelhante barbaridade), o mais não tem importância.

– Sim, senhor, um colosso! Extraordinário...

Quando o cavalheiro resolveu tomar o seu cafezinho, a taça já estava gelada. Mesmo assim ele não quis perder o seu entusiasmo sobre a atual situação política e ainda arriscou mais uma opinião no assunto.

– Felizmente, esta campanha serviu para revelar ao país três grandes nomes de verdadeiros patriotas.

– Quais são eles?

– João Pessoa,¹³⁹ João Neves e o meu chefe.

– Mas serviu também para revelar outros verdadeiramente indignos dos ideais da grande causa.

– Quais são eles?

O companheiro sorriu e murmurou entre dentes:

– Não vê que eu sou besta de dizer...

Ao deixarem o café os dois amigos, ainda ouvimos um deles repetir com entusiasmo, na esquina próxima:

– Sim, senhor: extraordinário, um colosso!

15 de maio de 1930

Espiando a rua nesta hora em que a noite baixa com promessas de inverno e incerteza de chuva, o nosso espírito divaga.

O trágico destino que teve Siqueira Campos...¹⁴⁰

Trágico destino. Destino de herói. Morreu, porém, como devia morrer, isto é, saltando das alturas para o abismo profundo e insondável

¹³⁹ João Pessoa (1878-1930): advogado e político, presidente do estado da Paraíba a partir de outubro de 1928.

¹⁴⁰ Antônio de Siqueira Campos (1898-1930): militar e político natural de Rio Claro (SP), participante da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, morto em acidente aéreo. O cronista escrevia “Siqueira de Campos”.

do mar. Não foi, entretanto, uma traição da fatalidade. Não. Foi, sim, um episódio normal no fecho da existência de um predestinado. Um homem que zombou dos tiros de canhões e que não temeu as balas das metralhadoras; um homem que conheceu todas as traições e todos os perigos; um homem que brincava com a morte tal qual uma criança; um homem que aumentou o sonho da felicidade da Pátria, pelo expurgo de todas as podridões e os miasmas que corroíam o seu organismo; um homem como Siqueira Campos tinha que morrer assim, num voo vertiginoso através do espaço infinito, para depois cair no seio imenso das águas marulhantes.

Pela primeira e última vez o bravo soldado foi vencido...

* * *

O triste episódio é comentado num grupo de admiradores do herói.

– Então, a Câmara não tomou conhecimento do requerimento apresentado pelo Maurício de Lacerda, no sentido de ser prestada uma homenagem a Siqueira Campos?

– É verdade, não tomou conhecimento...

– Pois fique sabendo: é uma indignidade, uma verdadeira falta de respeito à memória de quem tão alto elevou o brio e a bravura da raça.

– Mas que queria você que fizesse aquela gente? Não sabe então que, se fosse vitorioso o ideal de Siqueira Campos, seriam processados e expulsos todos os exploradores do regime? Naturalmente, eles se consideram ofendidos e votaram contra...

– Está certo...

– Certíssimo...

– A ocasião foi oportuna para se vingarem daquele que em vida foi um verdadeiro fantasma dos insaciáveis pupilos do tesouro público. Mas eles que se cuidem. O ideal de regeneração não morreu, e o Brasil tem ainda outros Siqueiras Campos que velam pelo destino da Pátria. O 13 de Maio da nossa libertação não está longe. Eles que se cuidem...

O diálogo morreu. Os dois patrícios que comentavam o fato atravessaram, silenciosos, a praça da Alfândega, acreditando, talvez, em melhores dias para o Brasil.

Sonhadores...

25 de julho de 1930

Dizia-nos um amigo, ontem, num bonde, ao retomar, todo desconsolado, as suas impressões sobre o momento político.

– O Rio Grande anda tão por baixo que qualquer cachorrinho chega aí, levanta a perna e lhe verte água em cima... Feito o serviço, o animal sai lameiro, sacudindo a cola, com absoluto menosprezo por tudo.

– Francamente, não compreendo aonde o amigo quer chegar.

– Você quer um exemplo? Aí está o caso do Sr. Roberto Moreira.¹⁴¹ Esse sub-líder da maioria, em recente discurso proferido da tribuna da Câmara, atacou, brutalmente, o Rio Grande, dizendo entre outras coisas ser o nosso estado “uma terra de degoladores”. Contra essa infâmia, não foi ouvida e registrada por toda a imprensa carioca e por todos os deputados presentes à sessão, não se ergueu um só protesto veemente à altura da ofensa que recebemos do representante paulista.

– Está o amigo muito enganado, pois a bancada gaúcha protestou imediatamente. Depois, o discurso que o *Diário Oficial* publicou está convenientemente expurgado das injúrias assacadas à nossa terra.

– Mas o fato é que ele chamou o Rio Grande de “terra de degoladores”. Sobre isso não há a menor dúvida. Entretanto, rebatendo o protesto, aliás, delicado da nossa bancada, o Sr. Roberto Moreira declara manter, sem alteração de uma vírgula, tudo quanto disse da tribuna da Câmara. Na melhor das hipóteses ele está jogando com

¹⁴¹ Roberto Moreira: deputado federal pelo Partido Republicano Paulista. Callage faz referência ao artigo “O gênio da improvisação e da timidez”, assinado por Assis Chateaubriand. Foi publicado no *Diário da Noite* em 21 de julho de 1930, e nele é atribuída a Roberto Moreira a seguinte definição dos gaúchos: “Gente de degoladores e de caudilhos”.

pau de dois bicos.¹⁴² De maneira que a gente fica sem saber o que ele de fato mantém sem alteração de uma vírgula: se o discurso proferido e que no momento foi apanhado pelos representantes da imprensa, ou se foi o discurso publicado dois dias depois pelo *Diário Oficial*.

– Mas, verdadeira ou não a injúria, ela desapareceu.

– Absolutamente não. Ela está de pé contra os brios, contra a dignidade da nossa gente e da nossa terra. E, como essas, outras hão de surgir, procurando humilhar-nos ao resto do país.

– Não há de ser nada. O Rio Grande saberá ser digno do seu passado, da sua tradição de glórias.

– Há muito tempo que a gente vem dizendo isso. Entretanto, as afrontas, as ofensas são jogadas frequentemente contra nós. Chamam-nos de “prosas”, de fanfarrões, de degoladores, e vamos aguentando tudo, sem tugar nem mugir. Lá de quando em quando um protesto vago, platônico, pró-forma e nada mais. Francamente, estou desiludido de tudo.

– Pois eu não: tenho ainda vivas esperanças no dia de amanhã...

A conversa foi aí cortada. O bonde passou na praça da Alfândega, o amigo tomou o seu rumo e o cronista veio para o jornal registrar o diálogo. Sempre é um assunto para *A Cidade*, na falta de outro.

29 de julho de 1930

João Pessoa!

Esse nome foi mais do que uma bandeira de combate, foi bem a encarnação da dignidade de um povo, o espírito da altivez e da luta que ainda não desapareceu da alma da nacionalidade.

Raramente um homem teve tão larga projeção no cenário político do Brasil como o valoroso combatente paraibano. Por vezes, tinha-se

¹⁴² Jogar com pau de dois bicos: cair em uma armadilha.

a impressão de que toda a Aliança Liberal havia desaparecido. Só ele, só João Pessoa resistia; só ele lutava contra os desmandos do poder central, só ele surgia impávido no meio dos recuos e destroços da luta, dando exemplo de bravura e de heroísmo que ficarão imperecíveis na história do Brasil contemporâneo.

Com o desaparecimento do bravo presidente paraibano, perde o Brasil liberal o maior dos seus batalhadores.

* * *

– João Pessoa morreu!

– João Pessoa foi assassinado!

E dentro da noite de sábado, foi essa a única exclamação que se ouvia dos lábios da população de Porto Alegre.

– João Pessoa foi assassinado!

– Mataram o grande presidente da Paraíba.

De um patriota de lei, ouvimos esta frase expressiva:

– Era o homem de que tanto precisávamos. Era a maior figura do momento.

De outro lado, que lia, ontem, os telegramas afixados pela imprensa sobre a brutalidade do episódio que veio enlutar a Pátria inteira, ouvimos também uma sentida exclamação de dor:

– Grande patriota! Ou o Brasil desta vez se desafiatará, ou então desaparecerá comigo!

Ainda um terceiro, ao retirar-se do grande comício de protesto que se realizou domingo, em frente ao Grande Hotel, soltou ao ar a convicção que lhe dominava o espírito no momento:

– Não! O Rio Grande não desmentirá a palavra dos seus oradores.

Modesto no seu traje campônio, um gaúcho autêntico, que estacara à frente deste jornal, perguntou ao primeiro patricio que se lhe aproximava na ocasião:

– Que mundaréu de povo é esse?!... Será que mataram alguém?

– Sim, o presidente João Pessoa, companheiro de chapa do Dr. Getúlio Vargas na sucessão presidencial.

– Que barbaridade! Um grande homem, ouvi dizer. E será que fica tudo por isso mesmo?

– Quem sabe lá... Eu já ando farto de promessas e de compromissos de honra. Já não acredito em mais nada.

E o gaúcho retruca:

– Não diga isso, patrício. O Rio Grande custa a se meter, mas, quando se mete, até no escuro paga prá vê. Não seria neste momento que havíamos de deixar a Paraíba sozinha. A indiada coronilha¹⁴³ aí está de cola alada, à espera do primeiro grito do general Flores ou do Osvaldo Aranha...¹⁴⁴

E é nesse ambiente de impressões de toda a ordem que a nossa leal e valorosa cidade acompanha o curso dos acontecimentos de que foi teatro a capital de Pernambuco.¹⁴⁵

31 de julho de 1930

Diálogos fragmentados sobre os assuntos da véspera, do dia que ainda está por vir:

– Nem parece que estamos no inverno...

– Por quê?

– Ora, porque... Você não sente a alta temperatura?

– Isso é temporal na certa, que aí vem.

– Temporal... E um homem velho como você ainda acredita nessas coisas? Por muito favor uma carga d'água para aliviar a atmosfera. Depois esfria outra vez...

¹⁴³ Coronilha (regionalismo): homem forte e corajoso.

¹⁴⁴ Osvaldo Aranha (1894-1960): político e diplomata nascido em Alegrete, um dos principais articuladores da Revolução de 1930.

¹⁴⁵ João Pessoa foi assassinado em Recife, no dia 26 de julho de 1930.

- Você é um bicho, não há dúvida.
- Ah! Meu amigo, eu conheço de sobra o tempo, talvez melhor que o Observatório...
- Seria inútil insistir.

* * *

Diálogo entre dois otimistas:

- Que tal, tchê? O que há de novo?
- Nada. Vai tudo bem.
- Muito bem. E é só?
- Só.
- Então até logo.
- Adeus.

* * *

Conversa de dois pessimistas:

- Eu já não acredito em mais nada.
- *Idem, idem.*
- O Brasil é um país perdido.
- De pleno acordo.
- Não há mais salvação. O único remédio é aguentarmos ali, no duro, as consequências de tantas calamidades que nos assolam.
- É isso mesmo. Caminhamos para o abismo.

* * *

O patriota desconhecido, vendo grande aglomeração de povo em frente ao edifício do antigo Metrópole Hotel, tem grande contentamento cívico, que ele imediatamente transmite a outro patriota desconhecido sentado no mesmo banco:

– Veja, patrício, como o povo está seriamente preocupado com a hora angustiada que atravessamos. Desde que foi assassinado o grande João Pessoa, o povo não abandona aquele posto, devorando todas as notícias deixadas no *placard*.¹⁴⁶

– É mesmo. Esse fato vale por uma consolação, na hora amarga que atravessamos. Deixem falar as más línguas. O Rio Grande há de reabilitar.

Um terceiro patriota desconhecido, apertado no extremo do mesmo banco, intervém na conversa:

– Os senhores estão enganados: o povo está ali, mas é acompanhando o campeonato de futebol.

Os dois outros patriotas desconhecidos baixaram a cabeça, “enfados” ...¹⁴⁷

* * *

Em frente à redação do *Diário de Notícias*. Um cavalheiro diz a outro:

– Hoje, o jornal não afixou coisa alguma na pedra.

– Também pudera, o Catete mandou fechar a Rádio Cruzeiro.¹⁴⁸

– Sim, uma fonte de informações que absolutamente não convém ao governo... Você compreenda, o “braço forte” também tem medo...

– Pois agora mesmo me disseram que está se verificando qualquer coisa de anormal no Rio e em Minas.

– Onde foi colhida tal informação?

– Pelo telégrafo, ou pelo rádio, talvez...

– O fato pode ser verdadeiro, mas informação por via telegráfica de lá não virá, a censura já está francamente declarada.

¹⁴⁶ *Placard*: em francês, painéis ou cartazes afixados pelos jornais, veiculando as últimas notícias.

¹⁴⁷ Enfiar: na gíria, encabular-se, constranger-se.

¹⁴⁸ A Rádio Cruzeiro transmitia a correspondência telegráfica para os jornais do Rio Grande do Sul.

E vamos ficar por aqui antes que o nosso caro diretor também aplique a censura a *A Cidade*.

O momento – dizem os entendidos – não é de palavras; é de ação.

3 de agosto de 1930

Escreve-nos “um patriota sincero”, sugerindo a ideia de ser dado o nome do grande presidente João Pessoa a um dos principais logradouros públicos de Porto Alegre, lembrando-nos das avenidas Redenção e Bonfim, por exemplo, ou mesmo do grande parque fronteiro àquelas, que em breve será arborizado.

Não há dúvida, tal homenagem é simplesmente justa. Ninguém mais do que o imortal defensor da Paraíba tem direito a ela, não só em Porto Alegre, mas em todas as capitais e vilas do país, onde quer, enfim, que escoasse o seu nome, símbolo redivivo da lealdade, da honra, do direito, da justiça, das aspirações liberais da nacionalidade.

Ninguém mais do que João Pessoa merece o preito¹⁴⁹ de ser perpetuado o seu nome numa das grandes artérias de Porto Alegre.

Entretanto, não é bem essa a homenagem a que ele tem direito no Rio Grande do Sul. O que nesta hora merece a sua memória é algo mais que uma simples legenda assinalando um logradouro público na metrópole gaúcha; o preito que porventura pudesse reclamar a figura sobranceira do grande lutador deverá ser de outro feito, de outra maneira, com outro gesto, com outra atitude, que não só eleve e dignifique ainda mais o seu nome, como dignifique e eleve a nossa própria terra.

Unindo-se a Paraíba e o Rio Grande, sob os membros postulados da Aliança Liberal, sob uma mesma bandeira de combate, sob a inspiração do mesmo credo que se propôs a arrancar a Nação do

¹⁴⁹ Preito: homenagem, manifestação de respeito ou afeto.

caos em que ela se vai dia a dia mergulhando, o Rio Grande e Minas assinaram com a Paraíba um pacto de vida ou de morte do qual nenhum jamais poderá fugir.

João Pessoa foi morto no seu posto de honra, depois de já ter dado ao país inteiro o mais belo exemplo de bravura e de altivez, defendendo os sagrados direitos da sua terra. Vítima de um crime do qual o governo da República é o principal responsável, pelos ódios que inoculou, pelas violências que praticou, arrebatando, com facciosismo e com brutalidade sem precedentes na história política do Brasil republicano, a representação integral da Paraíba nas duas casas do Congresso – desaparecido o grande presidente exatamente na ocasião em que se reafirmava da tribuna do parlamento e da imprensa a solidariedade dos dois grandes companheiros de cruzada –, outra é a memória a que tem direito neste momento.

E o Rio Grande saberá cumprir esse dever; menos de gratidão do que de lealdade para aquele que, defendendo o significado da Paraíba, animou de coragem os dois companheiros de refrega, dando às montanhas de Minas e à vasta planura gaúcha a certeza de que a bravura da raça e a lealdade da palavra empenhada ainda não desapareceram do Brasil.

O Rio Grande vai cumprir a homenagem que a memória do grande morto com todo o direito reclama.

Ai de nós se não reverenciarmos o espírito que animou a figura do herói.

Ultrajados e aviltados por aqueles que nos têm na conta de fanfarrões, perderemos até mesmo o direito de comemorar o primeiro centenário da epopeia farroupilha de 1835.

Felizmente, para orgulho nosso, até lá não chegará o Rio Grande.

17 de agosto de 1930

Ânimo.

Desânimo.
Crença.
Descrença.
Esperanças...

Dentro da significação desses cinco vocábulos está perfeitamente integrada a alma da cidade. Qualquer coisa agradável que nos encherá de satisfação, de alegria e de contentamento, que se imagina, virá de um momento para outro, como exemplo, a sorte grande, o bem-estar pessoal, o engrandecimento da pátria, ou mesmo um cataclismo capaz de acabar com todos os políticos profissionais que arruinam, que infelicitam a nação – para qualquer coisa que se espera de hora marcada, a nossa alma tem todas aquelas fases. Ora enchemo-nos de confiança e de fé, ora de dúvida, de confusão e de descrença para depois cairmos de novo no desânimo, e de novo reportarmos à esperança.

E, sempre assim, sem que a sorte grande se ressalve um dia nos fazer a sua benfazeja visita.

A propósito desses estados de alma deveras interessantes, dizia-nos, ontem, um amigo:

– Eu sou no caso o cavaleiro da Esperança. E isso digo a respeito sem alusão a Luís Carlos Prestes, que continua sendo para mim a mesma grande figura de combatente, o mesmo herói de sempre. Eu sou o cavaleiro da Esperança, mas de outro feitio. Eu sou um homem que espera, que sabe esperar, que tem confiança no destino. Mais hoje ou mais amanhã, pode você ficar certo disso – ela virá...

Interrompo meu amigo para perguntar:

– Ela quem?

– Ora quem... A misteriosa dama que tanto almejo, aquela que eu espero dentro do tempo e do espaço, de hora a hora, minuto a minuto, sem desânimo, sem desfalecimento, sem a menor alteração

na minha confiança quase que absoluta. Só ela, a boa sorte, meu amigo, nos salvará, arrancando-nos da situação calamitosa em que vivemos, imprimindo outro rumo à nossa vida, dando-nos maiores certezas de um destino mais belo e mais digno de nós. Assim é que não podemos continuar. Mesmo os homens que com tudo se conformam, que aceitam as situações morais e materiais como fatos consumados, também esses não perderam a fé e a esperança. Se, com esses, tal se verifica, com muito mais razão ela opera prodígios e milagres numa alma como a desse seu amigo, que vive constantemente inundada pela luz redentora da esperança.

– Mas – digo eu –, quem espera desespera...

– Engano. Quem espera sempre alcança. Eu espero e confio. E se Deus é cidadão brasileiro, como muitos acreditam, então melhor ainda; mais arraigado fica em nosso espírito essa força poderosa que é a confiança – confiança que se faz certeza, certeza que se faz fato consumado –, e o fato consumado é no caso o remédio salvador.

No caso... Caio em dúvidas. Que linguagem estranha é essa, a do meu amigo?

Ele compreende logo a situação e remata a palestra dizendo:

– Seja como eu. Não perca a esperança, pois que ela é ainda única razão de se ser da vida. Tenha fé no destino.

E com esse conselho animador vamos esperar a ambicionada visita da dama misteriosa... Quem espera na espera exuberava.

22 de agosto de 1930

Comédia de todos os dias: uma mesa de café. Tema: a política. Subtema: a altivez gaúcha de mistura com a dignidade mineira. Personagens: dois pessimistas e um cavalheiro que ainda acredita em lobisomem.

– Então, que há de novo?

– O que há de novo é que o presidente Álvaro de Carvalho¹⁵⁰ capitulou.

Também pudera... Com o apoio moral de Minas e do Rio Grande, ele não tinha outro caminho a seguir senão esse: capitular.

– Andou muito acertado.

– Acertadíssimo. Eu, na situação dele, fazia a mesma coisa.

– Sim, depois de tão confortadora solidariedade, se o atual presidente da heroica Paraíba tentasse resistir, seria querer dar murros em faca de ponta...

– Se vivo fosse o glorioso João Pessoa, o cantar seria outro.

– Qual nada. Não creia. Entrava na “madeira”, também, como Álvaro de Carvalho.

– O pior de tudo é que o “braço forte” ganhou a corrida mordendo e assoprando...

– Isso é que é saber ter mão no leme. O mais é bobagem.

– Eu penso de outro modo. João Pessoa está fazendo falta. Ele saberia resistir até o fim.

– Sacrifício inútil, meu amigo. Só a Paraíba, por ser o aliado mais fraco, foi quem saiu perdendo nessa campanha. Perdeu a sua representação na Câmara. Além de violado na sua autonomia, foi o seu território talado pelo cangaço de José Pereira.¹⁵¹ E, para culminar o tremendo sacrifício, João Pessoa, o seu grande presidente, foi assassinado! E diante dessa imensa tragédia, os dois grandes estados que a ela se ligaram por um pacto de honra, por várias vezes, proclamado, pela palavra escrita e pela palavra falada, deram-lhe toda a sua imensa e confortadora solidariedade moral!...

– Também, que mais queria você?

¹⁵⁰ Álvaro Pereira de Carvalho (1885-1952): então presidente do estado da Paraíba, tendo assumido o governo após o assassinato de João Pessoa.

¹⁵¹ José Pereira Lima: conhecido como Coronel Zé Pereira, cangaceiro e deputado estadual paraibano que chefiou a Revolta de Princesa Isabel contra o governo de João Pessoa, em fevereiro de 1930.

- Mais nada.
- Pois então está tudo certo.
- Certíssimo...

Entra em cena o personagem que acredita em lobisomem. Fala com lusa convicção sebastianista.¹⁵²

– Nem tudo está perdido, meus amigos. Tenham confiança no dia de amanhã. Minas e Rio Grande saberão cumprir o seu dever, ressaltando os seus brios e as suas tradições gloriosas.

- Assim seja.
- Amém, Jesus.

O cavalheiro que estava com a palavra recolheu-se cheio de esperanças à sua nervosa dignidade cívica. O garção, ao retirar as xícaras da mesa, derrama o conteúdo do pires nas calças de um dos personagens.

- O Dr. queira desculpar.
- Não foi nada, podia ser pior.
- Pior do que receber o líquido na roupa?
- Sim, senhor. Pior que isso, mas muito pior, é a gente levar a sério o que dizem os políticos.
- Talvez você tenha razão. Mas o que é fato é que precisamos salvar alguma coisa de tudo isso.
- Sim, pelo menos as minhas calças...

O cavalheiro que acredita em lobisomem deu o fora.

7 de setembro de 1930

Porto Alegre.

¹⁵² Sebastianismo: movimento místico que acreditava no retorno do Rei D. Sebastião, desaparecido em 1578, que restauraria um tempo de glórias para a nação portuguesa.

Leal e valorosa capital rio-grandense!

Tereis hoje para glorificar, na pira sagrada dos teus sentimentos e do teu patriotismo, a data máxima da nacionalidade.

7 de Setembro!

Com que nuances ou com que tonalidades repontarás hoje, no horizonte, efeméride gloriosa da Independência?

Dia cheio de sol ou dia pesado de sombra?

Céu azul e limpo ou céu carrancudo e ameaçador?

Pouco importa o aspecto material do dia. Pouco importa, quaisquer que sejam essas ameaças, quando uma cidade como a nossa sabe sentir as suas grandes emoções, sabe expandir os seus grandes entusiasmos, sabe viver o prazer e a desgraça – sabe viver a glória e o martírio.

Pouco importam, pois, as aparências.

Através da alma altiva e nobre da população palpita a nobre e altiva alma da raça.

7 de Setembro!

Grande dia da liberdade!

Por isso, talvez, os soldados estão chegando...

Não creias, porém – ó leal e valorosa capital do Rio Grande –, que a sua presença seja para amedrontar a tua altivez ou espingardear os teus sentimentos.

Não creias.

Nem os teus brios admitiriam a afronta, nem o soldado gaúcho para tal se prestaria.

Ele aí está para festejar contigo, para glorificar a teu lado, na mesma comunhão de sentimentos patrióticos, no mesmo anseio de aspirações liberais, o grande dia que desponta.

7 de Setembro!

Luminosa sempre, quer palpitando na luz, quer estremecendo na sombra, a alma da cidade não perderá de vista, jamais, os destinos da Pátria.

4 de outubro de 1930

Dia 3 de outubro.

5 horas da tarde.

A bandeira vermelha da desafronta flutua neste momento pelos anseios da cidade.

Ave, Porto Alegre!

Ave, Rio Grande!

Saibas tu, leitor patricio, que, aqui dentro deste cantinho anônimo, por mais que procurássemos fugir às altas cogitações do momento, os nossos olhos e os nossos pensamentos mais íntimos estiveram sempre voltados para a gleba heroica e gloriosa. Dia a dia, hora a hora, as nossas esperanças se renovavam com um fervor sem limites, certos de que, mais hoje ou mais amanhã, o Rio Grande saberia cumprir o seu dever e, mais do que isso, seria o pioneiro da grande causa.

A sua leal e valorosa metrópole acaba de dar o brado de alarme. Já a esta hora, todo o estado estremece, assim como estremecerá o Brasil inteiro na sagrada defesa da sua liberdade.

Ave, Porto Alegre!

Ave, Rio Grande!

5 de outubro de 1930

A população delira.¹⁵³

¹⁵³ A Revolução de 1930 iniciou-se em 3 de outubro.

A capital em peso vibra de entusiasmo.

Depois de tantos dias, de tantos meses de espera, a alma da multidão expandiu-se em justo júbilo.

A Revolução surgiu triunfante.

Cada notícia que chega é uma afirmação de vitória.

Era de esperar que tudo assim acontecesse.

Tanto duvidaram da nossa lealdade, tanto zombaram da nossa bravura, tanto nos diminuíram e nos amesquinham que o Rio Grande, num só homem, numa só atitude, num só gesto, numa só vontade, estremeceu unísono, na rebeldia da desafronta.

Cada notícia que vem é, repetimos, uma afirmação de vitória. E, à maneira que chegam essas informações, capacita-se o povo de que dentro de pouco marcharemos para o definitivo triunfo.

O Rio Grande despertou. E despertou como sempre o tem feito, numa expressão maravilhosa de bravura. É a mesma terra, é a mesma gente que animou de lances desmedidos de valentia as páginas da história guerreira da nacionalidade. É o mesmo Rio Grande das Onze Campanhas Memoráveis.¹⁵⁴

Glória, pois, ao fogão do gaúcho. Desfeitas as cinzas que ocultavam suas brasas, a centelha se fez chama – a chama se fez labareda.

Porto Alegre em peso – homens, mulheres e crianças têm vivido intensamente nessas últimas vinte e quatro horas.

Em cada alma vibra o mesmo entusiasmo; em cada coração há um lugar para o culto dos seus heróis, dos novos *condottieri*¹⁵⁵ desta grande cruzada.

¹⁵⁴ Em 24 de maio de 1921, Roque Callage havia pronunciado um discurso em homenagem ao marechal Osório no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual era sócio. Na ocasião, citou o historiador Alfredo Varela ao evocar as onze campanhas empreendidas pelo Rio Grande do Sul, ao longo de 76 anos, em defesa da fronteira portuguesa contra os ataques dos espanhóis. In: CALLAGE, Roque. Osório. (A batalha de Tuyuty). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 528-533, 1921.

¹⁵⁵ *Condottieri*: em italiano, líderes.

E de todas as bocas e de todos os lábios a esperança que se faz certeza vibra, num só estribilho e numa só palavra:

– Venceremos.

10 de outubro de 1930

João Pessoa!

Nessa hora memorável da nossa redenção, ninguém esquece o nome do batalhador imortal.

É que João Pessoa é, hoje, um símbolo da nacionalidade. Seu devotamento à grande causa que uniu a Paraíba aos destinos de Minas e do Rio Grande; seu ardor sem limites e sua extraordinária intrepidez na defesa da autonomia paraibana violada pelo governo federal; a sua coragem e a sua bravura pessoal revelada com desassombro até o momento de cair assassinado pelo braço armado, pela covardia do Catete – todas essas excepcionais qualidades do inolvidável patriota são, neste momento, estímulos de honra que nos levam com mais entusiasmo à luta até a vitória definitiva da causa em que está empenhado todo o Brasil liberal. Saberemos nós do Rio Grande, de Minas e da Paraíba, saberão todos os liberais de norte a sul do país, honrar, neste momento, a memória do grande mártir.

A Aliança, na única e galharda atitude que lhe cabia tomar, começa a resgatar a sua dívida de honra e, se tudo correr a preceito, como se espera, até 15 de novembro estaremos de contas liquidadas.

Enquanto isso, vamos cultuando em preito sentido e expressivo o nome do glorioso paraibano.

Porto Alegre não podia deixar de se associar a essas homenagens que no momento têm tão nobre e tão elevada significação.

Foi sentindo isso que a população em peso da metrópole gaúcha, com a solidariedade oficial da municipalidade, deu denominação de João Pessoa à avenida da Redenção, que é, como se sabe, uma das mais belas artérias da cidade.

Pela sua importância, pela sua grandiosidade, não podia ser escolhido outro local onde o nome do mártir pudesse ficar definitivamente perpetuado.

João Pessoa já é um sinônimo de redenção. Associa-se, assim, o nome do herói ao nome por que era conhecida a belíssima avenida porto-alegrense.

Não houve propriamente substituição de um nome. Tornou-se apenas mais significativo o segundo com a legenda imortal do primeiro.

Quem diz avenida João Pessoa diz, indistintamente, avenida da Redenção.

Se se quiser tornar mais significativo aquele famoso quadrante da cidade, dê-se também o nome de avenida 3 de Outubro à atual avenida Bonfim.

E ter-se-á feito, daquele trecho, um símbolo da honra que vivemos: aos lados, as avenidas João Pessoa e a 3 de Outubro; e ao centro, o parque da Redenção.

11 de outubro de 1930

Era uma vez a farra presidencial no Clube dos Duzentos...

.....

E pontilhando de verve e de bom humor, a rapaziada já fardada, pronta pra seguir, formava roda no café, animada da mais intensa alegria.

- É a nossa despedida – dizia um.
- Até que enfim chegou o grande dia...
- Saímos de “coxilha” da rua da Praia, para ver de perto o “braço forte”...
- E dizer-se que nos chamavam de “revolucionários de café”...
- Ainda bem que o articulista emérito, o qual sem pavor foi um dos maiores animadores desta campanha, soube fazer a nossa defesa,

pelas colunas do grande órgão que dirige, escrevendo uma página por todos considerada impecável pela verdade e pela beleza do estudo.

O grupo vibrava de entusiasmo e de contentamento. A palestra tomava as nuances mais variadas, as mais bizarras tonalidades. Alguém exaltou de novo a capital gaúcha:

– Porto Alegre, com a arrancada de 3 de outubro, constitui exemplo único na história do movimento redentor: jovens e velhos, toda a mocidade. Todos os “revolucionários de café” atenderam imediatamente ao alistamento na caserna, bastando dizer que, 48h após, o voluntariado excedia em muitos milhares aos claros que seriam preenchidos e aos corpos que seriam criados.

Depois do justo júbilo patriótico de que estava possuída, a roda enveredou de novo para as *blagues* e pilhérias.

– Em tudo isso, só faço questão de uma coisa: é acompanhar o general Flores até o obelisco da avenida.¹⁵⁶

Fala um terceiro:

– O meu plano é outro. O meu plano é uma visitinha ao *País* e ao *Malho*, pois quero ver de perto a cara deles...¹⁵⁷

– Eu, por mim – diz um outro –, desejo apenas perguntar ao Azeredo¹⁵⁸ se ele ainda rouba no pôquer...

– Eu cá só levo uma aspiração...

– Qual é?

– Conhecer de perto o “barbado”.

– E o Melo Vianna!

– E o Julinho!

– E o Azeredo!

– E o Lopes Gonçalves!

¹⁵⁶ Com a vitória na Revolução de 1930, os revoltosos gaúchos que chegaram ao Rio de Janeiro amarraram seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco.

¹⁵⁷ Referência ao jornal *O País* e à revista *O Malho*, sediados no Rio de Janeiro, alinhados a Júlio Prestes.

¹⁵⁸ Antônio Azeredo (1861-1936): advogado, senador da República.

- E o Irineu.
 - E os quatro traidores do Rio Grande!
 - E o Roberto Moreira, que nos chamou de degoladores!
 - E o Vianna do Castello!¹⁵⁹
 - E o Carvalho de Britto!
- Nesse ínterim, alguém, ao levantar-se da mesa, reclama:
- Acabem com isso, porque a lista é grande!...

12 de outubro de 1930

Neste momento, o vermelho é a cor simbólica da rebeldia gloriosa.

Agita-se por toda a cidade a flâmula sagrada.

Palpita.

Flutua.

Acena.

E não é só no lenço do gaúcho que ela se mostra numa afirmação de vontade.

Nas mulheres também.

A graça feminina fez da insígnia colorada que o Luzardo implantou no Norte a cor mais bela da moda...

E a moda pegou.

E pegou tão bem que o próprio artifício do *rouge* desapareceu envergonhado...

Primeira vitória.

Mas a mulher gaúcha não se contenta só com isso.

Quer mais.

Quer combater.

¹⁵⁹ Augusto Vianna do Castello (1874-1953): político nascido em Curvelo (MG), comerciante, ministro da Justiça e dos Negócios Interiores do governo Washington Luís.

Quer ir para as linhas de fogo ao lado da nossa gauchada destorcida.¹⁶⁰

Pelo menos é essa a conclusão a que chegamos ao ouvirmos ontem, na rua da Praia, o seguinte diálogo:

– Tu não imaginas, Fulana, como estou aborrecida... O José partiu para São Paulo. O meu maior sentimento é não poder ir junto. Queria estar ao lado dele para mostrar aos que nos chamaram de “fanfarrões” que a bravura do Rio Grande não tem sexo. Tanto é do homem como da mulher...

Uma outra retrucou:

– Pois a mim, me convidaram para a Cruz Vermelha. Claro que aceitei com orgulho o convite, mas o que eu queria mesmo, com satisfação, era outro encargo...

(Todas as amigas da roda a uma voz:)

– Qual?

– Comandar um esquadrão de amazonas gaúchas, para fazer guarda de honra ao Flores da Cunha, no obelisco da avenida...

Boas e gostosas risadas estrugiram no grupo gentil.

Rindo-se, também, a autora da frase confirmou a sua intenção.

– Não se riam, porque esse seria, sinceramente, o meu desejo...

E de flâmula rubra no colo arfante, aquela bela e decidida criatura desapareceu na tarde gris.

Quanto homem não haveria de querer fazer parte do esquadrão da guapa cavalariana gaúcha?

Em poucos minutos a força estaria com o efetivo completo...

15 de outubro de 1930

¹⁶⁰ Destorcido: ágil, ativo, desenvolto, valente.

Nota-se visivelmente que a cidade perdeu muito do seu movimento habitual.

Desapareceu mesmo uma parte da sua população.

A alma inquieta e buliçosa das ruas – a mocidade das escolas, a mocidade do comércio, a mocidade das oficinas –, toda ela, flor radiosa da inteligência e do braço, acudiu pressurosa ao primeiro grito de “Vamos!”

Desde aí, não houve mais nada que contivesse a onda; desde então, não houve quem não tivesse disputado com tenacidade encarniçada um lugar no seio das tropas que marcham para o Norte, cantando.

Conquistar a certeza da sua incorporação representa a primeira escaramuça, o primeiro combate, a primeira batalha na formidável campanha em que todo o Brasil liberal está neste momento empenhado.

Não há rogos de noivas, não há pedidos de irmãs, nem lágrimas de mães que detenham a juventude impetuosa desta cruzada.

- Eu vou!
- Eu também vou!
- Partirei, custe o que custar.
- Avante, rapaziada!
- Para frente!
- Viva o Rio Grande!

Nada mais detém a onda rumorosa, essa formidável onda do oceano bravo que a tempestade açoitou. Basta dizer que no espaço de uma semana saíram de Porto Alegre cerca de 30 mil combatentes.

A flor da nossa mocidade.

A alma inquieta da nossa juventude.

Gente cheia de esperança.

Gente cheia de fé.

Representantes da tradição.

Representantes dos heróis de antanho – a alma do passado arremessando-se, impetuosa, pelo futuro adentro.

Alma gaúcha!...

* * *

A mocidade partiu.

Partiram uns e estão partindo outros.

A cidade se despovoa.

De toda a parte: dos cafés, das ruas, dos cinemas, dos salões recreativos, dos campos de futebol, das academias, do comércio, das fábricas, das oficinas saíram legiões. Legiões espontâneas, gente livre, cada qual desejando ser o primeiro entre os primeiros a receber o batismo de fogo no campo da luta.

Sim, episódio único na história guerrilheira do pago, ele é o mais estupendo desmentido aos que nos ultrajaram, atirando-nos a pecha dos fanfarrões.

A resposta foi uma só.

* * *

Para frente!

E a mocidade parte.

E a mocidade marcha.

Na fisionomia dos jovens combatentes adivinhamos as atitudes varonis e decisivas do Rio Grande: ímpetos de carga, de recontros e entreveros; na flor de um lago que sorri há bravura, há heroísmo, há generosidade; no olhar vivo do outro, perdido nas meias-tintas da distância, vislumbramos trincheiras conquistadas a passo de carga, assaltos em que a cavalaria gaúcha faz prodígios levando de vencidos os mercenários dos cofres da Nação.

Para frente!

* * *

E a mocidade parte.
E a mocidade marcha.
Parte sorrindo.
Marcha cantando.

Ilumina-a um mesmo desejo, uma mesma idealidade, um mesmo sonho – a libertação integral do Brasil.

A que admirável espetáculo estamos nós assistindo neste momento! Todos disputam a suprema ventura de partir; ninguém aceita a dolorosa contingência de ficar. Para preencher um claro na força que se apresta, precipitam-se de vez trinta, cinquenta, cem candidatos.

Ora, isso é maravilhoso!
Isso é só da nossa mocidade!
Isso é só do Rio Grande!
Glória, pois, aos jovens libertadores da Pátria.

17 de outubro de 1930

Embora quiséssemos, impossível seria fugir ao tema do dia, que é o assunto palpitante, que é o assunto único da cidade, o assunto de todo o Rio Grande e de todo o Brasil – a Revolução.

Só ela, neste momento, empolga os espíritos, porque só ela é que poderia salvar o Brasil.

O Brasil sem a revolução salvadora entraria em franca decomposição. Chegou felizmente a tempo o remédio único indicado para casos de tal natureza.

A Revolução.
É, portanto, a Revolução, o tema da cidade.

Não só as mulheres, como as próprias crianças exaltam os dias gloriosos de desafronta que estamos vivendo.

Entre a petizada de cinco e seis anos, o que mais impressiona é a flâmula vermelha das legiões valorosas que se apresentam para a luta.

– Mamãe, eu também quero um lenço daquela cor...

– Pois, sim, meu filho. Vou já comprar para você um lenço daquela cor...

E a boa mamãe, que é, antes de tudo, uma revolucionária decidida, envolve o pescoço do pirralho na flâmula sagrada.

Já o guri de sete e oito anos é o mais sabido.

Diante do lufa-lufa belicoso do momento, toma atitudes marciais de soldadinho de chumbo.

Marca passo.

Cabo de vassoura ao ombro.

Marcha.

Contramarcha.

E quando o pai, de mochila, desaparece na porta para incorporar-se ao regimento que parte, o garoto desanda num berreiro infernal.

– Por que está chorando, Juquinha?

– Mamãe, eu quero ir também!...

– Não é possível, meu filho. Papai foi para a Revolução.

– Pois eu queria ir junto!

– Mas papai vai brigar.

– Eu também sei brigar!

– Você não pode com o peso da carabina.

– Mas posso com o revólver.

E, para provar a sua competência bélica, o maroto puxa a pistola, abre a caixa de espoleta e espingardeia a casa toda...

Passando-se a observar o miúdo de nove e dez anos, a diferença de atitude é completa.

Esse já lê o jornal.

Acompanha a marcha dos acontecimentos.

Dá vivas ao Rio Grande, ao Flores, ao Osvaldo Aranha, ao Luzardo, a todas as grandes figuras do momento.

Conversa.

Discute.

E briga.

É um patriota exaltado.

E perigoso...

Admiro-lhe as atitudes e creio cada vez mais no Rio Grande.

Dos doze aos quatorze anos, até os quinze, o nosso adolescente tem uma única preocupação: a de não ter idade suficiente para seguir também para o campo de luta. Se tivesse dezessete ou dezoito anos, não ficaria em casa. Marcharia, imediatamente, com a primeira força. Saberria honrar as gloriosas tradições de sua terra em qualquer emergência que porventura se encontrasse.

Esse é todo o seu pesar. Só um consolo, entretanto, o desvia dessa mágoa.

É a esperança de que ficará de reserva para outra...

Pode o leitor percorrer toda a escala da idade infantil, e o traço psicológico a se registrar será invariavelmente o mesmo: a mais profunda simpatia pela Revolução, pela atitude bélica da nossa gente.

Todos, indistintamente todos, fotografam admiravelmente a mesma inclinação pelo espírito militar que em todas as épocas fez do gaúcho um soldado e do Rio Grande "um acampamento em marcha".

A última observação que fizemos nestes dias emocionantes que estamos vivendo foi com um velhinho – 80 anos, garantidos – debruçado à janela de um casebre, no momento em que passava uma tropa de embarque.

Perguntamos-lhe se não se entusiasmava com aquilo.

– Oh! O meu tempo!...

E não disse mais nada.

Nem precisava dizer...

Uns com idade de mais, outros com idade de menos...

18 de outubro de 1930

À frente dos *placards* desta folha, a multidão devora, com verdadeira volúpia, as notícias afixadas sobre a marcha vitoriosa da Revolução. Dia e noite o povo aí estaciona, havendo mesmo numerosas pessoas que, desde o dia 3, abandonaram por completo todos os seus afazeres, cuidando, única e exclusivamente, da luta em que estamos empenhados contra a prepotência e os desmandos do Catete.

Não raro, surpreendemos os mais interessantes diálogos afirmativos e comentários, os quais não resistimos ao prazer de registrar aqui.

– Qual é a última?

– Pois você não sabe? O general Firmino Paim¹⁶¹ invadiu o Rio Grande pelo nordeste e marcha sobre Vacaria!

– Tropa muito grande, naturalmente?

– Nem tanto. Duas mil cabeças de gado apenas adquirido na serra...

– Ora, bolas! Você sempre disposto a brincar...

– Que mais queria você? Pensava, então, que o homem iria invadir o Rio Grande com tropa de gente?

– Naturalmente.

– Absolutamente. Não tem mais pra ele...

Num outro grupo, comentava-se a ação formidável que, desde o dia 3, o general Miguel Costa¹⁶² vem desenvolvendo na sua ofensiva contra São Paulo.

– Tenho a impressão de que Miguel Costa entrará para a história como sendo um dos nossos grandes cabos de guerra.

– Realmente o é. Não devemos, porém, esquecer que temos muitos outros, e mais outros, ainda, surgirão com o tempo. Para tanto, basta que o Sr. Washington Luís se mostre burro teimoso

¹⁶¹ Firmino Paim Filho (1884-1971): militar, advogado e político nascido em São Sebastião do Cai (RS).

¹⁶² Miguel Costa (1885-1959): militar nascido em Buenos Aires e radicado em São Paulo, comandante da Coluna Prestes.

e empacador como sempre. Porque, assim, a luta prolongar-se-á, oferecendo oportunidades para verdadeiras revelações guerrilheiras por parte dos nossos invencíveis combatentes.

Em outro grupo:

– Então, amigo, como vai a Revolução?

– Não leste as últimas notícias do combate do coronel Etchgoyen¹⁶³ e da rendição do 14º B.C.¹⁶⁴ de Florianópolis?

– ...

– Como vês, a coisa vai de vento em popa.

– É e, com aquele rádio, que o Estado Maior dirigiu ao Ministro da Guerra, é bem possível que o general Sezefredo “Passos”¹⁶⁵ saia correndo.

Decididamente, a Revolução é uma admirável escola de bravura e de heroísmo para os que vão “pelear” de verdade, assim como é uma escola de geografia de *blagues* e de trocadilhos para os que ficam...

19 de outubro de 1930

No momento dos preparativos da grande ofensiva do exército revolucionário sobre São Paulo, o povo de Porto Alegre, como todo o povo do Brasil liberal, tem o seu pensamento voltado para os pioneiros da santa cruzada da redenção nacional, certo de que eles saberão arrancar a Pátria das mãos do despotismo, tornando-a digna de um melhor destino no seio da democracia sul-americana. E a onda coletiva que constitui toda a massa, toda a população da cidade, homens, mulheres e crianças, moços e velhos, sem distinção de cores políticas, sem diversidade de credos religiosos, unidos sobre as dobras generosas de uma mesma bandeira, sob a flâmula

¹⁶³ Alcides Etchegoyen (1901-1956): militar nascido em Porto Alegre.

¹⁶⁴ B.C.: Batalhão de Caçadores.

¹⁶⁵ Nestor Sezefredo Passos (1872-1941): militar, então ministro da Guerra.

palpitante de um mesmo ideal – todos, a essa hora, estão, em pensamento, em atos e palavras, elevando ao mistério das alturas a sua oração patriótica.

É a prece sagrada. Prece que brota instintiva de cada peito. Prece que sobe a cada momento ao espírito, fazendo-se ideia fixa e imutável, como se fora uma vontade eterna; prece que é ao mesmo tempo um augúrio e uma força, dando poder aos olhos da alma para devassar os horizontes, e ver e sentir o que ocorre lá longe nos recantos de fogo e nas arrancadas de lança; prece de amor, de fé e de esperança para os soldados que já marcharam para as linhas de combate; para os que vão marchar para a jornada reabilitadora; para os que já se cobriram de glórias e para os que se preparam para conquistar novos louros; prece para os heróis que tombaram, para os valentes que rolam nos campos da luta empapando o solo no sangue da liberdade nascente.

Liberdade! Liberdade! Pois é em desafronta da deusa imortal de todos os povos que o Brasil de hoje, resgatando os erros do Brasil de ontem, arremete contra o inimigo mal e bronco que fez do poder um patrimônio exclusivo das suas preferências e da sua vontade pessoal, estrangulando os mais belos, os mais nobres e os mais justos anseios da nacionalidade. É em nome da divindade inviolável que o Brasil acorda, que o Brasil desperta, que o Brasil se ergue para mostrar que, acima da vontade dos déspotas e fraudadores do regime, há uma outra força que a todas as demais sobrepõe – a vontade soberana da Nação.

O Rio Grande, representado na flor da gauchada da campanha, na flor da juventude das vilas e cidades, na flor da altiva e nobre rapaziada de Porto Alegre; o Rio Grande marchou imediatamente e marchará ainda, até quanto baste para erguer bem alto sob o fulgor tropical do sol brasileiro, sob a luz do nosso céu estrelado, a deusa que

o patriarca epicurista mutilou. Era indispensável que o Rio Grande fosse o primeiro entre os primeiros a marchar.

Com a nobreza da sua atitude, com o desempenho do seu gesto, ele reata as tradições da nossa gente, reata a alta dignidade de todo um povo, de todo um território, de toda a grande Pátria. Os heróis e as fronteiras ousadas que semearam a bravura em todos os quadrantes do nosso solo revivem hoje, e reviveram sempre, nas insígnias dos guerrilheiros da liberdade.

Reviverão na alma afoita dos que partem;
 Nas arrancadas dos corcéis;
 Na bravura dos que lutam;
 Na espada dos que combatem;
 No heroísmo dos que tombam;
 Na glória dos que vivem;
 E na generosidade e no cavalheirismo dos triunfadores.

É para esse Rio Grande do passado, que ora tão vivo se projeta no presente; é para esse mesmo Rio Grande de 1835 e das campanhas platinas; para esse mesmo Rio Grande do Paraguai e de 1893; e para esse Rio Grande em marcha, vitoriosa, para frente, que se volta neste momento a leal e valorosa cidade de Porto Alegre – no pensamento e na prece de toda a sua população.

21 de outubro de 1930

Estávamos no firme propósito de escrever a *Cidade* de hoje sobre a reclamação que se vem levantando, de todos os pontos da capital, contra o serviço de bondes da Companhia Carris, quando o povo, diante do apito das sirenes, ocorre à frente dos jornais na ânsia de saber a última notícia sobre o grande movimento libertador que sacode o país inteiro.

Mais ou menos, em resumo, é esta a nova sensacional:

– “Uma comissão, composta dos senhores Miguel Couto, Afonso Viseu¹⁶⁶ e Lineu de Paula Machado,¹⁶⁷ foi ao Catete pedir ao Sr. Washington Luís que renunciasse, tendo o mesmo declarado que resistirá até ao último homem e último cartucho.”

Comentários:

– O “braço forte” é duro...

– Duro de cabeça...

– Como burro empacador...

– Nada disso! O “barbado” já está mudando de linguagem. Reparem: ele já não fala em dominar “esse pequeno surto anárquico e comunista”. Ele fala agora em “resistir”.

– Sim, é a linguagem de quem se está vendo em maus lençóis.

– Dessa ele não se livra.

– Já estou com pena dele!

– Qual nada! Ele comigo é ali, na madeira...

Registramos as impressões colhidas na rua. Retomamos a pena com o firme propósito de alinharmos alguns comentários sobre problemas que dizem respeito diretamente à vida da cidade. Deixamos de lado as justas queixas da população contra as alterações dos pontos de parada de bondes, feitas pela Companhia Carris, e vamos agora tomar por tema outro assunto de grande importância para Porto Alegre. É o que se refere à arrecadação do imposto de “comércio e indústrias”, a que está procedendo a municipalidade, com ameaça de multa aos que não pagarem o referido imposto, até 31 de outubro.

Vamos comentar o fato defendendo a edilidade das acusações que lhe são feitas, pois ela ignora em absoluto a situação de anormalidade que atravessamos... Por isso, propomo-nos a defendê-la

¹⁶⁶ Afonso Viseu: empresário sul-rio-grandense.

¹⁶⁷ Lineu de Paula Machado (1880-1942): empresário natural de Rio Claro (RJ).

com todo entusiasmo, quando uma nova e estridente “sirenada” silva pelo espaço.

O povo corre em massa para os placares anunciadores de boas novas.

Todos avidamente leem: “Mato Grosso rendeu-se. Foi deposto o governador Aníbal de Toledo”.¹⁶⁸

A multidão vibra de entusiasmo. Os comentários esfuziam:

– Não há dúvida. Antes do dia 15 está tudo liquidado.

– Nem é corrida! Até lá o Brasil já estará livre de todos os exploradores profissionais do regime.

– Graças a Deus!

– Graças...

– Mas quem é afinal esse Aníbal de Toledo?

– Ué, gente? Você não sabe? É o autor da “lei celerada”¹⁶⁹ feita a pedido do Catete para amordaçar a imprensa.

– Que bárbaro!

– Que grande celerado! (Sem trocadilho.)

Infelizmente, essa notícia não se confirmou.

Voltamos à tira. Sem o menor desânimo pela nova que não foi confirmada (pois, hora mais, hora menos, ela virá, fresquinha, verdadeira), dispusemo-nos a tratar dos dois assuntos apenas em começo linha acima, quando uma outra “sirenada” nos chama a atenção. O povo ansioso, como sempre, já está devorando, na pedra, a última nova.

“As forças mineiras contam mais uma grande vitória em Passa Quatro”.

¹⁶⁸ Aníbal Benício de Toledo (1881-1982): advogado e político, então governador do Mato Grosso.

¹⁶⁹ Lei Celerada: decreto-lei promulgado em 1927, que ampliava os poderes policiais, permitindo a invasão de residências, redações de jornais, clubes e sindicatos, que podiam ser interditados e fechados caso parecessem representar risco à ordem pública. A palavra “celerado” denota um facinora ou criminoso.

“O grande exército gaúcho acaba de anunciar a ofensiva contra São Paulo. O inimigo retirou-se para além dos rios Paranapanema e Itararé”.

Entusiasmo.

Vibração.

Comentários.

- Se houver batalha, pode ficar certo, será a maior da América.
- Pelo número de combatentes, só do exército revolucionário, calculado em 50 mil homens, nem a de Tuiuti¹⁷⁰ em 24 de maio.
- Nem nada...
- Como na guerra europeia!
- Tal qual!
- Tenho certeza: não há força capaz de resistir à nossa ofensiva.
- Deus lhe ouça.
- E, se assim for, dentro de pouco estaremos batendo às portas do Catete, se o “barbado” não der o fora antes...

Como veem os leitores, os assuntos locais da *urbs*, em face do tema único que a todos preocupa, ficam adiados até segunda ordem...

22 de outubro de 1930

Ainda não apareceu, cidade invicta, o poeta que te cante, o poeta que te eleve na leve urdidura de um poema, celebrando-te a bravura, celebrando-te o civismo, celebrando-te todo este acervo de qualidades e virtudes que te colocam entre as mais altas guardiãs do renome e da glória de um país.

Como nas eras longínquas em que o homem repartia a sua vida entre os torneios florais e os campos de batalha, entre as sombras

¹⁷⁰ Batalha do Tuiuti: combate travado em 24 de maio de 1866, durante a Guerra do Paraguai.

senhoriais dos velhos castelos pontiagudos e o fragor alucinante dos combates, quando ficava, na ogiva mais alta da mais alta torre, com a aflição saudosa de uma castelã sincera, assim vives agora, princesinha de balaca,¹⁷¹ pela saudade e pela admiração dos bravos que partiram.

Mas no teu rosto não se nota a sombra de um pesar. Fala mais alto ao teu ouvido a voz do orgulho, a voz do patriotismo, e viste partir e vês partindo os teus heróis sem que o teu coração deixe transparecer receio ou temor... E ainda encontras palavras de acalanto e palavras de estímulo para os que vão, e apenas te entristeces por não dares mais, sempre mais, pela Causa que eles servem, os teus filhos destemerosos!

Falta ainda o poeta que te cante. Que cante a tua bravura e o teu patriotismo, sentinela heroica da nacionalidade, que vibras toda pelo orgulho de a servires.

E eu escreveria teu poema, e outros escreveriam o teu poema, se ele não fosse tão grande, se ele não fosse tão belo que a palavra não o descreve, a pena não o traduz, o estilo não o comporta, cidade invicta! Cidade invicta que escreve com o próprio sangue a tua história incomparável. E esta é, sem dúvida, o teu melhor poema...

24 de outubro de 1930

Porto Alegre apresenta, desde a tarde memorável de três do corrente, um aspecto bizarro¹⁷² e festivo.

A Revolução, para os gaúchos, não foi, nem de longe, um motivo de pesar e de luto. Pelo contrário, ela deu ensejo às mais vibrantes demonstrações de alegria, porque o nosso povo a esperava e viu chegar com o mesmo entusiasmo com que surge, aos olhos maravilhados do esquimó, o resplendor da aurora boreal.

¹⁷¹ Balaca: ostentação, firula.

¹⁷² Bizarro: no contexto, excêntrico, vistoso, original.

Assim, num grande desabafo coletivo, mais intenso ainda porque sobrevinha a um instante de inquietação e de dúvidas torturantes, ela encontrou em todos os corações gaúchos o mais vivo e mais alto entusiasmo, transbordando em manifestações de ruidosa alegria.

O sacrifício imposto ao nosso povo empolgou-o na compreensão nítida de um dever tão grande, que ele aceitou, não como imposição dos fatos, mas como satisfação aos seus próprios desejos.

Daí o prazer que transparece em cada fisionomia. Daí o riso que baila em todos os lábios. Daí o contentamento que fala em todos os olhares.

E a cidade, por isso, vive desde a tarde memorável de três do corrente numa contínua e empolgante vibração. O povo apinha-se nas ruas, corre para a frente dos jornais, a ler os placares onde são comunicadas as últimas notícias do *front*, discute e se exalta contra o cavanhaque do Catete, e louva e ovaciona os heróis da revolução.

Tremulam em todas as casas as flâmulas do Rio Grande, do Brasil e da Paraíba, e as nossas ruas apresentam um aspecto festivo de feriado interrupto.

E, leal e valorosa, a linda cidade da Madre Deus de Porto Alegre parece que está erguendo, por todas as suas trezentas mil bocas, um grande, um vibrante, um contínuo – Viva a Revolução!

4 de novembro de 1930

Finados.

A cidade, como todos os anos, comemorou os seus mortos.

Desde sábado, a população da capital esteve em permanente movimento, levando braçadas de flores ao cemitério. Foi a mesma intensa e piedosa romaria de todos os anos. Certo, não houve habitante de Porto Alegre que não fizesse a sua visita à eterna morada. Porque não há quem não tenha um morto para chorar, um túmulo ou uma sepultura para cobrir de flores. Só os pobres e os miseráveis,

só os mortos da vala comum ficam, como na vida, perpetuamente esquecidos. Assim, quem olha aquele imenso trecho funerário para onde são jogados, sem caixão, os que morreram na miséria e na indigência, tem a ilusão plena de um trato de terra árido e vazio. Não se vê ali uma flor ou uma cruz que nos dê a impressão imediata de que os mortos estão no fundo da cova, na transformação perpétua da matéria. Enquanto do outro lado os túmulos brancos resplandecem entre flores e velas de cera, anunciando através das lápides comemorativas os nomes dos seus moradores e o que foram eles na vida, ali, na vala comum, é o anonimato, o deserto, o Saara imenso delimitado ou dividindo em duas partes respectivamente, à memória, os mortos.

Contemplando aquele santo lugar, sem lágrimas, sem goivos¹⁷³ e sem saudade, onde o repouso parece ser definitivo, é natural que nos venham instintivamente à memória os mortos anônimos, os soldados obscuros e desconhecidos que, inflamados pelo ideal da Pátria Nova, caíram, para sempre, nesta soberba arrancada do liberalismo contra a prepotência.

É natural que a mesma ilusão nos empolgue e que, ao contemplarmos a vala comum no dia da romagem oficial de finados, vejamos esquecidos, lá longe, num trecho saliente de campo ou à orla de um bosque, o guerrilheiro desconhecido que marchou ao primeiro grito e que lá deixou para sempre nas linhas de fogo a sua coragem e o seu sonho, a sua esperança e a sua vida. Esses não saberão nunca da vitória; esses não vibrarão jamais pelo triunfo que sucedeu a sua morte e que redimiu a nação do aviltamento e da ruína. Ignorados, tal como aqueles que aqui estão na cova rasa e comum do cemitério da cidade, eles ficarão também neste ou naquele ponto da terra e da Pátria. Seu túmulo será ali ou mais lá adiante, nesta ou naquela

¹⁷³ Goivo: alegria.

direção... Vala comum, igualmente, onde dormem hoje os heróis que nos redimiram, os obscuros soldados que nos liberaram...

9 de novembro de 1930

Alguém apontou, ontem, para um cidadão que, entusiasmado, conversava com outro amigo numa mesa do Nacional.

– Conheces? É Fulano. Antes da Revolução, chamavam-no de revolucionário do café, e isso pela simples razão de toda a sua conversa, de toda a sua prosa girar em torno da revolução que em breve deveria desencadear-se através de todo o país. Estivesse quem estivesse ao seu lado, conhecido ou desconhecido, ele não perdia vasa, vinha à tona o seu tempo predileto, o assunto único que girava os seus nervos, que desemperrava a sua língua – a revolução. Ela teria que vir – dizia – mais hoje ou mais amanhã para a salvação do país. Ao Rio Grande, já apontado, no Rio e em São Paulo, como a terra dos “farofas”,¹⁷⁴ cabia por dever e por dignidade o primeiro grito. Antes de desafrontar a Nação, o nosso estado tinha que desenfrear-se a si mesmo, sob pena de cobrirmos de opróbrio e de vergonha a memória daqueles que em ciclos diversos da nossa história elevaram tão alto a bravura continentina. Ele ali estava pronto para o primeiro toque de reunir, disposto a dar o seu sangue e a sua vida, senão por amor aos homens, ao menos pelo respeito devido às tradições. Precisamos lutar, precisamos pelear, precisamos mostrar que ainda somos gente, que ainda temos vergonha, que ainda não desmerecemos o conceito daqueles que esperam e confiam na nossa ação. Vamos para a coxilha porque é lá o nosso lar...

Nas mesas em torno, o riso e o cochicho dos que não levavam a sério o eloquente e ardoroso revolucionário do café. Na opinião das

¹⁷⁴ Farofa (informal): enganação, mentira, conversa fiada.

outras rodas, a “coxilha” dele não passava daquela mesa onde o viam permanentemente sempre gesticulando e produzindo.

Mas um dia a Revolução estourou de fato. Alguém na hora previamente anunciada para o levante quis certificar-se se o “revolucionário” estava no seu posto, de honra, no lugar de costume.

Pois não estava. Não estava porque no momento ele enfrentava com outros o Quartel General da 3ª Região. Vitorioso o assalto, foi lutar no ataque à Companhia de Estabelecimento, onde o choque foi terrivelmente violento, para depois, vencida aquela resistência, demandar o quartel e o 7º B.C., onde também lutou como gente até meia-noite, manejando um fuzil-metralhadora.

Dois dias depois, o *habitué* do Nacional incorporava-se à primeira força que de Porto Alegre marchava para o Norte. E no setor do Paraná permaneceu até o dia em que foi oficialmente anunciada a queda do governo Washington. Cessada a luta, com a rendição das tropas do Catete, o homem voltou à capital, onde oficialmente retomou o seu posto na “coxilha” metropolitana, na mesma mesa, na mesma posição de sempre. Apenas menos loquaz, menos agitado, menos revolucionário, a revelar, talvez na fisionomia contrafeita, a mágoa de um impulso reprimido...

14 de novembro de 1930

Cabe a Porto Alegre a primazia da louvável e patriótica iniciativa de, depois de libertada a Pátria do peso monstro do profissionalismo político que a infelicitava, libertá-la também da precária situação financeira em que a deixaram.

Vitoriosa a revolução, a leal e valorosa cidade, que tanto contribuiu para o advento da era nova, mandando para o campo da luta quase toda a sua mocidade, sem distinção de credos e de classes, tratou logo de apelar para a bolsa da sua população no sentido de se

auxiliar o Tesouro Nacional nas grandes aperturas em que o mesmo se encontra, quase às portas da ruína.

Assim é que as sugestões de “Mil Réis Ouro”, da “Joia para a Pátria” e do “Demos Ouro ao Brasil” foram imediatamente amparadas pela imprensa local, já atingindo as subscrições uma apreciável importância, a qual, dentro de pouco, estará representada por muitos centenares de contos.

Convém, entretanto, acentuar que a iniciativa, como era de ver, não ficou adstrita à nossa capital. Espalhou-se imediatamente por todo o estado; e não há hoje localidade no Rio Grande que não tome a si empreendimento idêntico, no sentido de levantar e de consolidar as finanças da Nação. E, neste momento, a ideia que daqui partiu estende-se com o mesmo fim por todo o território nacional.

É a vitória da nova revolução: a revolução da emancipação financeira para a qual todos os bons brasileiros trabalham com amor e patriotismo, sem esperar outra recompensa senão a de ver o nome do Brasil engrandecido e elevado.

Felizmente, para maior orgulho nosso, a iniciativa de Porto Alegre, já agora irradiada por todo o Rio Grande e por todo o país, está a caminho do mais seguro êxito, do mais completo triunfo.

O que, porém, é triste, o que, porém, é doloroso e vergonhoso neste momento da vida nacional, pelo contraste chocante de duas atitudes, de dois gestos diametralmente opostos: enquanto uns trabalham com tanto amor, com tanto desprendimento pelo engrandecimento moral e material da Nação, os caçadores de empregos e os arranjadores de sinecuras¹⁷⁵ botam a língua de fora e por todos os processos, e por todos os meios, ofendendo mesmo o pudor de amigos discretos que nada podem e que nada solicitam de alguns

¹⁷⁵ No original consta “aganjadores de obscuras”.

amigos que estão em cima, avançam para eles, com unhas e dentes em busca de “pistolões” para as “cavações” que pretendem...

Chocante o contraste, não há dúvida.

16 de novembro de 1930

O tempo não permitiu que a data de ontem também fosse um dia de glória da natureza.

Ao invés disso, tivemos a intempérie a se manifestar com chuva e vento que não só se prolongou durante toda a manhã, como foi pela tarde adentro.

Claro que, diante disso, a cidade encolheu-se. E todos os festejos que estavam preparados em comemoração à vitória da Revolução, festejos dos quais devia participar, como sempre acontece, a alma expansiva das ruas, foram, naturalmente, prejudicados.

De sorte que Porto Alegre não pôde comemorar como desejava, já não diremos a significação que tinha até aqui o 15 de Novembro, mas o que a data terá daqui por diante. E foi pena que tal acontecesse, pois o nosso povo, que tanto tem sabido vibrar ante os admiráveis imprevistos políticos deste fim de ano agitado, reservou para ontem uma série de festejos em honra da grande vitória, prejudicados em grande parte pelo mau tempo, que desta sexta-feira vinha se fazendo sentir com violência, mesmo assim a cidade não perdeu o seu aspecto festivo, com suas fachadas iluminadas e embandeiradas e com grande movimento nas suas principais artérias, notadamente à noite.

Um outro aspecto que logo se fez notar no dia de ontem foi a exposição de vitrines. Número indispensável em outras épocas, quando a metrópole era pouco mais que uma aldeia, as exposições de vitrines foram pouco a pouco decaindo, à maneira que Porto Alegre perdia os seus ares provincianos e aceitava, com o crescimento, todas as manifestações do progresso, inclusive a vertigem dos arranha-céus e a posse de três linhas de navegação aérea.

Hoje aparecem de novo as exposições de vitrines, mas agora como afirmação de um progresso maior, que se observa não só no bom gosto estético, no desenvolvimento do nosso comércio, como na perfeição, variedade e intensidade da iluminação elétrica, que muito contribui para dar mais vida às casas comerciais da nossa capital. O anúncio luminoso, por exemplo, já aparece nas fachadas das vitrines dos nossos estabelecimentos comerciais e industriais como um colaborador indispensável ao desenvolvimento do comércio, tornando ao mesmo tempo mais viva, mais bela, mais luminosa a cidade.

Nesse particular, o aspecto que a rua da Praia apresentava, ontem, à noite, aos olhos do público, era deslumbrante, um aspecto de grande centro, de verdadeira capital.

20 de novembro de 1930

19 de novembro.

Data consagrada à bandeira.

A cidade acorda sob a promessa de um belo dia luminoso.

Já às primeiras horas da manhã marcham, em direção ao Campo de Várzea, as tropas que irão formar a parada comemorativa da vitória.

Rufam tambores.

Tocam fanfarras.

Soam cornetas e clarins.

O ar seco da manhã cheia de sol parece impregnado de conclamas de guerra e de gritos de vitória.

Ao lado das tropas que desfilam, também desfila a curiosidade do elemento civil, o povo, a fim de assistir à solenidade da formatura. E dentro de pouco aquele amplo logradouro da capital é uma imensa onda humana.

Por volta das dez e meia, começa a coluna a desfilarmos em batalhões, umas ao centro da cidade, e, apesar de toda ela ser tropa irregular, improvisada e preparada no curto espaço de um mês, esses contin-

gentes revelam, no ritmo da marcha, na cadência do passo, a eficiência de uma força regular de primeira ordem, perfeitamente adestrada.

Assim, toda a cidade até meio-dia apresentou um intenso aspecto marcial, vibrando ao som de fanfarras e clarins de todos os destacamentos que tomaram parte na formatura.

À tarde, o mesmo logradouro, que é a ampla avenida João Pessoa, oferecia aspecto completamente diverso do que então tivéramos pela manhã. Um curso de automóveis dominava de um lado a outro a grande artéria, enquanto os entusiasmos carnavalescos de uma encarniçada batalha de confetes e serpentinas enchia de maior animação o local. Risos, gritos e cânticos patrióticos misturavam-se na confusão da tarde. Centenas de automóveis deslizavam serenamente, em filas, sem ameaças ao trânsito público. E, no meio desses, inúmeros autos oficiais queimavam também gasolina à custa dos cofres públicos. O fato não tem nada de extraordinário: é uma das tantas maneiras de se atender aos reclamos da Pátria necessitada...

Depois, a noite baixou por sobre a cidade, enquanto esta já se preparava para outras festas, para outras solenidades em honra à grande data.

21 de novembro de 1930

Comentários de café:

- Agora mesmo, meu amigo, é que os rodeios se misturaram...
- Como assim?
- Pois você não leu? O general Flores da Cunha acaba de ser nomeado interventor no Rio Grande. E com a sua nomeação vem para a Secretaria da Fazenda mais um representante do Partido Libertador. De maneira que tem agora o partido dois representantes nas secretarias do estado.
- Já é uma grande conquista, não há dúvida.
- Frutos da “Frente Única”.

– Devemos, sim, ao conagraçamento de todo o Rio Grande do Sul.
 – Aliás, esse patriótico empenho de torná-lo mais unido e forte vem sendo seguido por todos os sucessores do Sr. Getúlio Vargas. Os Srs. Osvaldo Aranha e Sinval Saldanha¹⁷⁶ tudo têm feito para estreitar, ainda mais, a união sagrada.

– E agora, com o Flores no governo, tudo correrá às mil maravilhas, tanto mais sendo ele um patrício extremado da Frente Única, e tem trabalhado incessantemente para que a mesma não sofra solução de continuidade.

– O Flores é um grande coração.

– E tem ótimas qualidades de administrador, podendo, portanto, engrandecer cada vez mais o nosso Rio Grande.

– Como não? Perfeitamente.

– Terminada a Revolução, cabe aos governadores fazerem a reconstrução necessária dos estados. Ninguém melhor que o ilustre interventor gaúcho conhece as nossas necessidades e aquilo que somos capazes de realizar.

– Tenho grandes esperanças de que surgirá para nós uma era fecunda de trabalho e de prosperidade. Para tanto, basta que sejam arredados os obstáculos criados por aqueles que só querem cuidar da política partidária.

– Felizmente, esse extremismo passou.

– Seja, pois, o Rio Grande, com Flores da Cunha – um só homem, uma só vontade, uma só ação.

22 de novembro de 1930

¹⁷⁶ Sinval Saldanha (1886-1963): advogado e político que ocupou a presidência do Rio Grande do Sul durante a Revolução de 1930, por ocasião da viagem do então presidente do estado, Osvaldo Aranha, ao encontro das forças revolucionárias no Rio de Janeiro.

Escreve-nos uma gentil missivista, dizendo-nos que, a exemplo de Belo Horizonte, a bela e leal capital rio-grandense devia ter também um batalhão feminino destinado à defesa dos altos ideais de liberalismo da Revolução.

E conclui a formosa patriota gaúcha – ela tem que ser naturalmente formosa – com este comentário expressivo e convincente:

“Assim como Minas deu um batalhão feminino constituído dos mais belos ornamentos da sua linda capital, pode e deve também o Rio Grande dar o seu contingente bélico representado por senhorinhas que saibam pegar numa carabina para a defesa sacrossanta do bom nome gaúcho. Se somos um povo de guerreiros por instinto, não se compreende, Sr. cronista, por que a mulher gaúcha não forme também os seus pelotões de guerra. Não concorda com a minha ideia?”

Sim, senhora, concordamos. Perfeitamente. De pleno acordo. Sem dúvida alguma. Pena é que a ideia não chegasse um tanto atrasada, já depois de a festa terminada.

Entretanto, a gentil patriota deve ficar de sobreaviso para a primeira oportunidade.

Aliás, o patriotismo gaúcho da mulher-soldado, de tão notável tradição na nossa história, esteve representado neste último levante por várias mulheres que foram para o *front*, combatendo ao lado dos homens mais valorosos.

Depois, não há necessidade alguma entre nós de se fazer da mulher soldado de caserna ou soldado combatente, tanto mais se tendo em vista o volumoso voluntariado com que podemos contar no momento preciso. Devemos ter ainda em conta que ela, nas legiões da Cruz Vermelha, está integrada no seu verdadeiro lugar, onde presta serviços inestimáveis.

Entre nós, a criação de um batalhão feminino só poderia se efetivar com o único intuito de entusiasmar a rapaziada, animando-a ao cumprimento dos seus deveres. Mesmo por esse lado a iniciativa seria prescindível, como ainda há pouco se verificou, pois a espontaneidade

do voluntariado foi a tal ponto que, se o Rio Grande quisesse, podia mobilizar mais de 100 mil homens.

Um batalhão feminino teria, entretanto, a vantagem de ser um delicado ornamento de tropa, podendo, também, ser aproveitado para assaltos ao coração masculino por mais bem-entrincheirado que o mesmo possa estar...

Dizem até os entendidos que a guerra de trincheira é o que mais agrada às mulheres combatentes. Porque não dão trégua ao inimigo...

Não, gentil missivista! Continue na sua formosa e humanitária missão de enfermeira da Cruz Vermelha.

E com isso o homem correrá menos perigo...

23 de novembro de 1930

Com o regresso das forças que foram mobilizadas no estado e particularmente nesta capital, e que estiveram algum tempo no Paraná e a seguir em São Paulo e no Rio, a cidade vai aos poucos se enchendo de fisionomias conhecidas. A cada momento, topamos com pessoas das nossas relações, com caras que, se não são de amigos e de gente da nossa intimidade, entram de qualquer forma para o mesmo rol, de tanto vê-las na rua, de tanto conhecê-las de vista, como se costuma dizer. E, igualmente, a cada passo, um adeus, um abraço, um cumprimento mais expressivo, um "oh!" de satisfação e alegria, tanto por parte do que foi como por parte do que ficou.

– Então, já de volta?

– É verdade. É com pesar, por ter a Revolução terminado tão cedo...

– Melhor assim.

– Sim, melhor, não há dúvida. Em todo caso, ainda melhor seria se durasse mais tempo. Eu, pelo menos, fui prejudicado, pois fatalmente teria várias promoções por ato de bravura...

Mais adiante, outro encontro de amigos.

– Salve o valoroso combatente!...

O entusiasmo de ambos completa-se com um expressivo e demorado abraço.

– Valoroso nada. Cumpri apenas o meu dever de patriota e devo declarar que não cheguei a dar um tiro. Retire, portanto, o termo “valoroso”. Essa qualidade pessoal não foi posta em prova. Nada fiz. Marchei somente, apenas levando comigo o meu ardor pela causa.

(Quem fala com tal sinceridade, se não é valoroso, é, pelo menos, um homem de bem, contingente esse por demais apreciável que entra na formação dos verdadeiros tipos de valor.)

Os encontros, entretanto, sucedem-se com mais frequência. A maioria dos que voltam traz no olhar e nos gestos a alegria de ver terminada a luta quase que sem haver derramamento de sangue.

– Tu por aqui?... Folgo muito em ver-te de regresso.

– E de espada virgem!

– Bravos! Todas as revoluções deviam se fazer sem sangue.

– Sim, meu caro, mas para isso seria preciso primeiro educar o povo...

– Que estás dizendo?!... Educar o povo a fazer revolução sem sangue? Extraordinário, pois não...

– Não te admires. Vamos para esse caminho. No ano 2000, as revoluções terão desaparecido.

– Mas, até lá, a humanidade ter-se-á comido toda...

Depois desse diálogo, outros flagrantes sobre esses encontros de rua entre combatentes e não combatentes, isto é, entre os que foram e os que ficaram, muitos com verdadeiro pesar – outros flagrantes, depois disso, podiam ser perfeitamente dispensáveis.

Mas há um último que reclama registro, como expressão fiel da verdade.

– Oh! Meu caro, aqui estou!

– Estranho a linguagem, pois você não estava aqui?

– Não é capaz. Estive no Paraná com o Etchegoyen e o Miguel Costa. Depois fui para São Paulo, depois para o Rio e aqui estou porque cheguei ontem.

– Mas, a todas essas, o que andava você fazendo?

– Ora, que pergunta... Fui para o *front*, fui combater.

– Você? É engano! Você está naturalmente equivocado. Pois você era prestista vermelho. Além disso, ainda na semana passada o vi aqui, na capital... Tem paciência: você está enganado.

Já meio encabulado, o adesista na última hora ainda quis se justificar.

– Mas eu regresssei ontem com as forças...

– Outro engano, meu amigo: você regressou ontem, mas foi de Pelotas e, por coincidência, no mesmo vapor em que voltava do Rio um contingente de combatentes gaúchos.

Diante disso, o adesista deu naturalmente pelo engano...

29 de novembro de 1930

A cidade recebeu, com a mais viva simpatia e o maior entusiasmo, o interventor federal general José Antônio Flores da Cunha, que, entre as mais expressivas manifestações de júbilo, tomou posse ontem da alta investidura.

E não podia ser por menos a satisfação com que o acolheu não só o povo de Porto Alegre, mas o de todo o Rio Grande do Sul. É que Flores da Cunha, sendo uma figura fascinadora, de irresistível atração pessoal, é ao mesmo tempo forte expressão das qualidades raciais da nossa gente, um representante integral das virtudes e dos defeitos do gaúcho, o que lhe vale por isso bem marcado destaque

entre os ideais representantes étnicos da nacionalidade. Flores da Cunha reúne todos esses atributos e, onde quer que esteja, onde quer que se encontre, na administração, no parlamento ou no dorso das coxilhas, quer trabalhando na vida pastoril, quer arremetendo contra o inimigo, em combates, é bem o homem do Rio Grande. Reponta nele nos seus impulsos de bondade e de generosidade, mesmo em relação ao seu adversário mais encanizado, a alma sensível e vibrátil do pago, o cavalheirismo impecável do gaúcho altivo e nobre que mais sabe viver pela doce sensibilidade do coração do que pela fria rigidez das intransigências, quando essas não dimanam de um ponto de brio ou de honra.

– Flor de gaúcho – como dizia um vero gaúcho, admirador do soldado e do paisano –, o general dos pampas vai dirigir o Rio Grande com aquele carinho e aquele amor que ele empresta, invariavelmente, a tudo o que é da sua terra e da sua gente.

Vamos ter, pois, à frente dos destinos do nosso estado, depois do memorável episódio de outubro, um homem que espelha na sua alma e nos transportes do seu espírito a visão sempre viva e latente da terra bem-amada.

6 de dezembro de 1930

A cidade tem agora, na pessoa do seu ex-intendente,¹⁷⁷ o seu primeiro prefeito.

A municipalidade passou a ser a prefeitura – a prefeitura de Porto Alegre, como temos a prefeitura do Rio, de São Paulo, de Curitiba etc.

A substituição do cargo de intendente pelo cargo de prefeito surgiu com a República Nova. O Rio Grande, ganhando um inter-

¹⁷⁷ Na Primeira República, desde 1905 o intendente municipal, indicado pelo governador ou presidente do estado, era responsável pela gestão do poder executivo nos municípios. Com a Revolução de 1930, o intendente municipal dá lugar ao prefeito, ainda por indicação. A eleição para prefeito foi instituída pela Constituição de 1934.

ventor na pessoa de um dos mais queridos e ilustres de seus filhos, trouxe também para a sua capital, para a sua verdadeira metrópole, a dignidade de um novo cargo.

E Porto Alegre, estamos certos, lucrará com a troca. A tarefa de administrar a comuna deve ser exercida por pessoa diretamente nomeada pelo governo do estado. Claro que isso se entende só quanto a sua capital, devendo os demais municípios que constituem a comunhão rio-grandense ter os seus intendentes eleitos logo que o país entre no uso do gozo da ordem constitucional.

Já há de muito que se vinha falando na necessidade de ser transformada a Intendência em Prefeitura, e as razões que então se apresentavam para justificar a mudança eram, e são, várias, avultando entre essas o fato de gozar o estado de todo o bem-estar que a capital possa oferecer sem contribuir com um só vintém para tal.

Ora, isso não é justo, tanto mais que é o povo, no final das contas, que entra na dança, que marcha diretamente com as despesas.

Sendo, porém, o cargo de prefeito de nomeação direta do governo estadual, tem este também por imposição de lei o dever de auxiliar o município nos mais importantes melhoramentos de que o mesmo necessita, como se verificará agora com o plano de remodelação por que vai passando a *urbs*, no qual estão incluídas despesas de grande vulto, com as quais a Intendência sozinha não poderá arcar, sob pena de comprometer as suas fontes de renda.

Ora, com o auxílio do estado, o caso muda completamente de figura. E para receber esse auxílio se faria mister realizar o que ora se realizou: mudar a Intendência em prefeitura.

Daí o entendermos ter a cidade lucrado com a mudança, salvo erro crasso de nossa parte ao interpretar o caso como aqui o interpretamos.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- A Cidade (autocrítica):234-235
- A Cidade (cartas e pedidos):186-188; 208-209
- A Cidade (temas e objetivos):62-63; 158-159
- Abastecimento de água:77-78; 95-97; 107-109
- Abastecimento:62-63; 100-101
- Abolição da Escravatura:238-240
- Administração pública:68-70; 92-93
- Afogamentos:65-66; 140-141
- Agropecuária:93; 100-101; 121-124
- analfabetismo:237-240; 282-284
- Animal (andorinha):188-189
- Animal (cabra):242
- Animal (mosquito): 34; 48-49; 79-80; 95-97; 126; 177; 168-170; 186
- Animal (pardal):45; 103-104; 188-189
- Animal (sapo): 177-177
- Ano Novo: 234-235
- Árvore (derrubada): 85-86
- Árvore (plantio): 59-60; 62-63
- Árvore (plantio): 62-63
- Árvore (plátano): 103-107
- Árvore (poda): 84
- Atendimento ao consumidor: 193-195
- Automobilismo: 238-240
- Automóvel (estacionamento): 146-148

Automóvel (táxi): 152-154
Automóvel (táxi, regulamentação): 207-208
Automóvel (táxi, tarifa): 207-208; 211-212
Automóvel (velocidade): 85-86; 89-90
Automóvel: 82-83; 109-110; 137-138; 140-141; 152-154; 170-171; 223-224
Aviação comercial: 193-195
Aviação: 89-90; 193-195
Bairros e subúrbios: 82-83; 86-87; 93-95; 100-101; 115-116; 126-129
Bandeira nacional: 140-141
Bonde (depósito): 167-168
Bonde (regulamentação): 208-209
Bonde (tarifa): 197-198
Bonde: 62-63; 64-67; 70-71; 97-98; 99-100; 112-121; 128-129; 140-141; 168-174; 182-184; 195-203; 209-212; 358-359
Café: 193-195
Cais do porto: 62; 64; 85; 143; 154; 162, 207; 251
Caixa d'água: 85-86; 352
Cargo público (nomeação): 223-224
Carnaval: 223-224
Casamento: 65-66; 129-131
Cinema: 125; 180; 239; 286; 351
Civismo: 164-165; 218-219; 221-226; 230-233; 238-240; 241-244; 252-256; 254-259; 271-275; 274-275; 289-290
Clima (calor): 91-92; 141-142; 181-182; 292
Clima (chuva): 85-87; 91-92; 100-103; 135-137; 140-141; 185-186
Clima (enchente): 86-89; 101-103; 107-109; 142-146; 149-151; 185-186; 272-274
Clima (frio): 220-221
Clima (frio): 85-86; 111-112
Clima (instabilidade): 220-221
Clima (inverno): 129-131; 211-212

- Clima (outono): 211-212
Clima (primavera): 86-87
Clima (seca): 107-109
Clima (seca): 77-78
Clima (vento): 107-109; 164-165
Clima (verão): 91-92
Código de posturas municipais: 134-135; 186-188
Comércio (fiscalização): 134-135
Comércio ambulante: 134-135; 154-155; 284-285
Comércio: 100-101; 126-127; 154-155
Concurso de beleza: 193-195
Construção civil (demolição): 186-188
Construção civil: 154-155; 200-201; 209-211
Correios e telégrafos (qualidade): 200-201
Correios e telégrafos: 105-106; 123-124; 154-155; 226
Crescimento demográfico: 97-98; 112-113; 128-131; 230-231
Crime (corrupção): 249-251; 275-276
Crime (furto e roubo): 73-75; 179-180; 238-240
Crime (jogo do bicho): 126-127
Crime: 99-100
D. Pedro II (homenagem): 222-223
Declamação: 284-285
Deodoro da Fonseca (centenário): 245-246
Deodoro da Fonseca (militar, político): 231-233
Descobrimto do Brasil: 164-165
Dia da Bandeira: 252-254
Diretoria de Higiene e Saúde Pública: 176-178
Disputa judicial: 275-276
Divórcio: 228-229
Doença (febre amarela): 168-170
Doença (febre tifoide): 144-145; 161-162

- Doença (gripe espanhola): 96
Doença (gripe): 11
Doença (paratifo): 111
Doença (peste bubônica): 161-162
Doença (pneumonia): 111
Doença (tifo): 111
Doença (varíola): 144-145
Doença: 59-60; 72-73; 95-97; 126-127
Domingo: 121-124; 152-154
Educação cívica: 231-233
Educação: 174-176; 220-221; 237-238; 238-240; 284-285
Eleição (fraude): 274-275
Eleição (propaganda): 284-285
Eleição: 241-243; 249-251; 256-257; 268-271; 277-279; 284-285; 289-292; 292-296
Energia elétrica (fornecimento): 112-113; 119-121; 145-146; 157-158
Energia elétrica (produção): 161-162
Energia elétrica (tarifa): 80-82; 145-146
Energia elétrica: 148-151; 182-184; 193-195
Esporte e lazer (futebol): 238-240
Esporte e lazer: 93-95; 121-124; 152-154; 238-240
Estados Unidos (antiamericanismo): 193-195
Estados Unidos (elogio): 193-195
Estudante (meia passagem): 201-203
Estudante: 237-238; 241-246; 272-274
Exílio político: 245-246
Fascismo: 274-275
Feriado (frequência): 85-86
Feriado: 240-241; 245-246
Férias escolares: 237-238
Festa cívica: 222-223; 231-233; 275-276

- Filantropia e caridade (instituições): 57-59
- Finanças públicas: 60-62; 182-228; 248-249; 252-254; 261-263; 271-272
- Fonograma e radiofonograma (tarifa): 218-219
- Footing: 126-127
- Forno de lixo: 89-90; 95-97; 191-193
- Fruta (laranja): 284-285
- Funcionalismo público: 68-70; 92-93; 105-106; 141-142; 174-176; 176-178; 249-251; 261-263; 263-265; 287-289; 290-292
- Gasolina (comércio): 164-165
- Guarda civil: 179-180
- Hábitos e costumes: 152-154
- Hábitos e costumes: 209-211
- Herança: 275-276
- Higiene e saúde pública (vacinação): 144-145
- Higiene e saúde pública: 72-73; 59-60; 65-66; 73-75; 75-76; 76-77; 79-80; 86-87; 95-97; 111-112; 115-116; 129-131; 131-132; 135-137; 144-145; 151-158; 167-170; 186-188; 191-193; 207-208
- Identidade nacional: 252-254; 272-274
- Iluminação particular: 145-146; 164-165
- Iluminação pública: 57-59; 62-63; 70-71; 99-100; 119-121; 141-142; 157-158; 164-165; 209-211; 240-241
- Imagem da cidade para o visitante: 154-155; 208-209
- Imposto de renda: 92-93
- Imprensa: 129-131; 161-162 174-176; 235-236. 249-251; 274-275; 277-279
- Imprensa: 72-73
- Impunidade: 99-100
- Independência do Brasil: 271-272; 292-294
- Jardinagem e paisagismo (público): 59-60; 60-62; 151-152; 157-158
- Jogo: 249-251

Limpeza urbana: 59-60; 75-76; 79-80; 85-87; 89-90; 95-97; 106-107; 151-152; 154-155; 157-158; 161-162; 168-170; 191-193; 197-198; 207-208; 361-362

Linguagem urbana: 198-200; 284-285

Literatura (poesia popular): 237-238

Maçonaria: 228-229

Mau cheiro: 79-80; 161-162

Medicina (cirurgia): 149-151

Medicina (psiquiatria): 75-76

Medicina: 228-231

Mobiliário urbano: 201-203; 218-219

Moda e vestuário: 221-222; 289-290

Modernismo (antropofagia): 164-165

Modernismo: 126-127; 185-186; 209-211; 263-265

Monumento: 154-155

Moralidade: 249-251

Moralidade: 86-87; 174-176

Mortalidade: 65-66; 72-73; 129-132

Mulher (beleza): 62-63; 193-195; 220-221; 241-243; 275-276; 289-290

Mulher (desrespeito): 154-155

Mulher (direito de voto): 256-257; 279-280; 261-263

Mulher (natalidade): 65-66

Mulher: 65-66

Natalidade: 72-73; 129-131

Normas de comportamento: 134-135; 154-155; 209-211

Nostalgia: 246-248; 275-276

Obras públicas (aterro): 197-198

Obras públicas: 59-60; 85-86; 95-97; 101-103; 128-129; 146-148; 157-158; 164-165; 167-168; 171-173; 184-188; 191-193; 197-198; 182-228; 240-241; 361-362

- Ônibus: 64-65; 99-100; 109-110; 121-124; 128-129; 140-142; 152-154; 171-174; 201-203; 208-209; 361-362;
- Pacifismo: 271-272
- Packard (marca de automóveis): 231-233
- Pacto Kellogg-Briand: 271-272
- Paisagem natural/rural: 121-124
- Paisagem urbana: 57-59
- Planejamento urbano: 211-212
- Poeira/lama: 85-86; 89-90; 106-109; 207-208
- Polícia: 99-100; 113-115; 134-135; 154-158; 179-180; 184-185
- Política (manifestação): 243-244
- Política estadual: 135-137; 228-229; 249-251; 256-271; 272-279
- Política nacional (anistia): 228-229; 245-246; 284-285
- Política nacional (visita presidencial): 226
- Política nacional: 207-208; 220-222; 226-248; 252-254; 263-265; 271-272; 275-296
- População (estimativa): 131-132; 226
- Positivismo: 144-145
- Praças e parques públicos: 95-97; 103-104; 113-115; 157-158; 179-180
- Privatização: 119-121
- Proclamação da República: 222-223; 226; 231-233; 246-249; 275-276
- Progresso e modernidade: 57-59; 112-113; 116-119; 119-121; 137-138; 154-155; 158-159; 164-165; 171-173; 193-195; 201-203; 209-211
- Publicidade e propaganda: 225-226
- Reação Republicana: 243-244
- Recenseamento: 131-132
- República (regime): 222-223; 246-248; 275-276
- Revolução de 1930: 292-294
- Revolução Farroupilha (1835-1845): 157-158; 272-274
- Revolução Farroupilha (centenário): 157-158
- Rural/urbano: 111-112

Saneamento: 62-63; 75-76; 85-86; 95-97; 101-103; 107-109; 115-116;
126-127; 129-131; 168-170; 179-180; 186-188; 191-193
Serviços públicos: 158-159; 158-159; 176-178; 189-191; 200-201; 201-
203; 201-203; 207-208; 209-211; 209-211; 218-219
Serviços públicos: 68-70; 105-106
Setembro (mês): 289-290
Sistema prisional: 57-59
Subúrbios: 152-154; 161-162; 171-173
Tartaruga: 157-158
Táxi: 116-119
Telefonia: 70-71
Terreno baldio: 161-162; 207-208
Trânsito (acidente): 97-98; 141-142; 173-174; 198-200; 240-241
Trânsito (congestionamento): 116-119
Trânsito (fiscalização): 116-119; 128-129; 141-142
Trânsito: 76-77; 109-110; 115-116; 135-137; 137-138; 138-140; 146-148;
179-180; 184-185; 225-226; 361-362; 361-362
Transporte aéreo: 89-90
Transporte ferroviário: 93-95; 107-109; 121-124; 140-141; 152-154;
208-209
Transporte fluvial: 154-155
Transporte noturno: 209-211; 218-219
Transporte: 57-59; 66-67; 81-82; 93-101; 100-101; 112-113; 117-124;
119-121; 121-124; 128-129; 140-141; 152-154; 171-174; 198-200; 201-203;
231-233; 361-362
Tributação: 92-93; 133-134; 171-173; 361-362
Veículo de tração animal: 79-80; 137-138; 171-173; 231-233
Veraneio: 152-154
Vias públicas (calçadas): 154-158; 164-168
Vias públicas (irrigação): 161-165

Vias públicas (pavimentação e calçamento): 62-63; 70-71; 73-77; 82-83; 106-110; 126-129; 135-141; 164-168; 171-173; 179-180; 184-186; 207-208; 361-362; 207-208

Vias públicas: 57-59; 64-65; 76-77; 95-101; 115-116; 128-129; 133-134; 207-208

Vida artística e cultural: 284-285

Vida religiosa: 240-241

Vida social: 126-127; 193-195; 225-226; 222-223; 231-233; 238-248; 292-294

Vitrine (concurso): 222-223

Xenofobia: 274-275

ÍNDICE TOPONÍMICO

13 de Maio (avenida): 62-63; 102

1º de Março (travessa): 128; 150

2º Distrito: 100

Águas Mortas (arroyo): 171

Alberto Bins (avenida) ver São Rafael (avenida)

Alfândega (edifício): 155; 226; 246-247; 251-252

Alfândega (praça da) ver Senador Florêncio (praça)

Alfredo Chaves (vila): 133; 138

Amarelo (mar, China): 275

América (continente): 219; 361

América do Sul (subcontinente): 191-193; 217; 356

Americano (restaurante): 193

Andradas (rua dos): 74; 84; 86; 102; 125; 156; 161; 186; 194; 218; 257;
269; 280; 293; 313; 316; 324; 346; 349; 369

Andrade Neves (rua): 91

Antônio Prado (vila): 133

Ao Preço Fixo (loja): 102

Argentina (país): 484; 289

Arlindo (rua): 176

Azenha (bairro): 76; 90; 96

Azenha (ponte da): 191

Banco do Brasil (edifício): 201; 253-254

Banco Rural (edifício): 155

Barão do Rio Branco (largo): 156

Barão do Triunfo (rua): 177
Barra do Ribeiro (lugar): 57
Barros Cassal (rua): 198
Belo Horizonte (cidade): 372
Bento Gonçalves (avenida) ver Mato Grosso (estrada do)
Bento Gonçalves (rua): 76; 133; 298-299
Bonfim (avenida): 346
Bom Jesus (vila): 133; 138
Borges de Medeiros (avenida): 85-86; 146; 151-152; 157-158
Bragança (rua de) ver Marechal Floriano (rua)
Buenos Aires (cidade): 192-193; 289
Café Nacional: 293; 308-309; 311
Cais do porto: 62; 85; 94; 143; 154; 162; 207; 251
Caixa d'Água: 85
Caminho do meio (estrada): 98; 100
Campos Elíseos (palácio, São Paulo): 327
Canoas (estrada de): 115-116; 133-134; 136-139
Canoas (vila): 115-116; 137
Casa de correção (presídio): 58; 162
Casa Masson (loja): 201
Cascata (arroio): 171
Cascata (rua da): 170
Catete (palácio do): 219; 244; 275; 277-281; 284; 287; 296; 301; 317;
319-320; 335; 345; 355; 359
Caxias do Sul (cidade): 133; 138
Ceará (avenida): 115-116
Ceará (estado): 89; 108
Central (estação ferroviária): 300
Chácara dos Eucaliptos: 170
Chalé da Praça Quinze: 104
Chile (país): 192

- China (país): 275-276
Cinema Central: 286
Clube dos duzentos: 300; 308; 346
Colombo (confeitaria, Rio de Janeiro): 324
Comendador Batista (travessa): 128; 142; 150
Conceição (praça) ver Dom Sebastião (praça)
Correios e Telégrafos (edifício): 60; 134; 162
Corrientes (rua, Buenos Aires): 193
Cristal (bairro): 101; 122
Cristóvão Colombo (rua): 83; 95; 126-127
Cruz Alta (cidade): 82
Curitiba (cidade): 376
Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (edifício): 60; 62
Dilúvio (arroyo): 88; 90; 176
Doca: 143; 162; 207
Doca (antiga): 113-114
Dom Pedrito (cidade): 267-268
Dom Sebastião (praça): 156
Doutor Sebastião Leão (rua): 177
Dr. Flores (rua): 186
Duque de Caxias (rua): 91; 298
Eduardo (avenida): 125
Encantado (vila): 138
Estados Unidos (país): 105; 197; 248; 270
Estrada de ferro do Riacho à Tristeza: 59; 93-94; 122; 153; 196; 211
Farrapos (avenida) ver Minas Gerais (avenida)
Farroupilha (parque) ver Redenção (parque da)
Félix da Cunha (rua): 176; 183
Floresta (bairro): 95; 144
Florianópolis (cidade): 356
Gasômetro (usina de gás): 57; 147; 162; 195-196

General Lima e Silva (rua): 79; 177; 79
General Paranhos (antiga rua): 91; 147
General Salustiano (rua): 162
Getúlio Vargas (avenida): ver 13 de Maio (avenida) e Menino Deus (avenida).
Glória (bairro): 160-161; 165; 170; 298
Glória (hotel, Rio de Janeiro): 193
Grande Hotel: 257; 332
Gravataí (rio): 108; 115
Gravataí (vila): 136-137
Guaíba (lago): 57; 86; 88; 108; 143; 191; 195; 207; 208
Guanabara (palácio): 325
Guaporé (vila): 138
Ildefonso Pinto (estação): 207
Ilhota (bairro): 88; 176
Independência (largo da): 83
Independência (rua): 126; 239
Itararé (rio, São Paulo): 361
João Pessoa (avenida) ver Redenção (avenida)
José de Alencar (rua): 129
Júlio de Castilhos (avenida): 143-144; 161; 177; 239
Júlio de Castilhos (colégio): 173
Júlio de Castilhos (praça): 156
Kiangsu (província, China): 275
Liberdade (rua): 177
Macaé (cidade, Rio de Janeiro): 303
Malakoff (edifício): 165; 212
Manaus (cidade): 237
Marechal Deodoro (praça): 215; 266
Marechal Floriano (rua): 86; 90; 116; 293
Mato Grosso (estado): 360

- Mato Grosso (estrada do): 76; 100
Matriz (praça da) ver Marechal Deodoro (praça)
Mauá (avenida): 143; 154-155; 162
Menino Deus (avenida): 62-63; 88
Menino Deus (bairro): 62-63; 76; 88; 98; 100; 128; 147; 177
Menino Deus (morro): 57
Mercado Público Municipal: 86; 107; 113; 161; 164; 176; 207;
Metrópole (hotel): 334
Militar (Colégio): 269
Minas Gerais (avenida): 183
Minas Gerais (estado): 282; 297; 325
Missões (travessa das): 182
Moinhos de Vento (rua): 176
Moinhos de Vento (bairro): 85
Montenegro (cidade): 138
Montes Claros (cidade): 324
Montevideu (cidade): 192-193
Montevideu (praça): 156
Moura de Azevedo (rua): 182; 207
Napolitana (avenida): 183
Navegantes (bairro): 55; 68; 88; 95-96; 102; 108; 112; 136-137; 142-144;
185-186; 189-191; 207
Nova York (cidade): 192
Osvaldo Aranha (avenida) ver Bom Fim (avenida)
Otávio Rocha (avenida) ver São Rafael (avenida)
Paço Municipal: 86; 156; 176
Paço Municipal (largo do): 156
Padre Cacique (asiló): 58; 196
Pantaleão Teles (rua): 57
Papuásia (país): 206
Pará (avenida): 183

- Paraguai (país): 358; 361
- Paraíba (estado): 316; 319; 325; 328; 331-336; 336-337; 340; 345; 363
- Paraná (estado): 301; 366; 373; 375
- Paranapanema (rio): 361
- Paraventi (café): 327
- Paris (cidade): 270
- Partenon (bairro): 75-76; 110; 167; 170; 208; 298; 315
- Passa Quatro (município, Minas Gerais): 360
- Passo da Areia (estrada do): 136-137
- Pedra Redonda (bairro): 140; 153
- Pedras Brancas (distrito): 57; 195
- Pelotas (cidade): 192; 300; 322; 375
- Pereira Parobé (praça): 113-114; 134; 156-157; 161
- Pernambuco (avenida): 107; 126; 333
- Pernambuco (estado): 242; 280
- Ponta do Dionísio (lugar): 57; 59; 90; 155
- Praia de Belas (avenida): 57-59; 83
- Praia de Belas (lugar): 195-196
- Prata (vila): 138
- Quinze de Novembro (praça): 86; 103-104; 107; 134; 156; 161; 165; 168; 187; 189; 198; 204; 212
- Quinze de Novembro (rua): 187; 298
- Quixadá (cidade, Ceará): 237
- Recife (cidade): 120; 333
- Redenção (avenida): 102; 201
- Redenção (parque da): 346; 152
- República (rua da): 128; 142; 178; 205
- Riacho (estação ferroviária): 195-196
- Riacho (região): 96; 112; 142; 185
- Rio de Janeiro (cidade, estado): 170; 192; 195
- Rio dos Sinos (vale do): 133

- Roma (cidade): 291
- Rosário (rua do) ver Vigário José Inácio (rua)
- Santa Casa de Misericórdia (hospital): 111; 150; 162; 230-231
- Santa Catarina (estado): 294; 301
- Santa Engrácia (igreja, Portugal): 85; 91; 152; 157; 251; 267; 314-315
- Santa Teresa (morro): 57
- Santana (rua): 56; 76-77; 83; 110; 170
- Santo Antônio da Patrulha (vila): 133; 138
- São Borja (cidade): 284-285
- São Domingos (porto, Torres): 146
- São Francisco de Paula (cidade): 133
- São Gabriel (cidade): 272
- São João (bairro): 59-60; 87-88; 95-96; 102; 108-109; 112-114; 124-125; 129; 136-137; 142-144; 160; 182; 185-186; 189-191; 207; 313
- São Leopoldo (cidade): 133
- São Luís (rua, bairro): 75-76
- São Paulo (estado. Cidade): 165; 172; 192-193; 244; 273; 280; 317; 320; 349; 355-356; 361; 365; 373; 375-376
- São Pedro (hospital): 75
- São Rafael (avenida): 116; 141; 152
- São Sebastião do Caí (cidade): 133
- Sapucaia (vila): 133
- Sarandi (bairro) ver Várzea do Gravataí (bairro)
- Senador Florêncio (praça): 74; 84; 92-93; 103-105; 116; 134; 141; 148; 155-156; 162; 164; 188-189; 224; 226; 246-247; 251-252; 322; 330-331
- Senhor dos Passos (rua): 177
- Sepúlveda (avenida): 162; 247; 251
- Sertório (rua): 108
- Soledade (vila): 133
- Taquara (cidade): 133; 138
- Taquari (cidade): 133

- Teresópolis (avenida): 170-171**
Teresópolis (bairro): 110; 129; 140; 160-161; 298
Tientsin (cidade, China): 275
Torres (cidade): 237
Treze de Maio (avenida): 59; 62; 84; 94; 101-102
Tristeza (bairro): 140; 237
Vacaria (vila): 133; 138; 355
Várzea (campo da) ver também Redenção (parque da)
Várzea do Gravataí (bairro): 55; 88; 136; 142; 185; 186
Venâncio Aires (rua): 178
Venâncio Aires (vila): 138
Veneza (canal de): 88
Viamão (cidade): 76; 88; 98
Vigário José Inácio (rua): 116
Vila Nova (bairro): 93-95; 101; 121-122; 153-154
Vinte e Quatro de Maio (travessa): 116; 152; 298
Visconde do Herval (rua): 177
Voluntários da Pátria (rua): 86-87; 107; 143; 200

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- 14º Batalhão de Caçadores: 356
A divina comédia (obra literária): 96; 314
Afonso Viseu (empresário): 359
Ai, seu mé (canção): 242
Alcides Etchegoyen (militar): 356
Alfredo Élis (político, escritor): 307
Aliança Liberal: 188; 215-216; 277; 282; 297; 300; 305; 313; 320; 324;
332; 336
Álvaro de Carvalho (político): 340
Alvaro Moreyra (escritor): 284-285
Álvaro Sérgio Maserá (político): 263
Anaurelino Soares (empresário): 128
Angelo Guido (pintor): 311
Aníbal Benício de Toledo (advogado, político): 360
Antônio Azeredo (político): 347
Antônio Carlos Penafiel (escritor): 326
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (político): 277
Antônio Morais Fernandes (político): 300-301; 312
Ariosto Pinto (político): 326
Arthur Schopenhauer (filósofo): 235
Artur Bernardes (político): 219; 226; 231; 234; 241-242; 246; 275
Asseio Público: 76; 79; 90; 96; 207
Assembleia dos Representantes do Estado: 263; 265; 267; 272; 306
Assis Brasil (Joaquim Francisco de, político): 215; 305; 322

Assistência Pública: 187
Observatório Astronômico e Meteorológico: 334
Auguste Rodin (escultor): 220
Augusto Vianna do Castello (político): 159
Banco do Brasil: 201; 253-254; 290; 307; 311-312; 314
Banda Municipal: 92
Barriga Filho (funcionário público): 317
Bartolomeo Vanzetti (anarquista italiano): 248
Batista Luzardo (político): 322; 324; 348; 353
Benjamin Constant (político, militar): 233
Berta Singerman (atriz): 284-285
Borges de Medeiros (político): 146; 215; 254
Brigada militar: 269; 295-296
Câmara dos Deputados: 227; 243; 267; 278; 322-323; 326; 329-330; 340
Carlos Barreto Rosa (telegrafista): 317
Carlos Maximiliano (jornalista): 316
Carvalho de Brito (diretor do Banco do Brasil): 311-313; 318; 348
Companhia Brasileira de Força Elétrica (empresa): 119; 121; 150; 163; 166
Companhia Carris Porto-Alegrense (empresa): 64; 112-113; 117; 119;
127; 148-149; 167; 170-171; 194; 197-204; 209-212; 358-359
Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul: 80; 98
Companhia Força e Luz (empresa): 53; 64-68; 71; 74; 80-82; 98; 112;
118; 148-149; 156; 164; 194
Companhia Hidráulica Municipal (empresa): 78; 85; 92; 108-109; 158
Companhia Viação Porto-Alegrense (empresa): 82
Conselheiro Acácio (personagem literária): 324
Convenção Nacional do Partido Republicano: 220
Cruz Vermelha (entidade): 155; 349; 372-373
Cruzeiro (estação de rádio): 335
D. Pedro II (imperador do Brasil): 222; 246
Dante Alighieri (escritor): 96; 314

- Davi Canabarro (líder farroupilha):
- Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional: 60; 62; 68-69; 105; 174
- Deodoro da Fonseca (político, militar): 233; 245
- Descobrimento do Brasil: 165; 219
- Deus-milhão (personagem literária): 149
- Diário de Notícias (jornal): 291; 301; 306; 311; 335
- Diário Oficial da República: 330
- Diretoria de Higiene e Saúde Pública: 144-145
- Donat-Alfred Agache (urbanista): 152
- Ecos e notas (seção jornalística): 165
- Edgar Allan Poe (escritor): 288
- Escola de Engenharia: 173-174; 201
- Euribíades (personagem histórico): 317
- Fábio Neto (comerciante): 308
- Fernando Magalhães (médico): 227
- Fernando de Melo Viana (político): 221; 323-324
- Fiat Lux (empresa): 98; 194
- Fídias (escultor): 220
- Firmino Paim Filho (político): 355
- Flores da Cunha (político): 267; 305; 349; 370-371; 375-376
- Forças Armadas (Exército): 226; 269-270; 292; 295; 356; 361
- Ford (fábrica de automóveis): 224
- Frente Única Gaúcha: 188; 215; 300; 318; 370; 371
- Garcia (Sr., funcionário público): 93
- Getúlio Vargas (político): 215-216; 254-255; 265; 278-280; 282; 297; 315-316; 320-321; 333; 371
- Grande Oriente do Rio Grande do Sul: 228-229
- Guerra Junqueiro (escritor): 149
- Hermes da Fonseca (político, militar): 230
- Il Piccolo (jornal, São Paulo):
- Inspetoria de veículos: 30; 116-117; 128; 142

Intendência Municipal: 52; 54; 56; 59; 64; 73; 75-76; 79; 84-85; 87; 92; 101; 103; 107; 109; 114; 119; 127; 129; 135; 151-152; 156-158; 161-165; 170-171; 184-185; 187-189; 204; 377

Irineu Machado (político): 319; 326; 348

IX Congresso Médico Brasileiro: 227-228

J.J. Brito (diretor do Banco Nacional do Comércio): 311

Jaime Pereira (membro do Conselho Consultivo Municipal): 170

João Carlos Machado (jornalista): 306

João Neves da Fontoura (político): 278-279; 305-306; 319

João Pessoa (político): 282; 328; 331-332-337; 340; 345-346; 370

José Joaquim de Moura (frequentador de café): 311

José Júlio Silveira Martins (político): 306

José Pereira (cangaceiro): 340

Júlio Prestes (político): 243; 277-278; 281; 284; 286; 300; 307; 309-314; 316; 319; 321; 325; 338; 347

Ladislau Coussirat de Araújo (engenheiro, meteorologista): 174

Lei Celerada: 360

Leonardo Truda (jornalista): 311

Leopoldo de Freitas Cruz (jornalista): 193; 311

Light and Power (empresa): 120

Lindolfo Collor (político): 326

Lineu de Paula Machado (empresário): 359

Lopes Gonçalves: 347

Loteria do Estado: 249; 285

Luís Carlos Prestes (político): 216; 289; 309; 338; 355

Maia (tenente): 317

Manuel Crispim (personagem): 289

Manuel das Uvas (produtor rural): 84

Maria Lacerda de Moura (jornalista): 273 359

Mariz e Barros (estudante): 313

Maurício Cardoso (político): 306; 326; 329

- Maurício Pereira de Lacerda (político): 326; 329
Medeiros e Albuquerque (escritor): 294; 302; 304
Miguel Costa (militar): 355; 375
Miguel Couto (médico): 227; 291; 359
Ministério da viação e obras públicas: 300
Momo (deus romano): 224
Nacional (café): 293; 308-309
Nestor Sezefredo Passos (militar): 356
Nicola Sacco (anarquista italiano): 248
O Corvo (poema): 288
O Malho (revista): 347
O País (jornal): 347
O público reclama (seção jornalística): 177
Osório Duque Estrada (escritor): 294
Osvaldo Aranha (político): 216; 333; 353; 371
Osvaldo Rentzsch (empresário): 311
Otávio Rocha (Intendente Municipal): 73; 135
Packard (marca de automóveis): 232
Partido Libertador: 188; 305
Partido Republicano: 263; 326
Partido Republicano Paulista: 306-307; 313-314; 330
Partido Republicano Rio-Grandense: 188; 269; 318
Partido Republicano Mineiro: 311
Pedro Álvares Cabral (navegador): 165
Plínio Casado (político): 321
Pregões do Rio (poema): 284
Quartel General da 3ª Região Militar: 366
Raimundo Vianna (professor): 311
Roberto Moreira (político): 330
Salomé (personagem bíblica): 59
Secretaria da Fazenda: 370

Senado Federal: 227; 241; 255
Sinval Saldanha (político advogado): 371
Siqueira Campos (político): 328-329
Sociedade de tiro de guerra: 292
Tesouro Nacional (instituição): 367
Tito Villalobos (militar): 225-226
Tomás de Torquemada (inquisidor): 287
Tribunal de Contas: 70
Veiga Miranda (João Pedro da, político): 307
Viação Férrea do Rio Grande do Sul: 143; 161; 199-200; 208
Victor Konder (político): 300
Virgílio de Mello Franco (escritor): 297
Vital Soares (político): 325
Washington Luís (político): 166-167; 243; 279; 287; 289; 297; 300; 303-305; 308; 310; 316; 319; 321; 325; 327; 348; 355; 359; 366

PLANO DA OBRA

Volume 1: Campo e cidade, sobrevivência, compaixão

Apresentação: um vasto empório de miscelâneas: a cidade em seu tempo

1. Os tempos vareiam e avariado tá tudo: a cidade vista do campo
2. As altas exigências do estômago e as precárias situações da nossa bolsa: a luta pela vida na selva urbana
3. O raro perfume da solidariedade humana: a capital dos desafortunados

Volume 2: Reformas urbanas, cultura e lazer

4. A aldeia se fez cidade, e a capital se fez metrópole: atualização, remodelação e embelezamento urbano
5. A deliciosa chama da felicidade que se busca: cultura, festas, esporte e lazer em Porto Alegre

Volume 3: Serviços públicos, política

6. Os anseios e as necessidades imperiosas da comuna: manutenção, obras e serviços urbanos
7. O Brasil há muito que anda de pernas para o ar: o debate político no cotidiano de Porto Alegre



E-mail: edipucrs@pucrs.br

Site: editora.pucrs.br



facebook.com/edipucrs



instagram.com/edipucrs



E-mail: editora@ufsm.br

Site: ufsm.br/editora



facebook.com/editoraufsm



instagram.com/editoraufsm

No capítulo 6, encontramos os cidadãos de Porto Alegre às voltas com a instalação e a manutenção da infraestrutura e dos serviços públicos que traziam praticidade e conforto à vida moderna: água encanada, saneamento, iluminação, energia elétrica, calçamento de vias, transporte coletivo por ônibus, trem e bonde, comunicação telegráfica e telefônica, além dos habituais serviços de limpeza urbana.

O capítulo seguinte permite testemunhar a atuação do cronista como comentador da vida política do Rio Grande do Sul e do Brasil. Crítico acerbo dos rumos da República e das práticas do Partido Republicano Rio-grandense, Callage desviava-se da estrita temática de sua coluna de assuntos urbanos para externar suas posições políticas. Os eventos que conduzem à Revolução de 1930 despertam nele o gosto pela militância, transformando sua coluna em uma trincheira na ação revolucionária.



PUCRS UFSM